



População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais



População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais



cgEE

Brasília - DF
2008

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

Presidenta

Lucia Carvalho Pinto de Melo

Diretor Executivo

Marcio de Miranda Santos

Diretores

Antonio Carlos Filgueira Galvão

Fernando Cosme Rizzo Assunção

Edição e revisão / *Tatiana de Carvalho Pires*

Projeto gráfico / *André Scofano, Paulo Henrique Gurjão*

Diagramação e gráficos / *Paulo Henrique Gurjão e Diogo Rodrigues*

Capa / *Eduardo Oliveira*

C389

Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

345 p.; Il.; 24 cm

ISBN - 978-85-60755-09-7

1. Demografia. 2. Transição Demográfica. 3. Migração.
4. Políticas Sociais. I. CGEE. II. Título

CDU 325.1

*Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
SCN Qd 2, Bl. A, Ed. Corporate Financial Center sala 1102
70712-900, Brasília, DF
Telefone: (61) 3424.9600
<http://www.cgee.org.br>*

Esta publicação é parte integrante das atividades desenvolvidas no âmbito do Contrato de Gestão CGEE/MCT/2007.

Todos os direitos reservados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Os textos contidos nesta publicação poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada a fonte.
Impresso em 2008

Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais

Supervisão:

Antonio Carlos Filgueira Galvão

Consultores:

Fausto Brito (coordenador)

Rosana Baeninger (coordenadora)

Bernardo Lanza Queiroz (CEDEPLAR/UFMG)

Cássio Maldonado Turra (CEDEPLAR/UFMG)

Dimitri Fazito (CEDEPLAR/UFMG)

Fábio Hirano (Nepo/Unicamp)

José Alberto Magno de Carvalho (CEDEPLAR/UFMG)

Juliana Arantes Dominguez (Unicamp)

Maurício Bueno (Unicamp)

Roberta Perez Guimarães (Nepo/Unicamp)

Sylvain Souchaud (Nepo/Unicamp)

Wilson Fusco (Fundaj)

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
PARTE 1	
A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL	19
Fausto Brito, José Alberto Magno de Carvalho, Cássio Maldonato Turra e Bernardo Lanza Queiróz	
O Brasil e as tendências da população mundial: rumo ao crescimento zero	19
A transição demográfica no Brasil	37
A comparação da transição demográfica no Brasil com a França, Itália, Estados Unidos e Japão	47
A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL: AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS PARA A ECONOMIA E A SOCIEDADE	63
Fausto Brito, José Alberto Magno de Carvalho, Cássio Maldonato Turra e Bernardo Lanza Queiróz	
A transição demográfica no Brasil e as mudanças na estrutura etária	63
A transição demográfica e as relações intergeracionais	77
A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO CONTEXTO DOS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E SOCIAIS NO BRASIL	90
Fausto Brito, José Alberto Magno de Carvalho, Cássio Maldonato Turra e Bernardo Lanza Queiróz	
A transição demográfica no contexto dos desequilíbrios regionais	90
A transição demográfica no contexto dos desequilíbrios sociais	102
CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E MUDANÇAS NA ESTRUTURA ETÁRIA: AS ESPECIFICIDADES DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL	113
Fausto Brito, José Alberto Magno de Carvalho, Cássio Maldonato Turra e Bernardo Lanza Queiróz	
TRANSIÇÃO DA ESTRUTURA ETÁRIA E POLÍTICAS SOCIAIS	122
Fausto Brito, José Alberto Magno de Carvalho, Cássio Maldonato Turra e Bernardo Lanza Queiróz	
Redução do peso relativo da população jovem e as políticas sociais	122
Aumento da proporção de idosos e as políticas públicas	128
A transição demográfica e as políticas de saúde	134
O crescimento da população em idade ativa e as políticas públicas	136

CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
Fausto Brito	
As relações de dependência demográfica e as políticas públicas	139
Bibliografia	144
PARTE 2	
<hr/>	
INTRODUÇÃO	149
SITUAÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO	150
Dimitri Fazito	
Fundamentação teórica e metodológica: sistemas de migração internacional	151
Descrição dos sistemas de migração internacional do Brasil contemporâneo	154
Emigração internacional de brasileiros para os Estados Unidos	162
Emigração internacional de brasileiros para o Japão	163
Emigração internacional de brasileiros para países do Mercosul e imigração internacional de mercosulinos para o Brasil	165
Emigração internacional de brasileiros para a Europa e imigração internacional de europeus para o Brasil	166
Emigração internacional de brasileiros na Fronteira Norte (Guianas, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru)	168
Bibliografia	170
BRASILEIROS NOS ESTADOS UNIDOS: UM DIAGNÓSTICO DE 20 ANOS DE FLUXO MIGRATÓRIO	173
Roberta Peres Guimarães	
Um panorama da produção bibliográfica	173
O fluxo migratório ganha força: a entrada das mulheres na corrente migratória, trabalho e remessas	180
O fluxo de brasileiros em números: as últimas estimativas do número de migrantes nos Estados Unidos	183
Algumas considerações sobre o retorno migratório	184
Considerações finais	184
Bibliografia	186

MOVIMENTO DEKASSEGUI ONTEM, HOJE E AMANHÃ: ANÁLISES, REFLEXÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS	189
Fábio Hirano	
A presença japonesa no Brasil	189
A comunidade nikkey brasileira no contexto das migrações internacionais	191
Quem são os <i>dekasseguis</i> : perfil sociodemográfico	200
Lei de migração japonesa	207
Laços que resistem à migração	223
A migração de retorno	226
Movimento <i>dekassegui</i> – 20 anos: perspectivas futuras e considerações	231
Bibliografia	237
Anexo I	240
O BRASIL NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS DA AMÉRICA LATINA	248
Rosana Baeninger	
Evolução das migrações latino-americanas	248
Migração internacional do trabalhador global e de grupos étnicos: país, metrópoles e fronteiras	254
Migração internacional fronteiriça: Foz do Iguaçu e Santana do Livramento	259
Considerações finais	262
Bibliografia	264
DIAGNÓSTICO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE BRASIL, PARAGUAI E BOLÍVIA	266
Sylvain Souchaud e Wilson Fusco	
Descrição dos fluxos atuais, volumes e processos territoriais	268
Alguns elementos gerais a partir de diversas fontes estatísticas	268
A territorialização dos migrantes internacionais, a forte implicância das fronteiras internacionais e dos espaços metropolitanos	271
Elementos para uma tipologia das migrações internacionais a partir da noção de fronteira	280
Enfoques locais da diversidade migratória: populações e espaços	284
Bolivianos em São Paulo, Corumbá, Guajará-Mirim e Rio de Janeiro; paraguaios na fronteira e no sul do Brasil	284
“ <i>Brasiguaios</i> ” na fronteira agrícola do oriente paraguaio	288
Espaços emergentes de imigração brasileira na Bolívia e no Paraguai	290
Considerações finais	292
Bibliografia	294

REFUGIADOS E POLÍTICAS SOCIAIS: CONSIDERAÇÕES, AVANÇOS E PERSPECTIVAS	296
Juliana Arantes Dominguez e Rosana Baeninger	
Migrações forçadas – breve panorama histórico	296
A condição de refugiado – definição e instrumentos jurídicos	298
Número de refugiados no Brasil	300
O reassentamento de refugiados	302
Reassentamento no Brasil: “ <i>América Latina: Tierra de asilo con soluciones innovadoras</i> ”	304
Possíveis propostas para esse contingente imigrante	307
Políticas em âmbito nacional:	308
Políticas em âmbito internacional	310
Considerações finais	310
Bibliografia	312
MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REMESSAS: O CASO BRASILEIRO	315
Maurício Bueno e Rosana Baeninger	
Panorama geral do fluxo das remessas na América Latina	316
Economia das remessas	319
Perspectiva estruturalista	322
Perspectiva funcionalista	323
Enfoque contemporâneo	324
Evolução do fluxo de remessas ao Brasil	327
“Mercado com potencial”	328
Considerações finais	328
Bibliografia	330
CONSIDERAÇÕES FINAIS	332
Fausto Brito e Rosana Baeninger	
BIOGRAFIA AUTORES	343
Consultores	343
Colaboradores	343



Apresentação

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e o Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República, com o objetivo de subsidiar as políticas públicas brasileiras, iniciaram, em 2006, um estudo para analisar as principais mudanças demográficas em curso, as transformações no perfil etário da população, os movimentos migratórios e a situação das migrações internacionais do Brasil contemporâneo. O tema foi um dos dez principais indicados pelos atores consultados no âmbito do processo de elaboração do Plano Brasil 3 Tempos, que buscava organizar as perspectivas de longo prazo do desenvolvimento brasileiro.

O assunto interessa, sobretudo, aos que estão preocupados com as políticas sociais e as ações voltadas à redução das desigualdades, bem como a compreensão dos impactos causados pelas migrações internacionais para o Brasil e os fluxos de brasileiros para o exterior.

Para a concepção do trabalho, foram convidados especialistas de reconhecida competência no assunto, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG) e do Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp). Esses pesquisadores foram mobilizados pelo CGEE para trabalhar na importante tarefa de oferecer um diagnóstico da atual conjuntura nacional e traçar as dimensões futuras dos processos demográficos e a diversidade migratória da América Latina. A contribuição dos dois núcleos para o debate da questão demográfica se estende para além dos resultados aqui publicados. Embora não estejam publicados neste caderno, outros produtos foram elaborados no âmbito da pesquisa, como, por exemplo, a síntese do debate produzido na União Européia sobre o seu próprio processo de transição demográfica e as correspondentes iniciativas de política pública. A ação desenvolvida pelo CGEE foi ainda objeto de discussão prévia no governo federal a partir da aproximação dos trabalhos nas rodadas da Comissão de Orientação e Validação mantidas pelo NAE para este fim.

O documento está dividido em duas partes: a primeira, apresenta a transição demográfica, as políticas sociais, os desafios, as possibilidades e o crescimento demográfico na conjuntura nacional. A segunda, aponta a situação das migrações internacionais, diagnósticos dos fluxos migratórios, o contexto da América Latina, e outros movimentos de migração. O trabalho como um todo expõe, analisa, avalia e propõe recomendações de diretrizes e ações necessárias para o processo da transição demográfica do Brasil. O trabalho alerta, em especial, a oportunidade com que ainda toma o país nos próximos anos em termos de crescimento diferencial da população em idade ativa.

Esperamos, finalmente, que esta ação resulte em estímulo renovado à pesquisa, à reflexão prospectiva e às iniciativas necessárias de ajuste das políticas.

Lucia Carvalho Pinto de Melo

Presidenta do CGEE



Introdução

A transição demográfica e as migrações internacionais constituem dois dos principais desafios para a formação de políticas sociais e para a governabilidade no Brasil.

Segundo as estimativas, haverá um acréscimo de 90 milhões de habitantes à população brasileira nessa primeira metade do século 21. Será, ainda, um crescimento expressivo, porém significativamente menor que aquele que se esperava poucas décadas atrás. Já no início deste século, em 2005, a taxa de fecundidade total se encontrava em torno de 2,1, o que correspondia ao nível de reposição da população. No entanto, o crescimento populacional em torno de zero só será alcançado dentro de 40 ou 50 anos, primeira grande questão demográfica a ser considerada para a formulação de políticas.

Devido ao ritmo diferenciado de crescimento dos diversos subgrupos populacionais, entre os nascidos na primeira metade desse século, 30% seriam pertencentes ao segmento mais pobre da população, ou seja, aquele com menos de meio salário mínimo de renda familiar *per capita*. Aqueles nascidos de famílias com renda *per capita* inferior a um salário mínimo chegariam a cerca de 60%. Mesmo levando-se em conta as imperfeições das estimativas, não há dúvida de que a maioria dos nascidos será de famílias pobres.

Como a transição demográfica no Brasil tem sido mais acelerada que a ocorrida nos países desenvolvidos – hoje em fase bem mais adiantada que a brasileira –, suas conseqüências se fazem sentir, também, mais rapidamente no país, mormente no que se refere ao aumento do peso relativo dos idosos, à redução do tamanho das famílias, à maior diversificação dos arranjos sociais dentro delas e ao aumento da longevidade. A população em idade ativa ainda continuará crescendo nas próximas décadas. Pode-se considerar que as bases demográficas da economia e da sociedade têm se transformado rapidamente, exigindo um ajuste adequado que não se realizará sem a intermediação do Estado, mediante políticas sociais fundamentais.

Ainda que a transição demográfica seja acelerada e generalizada no Brasil, não se pode deixar de considerar que ela ocorre de modo desigual, tanto entre os diferentes estados e regiões do país, como entre os diversos subgrupos, classificados segundo os diferentes níveis de renda da população. Em outras palavras, estados e regiões, ou grupos sociais, situam-se em momentos e fases diferentes da transição demográfica.

O ritmo de crescimento e as estruturas etárias dos diversos grupos sociais da população brasileira, em 2000, segundo os níveis de renda familiar *per capita*, eram muito distintos. A pirâmide do subgrupo mais pobre era muito semelhante à daquelas populações historicamente de fecundidade alta. Aquele do subgrupo mais rico, à de populações com fecundidade extremamente baixa.

Como a transição demográfica ocorre de maneira desigual, segundo as diferenças regionais e sociais, obedecendo às desigualdades geradas pelo próprio desenvolvimento econômico e

social brasileiro, convive-se com problemas decorrentes de estágios atrasados e avançados da transição demográfica dentro da mesma sociedade.

Do ponto de vista estritamente demográfico, a pressão pelo aumento de gastos nos serviços públicos pertinentes às faixas etárias jovens, como educação, saúde e nutrição, ainda se manterá nas próximas décadas, não pelo aumento das populações a serem atendidas – os estoques permanecerão altos, mas o crescimento, praticamente nulo – porém, pela necessidade de aumentar os níveis de cobertura e, principalmente, a qualidade dos serviços. Trata-se de grande oportunidade propiciada pela transição da fecundidade. Há um consenso quanto à necessidade de políticas que garantam tanto a universalização do atendimento do ensino fundamental e do ensino médio, quanto de melhoria significativa de seus níveis de qualidade. O ensino fundamental, exclusivamente, não garante a inclusão social via mercado de trabalho, cujos requisitos para a entrada são cada vez mais rigorosos. O ensino médio assume importância fundamental, principalmente o profissionalizante.

O grupo etário que constituiria essa demanda potencial para o ensino fundamental e médio, ou seja, a população entre cinco e dezenove anos, tenderá a decrescer somente depois de 2020, quando alcançará seu tamanho máximo, cerca de 53,5 milhões de pessoas.

Tendo em vista a formulação das políticas sociais, é importante avaliar a distribuição dos jovens segundo o nível de renda *per capita* familiar. Segundo o Censo de 2000, a população jovem estava concentrada entre os mais pobres: 42% pertenciam às famílias com menos de meio salário mínimo de renda familiar *per capita*. Em termos absolutos, cerca de 20 milhões de pessoas. Acrescentando os demais jovens pertencentes às famílias com menos de um salário mínimo *per capita*, a proporção passa para 67%, aproximadamente, 32 milhões de jovens. Apenas 5% dos jovens faziam parte de famílias com mais de cinco salários mínimos de renda *per capita*.

Se os jovens devem ser objeto fundamental das políticas sociais, com muito mais razão devem ser os jovens pobres, que constituirão, em breve, a população em idade ativa e, majoritariamente, os idosos no futuro. Caso não haja políticas que permitam a mobilidade social desses jovens pobres, o Brasil reproduzirá, em proporção crescente, a pobreza. Com o objetivo de promover a justiça social, e levando em conta as relações intergeracionais, os 20 milhões de jovens pobres devem constituir, prioritariamente, a população meta das políticas públicas. Caso isso não aconteça, o declínio desigual da fecundidade poderá levar, paradoxalmente, a uma maior desigualdade.

Na primeira década deste século, entrarão no grupo 387 mil idosos por ano. Entre 2040 e 2050, estima-se, serão acrescentados mais de um milhão por ano. As conseqüências para as políticas públicas desse grande aumento da população idosa serão significativas. Serão 13 milhões de idosos, em 2010, e 49 milhões, em 2050. Na perspectiva de curto prazo, ou seja, entre 2007 e 2011, o número de idosos aumentará em cerca de 2.140 pessoas, passando de 11,7 milhões de indivíduos para 13,8 milhões. Sublinhe-se que, no final desta década, estima-se uma população jovem com 40 milhões de pessoas a mais do que os idosos.



Em 2050, haverá uma população idosa 3,7 vezes maior que a de 2000. Isso levará a uma enorme pressão sobre as políticas de prestação de serviços, de concessão de benefícios e de transferências para esse segmento da população. Para efeito de raciocínio, tomem-se as transferências, previstas constitucionalmente, como o Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC). O volume de recursos investidos deve ser multiplicado, *ceteris paribus*, por um fator semelhante àquele em que será aumentada a população idosa. No caso do BPC, são recursos puros de transferência, não envolvem contrapartida da contribuição. Envolvem recursos orçamentários, resultantes da política fiscal, que tem de ser equacionada para gerar receita que cubra as despesas orçamentárias com as transferências necessárias à seguridade social.

O passivo demográfico, determinado pelo longo período de fecundidade alta, ainda vai incorporar à População em Idade Ativa (PIA) cerca de 54 milhões de pessoas. Entretanto, a transição demográfica já trouxe benefícios, reduzindo o peso dos acréscimos decenais da PIA, principalmente dos seus grupos mais jovens. Apesar disso, nessa primeira metade de século, a demanda potencial pelo primeiro emprego variará entre 33 e 35 milhões de pessoas.

Durante a primeira metade do século 21, a idade média da PIA aumentará em sete anos, passando de 30, em 2000, para 37 anos, em 2050. Depois de 2040, a idade média da PIA será maior que a mediana.

O aumento do tamanho absoluto e do peso relativo da PIA, do ponto de vista estritamente demográfico, pode ser considerado um fator positivo para a economia. Essa seria a população que, teoricamente, mais produziria, pouparia, investiria e contribuiria com impostos e para a previdência. Em outras palavras, pressupõe-se que os jovens e os idosos consomem mais do que produzem e a população em idade ativa produz mais do que consome. Isso, em tese, será mais verdadeiro quanto mais envelhecida a PIA se tornar, pois maior seria a sua capacidade de poupança acumulada. O que não significa, necessariamente, no caso do Brasil, que essa poupança se transforme em capital produtivo, podendo, em grande parte, se esvaír pelo capital financeiro.

Os demógrafos têm chamado atenção para o importante dividendo demográfico que poderia ser usufruído pela sociedade e pela economia, no período entre 2010 e 2030, quando a razão de dependência total (RDT) alcançará seus menores valores, em torno de 50%, e o peso relativo dos idosos ainda será bem menor do que o dos jovens. Em outras palavras, para cada 100 pessoas em idade ativa, haveria apenas 50 jovens e idosos, com preponderância dos jovens. As transferências intergeracionais poderiam ser favorecidas pela relação de um por dois, ou seja, apenas uma pessoa dependente para cada duas potencialmente produtivas. Entre 2000 e 2040, a razão de dependência total estaria próxima de 50%, situação plenamente satisfatória do ponto de vista da dependência demográfica.

Entretanto, quando se considera a realidade da sociedade brasileira, cujo número de pessoas desocupadas é ainda muito grande, pode-se pensar em uma razão de dependência mais restri-

ta que a demográfica, se se considerar, em todas as idades, os não ocupados como dependentes dos ocupados. Segundo o Censo de 2000, ela seria de 161%, ou seja, para cada 100 pessoas ocupadas, haveria 161 não ocupadas.

Levando em conta a população contribuinte da previdência social, 34 milhões em 2000, poderíamos calcular outra razão de dependência, qual seja, aquela baseada na relação entre contribuintes e não contribuintes de todos os grupos etários: para cada 100 contribuintes em todos os grupos etários, haveria 506 não contribuintes, relação completamente adversa para o sistema de previdência social, mesmo considerando que uma parte da população mais pobre depende de políticas de transferência que não exigem contrapartida da contribuição.

As medidas estritamente ligadas às relações intergeracionais, como as razões de dependência e o índice de idosos, estão altamente correlacionadas aos níveis de renda *per capita* familiar. A razão de dependência total, no Brasil, do subgrupo populacional mais pobre, isto é, aquele com renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo, era, em 2000, superior à média nacional. Nos demais subgrupos, inferior. No grupo mais pobre, para cada 100 pessoas em idade ativa, havia 82 dependentes. Entre os mais ricos, aqueles com cinco ou mais salários mínimos de renda familiar *per capita*, havia em torno de 32 pessoas dependentes, por 100 pessoas em idade ativa, diferença, para menos, de cerca de 50 dependentes em relação aos grupos mais pobres.

Os dados sobre as relações entre diversos indicadores da transição demográfica e a renda familiar *per capita* mostram que as diferenças sociais levam, no Brasil, a desigualdades demográficas maiores que aquelas observadas entre as diferentes regiões. A transição demográfica aparece, nitidamente, nos seus diversos momentos, quando é analisada segundo as condições sociais e econômicas da população. Os benefícios e os bônus demográficos, assim como os desafios, são distintos, segundo a diversidade social. Considerando este fato e o objetivo de promover a justiça social, as políticas públicas poderão aproveitar as oportunidades criadas pelo bônus e benefícios demográficos, assim como levar a sociedade a se preparar para enfrentar os desafios gerados pela transição demográfica.

Outro desafio para os formuladores de políticas, no decorrer deste século, está pautado no entendimento e conhecimento acerca das migrações internacionais de brasileiros e dos fluxos para o Brasil. Essas ações devem contemplar tanto políticas sociais voltadas para o contingente migrante no local de destino e origem, quanto políticas de governabilidade dessas migrações. Trata-se, portanto, de níveis diferenciados de implementação de políticas que considerem os fatores macro e micro dos processos que contribuem e se refletem em fluxos cada vez mais volumosos de emigrantes brasileiros e de imigrantes no Brasil.

A nova etapa da economia mundial aumenta o fluxo de capital e leva ao aumento do fluxo de população (SASSEN, 1988; PORTES, 1996). Países como o Brasil passam a conviver com a saída



de sua população e, ao mesmo tempo, receber novos fluxos de migrantes estrangeiros, entrando na rota das migrações internacionais contemporâneas.

As recomendações referentes às migrações internacionais ancoram-se, de um lado, em políticas migratórias voltadas para os Direitos Humanos e, de outro, nas remessas dos emigrantes como fator positivo para diminuição da pobreza nos países de origem. É, portanto, na governabilidade das migrações internacionais que o tema deve ser aprofundado, para que se contemple de maneira adequada a dimensão institucional e as possíveis “brechas” que poderão possibilitar a diminuição das penosas condições dos emigrantes brasileiros.

Os fluxos migratórios de brasileiros para a Europa apresentam características relacionadas aos processos históricos e culturais de formação da sociedade brasileira; os fluxos contemporâneos mais importantes destinam-se a Portugal, Itália, Inglaterra e Espanha. Os pontos de origem dessa migração não se concentram apenas no Sudeste, mas englobam cidades das regiões metropolitanas do Sul e Nordeste e cidades médias. Esses fluxos são marcados por migrantes com nível médio e superior de escolaridade, incluindo trabalhadores qualificados. Apesar das restrições à imigração na Europa, a tendência ao aumento do fluxo até 2022 é bastante previsível, sobretudo dos fluxos em direção à Espanha.

Os fluxos migratórios entre o Brasil e os países da América Latina apresentam aspectos históricos, mas que recentemente passaram a se inserir nos deslocamentos vinculados às transformações da economia mundial. No cenário das migrações contemporâneas na América Latina, o Brasil registrava, já nos anos 1970, evasão de população para o Paraguai, sendo que, recentemente, passou a aumentar a saída de população para a Venezuela e Guiana Francesa. Ao mesmo tempo, o país tem se tornado área de absorção de migrantes vindos da Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai.

Finalmente, para que se contemplem todos os processos advindos da migração internacional de e para o Brasil contemporâneo, é preciso considerar os migrantes refugiados. O Brasil tem compromissos internacionais assumidos de proteção de refugiados desde 1960, com a ratificação da Convenção de 1951; recentemente, assumiu posições favoráveis ao recebimento de refugiados que possam ter o reconhecimento e garantias de direitos específicos, de acordo com suas necessidades.

Desse modo, entre as principais questões demográficas no século 21, apresenta-se neste estudo aquelas referentes às implicações da etapa atual e futura da transição demográfica, bem como àquelas referentes aos movimentos migratórios internacionais de e para o Brasil.



Parte 1





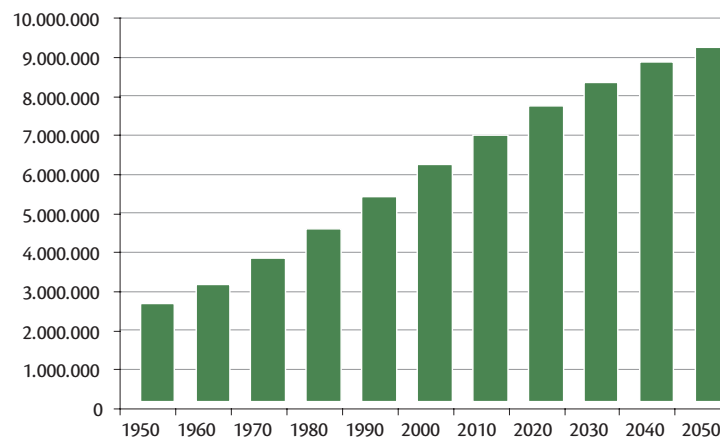
A transição demográfica e as políticas sociais no Brasil

Fausto Brito
José Alberto Magno de Carvalho
Cássio Maldonato Turra
Bernardo Lanza Queiróz

O Brasil e as tendências da população mundial: rumo ao crescimento zero

Nas três primeiras décadas da segunda metade do século passado, o crescimento e o tamanho da população mundial situavam-se na lista das grandes preocupações das principais instituições multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial, e de governos, como o dos Estados Unidos da América. Economistas, demógrafos e ecólogos reforçavam a importância dos temas demográficos, mostrando a possibilidade de uma explosão demográfica que, certamente, traria graves problemas para a humanidade (Gráfico 1). Entre esses especialistas, ganhava evidência a tese da pressão demográfica sobre a oferta de recursos naturais não renováveis e, em particular, sobre a oferta de alimentos. Suscita-se, então, uma pergunta fundamental: havia realmente uma tendência a um crescimento da população mundial além da capacidade de sustentabilidade do planeta?

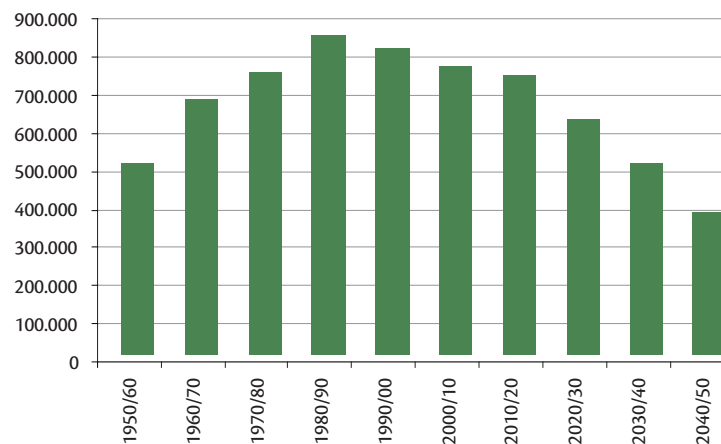
Gráfico 1 – População Mundial Total, 1950-2050 (por mil)



Fonte: ONU, Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision.

Observa-se que, em apenas três décadas, entre 1950 e 1980, foram acrescentados à população mundial quase 2 bilhões de habitantes. Um bilhão a mais de pessoas do que o incremento ocorrido durante toda a primeira metade do século, quando a população mundial passou de 1,7 bilhão para 2,6 bilhões de habitantes. Houve, sem dúvida, aumento expressivo da população mundial, que teve o seu pico, em termos absolutos, nos anos 1980 (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Incremento Decenal da População Mundial, 1950-2050 (por mil)

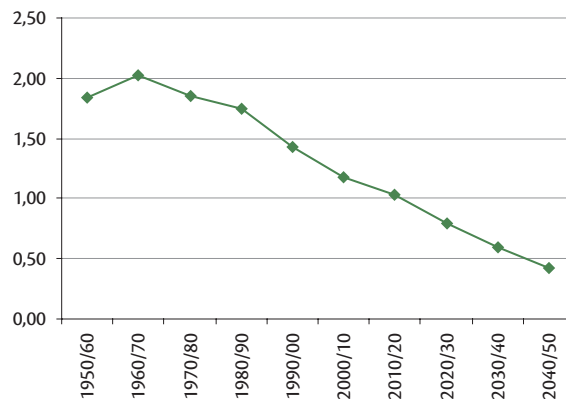


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

Os especialistas, instituições e países envolvidos com as questões demográficas sequer imaginavam que os anos 1980 poderiam apresentar inflexão no crescimento absoluto da população mundial. Estavam extremamente preocupados com a velocidade do crescimento, tendo como referência as taxas das três primeiras décadas da segunda metade do século, próximas de 2% ao ano (Gráfico 3). No entanto, já a partir dos anos 1970, as taxas de crescimento da população mundial apresentavam-se declinantes, com comportamento praticamente linear.



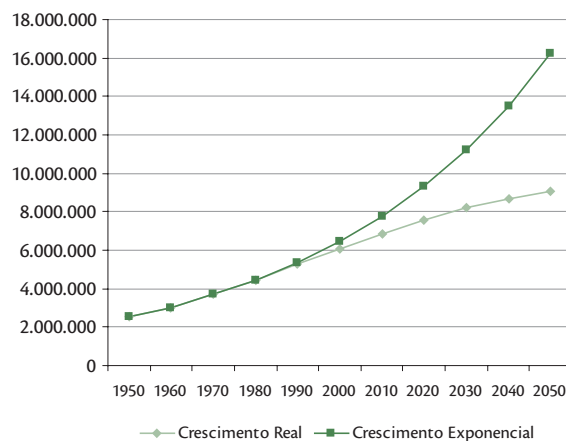
Gráfico 3 – Taxas Médias Anuais de Crescimento da População Mundial, 1950-2050 (%)



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

Um exercício interessante, consoante com o que imaginavam alguns especialistas em questões de população, seria simular a trajetória do tamanho da população mundial, caso prevalecesse a taxa de crescimento dos anos 1960. Chegar-se-ia, em 2050, a uma população próxima de 18,5 bilhões de habitantes, um pouco mais que o dobro das projeções revistas da Organização das Nações Unidas, 9,1 bilhões (Gráfico 4).

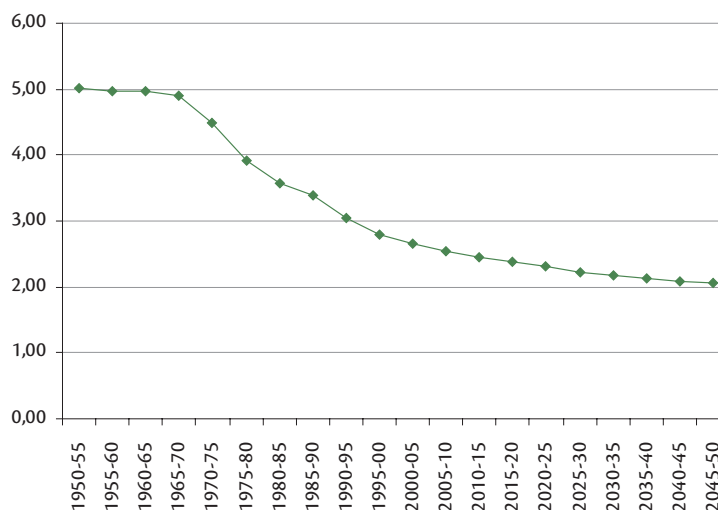
Gráfico 4 – Crescimento Real e Exponencial da População Mundial, 1950-2050 (por mil)



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

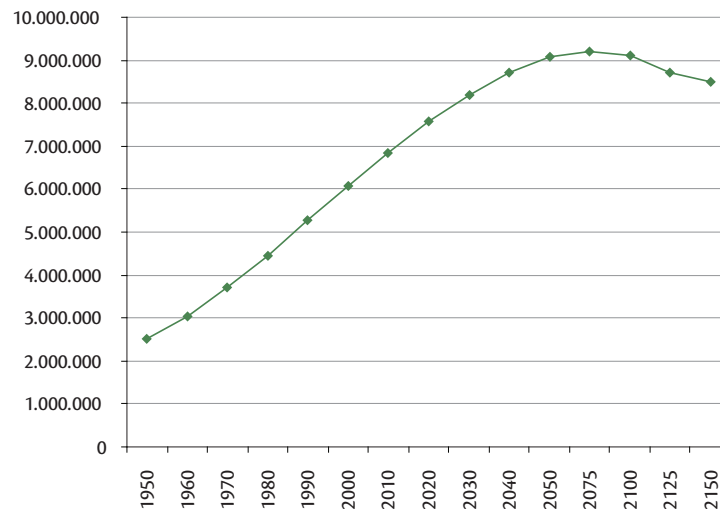
A principal causa das reduções, tanto das taxas anuais de crescimento da população mundial, quanto do incremento absoluto, foi, sem dúvida, o rápido e acentuado declínio dos níveis de fecundidade. Note-se que, no período de 1950 a 1970, quando os especialistas mostravam grande apreensão quanto às possíveis tendências da população mundial, a taxa de fecundidade total (TFT), ou seja, o número médio de filhos por mulher ao final do período reprodutivo, estava próxima de 5,0 (Gráfico 5). Contudo, após os anos 1970, houve um declínio acentuado dessa taxa e já no último quinquênio do último século era inferior a 3,0.

Gráfico 5 – Taxa de Fecundidade Total da População Mundial, 1950-2050



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

Os gráficos anteriores indicam nítida tendência ao estancamento do crescimento da população mundial, em função do declínio das taxas de fecundidade, que devem chegar, em 2050, a 2,0 ao ano, abaixo do nível necessário para que, no médio prazo, o número de nascimentos reponha o de óbitos. A taxa corrente de crescimento anual da população estará, então, abaixo de 0,5% ao ano, tendendo, em seguida, a valores negativos. O tamanho da população estará, em 2050, próximo a 9 bilhões de habitantes, com incremento absoluto decenal inferior ao que ocorria nos anos 1950. Em tais circunstâncias, a população mundial tenderá a uma situação estacionária e, posteriormente, declinante. Segundo as estimativas da Organização das Nações Unidas, revisão de 2004, em 2075, a população mundial deverá chegar ao seu tamanho máximo, 9,2 bilhões de habitantes. A partir de então, começará a diminuir em termos absolutos, provavelmente chegando ao final do século com 100 milhões de habitantes a menos que em 2075 (Gráfico 6).

**Gráfico 6 – População Mundial Total, 1950-2150 (por mil)**

Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

A grande preocupação das instituições internacionais, e de inúmeros especialistas, era, e em boa parte continua sendo, com o tamanho e crescimento da população dos países menos desenvolvidos. Já em 1950, residiam nos países em desenvolvimento 68% da população mundial, proporção que tenderia a crescer, chegando ao ano 2000 com 80% e, estima-se, a 2050 com 86%. A tendência tem sido a concentração cada vez maior da população do planeta nos países em desenvolvimento (Tabela 1).

Esse fenômeno pode ser analisado, comparando o crescimento em termos absolutos – incremento médio anual da população – dos dois grupos de países. Entre as décadas de 1950 e 1990, não só o crescimento absoluto dos países menos desenvolvidos foi maior que o dos mais desenvolvidos, como se mostrou crescente, ao contrário dos países mais ricos, onde foi decrescente (Gráfico 7). No conjunto, o crescimento populacional deverá se tornar negativo a partir dos anos 2030. Ressalve-se que os países menos desenvolvidos, também, a partir dos anos 1990, passaram a ter incremento médio anual da população decrescente e devem chegar a 2050 com crescimento absoluto inferior ao de 1950.

Tabela 1 – População Mundial Total, Segundo Regiões mais Desenvolvidas* e Menos Desenvolvidas, 1950-2050 (por mil)**

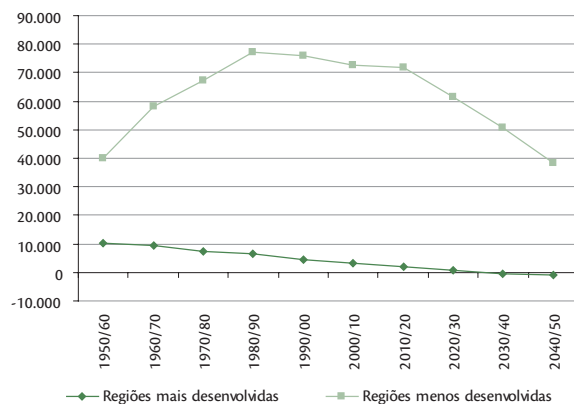
Período	Regiões			Participação relativa (%)		
	Mais desenvolvidas	Menos desenvolvidas	Mundo	Mais desenvolvidas	Menos desenvolvidas	Mundo
1950	812.772	1.706.698	2.519.470	32,26	67,74	100,00
1960	915.300	2.108.512	3.023.812	30,27	69,73	100,00
1970	1.007.673	2.688.915	3.696.588	27,26	72,74	100,00
1980	1.082.539	3.359.755	4.442.295	24,37	75,63	100,00
1990	1.148.572	4.130.947	5.279.519	21,76	78,24	100,00
2000	1.193.354	4.892.218	6.085.572	19,61	80,39	100,00
2010	1.225.678	5.617.246	6.842.923	17,91	82,09	100,00
2020	1.244.413	6.333.475	7.577.889	16,42	83,58	100,00
2030	1.250.658	6.948.446	8.199.104	15,25	84,75	100,00
2040	1.247.071	7.454.248	8.701.319	14,33	85,67	100,00
2050	1.236.200	7.839.702	9.075.903	13,62	86,38	100,00

Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

* As regiões mais desenvolvidas compreendem as seguintes regiões: Europa, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e Japão.

**As regiões menos desenvolvidas compreendem as seguintes regiões: África, Ásia (excluindo o Japão), América Latina e Caribe, Melanésia, Micronésia e Polinésia.

Gráfico 7 – Incremento Médio Anual da População Mundial, Segundo Regiões mais Desenvolvidas* e Menos Desenvolvidas, 1950-2050 (por mil)**



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

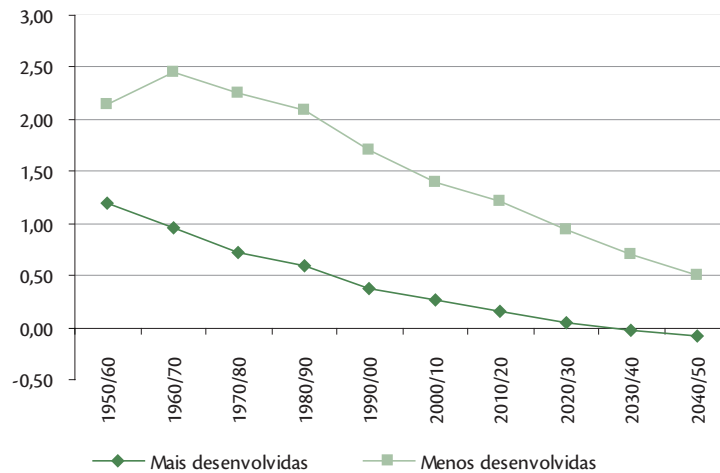
* As regiões mais desenvolvidas compreendem as seguintes regiões: Europa, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e Japão.

**As regiões menos desenvolvidas compreendem as seguintes regiões: África, Ásia (excluindo o Japão), América Latina e Caribe, Melanésia, Micronésia e Polinésia.



A evolução das taxas de crescimento médio anual dos dois conjuntos de países mostra que, apesar do seu aumento até a década de 1960 entre os menos desenvolvidos, em seguida teve início um processo de redução mais acelerado que a dos mais desenvolvidos (Gráfico 8). A partir de 2030, estima-se que estes últimos terão taxas negativas, ou seja, já terão sua população diminuindo em termos absolutos.

Gráfico 8 – Taxas Geométricas Anuais de Crescimento da População Mundial, Segundo Regiões mais Desenvolvidas* e Menos Desenvolvidas, 1950-2050 (%)**



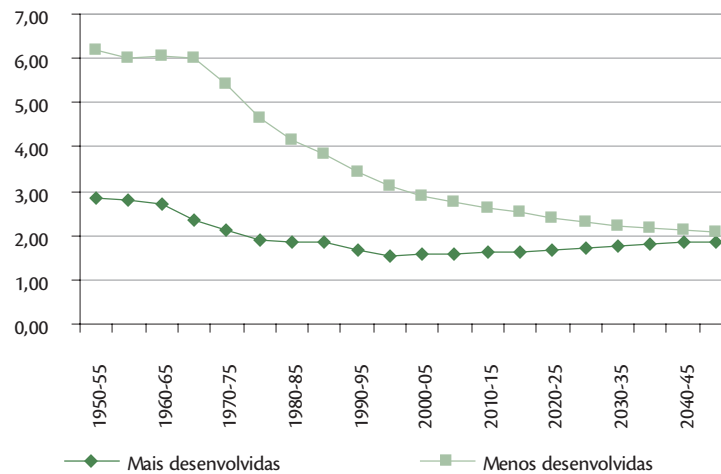
Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

* As regiões mais desenvolvidas compreendem as seguintes regiões: Europa, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e Japão.

**As regiões menos desenvolvidas compreendem as seguintes regiões: África, Ásia (excluindo o Japão), América Latina e Caribe, Melanésia, Micronésia e Polinésia.

A diminuição da velocidade do crescimento dos dois grandes grupos de países considerados deve-se ao declínio dos seus respectivos níveis de fecundidade (Gráfico 9). Os mais desenvolvidos tinham, entre 1950-1955, uma Taxa de Fecundidade Total (TFT) média de 2,8, que, provavelmente, só seria igualada pelo grupo dos menos desenvolvidos no quinquênio atual, 2050-2010. Atente-se para o fato de que, segundo as projeções das Nações Unidas, a diferença nas respectivas taxas dos dois grupos tenderá a diminuir, chegando, provavelmente, próximo da convergência em 2050.

Gráfico 9 – Taxa de Fecundidade Total da População Mundial, Segundo Regiões mais Desenvolvidas* e Menos Desenvolvidas, 1950-2050**



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

* As regiões mais desenvolvidas compreendem as seguintes regiões: Europa, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e Japão.

**As regiões menos desenvolvidas compreendem as seguintes regiões: África, Ásia (excluindo o Japão), América Latina e Caribe, Melanésia, Micronésia e Polinésia.

Há nítida defasagem temporal entre as trajetórias do nível de fecundidade dos dois conjuntos de países. Isso porque passaram pela transição demográfica em períodos muito diferentes (grosso modo, final do século XIX e primeira metade do século XX, os desenvolvidos; segunda metade do século XX e início do século XXI, os em desenvolvimento).

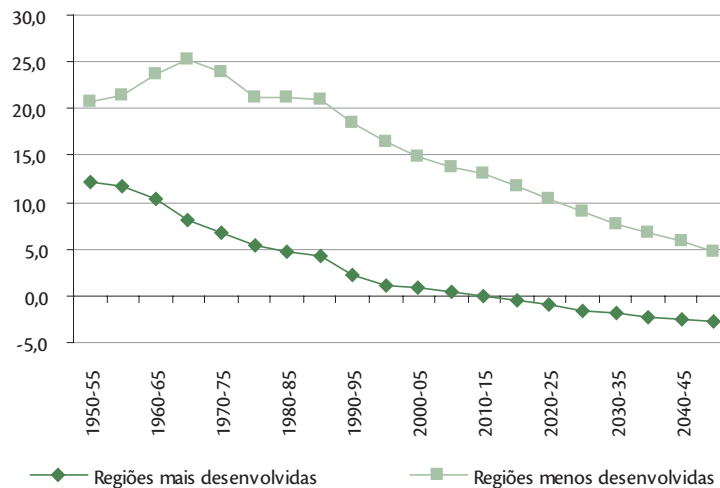
O que seria a transição demográfica? Para sua compreensão, ainda que esquemática, há que se levar em conta quatro fases e três momentos fundamentais. Em um primeiro momento, passa-se de uma fase em que as taxas brutas de natalidade e de mortalidade são altas e, conseqüentemente, o crescimento vegetativo da população é baixo, para uma segunda fase em que o nível de mortalidade inicia um processo consistente de queda, enquanto o de fecundidade ainda se mantém alto. Nesta fase, o ritmo do crescimento natural da população aumenta de maneira sustentada. Esse é o período de mais rápido crescimento demográfico, que só vai se desacelerar a partir do momento em que se iniciar o processo de declínio persistente da fecundidade, inaugurando uma fase caracterizada por incremento populacional a ritmo decrescente. Por fim, há um terceiro momento, a partir do qual já se encontram baixos os níveis, tanto de fecundidade, quanto de mortalidade, entrando-se em uma fase de crescimento muito lento, nulo, ou até negativo da população.



No caso dos países mais desenvolvidos, em 1950, o crescimento vegetativo já era bem baixo, pois já estavam na fase final de sua transição demográfica. Em seu conjunto, deverão alcançar crescimento negativo, segundo as estimativas da ONU, após 2010 (Gráfico 10).

No caso dos países em desenvolvimento, em seu conjunto houve aceleração em seu ritmo de crescimento vegetativo desde meados do século até 1970, quando se iniciou o declínio, acelerado depois de 1990. Começando bem mais tarde a sua transição demográfica, o conjunto dos países menos desenvolvidos provavelmente chegará, em 2050, com um ritmo de crescimento semelhante àquele observado entre os mais desenvolvidos no último quinquênio da década de 1990.

Gráfico 10 – Taxas de crescimento vegetativo da população mundial, segundo regiões mais desenvolvidas* e menos desenvolvidas, 1950-2050**



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

* As regiões mais desenvolvidas compreendem as seguintes regiões: Europa, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e Japão.

**As regiões menos desenvolvidas compreendem as seguintes regiões: África, Ásia (excluindo o Japão), América Latina e Caribe, Melanésia, Micronésia e Polinésia.

Uma alternativa para analisar a população mundial, além da mera divisão em dois grandes grupos, é considerá-la segundo suas grandes regiões, destacando-se, em particular, América Latina e Caribe. As regiões seriam, então, África, América Latina e Caribe, América do Norte, Ásia, Europa e Oceania, e o período analisado, de 1950 a 2050. Mais de 55% da população mundial reside e residirá no Continente Asiático nesses cem anos, sendo que, entre 1980 e 2020, a proporção chegará a 60% (Tabela 2). Apesar de pequena redução na sua participação relativa, a população asiática continuará crescendo em termos absolutos. É fundamental sublinhar que os países mais populosos

do mundo, a China e a Índia, fazem parte do continente mencionado. Chamam atenção dois outros fenômenos demográficos importantes: o declínio da participação relativa da população europeia e o aumento da africana. A última será multiplicada por 8,6 vezes, enquanto a primeira, por 1,2. A América Latina e o Caribe, se não aumentarem muito a sua participação relativa, crescerão substancialmente, multiplicando a sua população em 4,7 vezes. A América do Norte diminuirá um pouco a sua participação relativa, ainda que multiplicando a sua população 2,6 vezes. A Oceania manterá a sua pequena participação, apenas 0,5%, apesar de sua população crescer 3,7 vezes.

Tabela 2 – População Mundial Total (por mil) e Participação Relativa (%), Segundo os Grandes Continentes, 1950-2050

Regiões	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2030	2040	2050
África	224.068	281.659	363.535	478.824	635.685	812.466	1.006.905	1.228.276	1.463.493	1.704.870	1.936.952
Ásia	1.396.254	1.699.137	2.140.425	2.630.386	3.168.616	3.675.799	4.130.383	4.553.791	4.872.472	5.091.829	5.217.202
Europa	547.405	604.406	655.862	692.435	721.390	728.463	725.786	714.959	698.140	677.191	653.323
América Latina e Caribe	167.323	218.577	285.196	362.210	443.745	522.930	598.773	666.954	722.377	761.269	782.903
América do Norte	171.617	204.147	231.931	255.544	283.360	314.968	346.063	375.000	400.078	420.804	437.949
Oceania	12.807	15.884	19.639	22.893	26.721	30.949	35.017	38.909	42.543	45.356	47.572
Mundo	2.519.474	3.023.810	3.696.588	4.442.292	5.279.517	6.085.575	6.842.927	7.577.889	8.199.103	8.701.319	9.075.901
	%										
África	8,89	9,31	9,83	10,78	12,04	13,35	14,71	16,21	17,85	19,59	21,34
Ásia	55,42	56,19	57,90	59,21	60,02	60,40	60,36	60,09	59,43	58,52	57,48
Europa	21,73	19,99	17,74	15,59	13,66	11,97	10,61	9,43	8,51	7,78	7,20
América Latina e Caribe	6,64	7,23	7,72	8,15	8,41	8,59	8,75	8,80	8,81	8,75	8,63
América do Norte	6,81	6,75	6,27	5,75	5,37	5,18	5,06	4,95	4,88	4,84	4,83
Oceania	0,51	0,53	0,53	0,52	0,51	0,51	0,51	0,51	0,52	0,52	0,52
Mundo	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

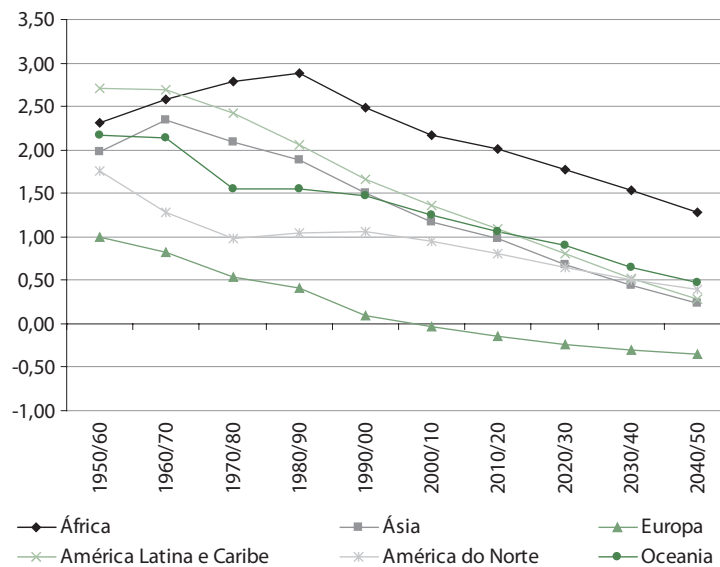
Fonte: ONU, Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision.

Na Ásia, em termos de incremento absoluto médio anual, ainda que tenha começado a decrescer desde a década de 1980, representará mais da metade do incremento da população mundial até os anos 2020. A contribuição da África, a partir dos anos 2030, superará a da Ásia, consequência de crescimento absoluto ascendente durante toda a primeira metade do século 21 (Gráfico 11). A Europa, com um incremento decrescente desde o início do período analisado, passará a



tê-lo negativo já a partir da corrente década. Tanto a América do Norte quanto a Latina e o Caribe, que tinham incremento populacional crescente, passarão a tê-lo declinante a partir do primeiro decênio deste século. O mesmo acontece com a Oceania, só que uma década antes.

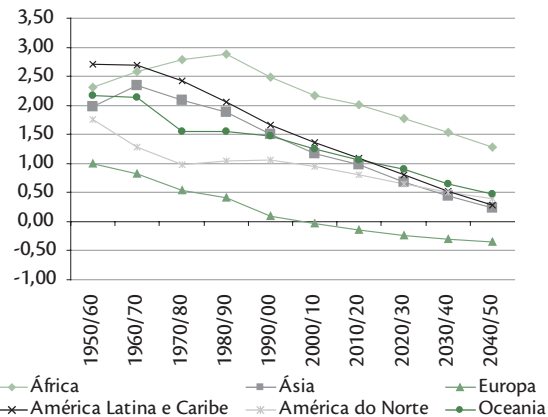
Gráfico 11 – Incremento Médio Anual da População Mundial, Segundo os Grandes Continentes, 1950-2050



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

Em segundo lugar, analisa-se o ritmo do crescimento populacional. Novamente, dois casos extremos: a Europa e a África (Gráfico 12). O Velho Continente, desde 1950, tinha uma taxa de crescimento mais baixa que as outras regiões e em declínio. Na primeira década deste século, suas taxas tornaram-se negativas, indicando, como foi visto na análise do incremento absoluto, que a sua população começava a diminuir em termos absolutos. Por outro lado, a África, com ritmo de crescimento ascendente, chegou a quase a 3% ao ano entre 1980 e 1990, quando começou a desacelerar; mesmo assim, manteve-se durante todo o período com as maiores taxas. As outras regiões, a partir dos anos 1970, reduziram a velocidade do seu crescimento populacional, convergindo no final do período para taxas muito baixas, próximas a 0,5% ao ano. A América Latina é que deve apresentar a menor taxa desse grupo, com apenas 0,28% ao ano.

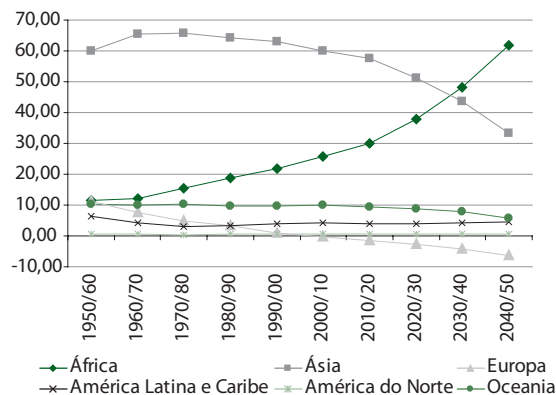
Gráfico 12 – Taxas Geométricas Anuais de Crescimento da População Mundial, Segundo os Grandes Continentes, 1950-2050 (%)



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision.*

Os resultados anteriores indicam uma questão importante: até os dias atuais, a Ásia é o continente que mais contribuiu para o crescimento da população mundial, entretanto essa situação não permanecerá até 2050. Os dados sobre o comportamento futuro do incremento médio da população mostram que a África deverá passar à frente da Ásia na década de 2030 (Gráfico 13). Isso não deixa de ser um fato notável. A esse fenômeno, acrescenta-se que todos os outros continentes reduzirão suas contribuições relativas, e a Europa, desde o início deste século, em virtude da diminuição da sua população, terá participação negativa no crescimento da população mundial.

Gráfico 13 – Participação Relativa no Incremento Absoluto da População Mundial, Segundo os Grandes Continentes, Mundo, 1950-2050 (%)

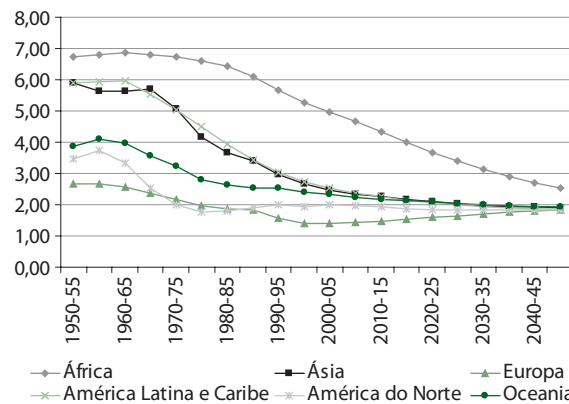


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision.*



A tendência de redução da velocidade do crescimento da população é consequência do acelerado declínio nas taxas de fecundidade total, principalmente na América Latina e Caribe e na Ásia. Esses dois grandes conjuntos de população tinham, em 1950, uma TFT semelhante, próxima de 6 filhos por mulher (Gráfico 14). Após 1965, iniciaram declínio acelerado, obedecendo a curvas praticamente iguais, que convergirão para fecundidade provavelmente abaixo do nível de reposição em 2050. A África terá uma redução na sua fecundidade em ritmo mais moderado. Partindo de uma TFT de 6,7 em 1950, chegará, provavelmente, a 2050 com 2,52 filhos por mulher, diminuição expressiva, mas que manterá o continente africano com a mais alta taxa de fecundidade do mundo. A Europa, a América do Norte e a Oceania tinham um patamar bem mais baixo, principalmente a primeira, que, já nos anos 1970, tinha uma TFT abaixo do nível de reposição. Mais uma vez, observa-se convergência das diferentes regiões no final do período em análise, todas com fecundidade abaixo do nível de reposição, à exceção da África.

Gráfico 14 – Taxa de Fecundidade Total da População Mundial, Segundo os Grandes Continentes, 1950-2050

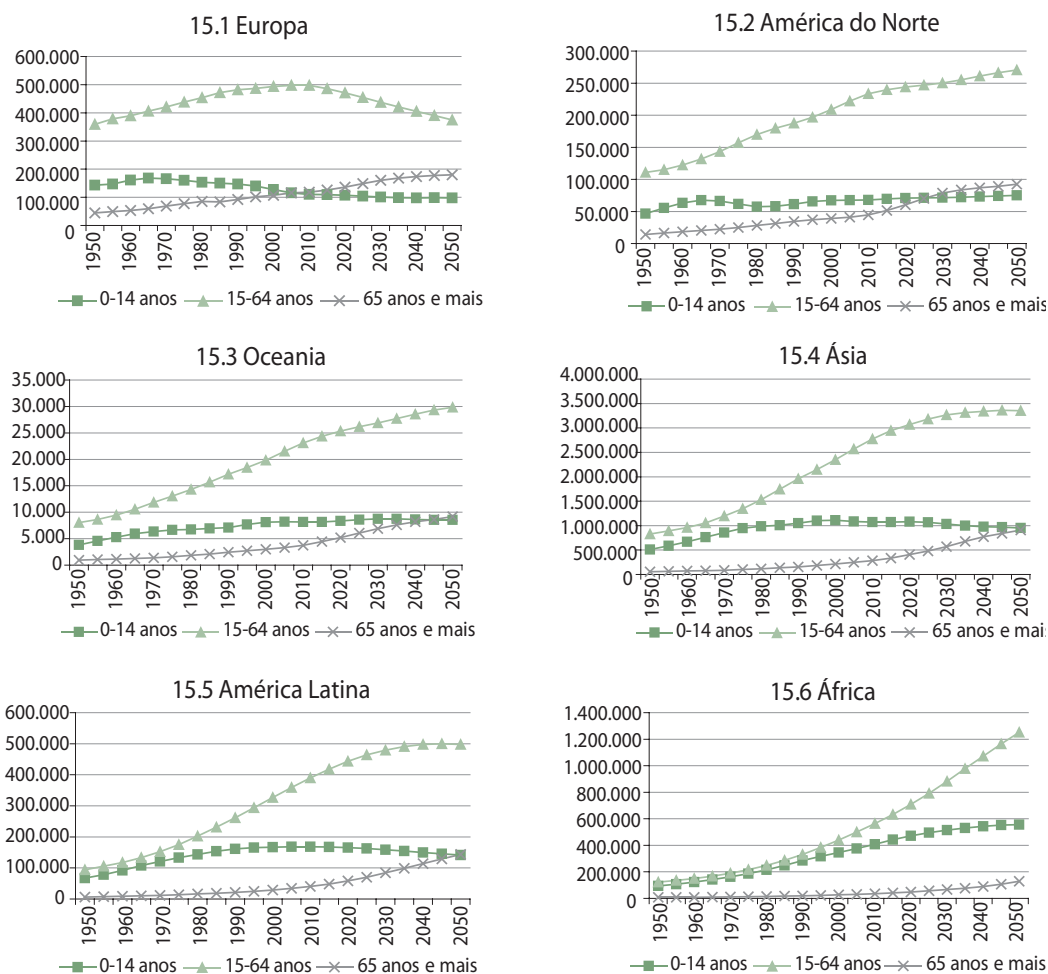


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

As diferentes histórias demográficas das grandes regiões do planeta têm implicações sobre suas estruturas etárias (Gráfico 15). A análise se limitará aos grandes grupos etários. Em primeiro lugar, a Europa destaca-se como a primeira região onde o número de idosos superou o de jovens. Tal fato teria ocorrido, segundo as estimativas da ONU, em 2005. Acompanhando o comportamento da sua população total, a PIA, desde o segundo decênio deste século, deverá diminuir em termos absolutos (Gráfico 15.1). Essa situação europeia diferencia-se até de outra região desenvolvida, a América do Norte, onde os jovens esperarão duas décadas a mais para superarem os idosos, e a PIA continuará crescendo além de 2050 (Gráfico 15.2). Quanto à Oceania, a situação é semelhante à

norte-americana, porém, tendo uma população menos idosa, o número de jovens só superará o de idosos uma década depois (Gráfico 15.3). Não esquecendo as notáveis diferenças de tamanho das populações, a situação etária proporcional da Ásia e da América Latina e Caribe é muito semelhante. As duas regiões terão suas respectivas PIA, em 2050, diminuindo em termos absolutos. E, próximo a 2050, os idosos superarão, em número, os jovens (Gráficos 15.4 e 15.5). A África se distanciará muito das outras regiões. O grupo dos jovens, em 2050, ainda será mais de quatro vezes superior ao dos idosos, e a PIA ainda estará crescendo a uma taxa de 1,5% ao ano (Gráfico 15.6).

Gráfico 15 – População dos Grandes Continentes, Segundo Grandes Grupos Etários, 1950-2050

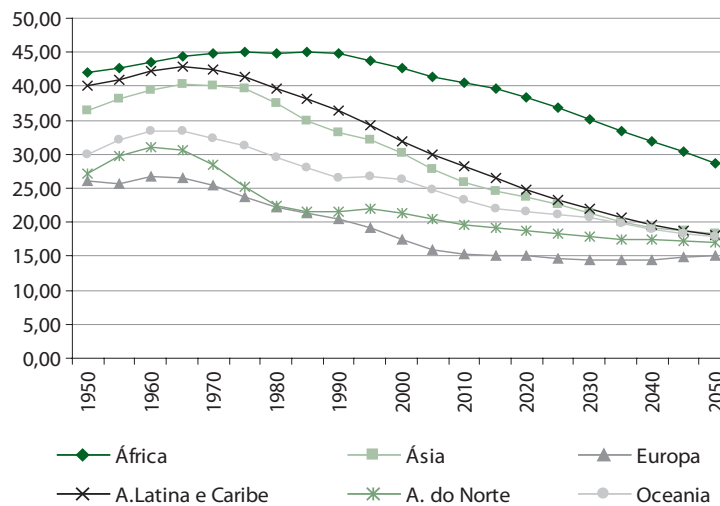


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.



A comparação das regiões segundo os grandes segmentos da distribuição etária é muito sugestiva do ponto de vista analítico (Gráfico 16). Em primeiro lugar, será considerada a proporção dos jovens de cada região em relação à sua população total. Verifica-se, então, que a África era e continuará sendo a região mais jovem. Em 1950, sua proporção de jovens estava um pouco acima da proporção da América Latina e Caribe. Entretanto, a distância entre as duas regiões começou a aumentar após a década de 1970 e continuará expressiva até 2050. Todas as regiões, à exceção da Europa, apresentaram crescimento na sua proporção de jovens até 1965-70, mas, logo após, começaram a decliná-la, convergindo, em 2050, para cerca de 18%. A África terá, naquele ano, uma proporção superior, próxima de 30%, e a Europa, um pouco abaixo, cerca de 15%.

Gráfico 16 – Proporção de Jovens em Relação à População Total, Segundo os Grandes Continentes, 1950-2050 (%)

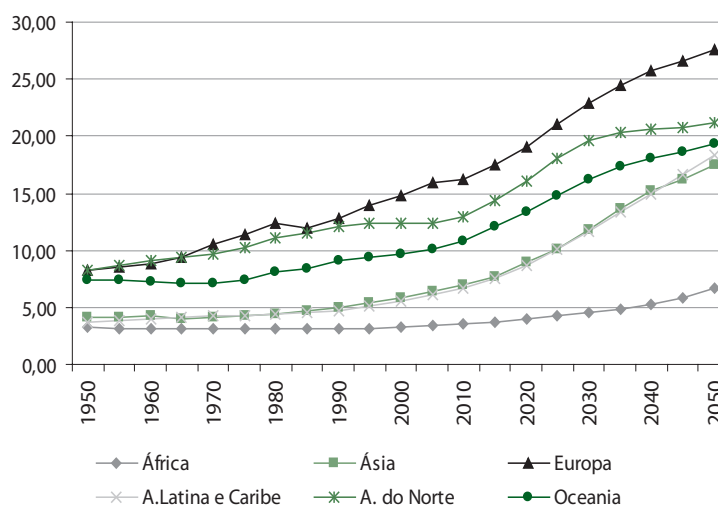


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

No outro extremo da estrutura etária, considera-se a proporção de idosos em relação à população total, que mede o grau de envelhecimento de uma população. Entre 1950 e 1965, a Europa e a América do Norte tinham uma proporção de idosos semelhante e ainda relativamente baixa, menos de 10%. Daí em diante, o Velho Continente iniciou um processo mais acelerado de envelhecimento de sua população e alcançará o final do período analisado com cerca de 28% de idosos. A América do Norte atingirá uma proporção menor, 15%. A Oceania tem tido uma trajetória semelhante à da América do Norte, porém com um grau de envelhecimento um pouco menor.

América Latina e Caribe e Ásia, mais uma vez, apresentam evolução semelhante na trajetória de envelhecimento das suas populações. Em 2050, ambas terão uma proporção de idosos em torno de 18%, contra menos de 5% em 1950. A África, como seria de se esperar, tem, entre todas as regiões, a população menos envelhecida. Durante os 100 anos analisados, sua proporção de idosos passará de 3% para 7% no total da população (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Proporção de Idosos em Relação à População Total, Segundo os Grandes Continentes, 1950-2050 (%)



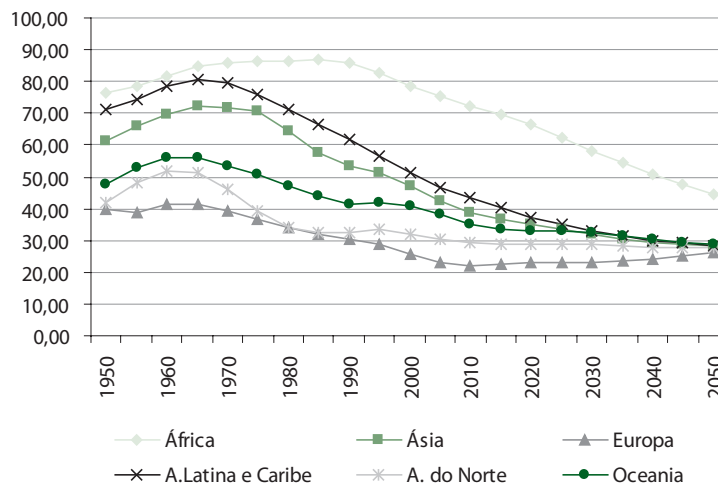
Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

A estrutura etária pode ser analisada não só pela dinâmica, no tempo, dos seus grupos etários, mas também pela relação entre eles, ou seja, pelas relações intergeracionais. Considerando os três grandes grupos etários, pode-se calcular a relação de dependência demográfica total: o número de jovens (população menor que 15 anos) somado ao de idosos (população maior que 65 anos), ou seja, aqueles, teoricamente, dependentes da população em idade ativa (PIA = entre 15 e 65 anos), divididos pela população em idade ativa. Obtêm-se, assim, a razão de dependência total, que pode ser considerada pelos seus componentes; a razão de dependência dos jovens (RDJ = população menor de 15 anos dividida pela PIA); a razão de dependência dos idosos (RDI = população de 65 anos ou mais de idade dividida pela PIA). Serão utilizados, nessa análise, esses dois componentes da razão de dependência total, em porcentagem.



A razão de dependência dos jovens mostra que a Europa, em 1950, tinha 40 jovens para cada 100 habitantes em idade ativa. Era o índice mais baixo de todas as regiões, e assim se manterá até 2050 (Gráfico 18). A América do Norte é a que tem a curva da Razão de Dependência dos Jovens (RDJ), no tempo, razoavelmente próxima da europeia, assim como a Oceania, ainda que com valores bem acima da europeia. Ásia e América Latina e Caribe têm pontos de partida distintos em 1950: a primeira, com 61 jovens para cada 100 pessoas em idade ativa; a segunda, com uma RDJ inferior em 10%. Entretanto, essas duas regiões juntam-se às outras, com exceção da África, na tendência a convergir suas razões de dependências dos jovens para um valor, em 2050, entre 26% e 29%. Mais uma vez a situação demográfica da África aparece como particular. Até os anos 1970, a RDJ da África em muito assemelhava-se à da América Latina e Caribe, distanciando-se rapidamente em seguida. Em 2050, a RDJ da África ainda será de 44%.

Gráfico 18 – Razão de Dependência dos Jovens, Segundo os Grandes Continentes, 1950-2050 (%)

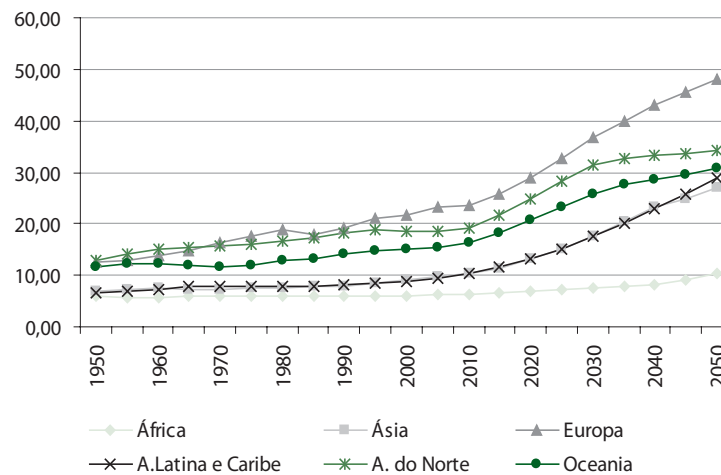


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

Europa, América do Norte e Oceania, no início do período analisado, tinham as maiores Razões de Dependência dos Idosos (RDI), mas, ainda, com valores relativamente baixos. A Europa tinha uma RDI próxima de 13 idosos para cada 100 habitantes em idade ativa, com tendência crescente, cujos valores aumentarão durante todo o período 2000-2050. Em 2050 terá, provavelmente, cerca de 50 idosos para cada 100 habitantes em idade ativa, valor bem acima daquele de todas as outras regiões. América do Norte e Oceania alcançariam em torno de 34% e 31%, respectivamente. Na América Latina e na Ásia, as trajetórias e os níveis de suas RDI foram e serão muito semelhantes

durante todo o período analisado, enquanto a África, mais uma vez, revela sua especificidade demográfica. No início do período, as três regiões apresentavam RDI muito próximas, abaixo de 10 idosos por 100 pessoas em idade ativa. A Ásia e a América Latina e Caribe terão suas taxas rapidamente crescentes neste século, aproximadamente de 30 em 2050, enquanto, no mesmo ano, a África deverá ter em torno de 10 idosos para cada 100 indivíduos em idade ativa.

Gráfico 19 – Razão de Dependência dos Idosos, Segundo os Grandes Continentes, 1950-2050 (%)



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

A situação demográfica mundial, segundo os indicadores utilizados na análise, revela que as grandes regiões do planeta vivem momentos diferenciados quanto a sua transição demográfica. A Europa já em fase extremamente avançada da transição demográfica. A América do Norte e a Oceania também em fases avançadas, mas ainda um pouco distantes da situação européia. Ásia, América Latina e Caribe podem ser consideradas em um momento intermediário. A África, sem dúvida, está, ainda, em fase mais atrasada da transição demográfica, aquela em que se dá início ao processo sustentado de declínio da fecundidade.

O Brasil situa-se entre os países megapopulacionais, ou seja, aqueles que têm população superior a 100 milhões de habitantes (Tabela 3). Até 2020, segundo as Nações Unidas, a China continuará sendo o país mais populoso do mundo. A partir de então, a Índia deverá tomar o seu lugar. Note-se que, até o ano 2000, esses países representavam cerca de 60% da população mundial. Essa participação relativa deve diminuir; contudo, em 2050, ainda deverão responder por 55% da população mundial.



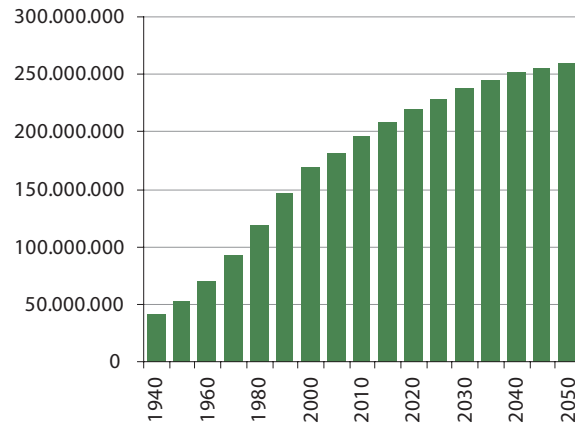
Tabela 3 – População Total, Segundo Países Mais Populosos do Mundo, 1950-2050 (por mil)

Países	Período										
	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2030	2040	2050
China	554.760	657.492	830.675	998.877	1.155.305	1.273.979	1.354.533	1.423.939	1.446.453	1.433.431	1.392.307
Índia	357.561	442.344	554.911	688.856	849.415	1.021.084	1.183.293	1.332.032	1.449.078	1.534.402	1.592.704
EUA	157.813	186.158	210.111	230.917	255.539	284.154	312.253	338.427	360.894	379.544	394.976
Indonésia	79.593	95.931	119.936	150.072	181.414	209.174	235.755	255.853	270.844	281.211	284.640
Brasil	59.975	72.742	95.989	121.615	149.394	173.858	198.497	219.193	235.505	246.766	253.105
Federação Russa	102.702	119.906	130.392	138.655	148.615	147.423	140.318	132.407	123.915	115.782	107.832
Paquistão	36.944	46.259	59.565	79.297	111.698	142.648	175.178	211.703	246.322	277.995	304.700
Bangladesh	41.783	51.224	64.907	82.185	104.047	128.916	154.960	181.180	205.641	226.663	242.937
Japão	83.625	94.096	104.331	116.807	123.537	127.034	128.457	126.713	122.566	117.621	112.198
Nigéria	32.769	40.866	51.857	68.447	90.557	117.608	145.991	175.798	204.465	232.180	258.108
Total Mais Populosos	1.501.470	1.807.018	2.222.674	2.675.728	3.169.521	3.625.878	4.029.235	4.397.245	4.665.683	4.845.595	4.943.507
% da Pop. Mundial	59,59	59,76	60,13	60,23	60,03	59,58	58,88	58,83	56,90	55,69	54,47

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004; ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

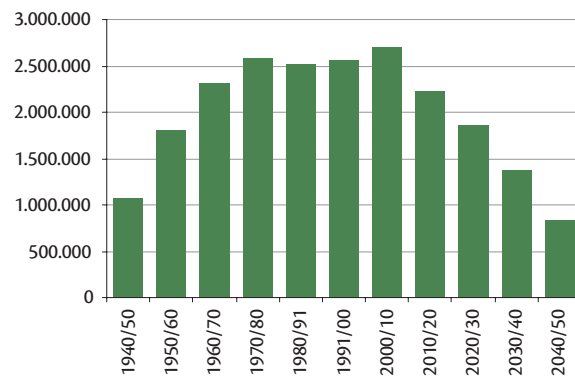
A transição demográfica no Brasil

O notável crescimento da população brasileira entre 1940 e 2000 significou acréscimo de 129 milhões de habitantes. Na primeira metade deste século, estima-se novo acréscimo de mais 90 milhões (Gráfico 20). Não resta dúvida de que são grandezas consideráveis, podendo despertar, nos mais desavisados, a velha expectativa de uma explosão demográfica.

Gráfico 20 – População Total, Brasil, 1940-2050


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Considerando-se o incremento médio anual do tamanho da população total e não a sua evolução, torna-se possível uma melhor aproximação da realidade demográfica brasileira. Nesta década – 2000/2010 – tem-se o auge do incremento médio anual da população. Até a metade do século 21, a quantidade de habitantes acrescentada à população brasileira será menor que nos anos 1940 (Gráfico 21). Isso significa que a população brasileira ainda cresce substancialmente, mas crescerá, no futuro próximo, cada vez menos.

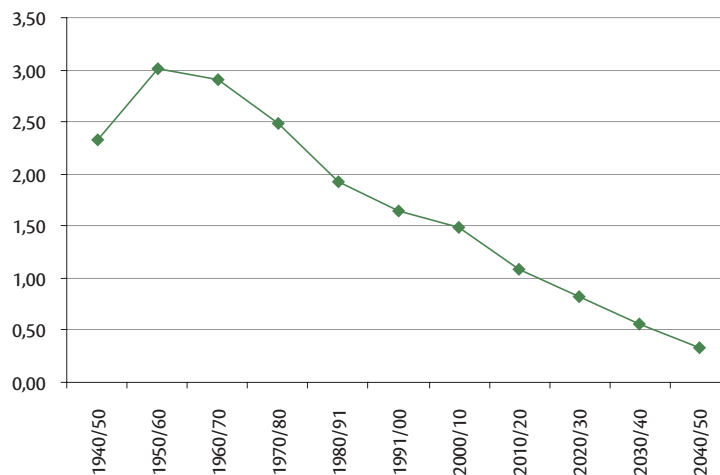
Gráfico 21 – Incremento Médio Anual da População Total, Brasil, 1940-2050


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.



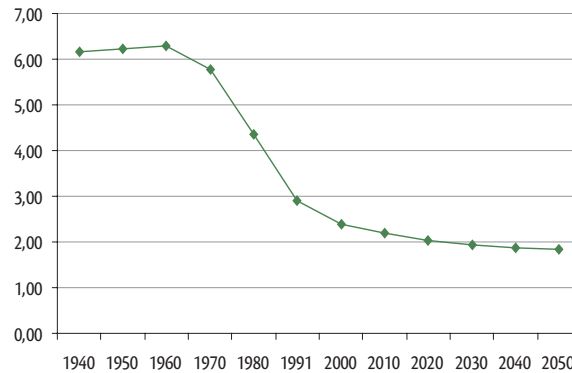
Em outras palavras, pode-se dizer que a tendência do ritmo do crescimento da população brasileira é decrescente. Entre a década de 1950 e a de 1970, sua taxa de crescimento geométrica anual ficou entre 2,5% e 3% ao ano, velocidade altíssima, muito acima do que tinha sido a experiência de crescimento demográfico nos países desenvolvidos. Porém, nota-se que, já nos anos 1970, iniciou-se um declínio nessa velocidade (Gráfico 22). Na década atual, 2000-2010, a taxa anual de crescimento da população brasileira deve ser de 1,5%, apontando para um crescimento muito próximo de zero na metade deste século. Ou seja, próximo da metade do século 21, a população brasileira deverá estacionar e decrescer durante a segunda metade deste século, a não ser que passe a contar com saldos migratórios internacionais expressivos.

Gráfico 22 – Taxa de Crescimento Anual da População, Brasil, 1940-2050



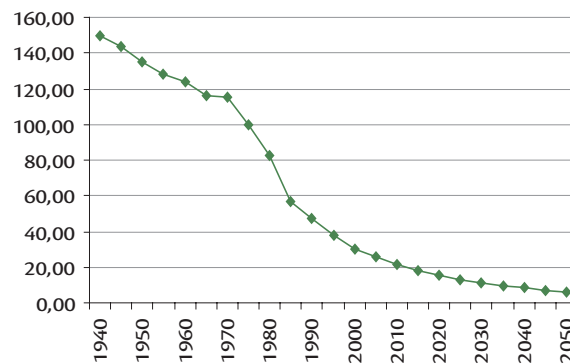
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

A principal causa dessa redução do ritmo de crescimento da população brasileira foi o declínio acentuado da TFT, ou seja, do número médio de filhos nascidos vivos, por mulher, ao final do período reprodutivo. Em pouco mais de 40 anos, a TFT passou de 6,3, em 1960, para 2,1, em 2004 (Gráfico 23), redução notável, no curto prazo, acelerando o processo de transição demográfica no Brasil, dentro de um padrão diferente dos países mais desenvolvidos, como a Inglaterra e a Itália, como será analisado mais a frente.

Gráfico 23 – Taxa de Fecundidade Total, Brasil, 1940-2050


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

É importante chamar atenção para dois fenômenos interdependentes. O primeiro foi a redução da mortalidade infantil, sintoma da melhoria das condições sociais do Brasil. Em 1940, a mortalidade infantil alcançava o exorbitante número de 140 óbitos infantis por mil nascidos vivos ou seja, para cada mil crianças nascidas vivas, 140 morriam antes de completar seu primeiro ano de vida. No final da última década do século passado, esse número diminuiu para 30,1 óbitos infantis por mil, nascidos vivos, ainda muito alto segundo o padrão social dos países desenvolvidos. Porém, a tendência é decrescente, devendo chegar, em 2050, a 6,4 óbitos infantis por mil nascidos vivos (Gráfico 24).

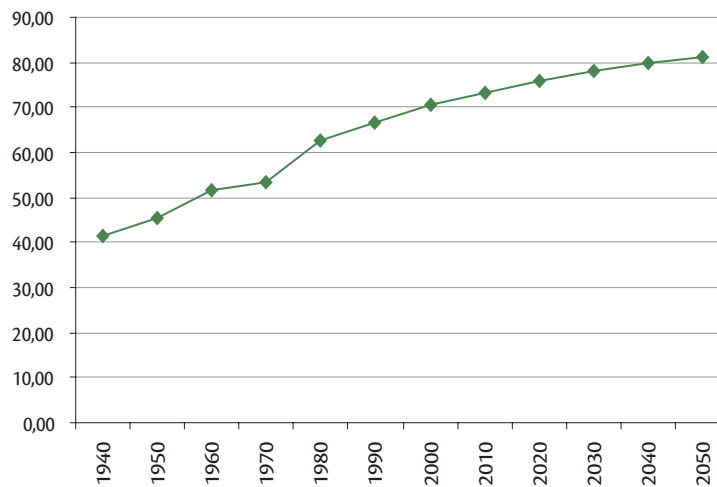
Gráfico 24 – Taxa de Mortalidade Infantil, Brasil, 1940-2050(por mil)


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.



O segundo é o aumento da esperança de vida ao nascer do brasileiro. Entre 1940 e 2000, houve um ganho de 30 anos, aumento significativo na longevidade do brasileiro (Gráfico 25). Esse aumento continuará e a esperança de vida do brasileiro deve chegar, na metade do século 21, a 81 anos, praticamente o dobro do que vivia o brasileiro, em média, na década de quarenta do século passado.

Gráfico 25 – Expectativa de Vida ao Nascer, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

A transição da estrutura etária constitui as mudanças ocorridas nos pesos relativos das diferentes coortes, ou gerações, em função, principalmente, do declínio dos níveis de fecundidade. Para discuti-la, serão considerados, em um primeiro momento, os grandes grupos etários: os jovens (0 a 14 anos); a população em idade ativa (15 a 64 anos) e os idosos (com mais de 65 anos de idade). A sua distribuição em números absolutos, entre 1940 e 2050, pode ser observada na Tabela 4, e a distribuição relativa, no Gráfico 26.

Três grandes fenômenos destacam-se. O primeiro refere-se à população jovem e está relacionado à acentuada redução de seu peso relativo. Era um país notadamente jovem até a década de 1960, quando esse contingente populacional representava 42% da população total. No final do século 20, os jovens constituíam 30% e, na metade do século atual, serão apenas 18% da população total. A partir de 2010, esse grupo começará a diminuir em termos absolutos. O segundo fenômeno, decorrente principalmente do declínio da fecundidade, é o crescimento do grau de envelhecimento da população, isto é, da proporção de pessoas com 65 anos ou mais. Na década atual, essa propor-

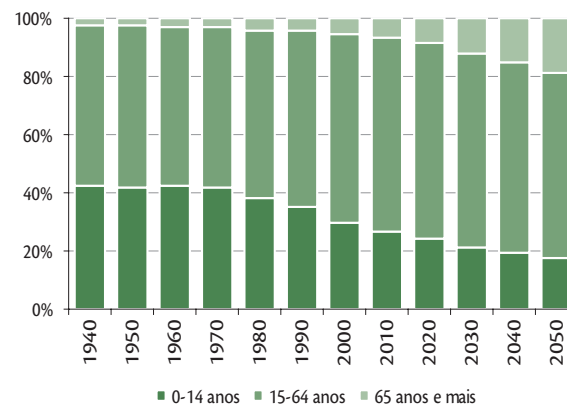
ção deve atingir 7%; era de 2,4% em 1940; deve chegar a 19%, em 2050, quando a população idosa já deverá ser maior do que a jovem. De uma população extremamente jovem a uma população em rapidíssimo processo de envelhecimento, essa será a trajetória brasileira de meados do século 20 até o término do 21. O terceiro fenômeno é que a PIA continuará aumentando o seu volume até 2050, ainda que, em termos proporcionais, deve começar a diminuir a partir de 2030.

Tabela 4 – População Total, Segundo os Grandes Grupos Etários, Brasil, 1940-2050

Período	Grupos Etários			Total
	0-14 anos	15-64 anos	65 anos e +	
1940	17.523.641	22.661.809	979.839	41.165.289
1950	21.670.246	29.008.161	1.263.360	51.941.767
1960	29.854.870	38.300.582	1.915.005	70.070.457
1970	39.130.433	51.083.523	2.925.081	93.139.037
1980	45.460.763	68.771.511	4.770.432	119.002.706
1990	51.789.936	88.410.746	6.391.897	146.592.579
2000	51.002.937	110.951.338	9.325.607	171.279.882
2010	53.020.931	130.619.449	13.193.706	196.834.086
2020	52.712.184	147.240.806	19.124.739	219.077.729
2030	50.553.835	158.329.914	28.853.927	237.737.676
2040	48.611.317	164.365.651	38.441.038	251.418.006
2050	46.324.365	164.546.946	48.898.653	259.769.964

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Gráfico 26 – Distribuição Relativa da População, Segundo os Grandes Grupos Etários, Brasil, 1940-2050 (%)

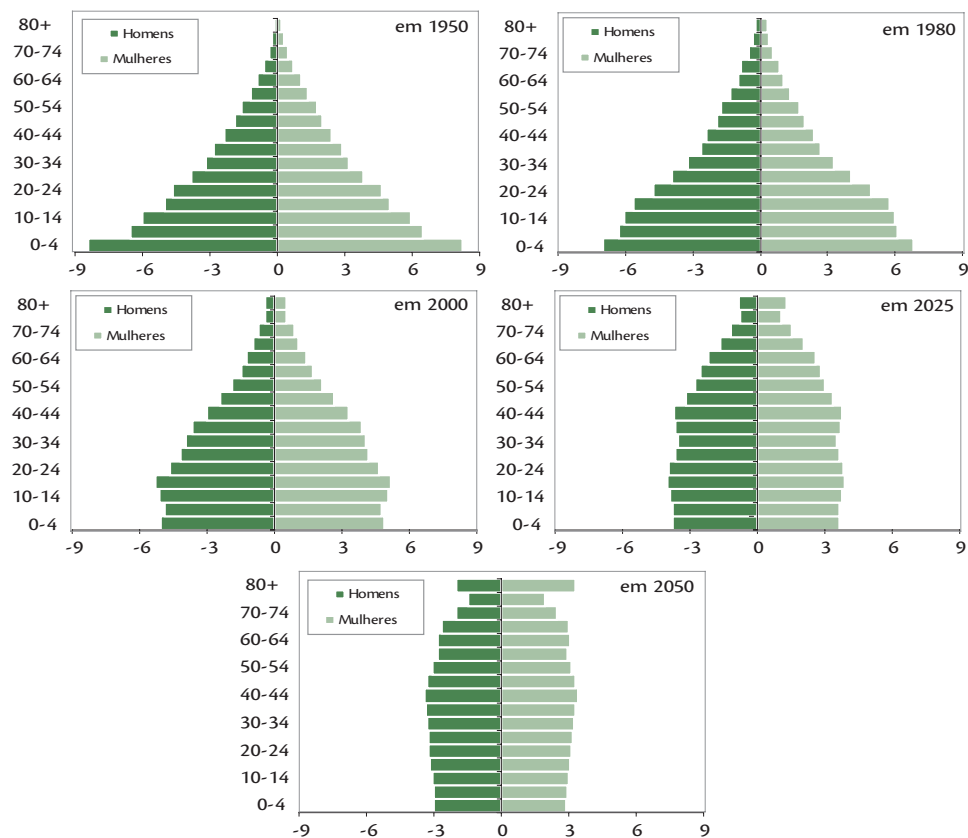


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.



A análise da evolução da distribuição proporcional dos grandes grupos etários é necessária, mas não suficiente. As pirâmides etárias possibilitam uma fotografia mais detalhada da distribuição relativa da população por idade, segundo o sexo (Gráfico 27). Entre 1950 e 2050, é evidente a mudança do formato das diferentes pirâmides. No início do período analisado, em 1950, o formato era realmente piramidal, com as bases largas, devido à grande proporção de população jovem, estreitando, rapidamente, no topo, dada a pequena proporção de pessoas idosas. Em 1975, já se observa ligeiro estreitamento da base, com o topo ampliando, ainda que pouco, a sua dimensão. A partir de 2000, os reflexos da transição demográfica ficam cada vez mais nítidos. A base não só se estreita, mas os grupos etários inferiores passam a ser menores do que os imediatamente superiores, e os grupos etários dos adultos e idosos, cada vez mais, aumentam a sua participação relativa.

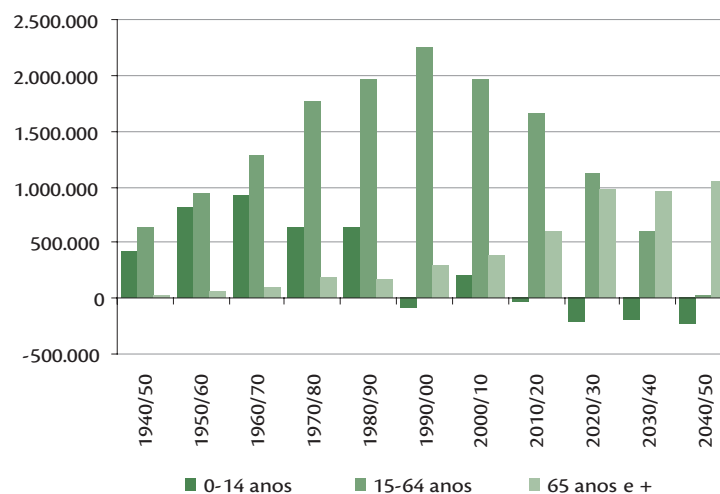
Gráfico 27 – Pirâmides Etárias, Brasil, 1950-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Deve-se considerar, também, para uma visão mais sintética da evolução da estrutura etária, o comportamento de cada um dos grandes grupos. Em primeiro lugar, será levado em conta o seu incremento absoluto médio anual. O grupo mais jovem, a partir de 1980, reduziu o seu incremento médio anual e depois de 2010 começará, sistematicamente, a diminuir em termos absolutos. (Gráfico 28). Ao contrário, os idosos têm um incremento médio anual superior ao dos jovens desde os anos 1990 e, na década de 2030, será o grupo com maior crescimento absoluto. Desde 1940, a população em idade ativa tem um crescimento muito superior ao dos dois outros grupos juntos, provavelmente se estendendo até 2030, quando seu crescimento deverá se tornar inferior ao dos idosos.

Gráfico 28 – Incremento Médio Anual da População, Segundo os Grandes Grupos Etários, Brasil, 1940-2050

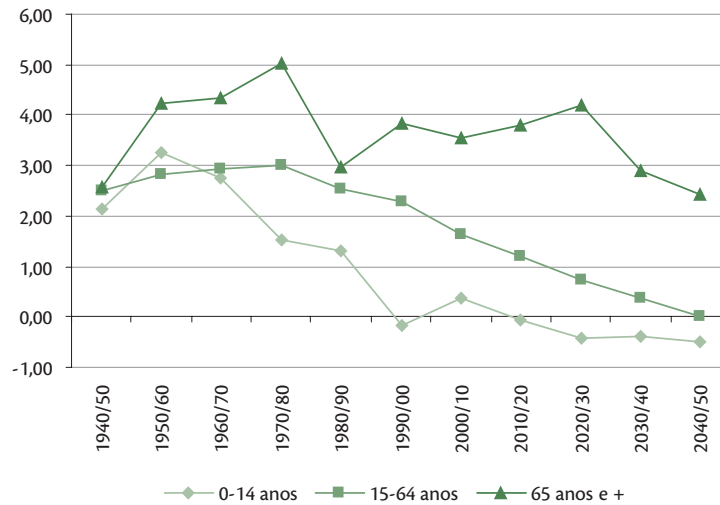


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Outro modo referente ao comportamento de cada um dos grandes grupos etários, a observação das suas taxas de crescimento anual (Gráfico 29). A taxa de crescimento dos jovens aparece com tendência decrescente desde os anos 1960, período em que se iniciou o processo de declínio da fecundidade no Brasil. A partir de 2010, deverá apresentar taxas de crescimento consistentemente negativas. O ritmo do crescimento dos idosos, durante todos os cem anos analisados, sempre foi e será superior ao das pessoas nos demais grupos etários. A PIA, pelo seu peso demográfico - mais de 60% da população total desde 1990 - acompanha de perto a tendência da velocidade do crescimento do conjunto da população. A variação no tamanho de seu contingente se aproximará de zero somente após 2040.

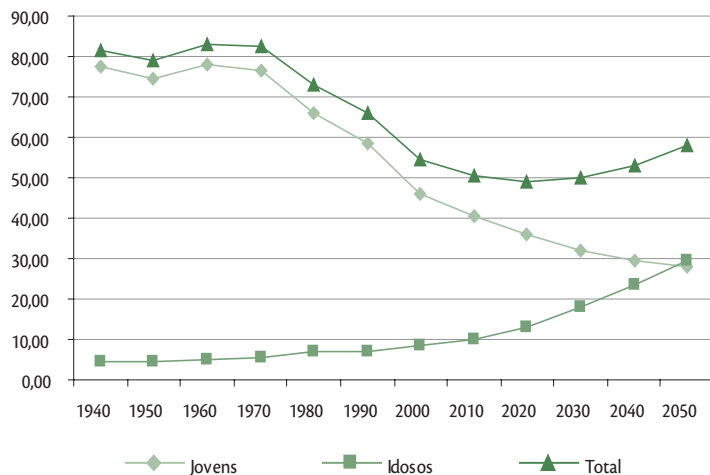


Gráfico 29 – Taxas Anuais de Crescimento da População, Segundo os Grandes Grupos Etários, Brasil, 1940-2050 (%)



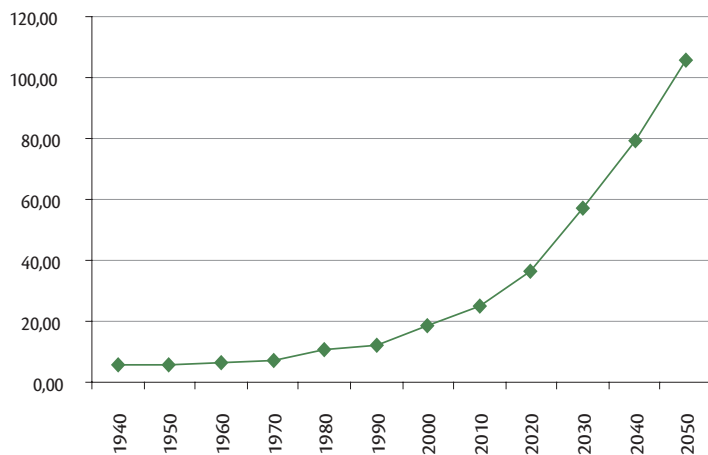
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Para a análise das relações entre os diferentes grupos etários, ou as relações intergeracionais, é fundamental especificar as razões de dependência demográfica, ou seja, as relações entre os jovens e os idosos, em conjunto e separadamente, com a PIA (Gráfico 30). Em 1940, para cada 100 pessoas na PIA, havia 81,6 pessoas dependentes, 77,3 jovens e 4,3 idosos. Essa relação permaneceu relativamente estável até 1970, quando começou a decrescer a RDJ e a aumentar a RDI. Somente em 2010 a RDI alcançará 10%, quando a RDJ será de 41%. Na década seguinte, a Razão de Dependência Total (RDT) alcançará seu valor mais baixo: 49 jovens e idosos para cada 100 habitantes em idade ativa. Note-se que, até então, o declínio na RDT foi fortemente favorecido pela redução da RDJ, mais acentuada que o aumento na RDI. A partir de 2020, o aumento do peso dos idosos mais do que compensará a diminuição do peso dos jovens, o que levará a um aumento da taxa de dependência total, fenômeno não observado no Brasil desde os anos 1950. Observa-se, também, que, em meados deste século, a RDI deverá ser levemente maior que a RDJ. Em 1950, a RDJ era mais de 8 vezes maior que a RDI.

Gráfico 30 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos, Brasil, 1940-2050 (%)


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Outra maneira de medir as relações entre os grupos etários é o índice de idosos, isto é, a relação entre a população idosa e a jovem (Gráfico 31). Em 1940, para cada 100 jovens, havia apenas 5,5 idosos. Em 2000, essa relação já era de 18,3. A tendência é que, em 2050, para cada 100 jovens, existam 106 idosos.

Gráfico 31 – Índice de Idosos, Brasil, 1940-2050


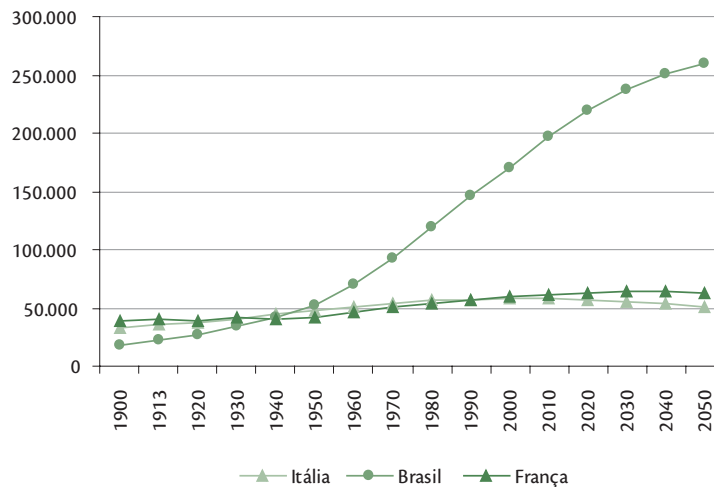
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.



A comparação da transição demográfica no Brasil com a França, Itália, Estados Unidos e Japão

Países desenvolvidos, como França e Itália, tiveram o início da sua transição demográfica muito antes do Brasil, já no final do século XIX. O Brasil, entre o início do século passado até 1940, tinha população menor que a da França e que a da Itália, sendo que neste último ano a população brasileira já era bem próxima da de ambos os países. A partir de então, a população brasileira aumentou rapidamente, enquanto o país europeu teve um acréscimo populacional relativamente pequeno (Gráfico 32). Entre 1950 e 2000, a população francesa aumentou 17,5 milhões de habitantes e as projeções mostram, durante a primeira metade do século XXI, um acréscimo de apenas 3,8 milhões de indivíduos. Após 2030, a população francesa deverá começar a diminuir em termos absolutos. Já o Brasil, entre 1950 e 2000, aumentou sua população em 120 milhões de habitantes e as projeções indicam um acréscimo de mais 79 milhões até 2050. O caso da Itália é semelhante: aumento reduzido no tamanho da sua população durante todo o período analisado, com tendência de diminuição, em termos absolutos, a partir de 2010. Em 1940, as três populações eram praticamente iguais; em 2000, a população dos dois países juntos representava 67% da brasileira e as projeções indicam que corresponderá a menos da metade da população brasileira.

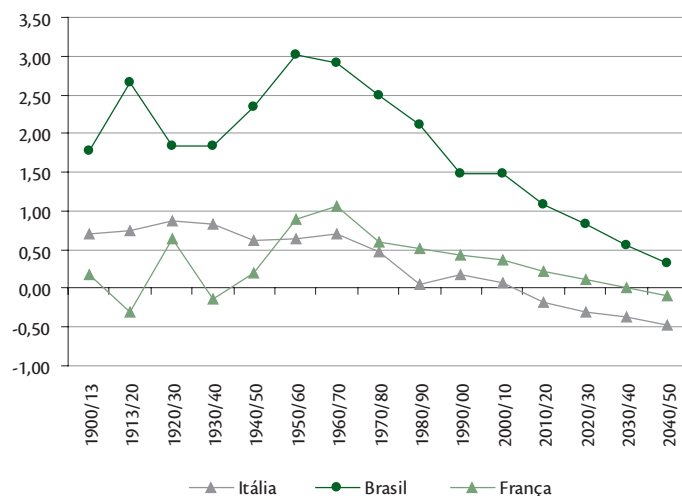
Gráfico 32 – População Total, Brasil, França e Itália, 1900-2050



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*; VACCI, 1999, p.137 e 167; FIBGE, 1990, p.33; IBGE, 2006, p.34-36; IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Um acréscimo absoluto tão pequeno na população, tanto da França quanto da Itália, só poderia ser traduzido em taxas de crescimento anuais muito baixas (Gráfico 33). O ponto mais alto do crescimento dos dois países pouco ultrapassou 1% ao ano. Depois de 1970, as taxas de ambos ficaram abaixo de 0,5%, tangenciando o valor zero, sendo que a Itália, provavelmente, mergulhará em valores negativos depois de 2010, e a França, após 2030.

Gráfico 33 – Taxas Geométricas Anuais de Crescimento, Brasil, França e Itália, 1900-2050 (%)

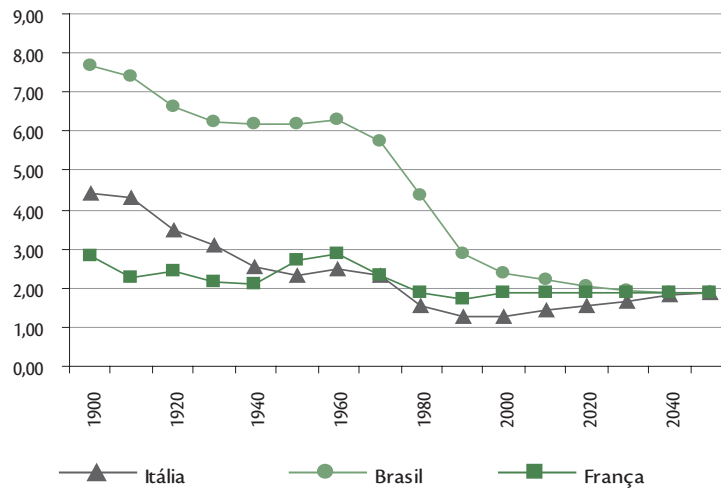


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*; BACCI, 1999, p.137 e 167; FIBGE, 1990, p.33; IBGE, 2006, p34-36; IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Essas diferenças entre as taxas de crescimento demográfico do Brasil e dos dois países europeus refletem, principalmente, a distância expressiva entre seus níveis de fecundidade. Os países europeus já concluíram sua transição demográfica e o Brasil ainda está a meio caminho disso, o que torna a comparação interessante, apesar de ser importante frisar uma grande diferença: a velocidade da transição demográfica no Brasil tem sido muito mais acelerada. Atente-se que, no início do século passado, a TFT da Itália era praticamente a metade da brasileira, e a da França, pouco acima de um terço. Somente em torno de 1980 é que o Brasil alcançou fecundidade semelhante à da Itália no princípio do século 20. Similar à da França no início do século, somente em meados da década de 1990 (Gráfico 34). Em tese, uma das conseqüências lógicas é que o Brasil ainda lida com problemas de crescimento populacional, enquanto França e Itália, com problemas relativos à diminuição absoluta de suas populações. Outra decorrência é que momentos diferentes da transição demográfica implicam fases distintas da transição da estrutura etária, portanto, problemas também muito diferentes.



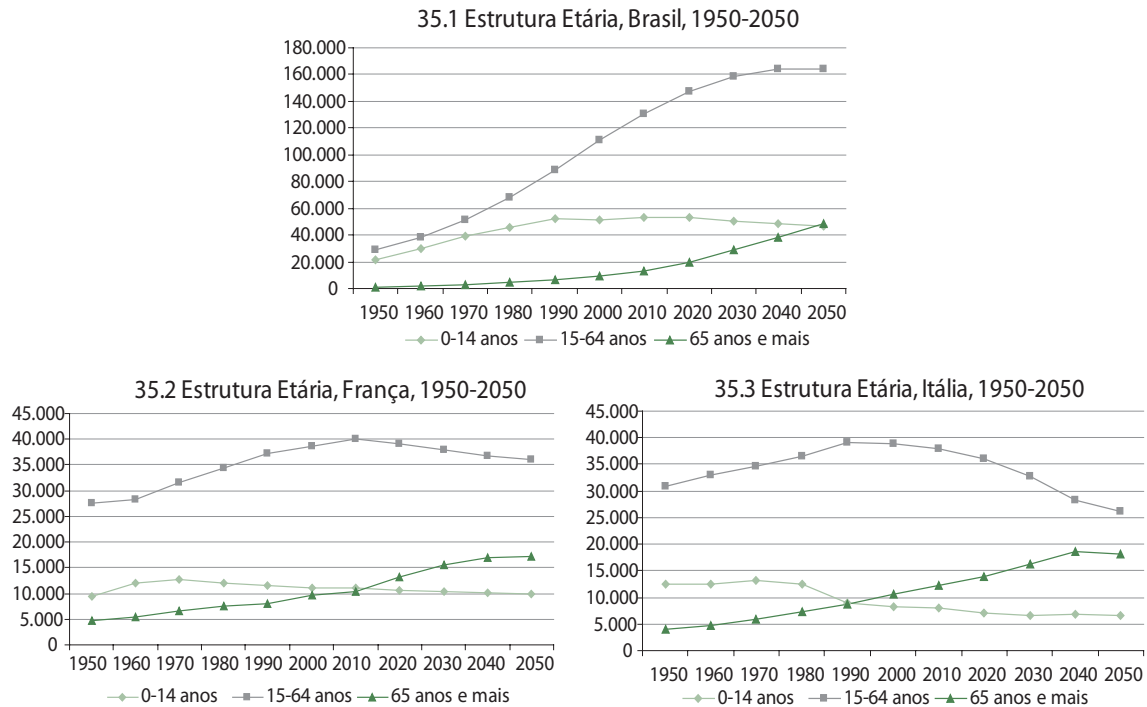
Gráfico 34 – Taxa de Fecundidade Total, Brasil, França e Itália, 1900-2050



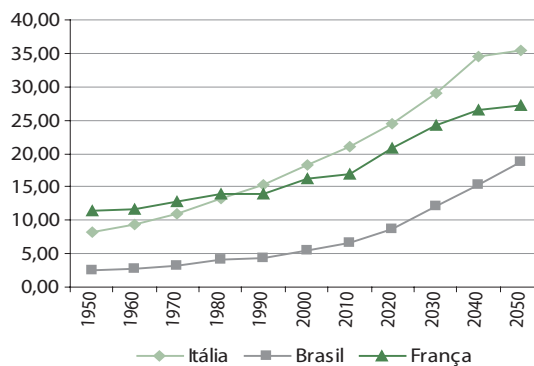
Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*; BACCI, 1999, p.137 e 167; FIBGE, 1990, p.33; IBGE, 2006, p34-36; IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

A evolução diferenciada da estrutura etária dos três países reflete os tempos e velocidades diferentes de suas respectivas transições demográficas (Gráfico 35). Note-se que, na Itália, em 1990, e na França, duas décadas depois, o número de idosos supera o de jovens, o que no Brasil acontecerá somente entre 2040 e 2050. Importante, também, é que a PIA da França, em cem anos, crescerá em termos absolutos apenas 9 milhões de pessoas, sendo que, depois de 2010, reduzirá o seu tamanho absoluto. Em 2050, a Itália terá uma PIA menor que a de 1950, desde 2000, ela já diminuía em termos absolutos.

França e Itália são países com grau de envelhecimento muito superior ao do Brasil. A proporção de idosos na Itália ultrapassou a da França nos anos 1980. Cerca de 36% da população italiana, em 2050, deverá se constituir de pessoas com 65 anos ou mais de idade (Gráfico 36), bem acima da proporção francesa, em torno de 27%, e da brasileira, aproximadamente 20%, correspondente à da Itália em 2005.

Gráfico 35 – Estrutura Etária, Brasil, França e Itália, 1950-2050


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*; IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

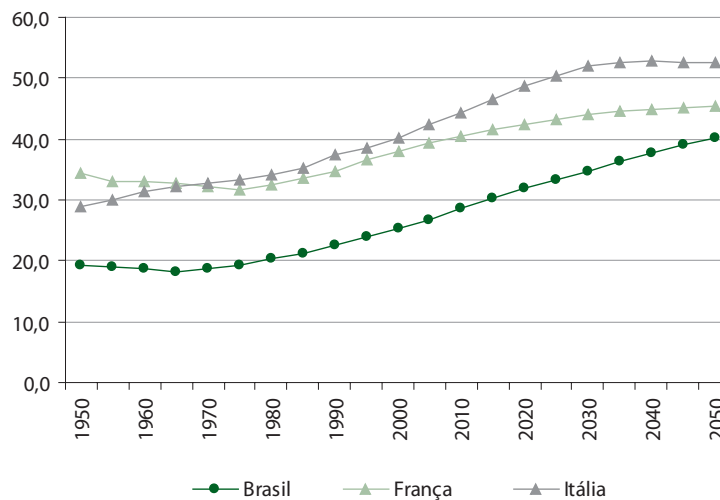
Gráfico 36 – Proporção de Idosos em Relação à População Total, Brasil, França e Itália, 1950-2050 (%)


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*; IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.



Um indicador do envelhecimento da população é a idade mediana, isto é, aquela que divide a população ao meio, ou seja, metade da população terá idade inferior a ela e a outra metade, superior (Gráfico 37). Em 1950, a metade da população brasileira tinha menos de 20 anos, portanto, era uma população jovem. A França e a Itália já não eram tão jovens assim, com uma idade mediana em torno de 30 anos. Devido ao processo de envelhecimento da população, a tendência é que o Brasil chegue à metade deste século com uma idade mediana de, aproximadamente, 40 anos, o dobro daquela de 1950, e a Itália, com mais de 50. A França terá uma posição intermediária, próxima de 44 anos.

Gráfico 37 – Idade Mediana, Brasil, França e Itália, 1950-2050

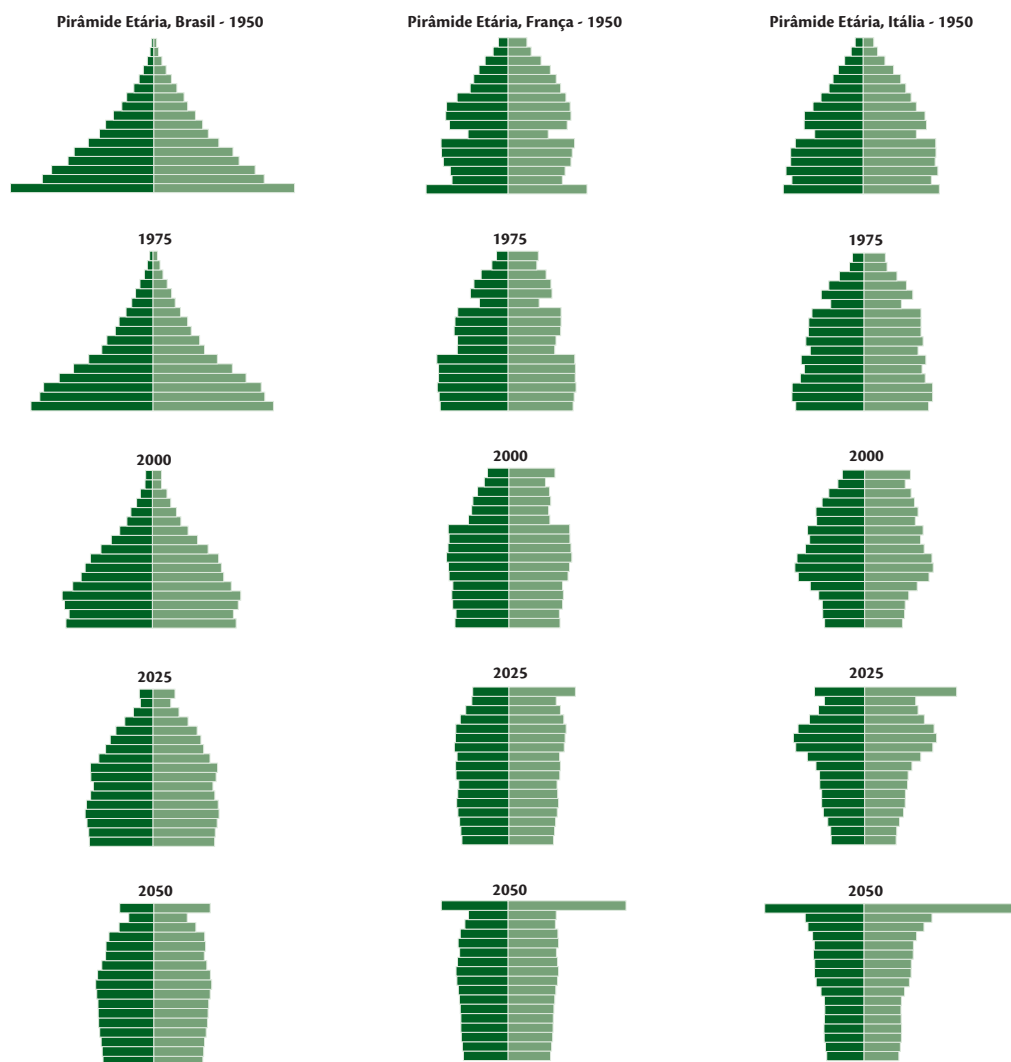


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

As pirâmides etárias retratam as distribuições relativas das populações dos países analisados, por sexo e grupos quinquenais (Gráfico 38). Os dois países europeus, além de um processo de envelhecimento muito mais avançado que o do Brasil, apresentam nítidos reflexos das consequências demográficas da Segunda Guerra Mundial. Em 1950, as diferenças no formato das pirâmides eram notáveis. O Brasil, com sua enorme proporção de jovens, devido ao elevado e estável nível de fecundidade do período. Os dois países europeus, que já vinham experimentando fecundidade relativamente baixa há bastante tempo e ainda sob efeito das consequências demográficas da Segunda Grande Guerra. Ao se analisar comparativamente a evolução das pirâmides etárias, fica clara a distância entre os estágios da transição demográfica no Brasil e nos dois países europeus. Em 2050,

Brasil e França deverão apresentar alguma semelhança, mas as diferenças em relação à Itália permanecerão ainda muito nítidas. A relativa semelhança, em meados deste século, se deverá à maior velocidade do processo de transição da fecundidade no Brasil, quando comparada à da França.

Gráfico 38 – Pirâmides Etárias, Brasil, França e Itália, 1950-2050

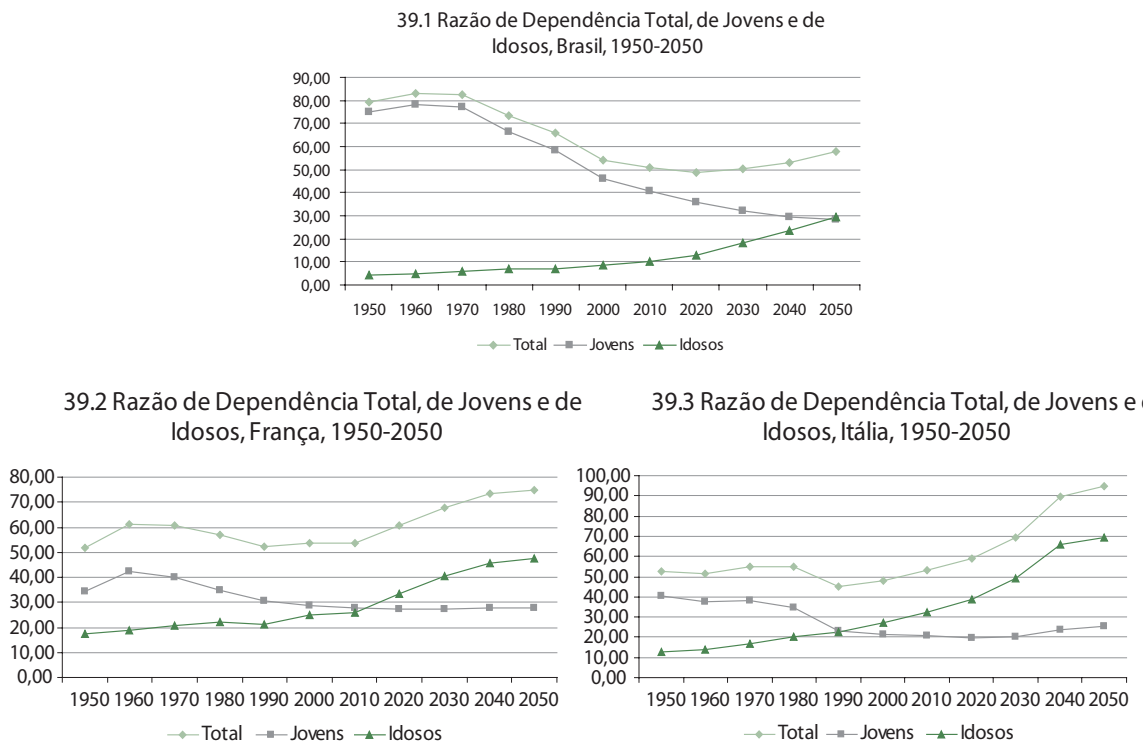


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*; IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.



As razões de dependência demográfica indicam que tanto a França quanto a Itália, em 1950, tinham, para cada 100 habitantes em idade ativa, aproximadamente 50 habitantes com menos de 15 ou mais de 65 anos (Gráfico 39). A RDT do Brasil era de 80,0, bem superior à dos dois países europeus. Depois de 1985, a RDI francesa cresceu rapidamente, assim como a RDT, diante de uma RDJ bastante estável. O ponto mais baixo da RDT do Brasil vai ocorrer próximo de 2020, após longo período de declínio acentuado da RDJ. A partir de então, a RDT passará a crescer, de maneira sustentada, devido ao aumento da RDI, conseqüência do processo de envelhecimento populacional. Em 1990, a RDT da Itália alcançou seu nível mais baixo, após queda sustentada da RDJ. Após 1990, a RDT passou a crescer rapidamente, sustentada pelo aumento expressivo da RDI.

Gráfico 39 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos, Brasil, França e Itália, 1950-2050 (%)

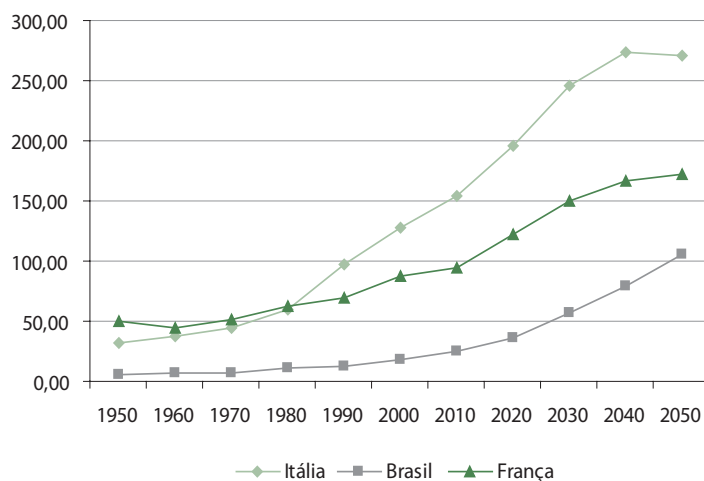


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*; IBGE, *Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970*; IBGE/Diretoria de Pesquisas, *Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.*

Em 1950, entre os três países analisados, o índice mais alto de idosos era o da França, com um idoso para cada dois jovens (Gráfico 40). Até a passagem do século, na França, para cada jovem

já havia praticamente um idoso; na Itália, em torno de 1,3 idosos e, no Brasil, menos de meio idoso. Os índices crescerão rapidamente durante a primeira metade do século 21. Em 2050, o Brasil, com o menor índice, terá mais de um idoso para cada jovem, enquanto a Itália, de maior índice, contará com mais de 2,5 idosos.

Gráfico 40 – Índice de Idosos, Brasil, França e Itália, 1950-2050



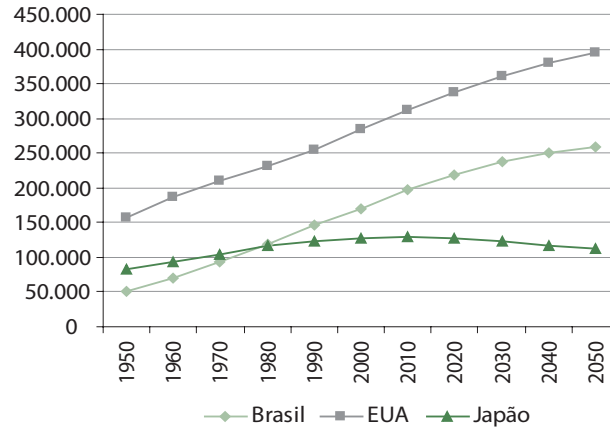
Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*; IBGE, *Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970*; IBGE/Diretoria de Pesquisas, *Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.*

A comparação com os Estados Unidos e o Japão seria interessante, pois, como o Brasil, são dois países megapopulacionais. O primeiro tem a terceira maior população do mundo, ficando atrás apenas da China e da Índia. Além de ser a maior economia do planeta, é região de forte atração de migrações internacionais. O Japão é o nono país do planeta em população, tem uma economia muito desenvolvida e, como os Estados Unidos, também recebe muitos migrantes internacionais, ainda que em proporção menor. Duas outras características do Japão devem ser destacadas. A primeira é não ser país ocidental e ser portador de cultura e organização social peculiares. A segunda é que, por ser um arquipélago, seu espaço é restrito para o tamanho da sua população.

Dos três países, Brasil, Japão e Estados Unidos, este último é o que tem a maior potencialidade populacional (Gráfico 41). Terá cerca de 400 milhões de habitantes em 2050 e não terá esgotado, ainda, sua fase de crescimento. Ao contrário, a população japonesa diminuirá depois de 2010.



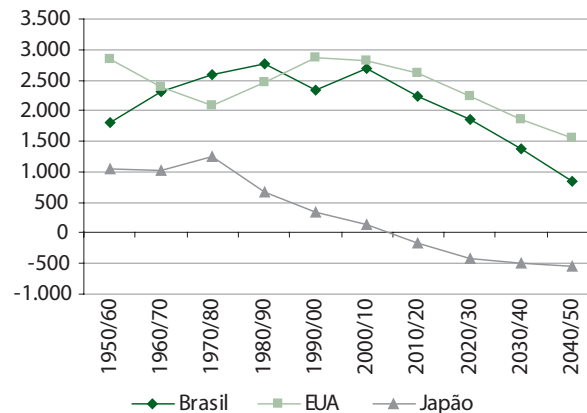
Gráfico 41 – População Total, Brasil, EUA e Japão, 1950-2050



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*; IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

O incremento médio da população norte-americana (Gráfico 42), apesar de ter sido inferior ao do Brasil entre 1970/1990, tenderá a suplantá-lo – assim como o do Japão –, não só até 2050, mas também depois dessa data.

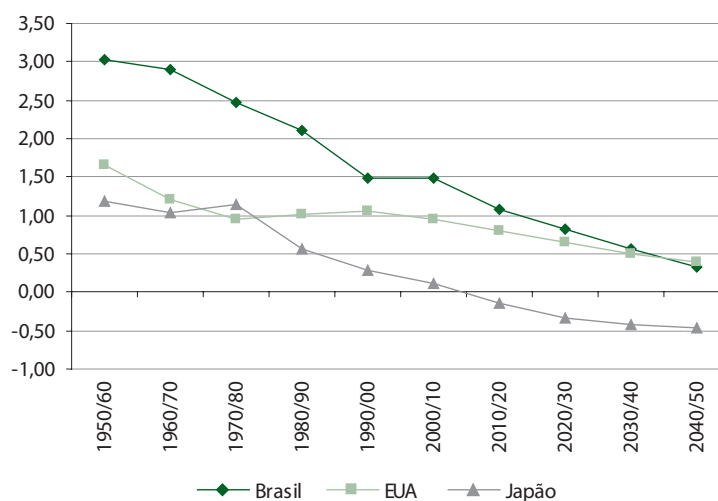
Gráfico 42 – Incremento Médio Anual da População, Brasil, EUA e Japão, 1950-2050



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*; IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

As taxas médias anuais de crescimento da população do Brasil são maiores que a dos outros dois países durante basicamente todo o período analisado, convergindo, no final do período, em direção à taxa de crescimento dos Estados Unidos (Gráfico 43), quando será um pouco menor que a dos norte-americanos, ambas muito próximas de zero. As taxas de crescimento do Japão serão menores que zero a partir de 2015.

Gráfico 43 – Taxas Geométricas Anuais de Crescimento da População, Brasil, EUA e Japão, 1950-2050 (%)

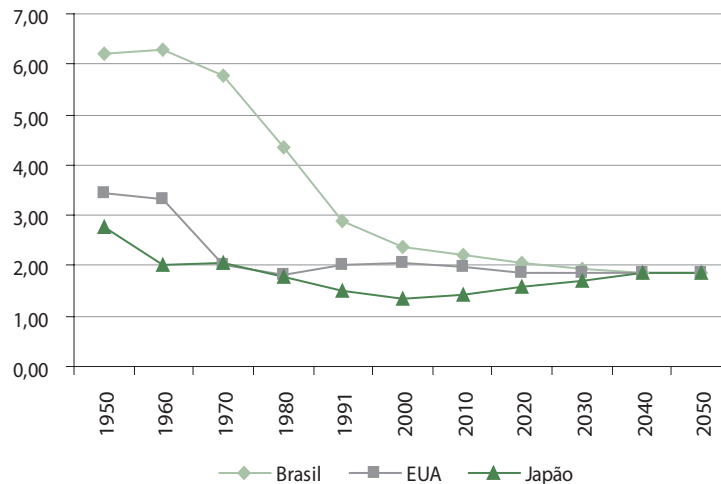


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*; IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Em 1950, os níveis de fecundidade dos outros dois países eram bem inferiores ao do Brasil (Gráfico 44). O Japão, entre 1955-60, já tinha fecundidade no nível de reposição (TFT em torno de 2,1). Os Estados Unidos chegaram a esse nível em 1875-80. O Brasil, conforme dados recentes do IBGE, em 2004, teria alcançado uma TFT de 2,1. É importante observar que os três países, demograficamente distintos, convergiriam, segundo as Nações Unidas, para níveis de fecundidade muito próximos em 2030, com TFT de cerca de 1,85 filhos por mulher. É importante destacar a vertiginosa queda de fecundidade, no Brasil, depois dos anos 1960.



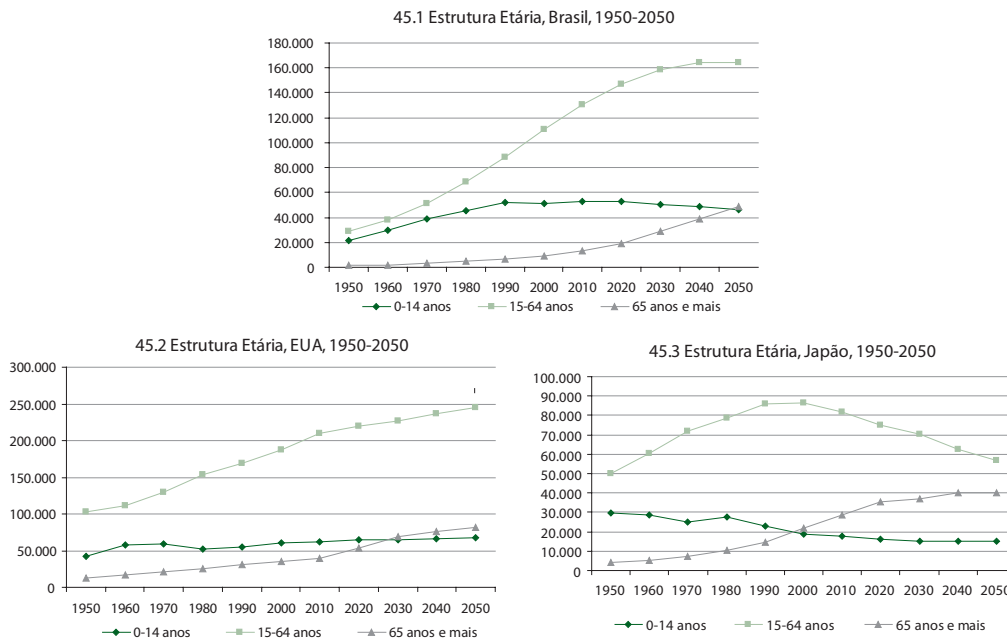
Gráfico 44 – Taxa de Fecundidade Total, Brasil, EUA e Japão, 1950-2050



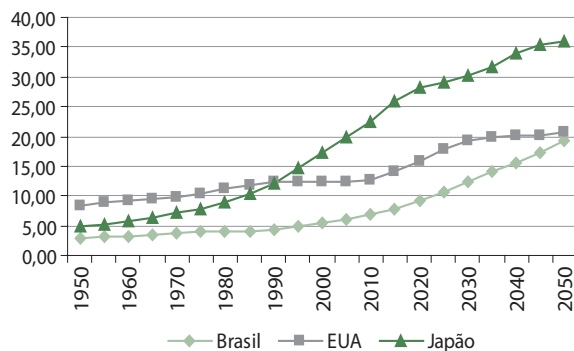
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004; ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

No Japão, em 2000, o número de idosos superava o de jovens, o que só acontecerá nos Estados Unidos por volta de 2030, e no Brasil, em 2050 (Gráfico 45). A PIA japonesa, a partir de 2000, começou a diminuir em termos absolutos, o que não acontecerá nem com o Brasil, nem com os Estados Unidos, no horizonte de análise deste estudo.

Dois indicadores podem ser utilizados para avaliar o envelhecimento populacional: o grau de envelhecimento e a idade mediana. Como já indicavam as outras variáveis analisadas, atualmente a população japonesa é a mais envelhecida e assim continuará até o final do período analisado, ainda que fosse mais jovem que a dos Estados Unidos até 1970 (Gráfico 46). No final do período analisado, a proporção de idosos no Japão ultrapassará os 34%. Em 2050, as projeções indicam que em torno de 36% da sua população terão 65 anos ou mais. O grau de envelhecimento da população dos Estados Unidos durante todo o período será maior que o do Brasil, alcançando, no entanto, o mesmo nível em 2050.

Gráfico 45 – Estruturas Etárias, Brasil, EUA e Japão, 1950-2050


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004; ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

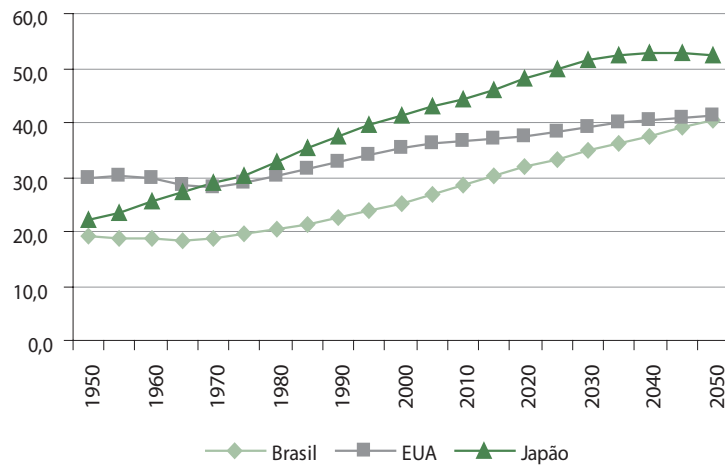
Gráfico 46 – Proporção de Idosos em Relação à População Total, Brasil, EUA e Japão, 1950-2050 (%)


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004; ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.



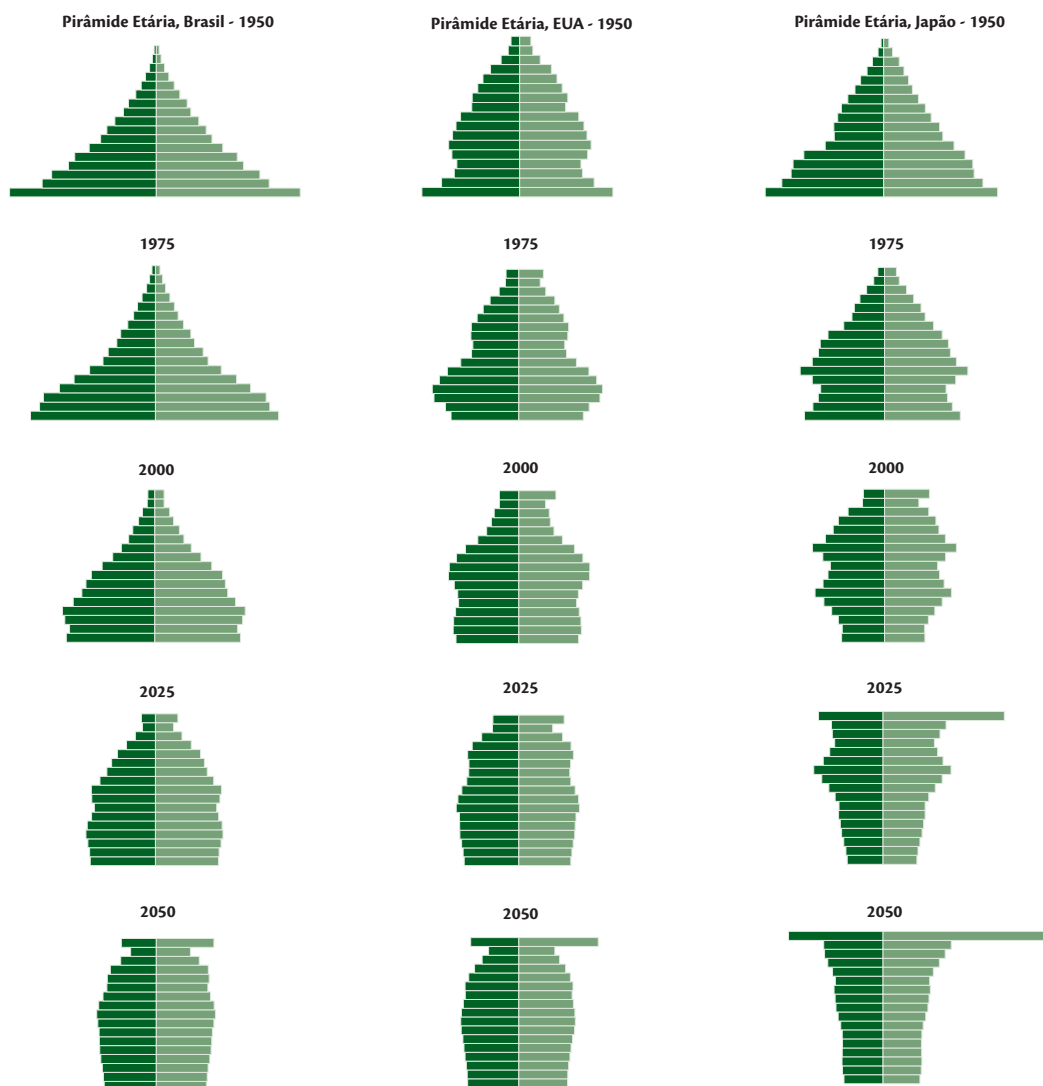
A idade mediana dos Estados Unidos, até 1970, era maior, sendo depois superada pela do Japão. Este último, provavelmente, chegará à metade do século 21 com a metade da sua população com mais de 52 anos de idade, enquanto o Brasil e os Estados Unidos terão idade mediana próxima dos 40 anos (Gráfico 47).

Gráfico 47 – Idade Mediana, Brasil, EUA e Japão, 1950-2050



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

As pirâmides refletem os indicadores analisados anteriormente (Gráfico 48). O Japão e o Brasil tinham pirâmides bastante semelhantes (base larga – população jovem), em 1950. Os Estados Unidos tinham uma população mais envelhecida, apesar da ampla base de jovens, certamente determinada pelo *baby boom* do pós-guerra. Em 1975, devido ao declínio da fecundidade no pós-guerra, a pirâmide etária japonesa já se encontrava, mesmo com uma base jovem, aproximando-se da norte-americana. Até 2050, a estrutura etária da população brasileira se aproximará bastante da norte-americana. Nesse mesmo período, o processo de envelhecimento da população japonesa será tão forte, que levará a uma estrutura etária totalmente distinta daquela dos outros dois países.

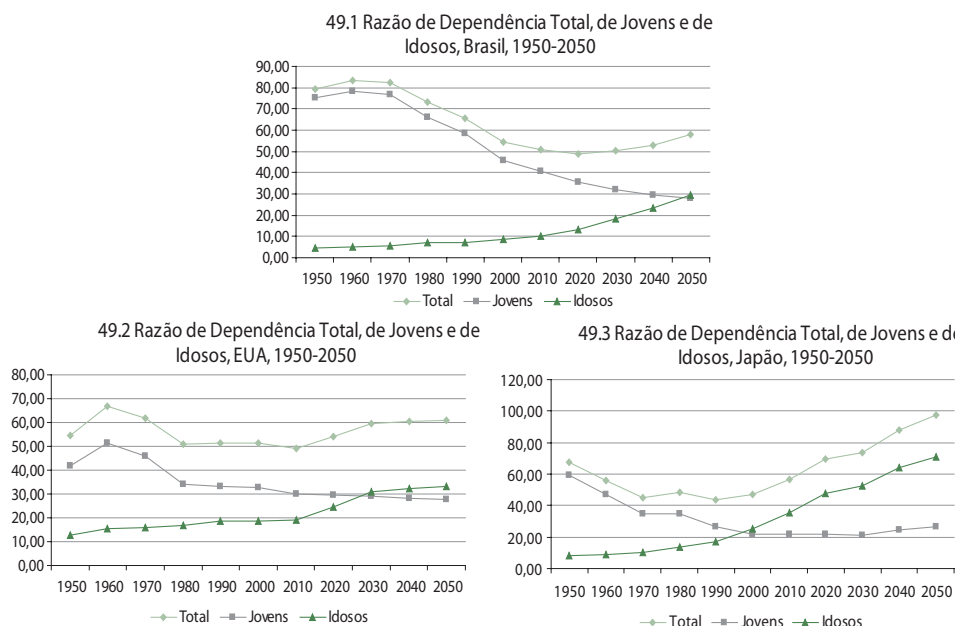
Gráfico 48 – Pirâmides Etárias, Brasil, EUA e Japão, 1950-2050


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004; ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.



As razões de dependência total dos três países - Brasil, Estados Unidos e Japão - são distintas, resultantes das estruturas etárias diferenciadas (Gráfico 49). Em 1950, o primeiro país tinha uma razão total de 79%, isto é, para cada 100 pessoas na idade ativa, havia 79 dependentes, sendo 75 jovens e 4 idosos. Os Estados Unidos tinham uma razão de 55%, 42 jovens e 13 idosos. A razão, para o Japão, era de 68%, 60 jovens e 8 idosos. A grande participação relativa dos jovens no Japão deve ter sido resultante do efeito guerra: fecundidade recente alta no pós-guerra e mortalidade alta da população adulta durante a guerra. O que aconteceu depois foi um envelhecimento mais acelerado da população japonesa. Em 2000, a razão de dependência dos idosos era maior que a dos jovens, o que só acontecerá nos Estados Unidos em torno de 2030 e no Brasil, em 2050. No meio do século, a razão de dependência total do Japão deverá ser de 97%, 27 jovens e 70 idosos. Razão muito superior à de 100 anos atrás, devido à expressiva presença de idosos na sua população. Os Estados Unidos, diferentemente do Brasil, também deverão ter razão de dependência total, em 2050, superior à de 1950, mas bem inferior à japonesa.

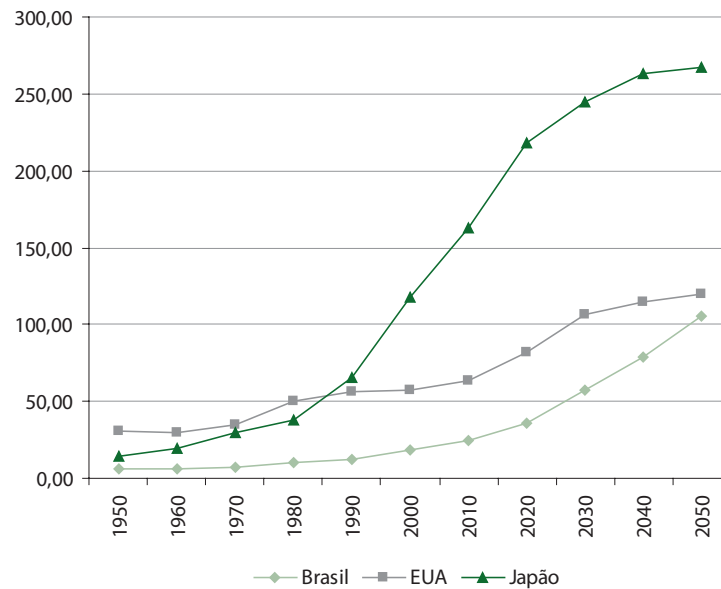
Gráfico 49 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos, Brasil, EUA e Japão, 1950-2050 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004; ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

O índice de idosos revela, com clareza, a diferença entre os níveis de envelhecimento dos três países. Para cada 100 jovens havia, em 1950, 6 idosos no Brasil; 14, no Japão; 31, nos Estados Unidos. (Gráfico 50). Em 2050, provavelmente, haverá 106 idosos no Brasil; 120, nos Estados Unidos; 267, no Japão.

Gráfico 50 – Índice de idosos, Brasil, EUA e Japão, 1950-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004; ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.



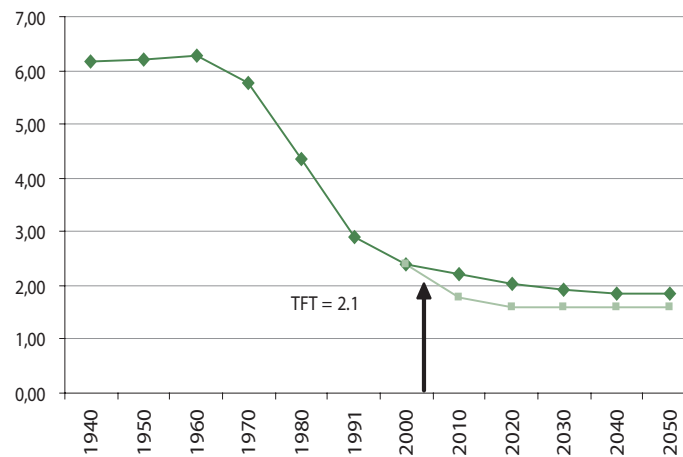
A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade

Fausto Brito
José Alberto Magno de Carvalho
Cássio Maldonato Turra
Bernardo Lanza Queiróz

A transição demográfica no Brasil e as mudanças na estrutura etária

A transição demográfica no Brasil, analisada no capítulo anterior, no contexto internacional, tem sido muito mais acelerada que a que ocorreu nos países desenvolvidos, não se diferenciando, entretanto, do que vem passando outros países latino-americanos e asiáticos. Após 1965, o declínio da fecundidade teve impacto, não só na redução do crescimento da população, mas também na estrutura etária. Resultados recentes levaram a uma revisão, para baixo, das estimativas de fecundidade, pois a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2004 indicou uma TFT de 2,1, ou seja, no nível de reposição da população (Gráfico 51). O horizonte da fecundidade futura para o IBGE, considerando a TFT de 2030 como tendência, passou de 1,92 para 1,59 filhos por mulher (Gráfico 51).

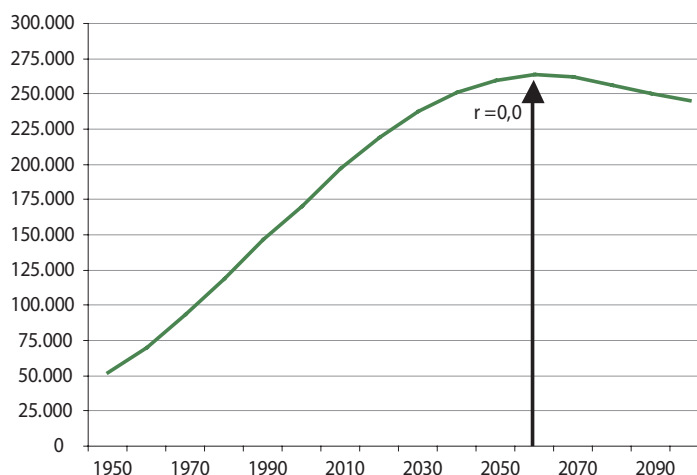
Gráfico 51 – Taxa de Fecundidade Total, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004; IBGE, 2006.

Com a fecundidade em declínio ainda mais acelerado que o anteriormente previsto pelo IBGE, na revisão de 2004, as projeções da população para o século 21 devem ser revistas. As projeções aqui utilizadas não contam com esta revisão e podem ser consideradas conservadoras. Segundo elas, alcançando uma fecundidade de 2,1, entre 2010 e 2020, a população brasileira chegaria à situação estacionária em torno de 2063, quando começaria a diminuir em termos absolutos (Gráfico 52). Tudo indica que o Brasil alcançará taxa de crescimento zero durante a década de 2040. Mesmo utilizando as projeções elaboradas em 2004, a consistência das análises será mantida, pelo IBGE, pois suas conclusões indicam tendências¹.

Gráfico 52 – População Total, Brasil, 1950-2050 (por mil)



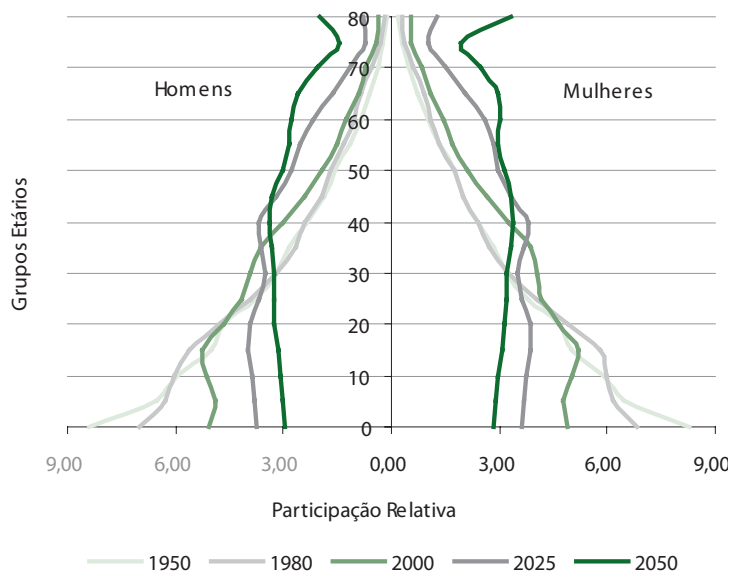
Fonte: IBGE, 1990, p.33; IBGE, 2006, p.34-36; IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

As modificações na estrutura etária do Brasil têm sido notáveis, indicando aceleração em direção a um maior envelhecimento da população. Entre 1950 e 2050, as pirâmides etárias mostram, cada vez mais, sua passagem de forma típica de um país com forte predominância de sua população jovem para um novo formato, semelhante ao dos países hoje desenvolvidos, onde a proporção de idosos tende a superar a dos jovens (Gráfico 53).

¹. Em final de agosto de 2008, o IBGE divulgou as projeções populacionais revisadas; contudo, estas não puderam ser incorporadas à esta publicação tanto pela necessidade de solicitar o acesso a tais informações e utilização de dados quanto pela proximidade do prazo desta publicação. De qualquer modo as análises expostas aqui indicam as tendências do crescimento da população mantendo a consistência em relação às perspectivas futuras.

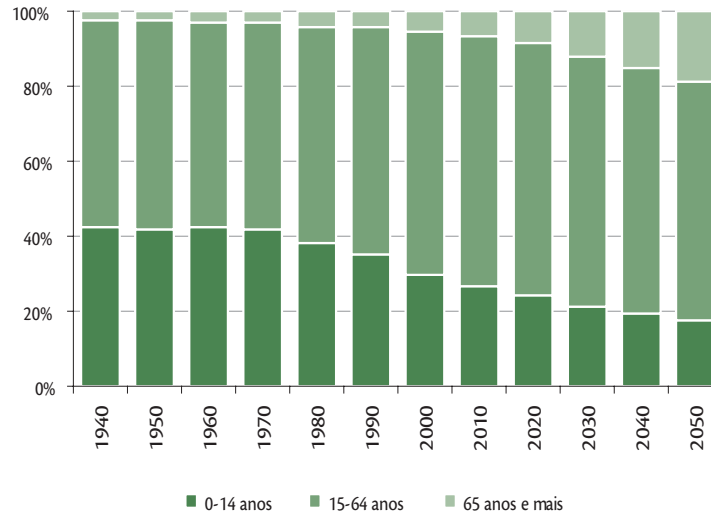


Gráfico 53 – Pirâmides Etárias, Brasil, 1950-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Essas transformações nas estruturas etárias podem ser resumidas por alguns indicadores. A proporção de jovens, 42% da população total em 1950, passou para 30% em 2000 e, estima-se, atingirá 18% em 2050 (Gráfico 54). Ao contrário, os idosos (65 anos e mais) aumentarão sua participação relativa, no mesmo período, de 2,4% para 19%. Os idosos terão, durante os 100 anos referidos, um acréscimo superior a 16 pontos percentuais e os jovens, um decréscimo de 24 pontos percentuais nas suas respectivas participações relativas no total da população. Como conseqüência desse expressivo envelhecimento da população, a idade mediana deverá subir cerca de 21 anos entre 1950 e 2050, quando a metade da população brasileira deverá ter mais de 40 anos. Esse acréscimo substancial da idade mediana será uma conseqüência, principalmente, do grande declínio da fecundidade, e também, ainda que marginalmente, do aumento da longevidade da população, observado no expressivo ganho na esperança de vida ao nascer do brasileiro. Estima-se que deverá ser superior a 81 anos em 2050, enquanto, em 1950, era de apenas 46 anos.

Gráfico 54 – Distribuição Relativa da População, Segundo os Grandes Grupos Etários, Brasil, 1940-2050 (%)


Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Algumas outras observações podem ser feitas, considerando os grandes grupos etários: os jovens (menos de 15 anos), os idosos (mais de 65 anos) e a população em idade ativa (15 a 64 anos). Os idosos, em 1940, eram menos que 1 milhão de pessoas; em 2000, chegaram a 9,3 milhões e, ao que tudo indica, alcançarão, em 2050, 49 milhões (Tabela 5). Em 2010, o número de jovens atingirá seu ponto máximo, 53 milhões, começando, a partir de então, a diminuir em termos absolutos. Em 2050, serão, aproximadamente, 46 milhões, pouco mais que em 1980. A população em idade ativa continuará crescendo até 2050, quando deverá alcançar 165 milhões de pessoas. Deve-se sublinhar que os acréscimos absolutos da PIA serão decrescentes no século 21, tornando-se praticamente nulo no final do período em análise.

As mudanças dos grandes grupos etários, em termos absolutos, podem ser compreendidas pela análise do seu crescimento médio anual (Gráfico 55). O maior incremento anual da PIA deu-se na década passada, entre 1990 e 2000, decrescendo em seguida. Os jovens tiveram seu maior incremento absoluto na década de 1970, declinando posteriormente, com tendência a variações negativas entre 2010 e 2050. Desde 1990, o número de idosos vem crescendo mais que o dos jovens e, a partir de 2030, será o grupo etário que mais crescerá em termos absolutos.

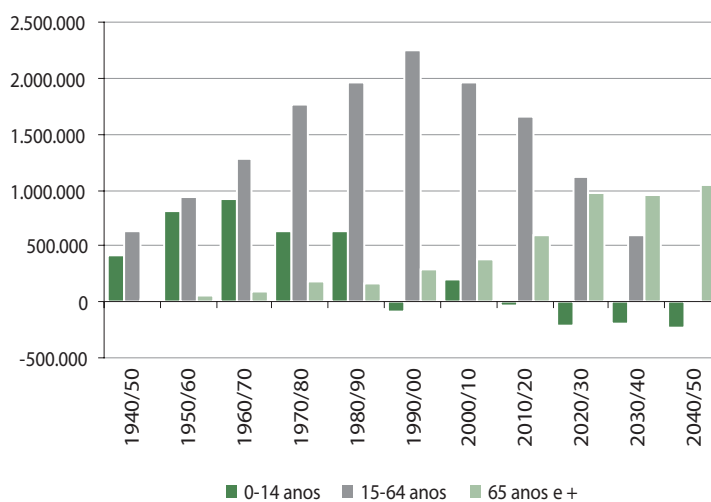


Tabela 5 – População Total, Segundo Grandes Grupos Etários, Brasil, 1940-2050

Período	Grupos Etários			Total
	0-14	15-64	65+	
1940	17.523.641	22.661.809	979.839	41.165.289
1950	21.670.246	29.008.161	1.263.360	51.941.767
1960	29.854.870	38.300.582	1.915.005	70.070.457
1970	39.130.433	51.083.523	2.925.081	93.139.037
1980	45.460.763	68.771.511	4.770.432	119.002.706
1990	51.789.936	88.410.746	6.391.897	146.592.579
2000	51.002.937	110.951.338	9.325.607	171.279.882
2010	53.020.931	130.619.449	13.193.706	196.834.086
2020	52.712.184	147.240.806	19.124.739	219.077.729
2030	50.553.835	158.329.914	28.853.927	237.737.676
2040	48.611.317	164.365.651	38.441.038	251.418.006
2050	46.324.365	164.546.946	48.898.653	259.769.964

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

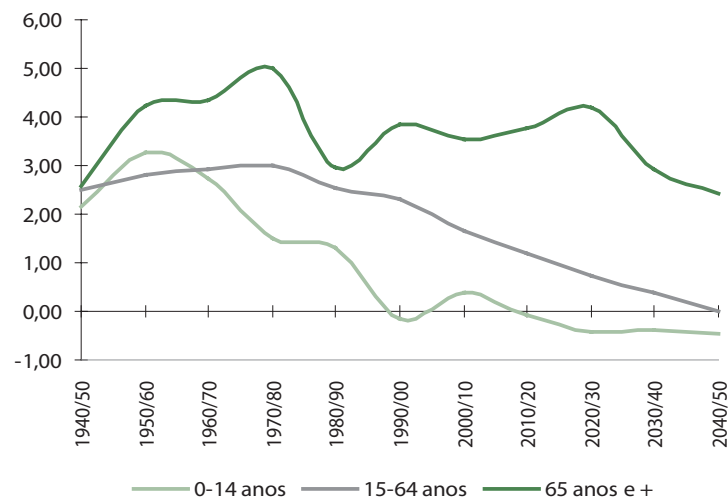
Gráfico 55 – Incremento Médio Anual da População, Segundo os Grandes Grupos Etários, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Considerando a velocidade do crescimento, os idosos são os que têm as maiores taxas médias de crescimento geométrico anual (Gráfico 56). Neste século, sua taxa mais elevada será nos anos 2020, 4,2% ao ano. Em 2040-2050, ainda terão um crescimento anual relativamente alto, 2,4% ao ano, muito acima dos outros grupos etários. O grupo de jovens teve a sua maior velocidade de crescimento entre 1950 e 1960. Logo após, suas taxas de crescimento diminuíram até ficarem abaixo de zero na última década do século passado. Assim deverão permanecer até 2050, à exceção da década 2000-2010. A população em idade ativa teve seu crescimento mais acelerado nos anos 1970, desacelerando-se após esse período, mas com taxas acima de 1,2% ao ano até 2020. Na última década, 2040-2050, a taxa de crescimento anual será bem próxima de zero.

Gráfico 56 – Taxas de Crescimento Anual da População, Segundo os Grandes Grupos Etários, Brasil, 1940-2050 (%)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Devem ser sublinhadas as conseqüências decisivas das mudanças na estrutura etária para a sociedade e para a economia. Uma sociedade em que predominavam jovens, fecundidade alta e famílias grandes, idade mediana baixa e esperança de vida menor que 60 anos é muito diferente daquela que se estrutura a partir do acelerado e generalizado declínio da fecundidade. A transição demográfica no Brasil, ao contrário dos países mais desenvolvidos, tem sido rápida e generalizada, e a sociedade brasileira já está sentindo seu impacto. Cresce rapidamente o peso relativo dos idosos, as famílias estão ficando cada vez menores e com arranjos sociais extremamente diversificados, a longevidade da população tem aumentado velozmente e a população em idade ativa ainda per-



manecerá crescendo nas próximas décadas. As bases demográficas da economia e da sociedade têm se transformado rapidamente, exigindo ajuste adequado que só se realizará mediante políticas públicas fundamentais.

Pode-se compreender que o conjunto de políticas públicas que são condicionadas pela estrutura etária da população, como, por exemplo, as políticas de educação, saúde e previdência, deve levar em conta as mudanças demográficas. Caso contrário, reduzirá sua eficiência e se afastará dos objetivos maiores de um desenvolvimento econômico com justiça social.

Antes de prosseguir na análise das repercussões da transição demográfica sobre as políticas públicas, é necessário caminhar ainda mais na análise da transição da estrutura etária. Considere-se, em primeiro lugar, os grupos extremos, os jovens e os idosos (Tabela 6). Entre os primeiros, os três grupos quinquenais - o a 4, 5 a 9 e 10 a 14 anos - tiveram o crescimento absoluto máximo entre 1950 e 1970. Na última década do século 20, os dois primeiros grupos sofreram redução no seu tamanho absoluto, o que continuará acontecendo, regularmente, depois de 2010. O grupo de 10 a 14 anos tem decréscimo absoluto no primeiro decênio deste século, que se tornará constante depois de 2020.

Do ponto de vista estritamente demográfico, o Brasil vive uma situação favorável para as políticas de saúde, inclusive nutrição, e educação para a primeira infância e para a adolescência. No caso da educação, pode ser traduzida em investimentos que generalizem a cobertura e melhorem a qualidade do sistema de ensino, aproveitando a redução da pressão da demanda. A capacidade já instalada para atender a demanda atual, que é decrescente, pode tornar menos onerosa a ampliação da idade escolar e o funcionamento de creches, assim como reduzir custos de implantação da escola em tempo integral. Quanto à saúde, as políticas de atendimento à infância e à adolescência, inclusive as preventivas, como as campanhas de vacinação, podem garantir a universalização da sua cobertura, assim como ampliar os investimentos *per capita*. Não se trata de eleger nova panacéia de forma que as condições da estrutura etária garantirão o êxito das políticas sociais. A situação demográfica favorável, por si só, nada significará se não for aproveitada pelas políticas públicas com racionalidade econômica e social indispensáveis.

Após 1970, a evolução do ritmo de crescimento do número de pessoas nos grupos etários jovens mostra a desaceleração do crescimento rumo a taxas negativas (Tabela 7). Entre 1950 e 1970, eles cresciam entre 2,2% e 3,8% ao ano. A partir dos anos 1990, as taxas aproximam-se de zero ou são negativas. Por outro lado, o grupo de idosos, como já visto, permanecerá crescendo a taxas ainda bem altas. Na primeira década do século 21, entravam nesse grupo 387 mil pessoas ao ano; na metade deste século, estima-se, entrarão mais de um milhão (Tabela 6).

Tabela 6 – Incremento Médio Anual da População, Segundo Grupos Etários, Brasil, 1940-2050

Período	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 64	65 e +
1940-50	192.131	125.362	97.167	414.661	28.352
1950-60	281.754	314.035	222.673	818.462	65.165
1960-70	264.271	330.834	332.451	927.556	101.008
1970-80	256.804	127.477	236.661	620.942	183.340
1980-90	125.109	331.593	188.307	645.009	163.342
1990-00	-55.284	-155.393	131.977	-78.700	293.371
2000-10	108.293	140.041	-46.535	201.799	386.810
2010-20	-107.471	-34.992	111.589	-30.875	593.103
2020-30	-41.616	-69.696	-104.522	-215.835	972.919
2030-40	-92.952	-61.327	-39.973	-194.252	958.711
2040-50	-56.346	-80.496	-91.854	-228.695	1.045.762

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Se os benefícios demográficos, via redução da demanda, são acentuados entre os jovens, o mesmo não se pode dizer em relação aos idosos. Como têm tido velocidade no seu incremento absoluto maior que a população, no seu conjunto, sua participação relativa tem aumentado. Associe-se a esse fenômeno do envelhecimento da população o aumento da sua longevidade, bem traduzida pelos ganhos na esperança de vida ao nascer. Deve-se lembrar que, quando os países desenvolvidos estavam na fase atual da transição demográfica brasileira, não só tinham economia com crescimento sustentado, como também um Estado do Bem-Estar Social consolidado.

No caso do Brasil, é necessário repensar o sistema de saúde face ao novo perfil epidemiológico emergente com as mudanças na estrutura etária, assim como equacionar o sistema de previdência social, sem que o país tenha alcançado os primeiros degraus de um Estado do Bem-Estar Social. Deve-se sublinhar que, apesar das implicações demográficas sobre o sistema previdenciário, elas ainda estão distantes de serem as principais causas da atual crise, como na situação atual dos países desenvolvidos.

No que se refere ao sistema escolar, chama a atenção a necessidade de políticas que garantam o atendimento do ensino fundamental e do ensino médio. Os requisitos educacionais e de treinamento para entrada no mercado de trabalho são hoje extremamente rigorosos. O ensino fundamental em nada garante a inclusão social via mercado de trabalho. Levando em conta o grupo que constituiria a demanda potencial para o ensino fundamental e médio, ou seja, a população entre 5 e 19 anos, vê-se que, apesar do seu tamanho, tenderá a decrescer depois de 2020, quando alcançará seu tamanho máximo, 53,5 milhões de pessoas (Gráfico 57). No final do período analisado, seriam em torno de 47,4 milhões de pessoas a serem atendidas pelo sistema.

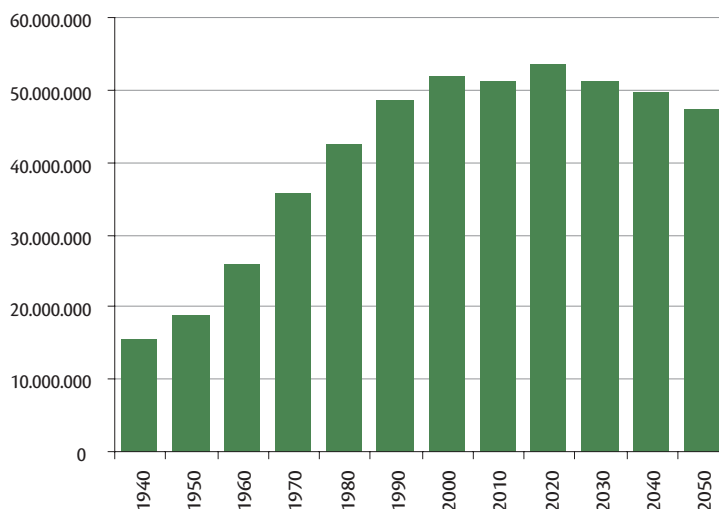


Tabela 7 – Taxa de Crescimento Anual da População, Segundo Grupos Etários, Brasil, 1940-2050

Período	0 a 4	5 a 9	10 a 14	0 a 14	65 e +
1940-50	2,65	1,99	1,69	2,15	2,57
1950-60	2,95	3,77	3,07	3,26	4,25
1960-70	2,15	2,86	3,34	2,74	4,33
1970-80	1,72	0,91	1,84	1,48	4,99
1980-90	0,74	2,05	1,25	1,34	3,00
1990-00	-0,32	-0,90	0,79	-0,15	3,85
2000-10	0,62	0,82	-0,27	0,39	3,53
2010-20	-0,61	-0,20	0,64	-0,06	3,78
2020-30	-0,25	-0,40	-0,59	-0,42	4,20
2030-40	-0,57	-0,37	-0,24	-0,39	2,91
2040-50	-0,36	-0,51	-0,57	-0,48	2,44

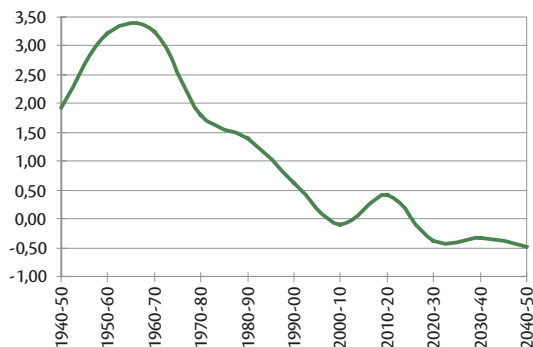
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Gráfico 57 – População Absoluta do Grupo Etário de 5 a 19 anos, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

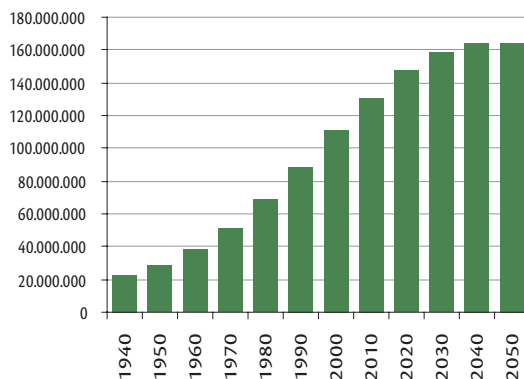
As taxas de crescimento da demanda potencial pelo ensino fundamental e médio tiveram seu auge nas décadas de 1950 e 1960, com 3,2% ao ano (Gráfico 58). Depois, declinaram rapidamente e, nesta década, 2000-2010, têm crescimento negativo. Na década seguinte, estima-se que elas deverão se apresentar novamente positivas. A tendência posterior revela a recuperação de taxas negativas durante o restante do período analisado.

Gráfico 58 – Taxa de Crescimento do Grupo Etário de 5 a 19 Anos, Brasil, 1940-2050


Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

No que tange à demanda pelo ensino, os benefícios demográficos ocorrem menos pelo estoque, fruto de um passivo demográfico e social de muitas gerações, e mais pela redução do seu incremento. Não se deve deixar de observar que esse fenômeno demográfico, incrementos menores ou negativos do grupo etário pertinente, significa redução da pressão sobre a oferta de serviços educacionais, o que deve ser aproveitado como benefício pelas políticas públicas.

No processo de transição demográfica, não só se reduz o peso relativo da população jovem e aumenta o dos idosos, mas também cresce a PIA. Entre 1950 e 2000, foram acrescentados 88 milhões de pessoas ao seu contingente populacional. Entre 2000 e 2050, ainda deverão ser somados a ela cerca de 54 milhões de pessoas (Gráfico 59).

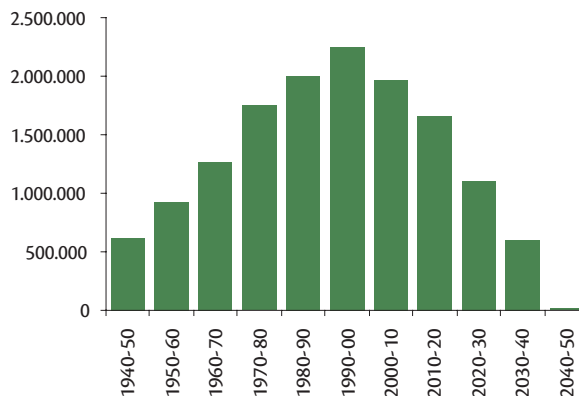
Gráfico 59 – População em Idade Ativa, Brasil, 1940-2050


Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.



O maior incremento médio anual da PIA deu-se na década passada, isto é, entre 1990 e 2000 (Gráfico 60). Nas décadas futuras, o aumento da PIA declinará celeremente, tornando-se inexpressivo na última década analisada, 2040-2050.

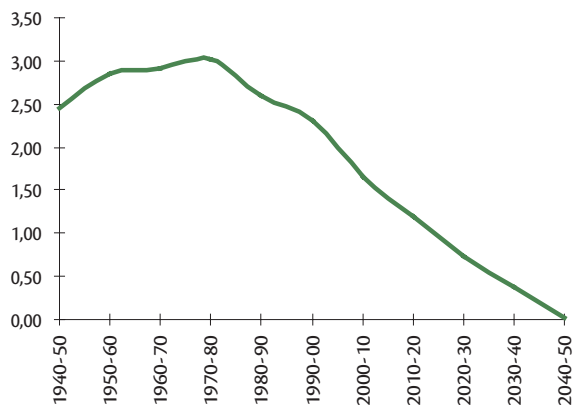
Gráfico 60 – Incremento Médio Anual da População em Idade Ativa, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

O ritmo de crescimento da PIA foi excessivamente alto, em torno de 3% ao ano, no período 1950-1980, reduzindo-se posteriormente. No início deste século, no período 2000-2010, a PIA ainda crescerá a uma taxa significativa, 1,7% ao ano, em média, atingindo crescimento praticamente nulo na década 2040-2050 (Gráfico 61).

Gráfico 61 – Taxa de Crescimento Anual da População em Idade Ativa, Brasil, 1940-2050

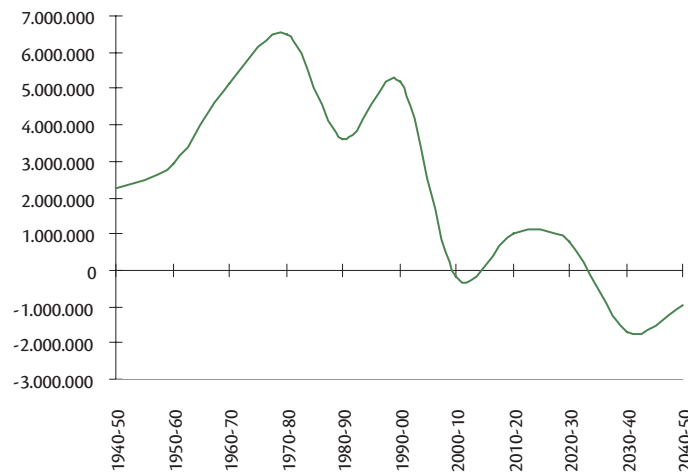


Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

O Brasil está distante da realidade dos países desenvolvidos que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, necessitam suprir parte de suas necessidades de mão-de-obra por meio da migração internacional. Pelo contrário, desde 1980, passou a transferir população para nutrir o mercado de trabalho dos países mais desenvolvidos. Essa emigração internacional é, relativamente, pouco expressiva, insuficiente para reduzir a pressão sobre a oferta de empregos. O passivo demográfico, determinado pelo longo período de fecundidade alta, ainda vai incorporar à PIA cerca de 54 milhões de pessoas. Entretanto, a transição demográfica já trouxe benefícios, reduzindo o peso dos acréscimos decenais da PIA, principalmente dos seus grupos mais jovens.

Considerando a população de 15 a 24 anos como a que potencialmente poderia se incorporar ao mercado de trabalho no decênio, o incremento decenal tem sido negativo nessa primeira década do século 21 (Gráfico 62). Entretanto, entre 2010 e 2030, ainda será positivo, mesmo com acréscimos absolutos extremamente inferiores aos que prevaleciam até o ano 2000. Posteriormente, o grupo de 15 a 24 anos voltará a diminuir em termos absolutos.

Gráfico 62 – Incremento Decenal da População de 15 a 24 anos, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Considerando a análise da evolução da PIA desde 1940, pode-se afirmar que houve uma subdivisão em PIA jovem, 15 a 29 anos, PIA adulta, 30 a 49 anos, e PIA madura, 50 a 64 anos (Tabela 8). Até 1980, aproximadamente metade da PIA tinha menos de 29 anos. Os jovens predominaram até 2000, ainda que sua proporção tenha diminuído em 1980. Em 2000, a proporção da PIA adulta esteve bem próxima da jovem, mas na década seguinte tende a superá-la. Estima-se que o conjunto mais velho da PIA chegará em 2050 com 28% do seu total.



Tabela 8 – População em Idade Ativa, Segundo Grandes Grupos, Participação Relativa (%) e Total Absoluto, Brasil, 1940-2050

Período	Grandes Grupos			PIA
	15 a 29	30 a 49	50 a 64	
1940	51,20	36,75	12,05	22.629.404
1950	50,64	36,92	12,43	28.850.997
1960	48,81	37,72	13,46	38.187.990
1970	49,20	37,01	13,79	50.899.545
1980	50,30	35,57	14,13	68.464.223
1990	47,38	38,01	14,61	88.410.746
2000	43,38	41,43	15,19	110.951.338
2010	39,25	42,21	18,54	130.619.449
2020	34,54	42,80	22,66	147.240.806
2030	33,55	41,80	24,65	158.329.914
2040	31,11	40,99	27,90	164.365.651
2050	30,08	41,87	28,05	164.546.946

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Considerando, a partir de 2000, a PIA segundo seus grupos quinquenais, pode-se detalhar a evolução da sua composição etária (Tabela 9). A PIA com menos de 39 anos terá seu peso relativo diminuído em todos os grupos quinquenais componentes, compensado pelo aumento da participação relativa da PIA mais velha, dentro do processo geral de envelhecimento da população brasileira. Durante a primeira metade do século 21, a idade média da PIA aumentará em sete anos, passando de 30, em 2000, para 37 anos, em 2050.

A contribuição da transição da estrutura etária para reduzir a pressão sobre o emprego, nesta primeira metade do século, pode ser apreendida por meio das taxas de crescimento dos grupos etários componentes da PIA (Tabela 10). Já na primeira década deste século, o número de pessoas no grupo etário mais jovem (15 a 19 anos) apresentará taxas negativas de crescimento. No decorrer do século 21, as taxas negativas se espalharão por todos os grupos etários da PIA. Na “diagonal superior da tabela”, onde aparecem os grupos etários constituídos de pessoas filhas de *coortes* de mulheres mais jovens e com fecundidade rapidamente decrescente, é que surgem as taxas negativas. Na “diagonal inferior”, fruto da fecundidade de mulheres de gerações mais velhas, as taxas permanecem positivas.

Tabela 9 – População em Idade Ativa, Segundo Grupos Etários Quinquenais, Participação Relativa (%), Total Absoluto e Idade Mediana, Brasil, 2000-2050

Idade	2000	2010	2020	2030	2040	2050
15 a 19	16,15	12,56	12,11	11,05	10,23	9,85
20 a 24	14,33	13,20	11,43	11,35	10,31	10,07
25 a 29	12,90	13,49	11,00	11,15	10,57	10,16
30 a 34	12,33	11,92	11,53	10,51	10,84	10,24
35 a 39	11,60	10,69	11,76	10,10	10,64	10,47
40 a 44	9,70	10,15	10,33	10,54	9,99	10,71
45 a 49	7,80	9,45	9,18	10,66	9,53	10,45
50 a 54	6,17	7,77	8,59	9,25	9,83	9,71
55 a 59	4,89	6,11	7,83	8,06	9,78	9,13
60 a 64	4,14	4,66	6,25	7,34	8,28	9,21
PIA	110.951.338	130.619.449	147.240.806	158.329.914	164.365.651	164.546.946
Mediana	30,2	32,0	34,2	35,4	36,3	37,1

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Tabela 10 – Taxa de Crescimento Anual da População em Idade Ativa, Segundo Grupos Etários Quinquenais, Brasil, 2000-2050 (%)

Idade	2000-10	2010-20	2020-30	2030-40	2040-50
15 a 19	-0,88	0,83	-0,19	-0,40	-0,37
20 a 24	0,81	-0,24	0,66	-0,58	-0,23
25 a 29	2,10	-0,84	0,86	-0,17	-0,38
30 a 34	1,31	0,87	-0,20	0,69	-0,56
35 a 39	0,82	2,17	-0,79	0,90	-0,14
40 a 44	2,11	1,39	0,93	-0,16	0,71
45 a 49	3,61	0,92	2,24	-0,74	0,94
50 a 54	4,02	2,22	1,48	0,99	-0,11
55 a 59	3,93	3,75	1,03	2,33	-0,68
60 a 64	2,87	4,21	2,37	1,60	1,08
Total	1,65	1,21	0,73	0,37	0,01

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.



Do ponto de vista estritamente demográfico, o aumento do tamanho absoluto e do peso relativo da PIA pode ser considerado fator positivo para a economia. Essa seria a população que, teoricamente, produz, poupa, investe e contribui com impostos e para a previdência. Em outras palavras, o pressuposto é que os jovens e os idosos, provavelmente, consomem mais do que produzem e a população em idade ativa produz mais do que consome. Em tese, isso seria mais verdadeiro, quanto mais envelhecida a PIA se torna. Fala-se em tese porque, se as condições demográficas são favoráveis para que essa janela de oportunidade se abra, devem existir políticas públicas que garantam o emprego da mão-de-obra disponível. Tais políticas proporcionariam remuneração proporcional à produtividade do trabalho, ampliação da mão-de-obra regulada pela legislação trabalhista, política fiscal e previdenciária adequadas, dentro de um contexto de crescimento da economia. Caso a economia esteja estagnada ou com crescimento baixo, predomine a informalidade no mercado e as políticas públicas mantenham fortes desequilíbrios fiscais e previdenciários, as janelas de oportunidades demográficas podem passar despercebidas. No caso brasileiro, tanto a PIA crescerá até 2050, quanto aumentará sua idade mediana, porém as políticas públicas não têm aproveitado essas possibilidades demográficas. Adiante, esse tema será novamente analisado.

A transição demográfica e as relações intergeracionais

A razão de dependência demográfica parte do pressuposto de que a população jovem, de 0 a 14 anos, e a idosa, 65 anos e mais, podem ser consideradas dependentes da PIA, 15 a 64 anos. Ainda que os limites etários dos diferentes grupos possam ser contestados como arbitrários, trata-se de uma aproximação razoável e reconhecida internacionalmente. A RDT seria a proporção dos jovens mais os idosos, os dependentes, em relação à PIA. Os dependentes, teoricamente, consumiriam mais do que produzem e a população adulta produziria mais do que consome. Essa seria a relação básica que expressa a transferência entre as gerações. A RDT pode ser desdobrada em seus componentes: razão de dependência dos jovens (RDJ) e a dos idosos (RDI). A primeira seria a proporção dos jovens em relação à PIA e a segunda, a dos idosos (Tabela 11).

Até 1970, antes do declínio acelerado e generalizado da fecundidade, a RDT tinha valores extremamente altos (Tabela. 12). Em 1960, por exemplo, seu valor era de 83%, isto é, para cada 100 pessoas na PIA, havia 83 jovens e idosos. Mais especificamente, observando a RDJ e a RDI, para cada 100 pessoas na PIA, havia 78 jovens e cinco idosos. De fato, o grande sobrepeso para a PIA eram os jovens. Não se poderia esperar outra coisa de um país, naquele momento, com fecundidade alta e crescimento acelerado da população - 30 milhões de jovens e apenas 1,9 milhão de idosos. Outro indicador das relações intergeracionais é o índice de idosos, isto é, a proporção dos idosos em relação aos jovens. Em 1960, havia 6,4 idosos para cada 100 jovens, o que só confirma a situação da popula-

ção brasileira na época - jovem, sendo a metade constituída por pessoas com menos de 19 anos de idade. No final do século passado, a RDT já tinha baixado para 54%, mesmo assim, mantinha grande peso dos jovens.

Tabela 11 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos, e Distribuição Relativa, Brasil, 1940-2050 (%)

Período	Razão de Dependência			Distribuição Relativa (%)		
	Total	Jovens	Idosos	RDJ	RDI	RDT
1940	81,65	77,33	4,32	94,70	5,30	100,00
1950	79,06	74,70	4,36	94,49	5,51	100,00
1960	82,95	77,95	5,00	93,97	6,03	100,00
1970	82,33	76,60	5,73	93,04	6,96	100,00
1980	73,04	66,10	6,94	90,50	9,50	100,00
1990	65,81	58,58	7,23	89,01	10,99	100,00
2000	54,37	45,97	8,41	84,54	15,46	100,00
2010	50,69	40,59	10,10	80,07	19,93	100,00
2020	48,79	35,80	12,99	73,38	26,62	100,00
2030	50,15	31,93	18,22	63,66	36,34	100,00
2040	52,96	29,58	23,39	55,84	44,16	100,00
2050	57,87	28,15	29,72	48,65	51,35	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Tabela 12 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos (%), Índice de Idosos e Idade Mediana, Brasil, 1950-2050

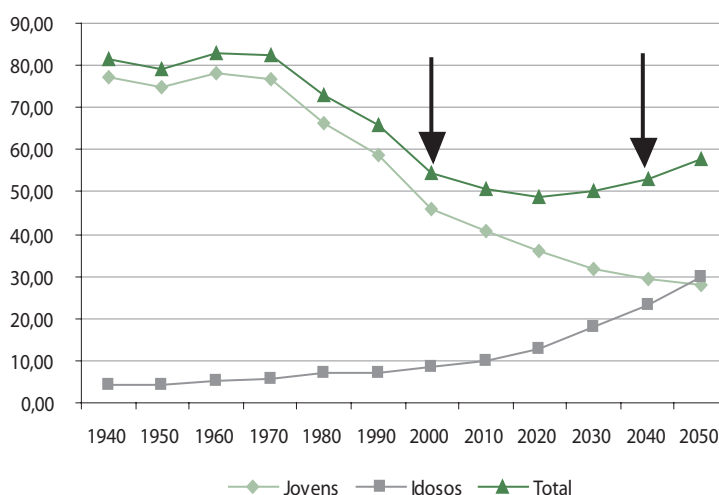
Período	Razão de Dependência			Índice de Idosos	Idade Mediana
	Total	Jovens	Idosos		
1950	79,06	74,70	4,36	5,83	19,2
1960	82,95	77,95	5,00	6,41	18,6
1970	82,33	76,60	5,73	7,48	18,6
1980	73,04	66,10	6,94	10,49	20,3
1990	65,81	58,58	7,23	12,34	22,5
2000	54,37	45,97	8,41	18,28	25,3
2010	50,69	40,59	10,10	24,88	28,5
2020	48,79	35,80	12,99	36,28	31,9
2030	50,15	31,93	18,22	57,08	34,7
2040	52,96	29,58	23,39	79,08	37,6
2050	57,87	28,15	29,72	105,56	40,3

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.



Na segunda metade do século passado, a RDT diminuiu em 31% devido à queda da RDJ (38%), apesar do grande aumento relativo da RDI (93%). Tal resultado, aparentemente contraditório, deve-se ao fato de que, em 1950, a RDI era extremamente baixa, 4,4. Na primeira metade deste século, a RDT permanecerá estável, entre 49% e 57%, mudando, no entanto, profundamente a sua composição. Enquanto em 2000 a RDJ era quase seis vezes maior que a RDI, em 2050, as duas razões de dependência serão praticamente iguais, entre 28% e 30%.

Gráfico 63 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos, Brasil, 1940-2050 (%)



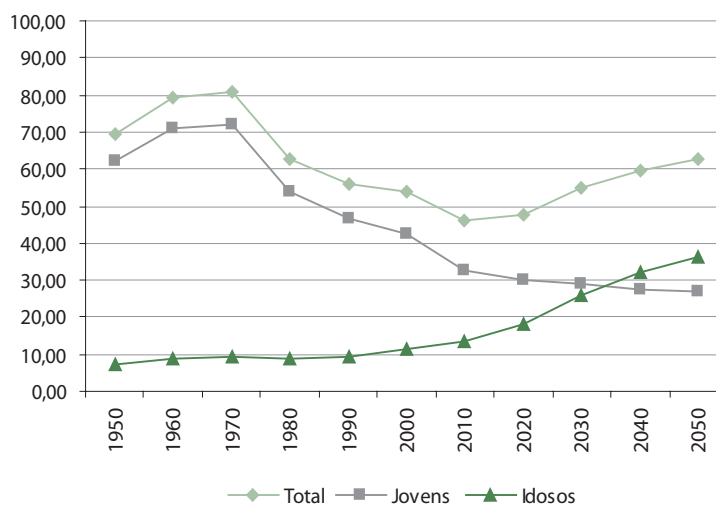
Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Os demógrafos têm chamado atenção para o dividendo demográfico que poderia ser usufruído pela sociedade e pela economia no período entre 2010 e 2030, quando a RDT alcançará seus menores valores, em torno de 50%, e a componente relativa dos idosos ainda será bem menor do que a referente aos jovens. Haveria, para cada 100 pessoas em idade ativa, apenas 50 jovens e idosos, com preponderância dos jovens. Em outras palavras, as transferências intergeracionais seriam favorecidas pela relação de um por dois, ou seja, apenas uma pessoa dependente para cada duas potencialmente produtivas. Poderia ser estabelecido um intervalo, em que os dividendos demográficos seriam mais favoráveis: 2000 a 2040. No caso, incorporando dois momentos quando a RDT era, aproximadamente, de 54%, no limite inferior, e será, provavelmente, de 53%, no limite superior. No caso extremo superior do intervalo, 2040, com a RDT de 54%, ter-se-ia 1,08 dependente para cada duas pessoas potencialmente produtivas. Situação plenamente satisfatória do ponto de vista da dependência demográfica.

A comparação do Brasil com outros países em estágio semelhante de desenvolvimento pode ser analiticamente sugestiva. Em primeiro lugar, com alguns países latino-americanos: Chile, Argentina e México.

A RDT do Chile deverá atingir seu valor mais baixo (pouco menor que 50%) em 2010, dez anos antes do Brasil (Gráfico 64). Sua RDI ultrapassará, provavelmente, a dos jovens em 2040, também uma década antes do Brasil. Considerando a RDT de 50% como referência, os benefícios demográficos do Chile, propiciados pelas reações intergeracionais, serão mais acentuados entre 2000 e 2030.

Gráfico 64 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos, Chile, 1950-2050 (%)



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

A Argentina experimentou o processo de transição da fecundidade nas primeiras décadas do século 20, contemporaneamente a vários países europeus. Nos anos 1950, a fecundidade, TFT de 3,2, já era, praticamente, a metade da brasileira. Em 1950, sua RDT era de 53%, isto é, para cada 100 argentinos na PIA, havia 53 pessoas potencialmente dependentes, 47 jovens e 6 idosos (Gráfico 65). Uma razão de dependência razoavelmente baixa, comparando com a do Brasil e a do Chile, na mesma data, de 79% e 69%, respectivamente. No período 1950-2000, a RDT da Argentina alcançou seu valor máximo de 66% em 1990, sendo 51 jovens e 15 idosos. Nessa mesma época, a RDT do Brasil era semelhante, entretanto, sua composição revelava o menor envelhecimento relativo da sua população: 59 jovens e 7 idosos. Depois de 1990, a RDT da Argentina deverá se manter praticamente estável, mudando, no entanto, significativamente sua composição, com aumento do peso dos idosos e

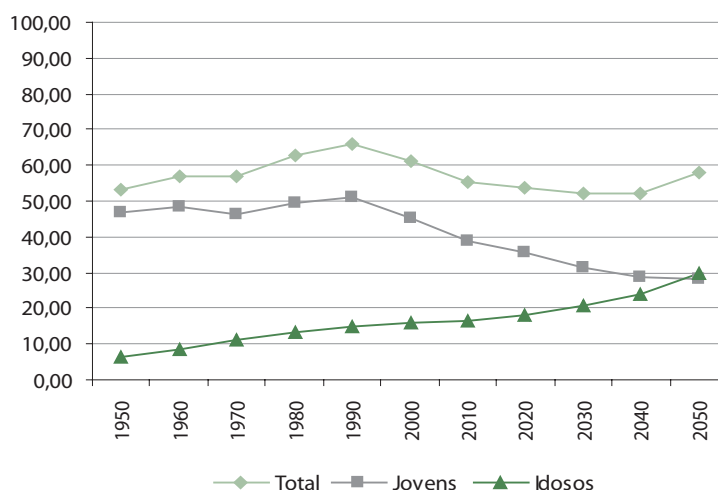


declínio dos jovens. É, justamente, o maior grau de envelhecimento da sua população que impedirá que ela alcance, no século 21, uma RDT tão baixa quanto a do Brasil.

Apesar da transição demográfica da Argentina ter iniciado muito antes da brasileira (uma diferença em torno de meio século), a maior rapidez de todo o processo no Brasil fará que, provavelmente, as duas populações cheguem, em 2050, com RDT muito semelhantes, em torno de 60%, sendo que, em cada país, o peso dos idosos e dos jovens será praticamente o mesmo, ao redor de 30%. Esse fenômeno mostra como tem sido acelerado o processo de transição demográfica no Brasil.

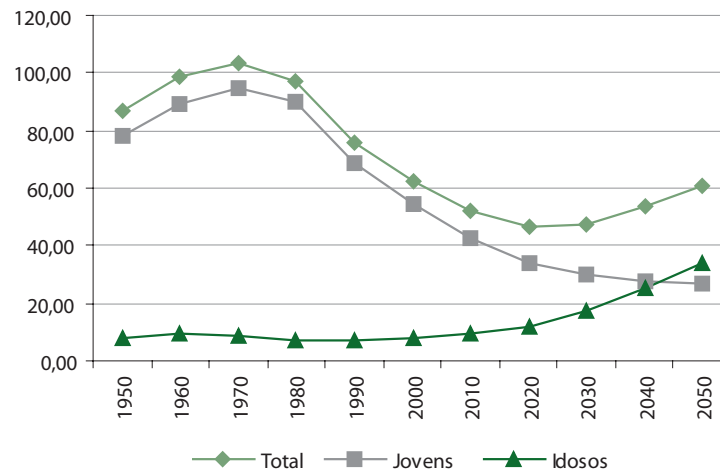
Do ponto de vista das relações de dependência demográfica favoráveis, ou dos dividendos demográficos, a situação da Argentina foi mais favorável no século passado, quando conviveram com RDT menores e com RDI relativamente baixas.

Gráfico 65 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos, Argentina, 1950-2050 (%)



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision.*

O caso do México é interessante, pois sua RDT alcançou valores muito mais altos que os países até agora analisados: em 1970 era de 103%, sendo 94% devido aos jovens e 9% aos idosos (Gráfico 66). Logo após, o acelerado declínio da fecundidade, semelhante ao observado no Brasil, propiciou rápida redução da RDJ. No final desta década, 2000-2010, sua razão de dependência será de cerca de 52%, iniciando um período demograficamente favorável do ponto de vista das relações intergeracionais, devendo a RDT do México permanecer abaixo de 50% até 2030. No entanto, será um período de significativo aumento do peso dos idosos na RDT.

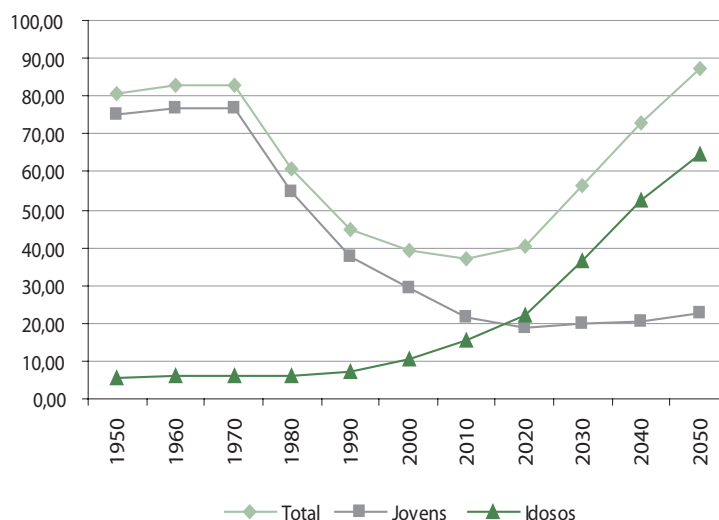
Gráfico 66 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos, México, 1950-2050 (%)


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

Alguns países emergentes, fora da América Latina, possibilitam também comparações interessantes (Gráfico 67). Em 1950, a RD_T da Coreia do Sul partiu de um patamar semelhante ao do Brasil, mas, como o declínio da fecundidade foi ainda mais acelerado, houve uma queda maior da RD_J da Coreia do Sul, que passou de 81%, em 1950, para 40%, em 2000. No final da primeira década do século 21, chegará ao mínimo, com 37%. Esse valor mínimo não será alcançado por qualquer dos países latino-americanos aqui analisados. Em compensação, o mesmo fenômeno levará a um crescimento rapidíssimo da RD_I da Coreia do Sul, que, em 2030, será superior à dos jovens e levará a RD_T, no final do período analisado, a um valor superior ao do seu início, em 1950. As Nações Unidas prevêem que, em 2050, para cada 100 pessoas em idade ativa, haverá 87 dependentes, sendo 22 jovens e 65 idosos. O grau de envelhecimento da população, ou seja, a proporção de idosos em relação à população total, será de 35%. Para cada jovem, deverá haver três idosos. Do ponto de vista dos benefícios demográficos sugeridos pela relação de dependência, desde os anos noventa do século passado até 2020, a situação da Coreia do Sul será extremamente favorável.

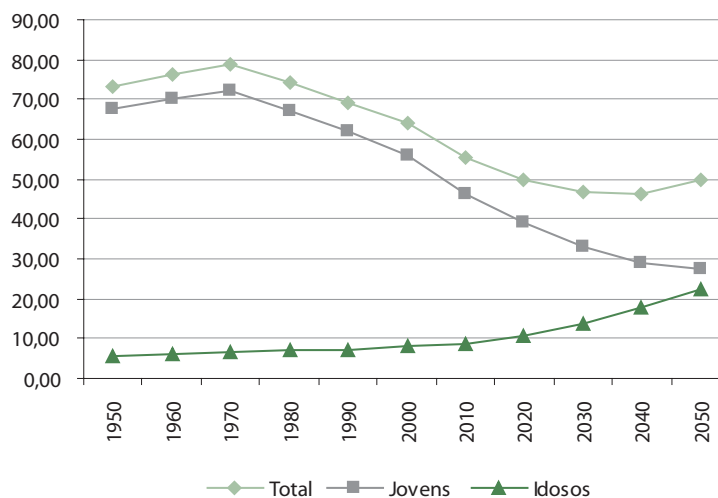


Gráfico 67 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos, Coreia do Sul, 1950-2050 (%)



Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*.

A Índia é outro país sugestivo para a comparação: é o segundo país mais populoso do mundo, devendo ultrapassar a China ainda na primeira metade do século 21. Sua fecundidade tem sido mais alta que a do Brasil, porém está sujeita a um declínio acelerado. Dentro do período analisado, em 1980, sua RDT atingiu seu maior valor, 79%, fortemente impulsionada pela razão dos jovens, 72%, contra apenas 7% dos idosos (Gráfico 68). Ao contrário dos exemplos anteriores, entre 1950 e 2050, a RDJ será sempre superior à RDI. Após 1980, a RDT diminuiu e seu menor valor, próximo de 46%, estima-se, só será obtido entre 2030 e 2040. A situação demográfica da Índia, do ponto de vista das razões de dependência, será potencialmente mais favorável entre 2020 e 2050, quando a RDT será inferior a 50%. Nesta última data, 2050, mesmo com a RDI inferior à RDJ, o número de idosos na Índia, 237 milhões, será quase cinco vezes superior ao do Brasil.

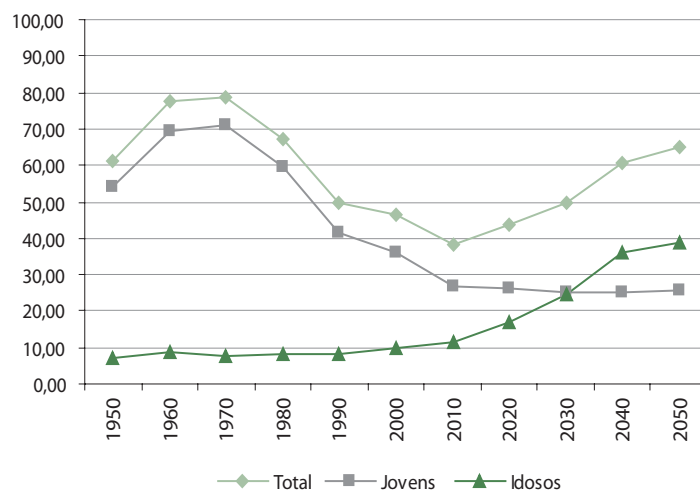
Gráfico 68 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos, Índia, 1950-2050 (%)


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*

A China, como objeto de análise, tem grande importância, não só por ser o país mais populoso do mundo, mas também por ser o mais notável exemplo de imposição autoritária, pelo Estado, de políticas de controle do crescimento populacional. A RDT é ascendente no início do período analisado até chegar ao seu maior valor, 79%, em 1970 (Gráfico 69). Como nos outros exemplos, devido à fase semelhante no processo de transição demográfica, é o grande número de jovens, relativamente aos idosos, que mais contribuiu para o tamanho da razão de dependência. Após 1970, houve rápida redução da RDT que, em 1990, já era inferior a 50% e assim se manterá até 2030, quando começará a crescer, novamente, em função da expansão da RDI, chegando a 2050 com uma RDT superior àquela de 1950. Do ponto de vista estrito da razão de dependência demográfica, a situação chinesa seria mais favorável entre 1990 e 2020. É importante ressaltar que o número de idosos previsto para a China em 2050 seria de 329 milhões, muito superior ao total da população brasileira na mesma época, 253 milhões de habitantes.



Gráfico 69 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos, China, 1950-2050 (%)

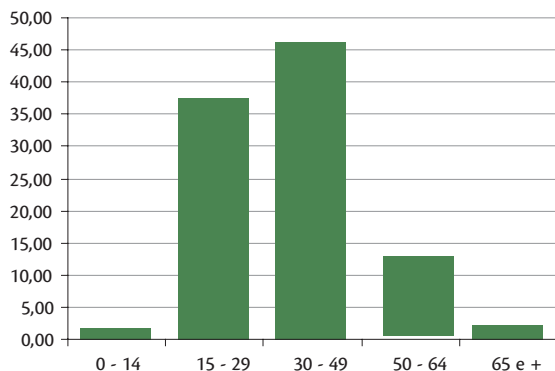


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*

Afirmou-se que a definição da PIA, assim como a dos jovens e idosos, é estritamente demográfica. Será feito um exercício com os dados do Censo de 2000, verificando quem são aqueles que estão ocupados e, no caso da previdência social, quais são os ocupados que contribuem. Pode-se, desse modo, ter uma visão mais realista e abrir caminhos analíticos para posteriores desenvolvimentos.

Para simplificar a análise dos ocupados e dos contribuintes, segundo a estrutura etária, serão utilizados os três grandes grupos etários: os jovens, a população em idade ativa e os idosos. A PIA será subdividida em três grupos, como já realizado anteriormente: 15 a 29; 30 a 49 e 50 a 64 anos.

A definição estritamente demográfica não está, logicamente, tão distante da realidade. Entre os ocupados, em 2000, 96% encontravam-se entre 15 e 64 anos, sendo o grupo modal o de 30-49 anos (Gráfico 70). As pessoas neste grupo, mais aquelas de 15-29 anos, os jovens da PIA, correspondiam a 84% dos ocupados. A faixa mais madura da PIA contribuiu somente com 12% dos ocupados. Apenas 4% dos ocupados tinham menos de 15 anos (1,7%) ou 65 e mais anos de idade (2,3%).

Gráfico 70 – Distribuição da População Ocupada, Segundo Grupos Etários, Brasil, 2000 (%)


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Em 2000, os jovens ocupados fora da PIA (menos de 15 anos de idade) concentravam-se entre os que não são remunerados, quase 40%, e os empregados sem carteira assinada, 28%, num total de 68%. Entre as outras posições, destacavam-se os trabalhadores domésticos sem carteira assinada e os que trabalhavam por conta própria. No grupo dos idosos, predominavam os que trabalhavam por conta própria e os empregados, com ou sem carteira assinada. Entre os pertencentes à PIA, nos três grandes grupos, entre 80% e 85% se concentravam na categoria de empregados ou que trabalhavam por conta própria (Tabela 13).

Tabela 13 – População Ocupada, Segundo Posição na Ocupação e Grupos Etários, Participação Relativa (%) e Totais Absolutos, 2000

Posição na ocupação	Grupos etários					Total
	0 - 14	15 - 29	30 - 49	50 - 64	65 e +	
Trabalhador doméstico com carteira	0,15	2,10	2,62	2,05	1,04	2,27
Trabalhador doméstico sem carteira	8,70	6,53	4,78	3,92	3,53	5,37
Empregado com carteira	1,08	37,97	36,33	23,74	10,00	34,19
Empregado sem carteira	27,67	29,58	21,66	19,40	15,20	24,31
Empregador	0,00	1,05	3,80	4,90	6,02	2,89
Conta própria	10,70	14,65	26,34	37,19	45,65	23,46
Aprendiz ou estagiário	3,27	0,81	0,12	0,11	0,22	0,44
Não remunerado, em ajuda	38,63	5,00	2,12	2,97	3,72	3,98
Trabalhador para o próprio consumo	9,80	2,30	2,23	5,71	14,63	3,10
Total	1.142.438	24.621.445	30.288.327	8.094.269	1.483.413	65.629.892

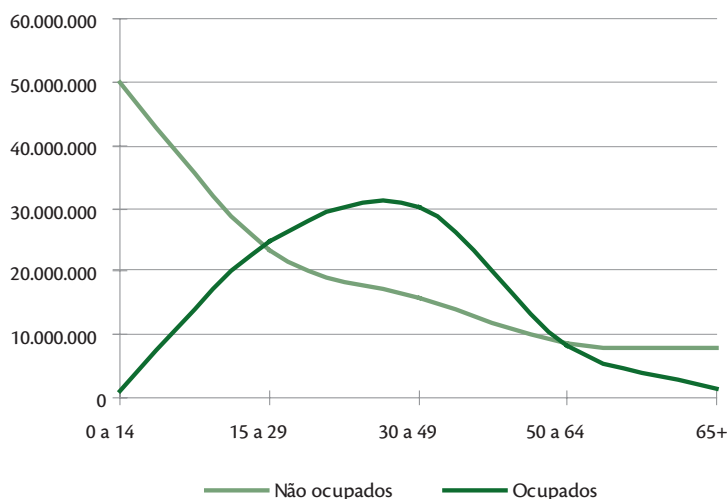
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.



Considerando a população ocupada em relação a não ocupada, em termos absolutos, nota-se que a curva dos ocupados supera a dos não ocupados entre 15 e 29 anos, ou seja, nas idades que compõem a PIA jovem (Gráfico 71). Os não ocupados formam uma curva decrescente com a idade. Na PIA, situavam-se 63 milhões de pessoas ocupadas. Tal contingente, somado ao pequeno número dos ocupados nos grupos de jovens e idosos fora da PIA, perfaz um total de 66 milhões de pessoas ocupadas, no Brasil, em 2000.

Esse exercício sugere que a dimensão da PIA pode constituir um grande benefício demográfico. Nela se situa a maioria dos que trabalham, geram receita, em tese, produzem mais do que consomem e, ainda, transferem renda por meio de impostos e contribuições. Além, é claro, da transferência de renda intra-familiar. Podem, também, gerar maior poupança e, por hipótese, quanto mais envelhecida for a PIA, maior será a sua capacidade de poupança acumulada, o que não significa, necessariamente, no caso do Brasil, que essa poupança se transforme em capital produtivo, podendo, em grande parte, se esvaír pelo capital financeiro.

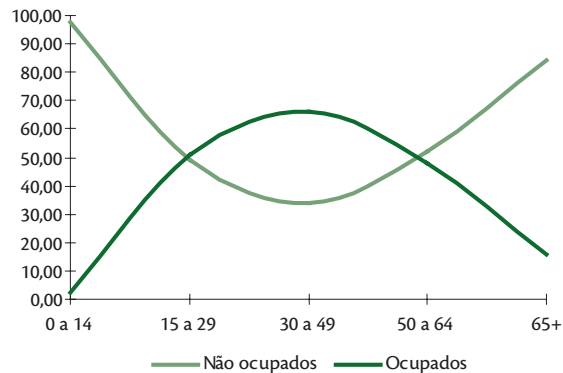
Gráfico 71 – População Total Ocupada e Não Ocupada, Segundo os Grupos Etários, Brasil, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Quando se destacam os valores relativos de ocupados e não ocupados em cada grupo etário, as curvas são simétricas (Gráfico 72). A curva dos ocupados é côncava e a dos não ocupados, convexa. O valor modal dos ocupados está entre 30 e 49 anos, com quase 70% de seus componentes ocupados. É nessa faixa que os não ocupados têm o seu valor mais baixo, pouco acima de 30%.

Gráfico 72 – Participação Relativa da População Ocupada e Não Ocupada, Segundo os Grupos Etários, Brasil, 2000 (%)

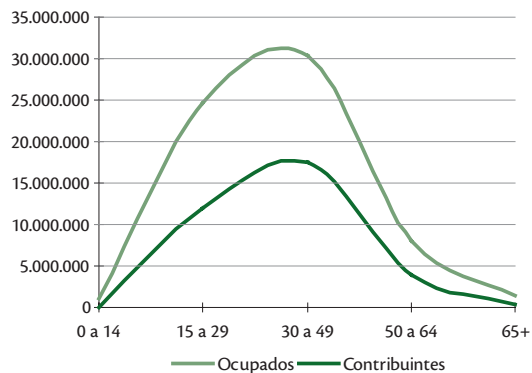


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Pode-se pensar, prosseguindo no exercício, em uma razão de dependência mais restrita do que a demográfica, quando se consideraria, em todas as idades, os não ocupados como dependentes dos ocupados. A razão seria de 161%, ou seja, para cada 100 pessoas ocupadas, haveria 161 não ocupadas.

Entre os ocupados, a população contribuinte da previdência social, 34 milhões em 2000, representava um pouco mais da sua metade, 52% (Gráfico 73). A quase totalidade dos contribuintes está dentro da PIA, com grande concentração no grupo de 30 a 49 anos, 52%, e no grupo de 15 a 29, 35%. O outro grupo etário dos contribuintes, dentro da PIA, 50 a 64 anos, é responsável por apenas 12%. Em termos absolutos, o formato das duas curvas é semelhante, ficando a de contribuintes mais abaixo. A modalidade permanece no grupo de 30 a 49 anos.

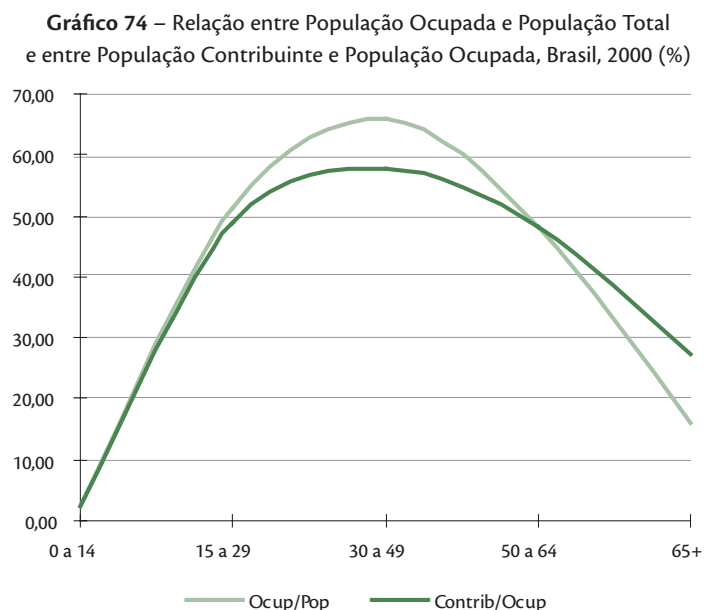
Gráfico 73 – População Total Ocupada e Contribuinte, Segundo Grupos Etários, Brasil, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.



A relação entre a população ocupada e a população total, segundo cada um dos grupos etários, mostra que, na faixa modal 30 a 49 anos, a proporção de ocupados é de 66%. Nos dois outros grupos da PIA, a proporção é próxima da metade: o grupo de 15 a 29 anos, 51%, e o de 50 a 64 anos, 48% (Gráfico 74).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A curva de contribuintes sobre os ocupados, em cada grupo etário, tem a participação modal do grupo de 30 a 49 anos (Gráfico 74). Essa relação é sempre inferior à dos ocupados sobre os não ocupados, exceção da população acima de 50 anos, quando ela é maior. Poderíamos calcular outra razão de dependência baseada na relação entre contribuintes e não contribuintes: para cada 100 contribuintes, em todos os grupos etários, haveria 506 não contribuintes.

A transição demográfica no contexto dos desequilíbrios regionais e sociais no Brasil

Fausto Brito
 José Alberto Magno de Carvalho
 Cássio Maldonato Turra
 Bernardo Lanza Queiróz

A transição demográfica no contexto dos desequilíbrios regionais

A formação histórica da economia e da sociedade brasileira legou à sua realidade atual fortes desequilíbrios regionais, com reflexos importantes sobre a transição demográfica no Brasil. Considerando alguns indicadores demográficos, entre 1991 e 2010, sugeridos pela revisão de 2006 do IBGE, esses desequilíbrios podem ser facilmente percebidos.

Em primeiro lugar, as taxas de fecundidade (Tabela 14). Em 1991, a fecundidade para o Brasil, como um todo, era de 2,9, isto é, cada mulher teria, em média, 2,9 filhos nascidos vivos durante sua idade reprodutiva. Quando se consideram as grandes regiões, ficam evidentes as diferenças. No Norte, as mulheres tinham a maior fecundidade, 4,2 filhos, enquanto no Sudeste, 2,4 filhos. As outras regiões situavam-se entre esses valores, formando um rank com Sudeste em primeiro, a fecundidade mais baixa, seguido, em ordem crescente, pelo Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Entre 1991 e 2010, as taxas de fecundidade no Brasil decrescem, chegando, em 2005, abaixo do nível de reposição, 2,0, e em 2010, a apenas 1,8. As diferenças regionais se mantêm, mas diminuem os intervalos entre elas. Em 2005, segundo as estimativas do IBGE, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste tinham uma fecundidade abaixo do nível de reposição, enquanto o Norte e o Nordeste ainda se mantinham acima. Em 2010, espera-se, todas as regiões brasileiras terão fecundidade abaixo do nível de reposição, sendo a mais baixa a do Sul e a mais alta a do Norte.

Tabela 14 – Taxa de Fecundidade Total, Segundo as Grandes Regiões, Brasil, 1991-2010

Regiões	1991	1995	2000	2005	2010
Norte	4,2	3,9	3,2	2,5	2,1
Nordeste	3,7	3,3	2,7	2,2	2,0
Sudeste	2,4	2,3	2,2	1,9	1,6
Sul	2,5	2,5	2,3	1,8	1,5
Centro-Oeste	2,7	2,5	2,3	2,0	1,8
Brasil	2,9	2,7	2,4	2,0	1,8

Fonte: IBGE, 2006.



Analisando outra variável demográfica, a esperança de vida ao nascer, as diferenças regionais brasileiras aparecem novamente (Tabela 15). Em 1991, uma criança, ao nascer, viveria, em média, 66,9 anos. Entretanto, no Nordeste viveria apenas 62,8 anos, a mais baixa esperança de vida, enquanto no Sul, a mais alta, 70,4 anos - uma diferença de 7,6 anos entre as duas regiões. No período que vai de 1991 a 2010, o brasileiro deve ganhar mais 6,6 anos de vida, em média. Os que nascerem na região Sul ganhariam menos, 5,1 anos e, no Nordeste, mais, 7,9 anos. Porém, esses ganhos, a diminuir as diferenças regionais, estão longe de suprimi-las. A esperança de vida no Nordeste, apesar da sua melhora, ainda deve se manter 4,7 anos mais baixa que a do Sul. Na classificação das Nações Unidas para 2005, o Brasil ocupava a posição de número 80, com uma esperança de vida significativamente inferior, por exemplo, às da Costa Rica (78,1), Chile (77,9) e Cuba (77,2 anos).

Tabela 15 – Esperança de Vida ao Nascer, Segundo as Grandes Regiões, Brasil, 1991-2010

Regiões	1991	1995	2000	2005	2010
Norte	66,9	68,1	69,5	71,0	72,4
Nordeste	62,8	64,8	67,2	69,0	70,8
Sudeste	68,8	70,3	72,0	73,5	74,9
Sul	70,4	71,5	72,7	74,2	75,5
Centro-Oeste	68,6	70,0	71,8	73,2	74,5
Brasil	66,9	68,5	70,4	72,1	73,5

Fonte: IBGE, 2006.

A mortalidade infantil é outro indicador das diferenças regionais. Em 1991, era de 45,2 crianças por mil nascidas vivas, para o Brasil como um todo (Tabela 16). No Nordeste, entretanto, esse valor chegava a 71,5. Para cada mil nascidos vivos, aproximadamente, 44 crianças morriam a mais, antes de completar um ano de idade, no Nordeste do que no Sul, onde havia a mais baixa taxa de mortalidade infantil brasileira na época.

O Brasil reduzirá sua mortalidade infantil no período analisado, 1991-2010; para cada mil nascidas vivas, 23 crianças deverão morrer, a menos, antes de completar um ano. Todas as regiões brasileiras devem diminuir a sua mortalidade infantil, algumas mais, como o Nordeste, em 39,4 crianças, outras menos, como o Sul, 12,8 para cada mil crianças nascidas vivas. As diferenças regionais devem ser minoradas. Contudo, no Nordeste vão continuar morrendo mais crianças antes de completar um ano do que nas outras regiões como, exemplo, 17,5 a mais que no Sul, onde a mortalidade infantil será a menor.

Em 2005, o Brasil estava na posição de número 98 na classificação dos países segundo a mortalidade infantil, liderada pelo Japão, com 3,2 óbitos para cada mil crianças nascidas vivas.

Tabela 16 – Mortalidade Infantil, Segundo as Grandes Regiões, Brasil, 1991-2010 (por mil nascidos vivos)

Regiões	1991	1995	2000	2005	2010
Norte	44,1	37,9	30,9	26,6	22,8
Nordeste	71,5	59,4	45,2	38,2	32,1
Sudeste	31,7	27,0	22,2	18,9	16,1
Sul	27,4	24,1	20,5	17,2	14,6
Centro-Oeste	32,4	28,0	23,3	20,1	17,3
Brasil	45,2	38,6	30,4	25,9	22,2

Fonte: IBGE, 2006.

Deve-se sublinhar que a agregação dos estados brasileiros, segundo as grandes regiões, esconde diferenças significativas. Desse modo, prosseguindo com os dados do Censo de 2000, a divisão regional adotada será mais detalhada, inclusive, destacando alguns estados:

- Norte: Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Amapá e Tocantins;
- Nordeste Setentrional: Maranhão e Piauí;
- Nordeste Central: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;
- Nordeste Meridional: Sergipe e Bahia;
- Minas Gerais;
- Espírito Santo;
- Rio de Janeiro;
- São Paulo;
- Paraná;
- Extremo Sul: Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- Centro-Oeste: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

A distribuição da população brasileira em 2000 é resultado não só do crescimento vegetativo de cada região ou estado até aquele momento, mas também do seu saldo migratório, isto é, das imigrações menos as emigrações. Interessa compreender a distribuição desigual da população brasileira segundo os grandes grupos etários, sem deixar de levar em conta que ela é resultado, também, da distribuição da população como um todo.

Observa-se que a distribuição espacial da população por idade reflete a distribuição do conjunto da população (Tabela 17). Em São Paulo, residia quase um quinto dos jovens brasileiros. Considerando os dois outros estados mais populosos do Sudeste, Minas Gerais e Rio de Janeiro, essa proporção sobe para 37%. Acrescentando os residentes no Nordeste, nas suas três regiões, revela-se que 66% da população jovem morava nos principais estados do Sudeste e no Nordeste, principal-



mente na sua região Central. Por outro lado, os idosos, mais de um quinto da população, residia em São Paulo e 45%, nos três principais estados do Sudeste. No Nordeste Central e no Extremo Sul, os habitantes idosos chegavam a 26% do total de idosos do Brasil que, somados aos do Sudeste, alcançavam 70%.

Entre os estados brasileiros, São Paulo é o que detinha a maior proporção da PIA, 23%, seguido de Minas Gerais e dos estados do Nordeste Central. Nesse conjunto, residia quase 50% da PIA.

Tabela 17 – Distribuição Relativa da População, por Regiões e Alguns Estados, Segundo Grandes Grupos Etários, Brasil, 2000 (%)

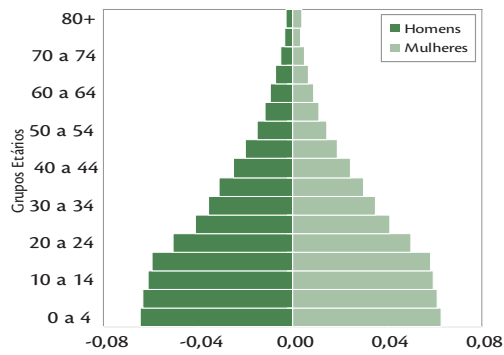
Regiões	Grupos Etários			Total
	0-14 anos	15-64 anos	65anos e +	
Norte	9,57	6,96	4,73	7,60
NE Setentrional	6,09	4,56	4,40	5,00
NE Central	15,74	13,67	15,20	14,37
NE Meridional	9,52	8,43	8,49	8,75
Minas Gerais	10,10	10,69	11,17	10,54
Espírito Santo	1,77	1,86	1,73	1,82
Rio de Janeiro	7,19	8,85	10,79	8,47
São Paulo	19,37	22,83	22,80	21,80
Paraná	5,46	5,73	5,42	5,63
Extremo Sul	8,28	9,45	10,28	9,15
Centro Oeste	6,92	6,99	4,99	6,85
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

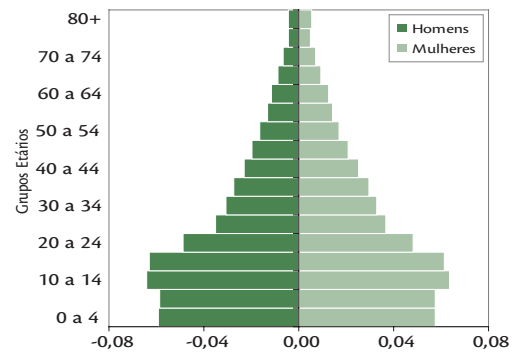
Para os objetivos dessa etapa do relatório, o mais importante é analisar a distribuição etária da população de cada região. As pirâmides etárias das regiões, ou estados, refletem os diferentes momentos da sua transição demográfica (Gráfico 75). Os seus formatos, em 2000, eram bastante diferentes. Os casos extremos são o Norte e o Nordeste Setentrional, mais atrasados nos seus respectivos momentos da transição demográfica, com pirâmides de formatos distintos das do Rio de Janeiro, São Paulo e Extremo Sul, estados e região mais avançados na transição demográfica. Nestes últimos, o desenho da estrutura etária afasta-se, cada vez mais, do formato piramidal, com bases largas.

Gráfico 75 – Pirâmides Etárias das Regiões e Alguns Estados, Brasil, 2000

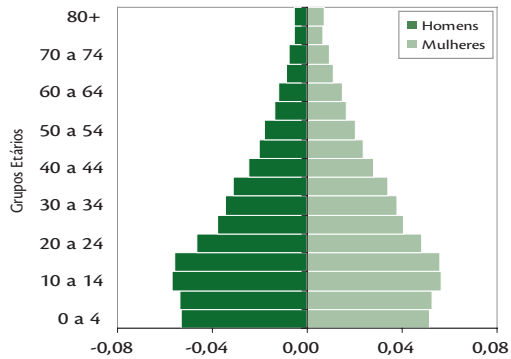
1.1 Pirâmide Etária, Região Norte, 2000



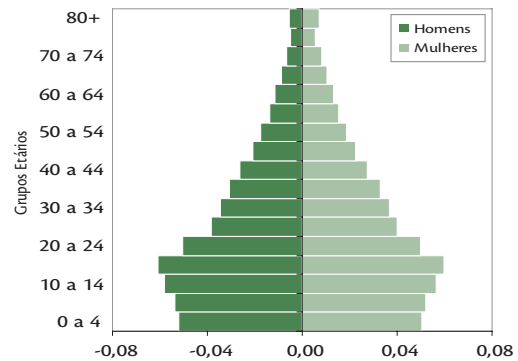
1.2 Pirâmide Etária, NE Setentrional, 2000



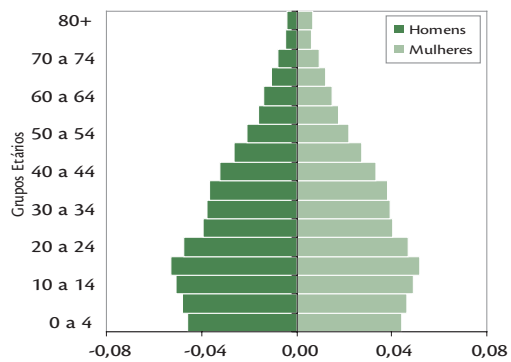
1.3 Pirâmide Etária, NE Central, 2000



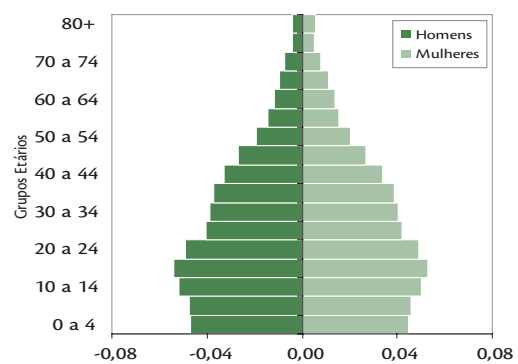
1.4 Pirâmide Etária, NE Meridional, 2000

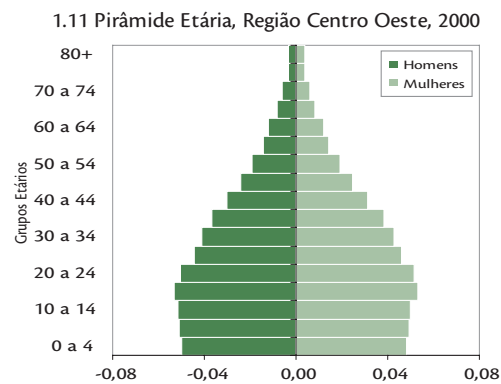
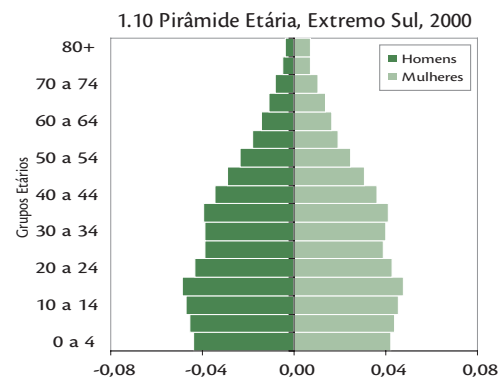
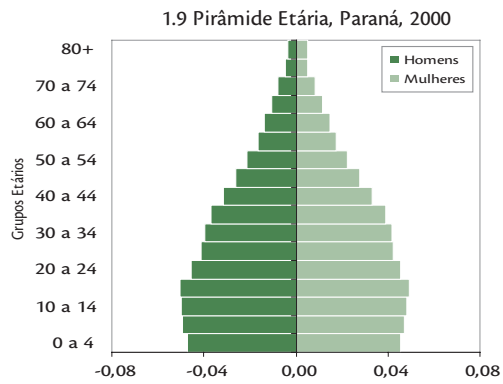
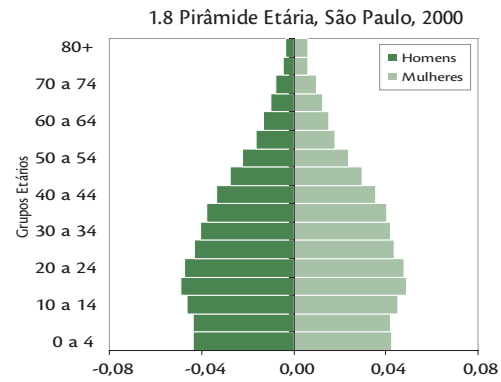
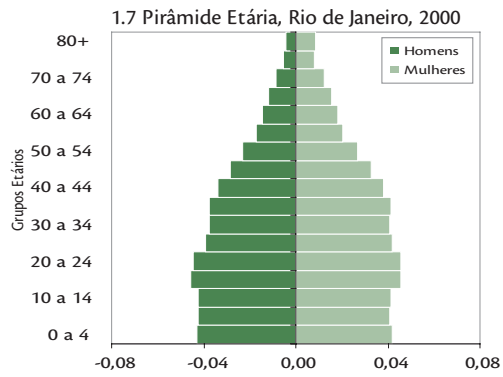


1.5 Pirâmide Etária, Minas Gerais, 2000



1.6 Pirâmide Etária, Espírito Santo, 2000





Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A análise dos grandes grupos etários sintetiza, e torna mais clara, a compreensão das diferenças entre as pirâmides. O estreitamento da base, ou seja, da proporção dos jovens, as dimensões da PIA, cujas mudanças no seu conjunto são mais lentas, e o crescimento da população idosa podem ser observados para cada uma das grandes regiões ou estados (Tabela 18).

Tabela 18 – Proporção da População, por Grandes Grupos Etários, Segundo Regiões e Alguns Estados, Brasil, 2000 (%)

Regiões	Grupos Etários			Total
	0-14	15-64	65+	
Norte	37,28	59,08	3,64	100,00
NE Setentrional	36,06	58,80	5,14	100,00
NE Central	32,44	61,38	6,18	100,00
NE Meridional	32,20	62,13	5,67	100,00
Minas Gerais	28,38	65,42	6,19	100,00
Espírito Santo	28,70	65,77	5,53	100,00
Rio de Janeiro	25,15	67,40	7,44	100,00
São Paulo	26,31	67,58	6,11	100,00
Paraná	28,73	65,65	5,63	100,00
Extremo Sul	26,79	66,65	6,56	100,00
Centro Oeste	29,93	65,82	4,25	100,00
Brasil	29,62	64,54	5,84	100,00

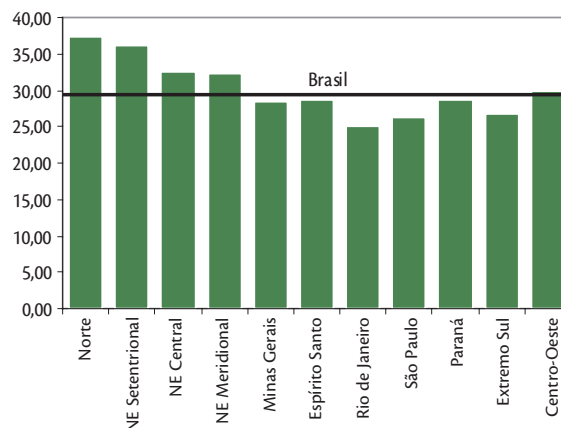
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Em primeiro lugar, serão analisados os efeitos diferenciados da transição demográfica na população jovem, cujos tamanhos absoluto e relativo sofrem o impacto do declínio da fecundidade (Gráfico 76). As pirâmides regionais já indicavam as diferentes magnitudes das suas bases. Considerando, como referência, a porcentagem de jovens no total da população brasileira, ou seja, a média nacional, 30%, em 2000, tem-se que algumas regiões estão próximas dela. É o caso do Centro-Oeste e os estados do Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo. O Norte e o Nordeste Setentrional são os que mais se afastam da média nacional, com 37% e 36%, respectivamente, de suas populações ainda jovens, seguidos pelas duas outras regiões nordestinas, com 32%.

Por outro lado, o estado do Rio de Janeiro é o que tem a menor porcentagem de jovens, um quarto apenas da sua população. São Paulo e a região Extremo Sul vêm em seguida, com 26% e 27%, respectivamente. Observe-se que são, justamente, aqueles estados e região com os menores níveis de fecundidade.



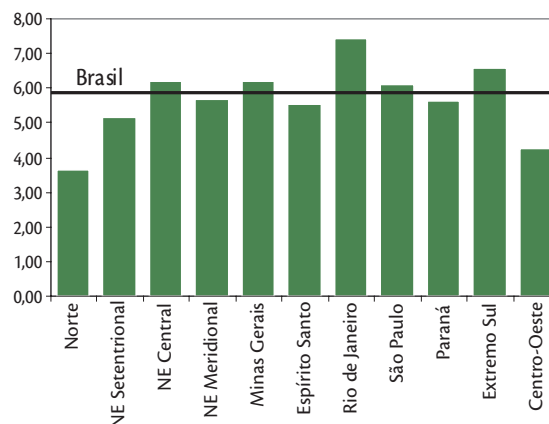
Gráfico 76 – Proporção da População de 0 a 14 Anos, Segundo Regiões e Alguns Estados, Brasil, 2000 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

No que se refere aos idosos, o Rio de Janeiro (7,4%) e o Extremo Sul (6,6%) estão bem acima da média nacional (5,8%) (Gráfico 77), embora, em menor proporção, o mesmo se possa dizer do Nordeste Central (6,2%) e de São Paulo (6,1%). Entre aqueles com porcentagens inferiores à média nacional, os destaques, em 2000, eram as regiões Norte (3,6%) e Centro-Oeste (4,3%), tradicionais regiões de expansão da fronteira agrícola e mineral.

Gráfico 77 – Proporção da População de 65 Anos e Mais, Segundo Regiões e Alguns Estados, Brasil, 2000 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

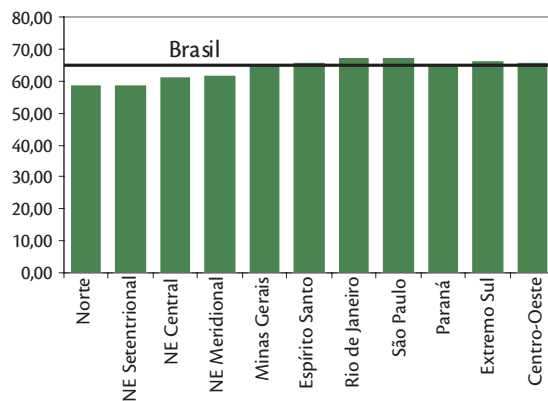
O peso relativo da população adulta, ou da PIA, varia pouco entre as diferentes regiões ou estados. Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Centro-Oeste têm porcentagem da PIA semelhante

à da média nacional, 65% (Gráfico 78). Abaixo dela aparecem o Norte e o conjunto das regiões nordestinas. Acima, São Paulo, Rio de Janeiro e o Extremo Sul.

A distribuição etária proporcional da população de cada região ou estado depende, além do comportamento da fecundidade das diversas unidades espaciais nas últimas décadas, de suas histórias migratórias. O declínio prolongado e mais rápido da fecundidade leva a uma menor proporção de jovens e maior de idosos, isto é, a populações mais envelhecidas. Por outro lado, uma forte e persistente imigração tem como conseqüência o aumento da proporção da população jovem e da PIA, com a conseqüente diminuição da constituída pelos idosos. Nas unidades com forte emigração, seu efeito deveria ser um maior envelhecimento populacional.

Os efeitos combinados do maior ou menor declínio da fecundidade e dos fortes fluxos migratórios ou emigratórios explicam a alta proporção de idosos no Rio de Janeiro, no Extremo Sul e em São Paulo, onde houve a predominância, sobre a estrutura etária, do efeito do declínio da fecundidade; assim como nas três regiões do Nordeste, onde predominam o efeito emigração; e em Minas Gerais, onde se deu o efeito acumulado do rápido declínio da fecundidade e forte emigração. No caso da região Norte, a menor proporção de idosos, em 2000, é explicada por um ritmo mais lento da queda da fecundidade, combinado com significativos fluxos migratórios.

Gráfico 78 – Proporção da População em Idade Ativa, Segundo Regiões e Alguns Estados, Brasil, 2000 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Outros indicadores importantes para se analisar o estágio da transição demográfica nas regiões brasileiras referem-se às relações intergeracionais. Trata-se das razões de dependência total, decompostas na dos jovens e dos idosos, e do índice de idosos (Tabela 19).

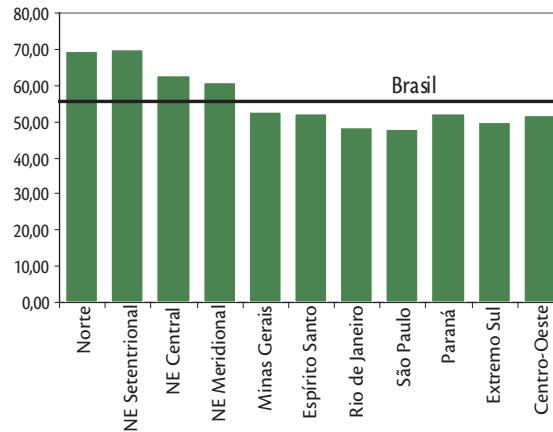


Tabela 19 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos e Índice de Idosos, Segundo Regiões e Alguns Estados, Brasil, 2000

Regiões	Razão de Dependência			Índice de Idosos
	Total	Jovens	Idosos	
Norte	69,25	63,10	6,16	9,76
NE Setentrional	70,08	61,34	8,74	14,26
NE Central	62,91	52,84	10,07	19,06
NE Meridional	60,94	51,82	9,12	17,61
Minas Gerais	52,85	43,39	9,47	21,82
Espírito Santo	52,04	43,63	8,41	19,26
Rio de Janeiro	48,36	37,32	11,05	29,60
São Paulo	47,98	38,94	9,04	23,22
Paraná	52,33	43,76	8,57	19,59
Extremo Sul	50,05	40,20	9,85	24,50
Centro Oeste	51,93	45,47	6,46	14,21
Brasil	54,37	45,97	8,41	18,28

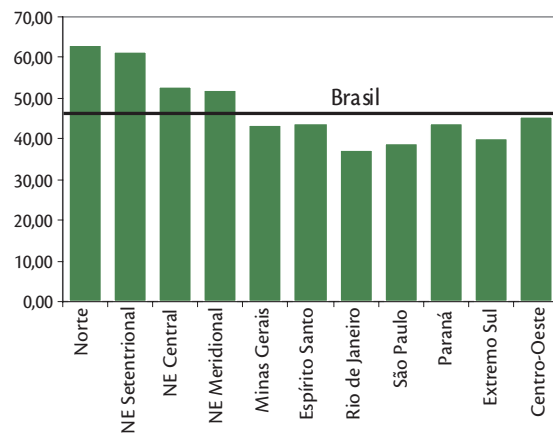
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A RDT do Brasil, em 2000, era de 54,4%, isto é, para cada 100 pessoas em idade ativa, havia 54,4 jovens e idosos. Somente o Norte e as regiões do Nordeste tinham razões superiores à média nacional (Gráfico 79). Na primeira região, assim como no Nordeste Setentrional, para cada 100 pessoas em idade ativa, havia, aproximadamente, 70 jovens e idosos. As duas outras regiões nordestinas, a Meridional e a Central, tinham uma RDT de 61% e 63%, respectivamente. Rio de Janeiro e São Paulo tinham as menores razões de dependência, próximas de 48%. A diferença entre a maior RDT (Nordeste Setentrional) e a menor (São Paulo) chega a 22 pessoas para cada 100 indivíduos em idade ativa.

Gráfico 79 – Razão de Dependência Total, Segundo Regiões e Alguns Estados, Brasil, 2000 (%)


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A decomposição da RDT nos seus componentes, a dos jovens (RDJ) e a dos idosos (RDI), ajuda a compreender as relações intergeracionais (Gráfico 80). Para o país, no seu conjunto, havia, em 2000, para cada 100 pessoas em idade ativa, 46 jovens. A RDJ do Norte e do Nordeste Setentrional chegava a 63% e 61%, respectivamente; nas outras regiões do Nordeste, ficava próxima de 52%. O Rio de Janeiro tinha a mais baixa RDJ, 37%. Próximo a ele, situavam-se São Paulo, 39%, e o Extremo Sul, com 40%. A diferença entre as RDJ nos dois casos extremos, o Norte Setentrional e o Rio de Janeiro, era de 26 jovens para cada 100 pessoas na PIA.

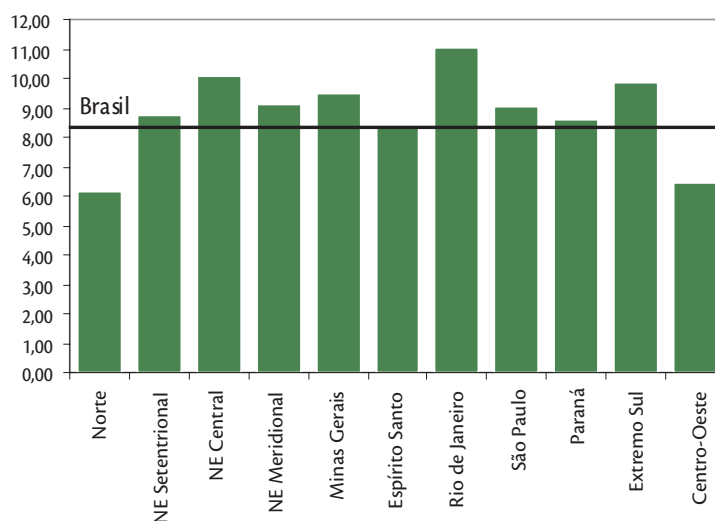
Gráfico 80 – Razão de Dependência de Jovens, Segundo Regiões e Alguns Estados, Brasil, 2000 (%)


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.



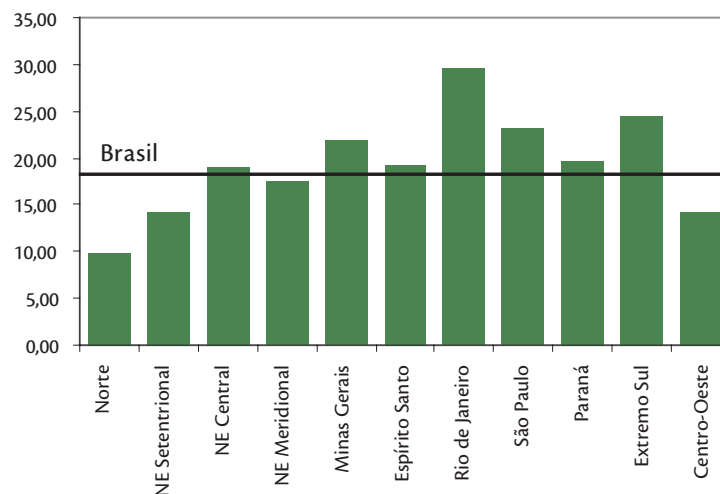
A RDI do Brasil, em 2000, era de, aproximadamente, 8%. Em outras palavras, para cada 100 pessoas em idade ativa, havia em torno de 8,5 idosos (Gráfico 80). Somente as regiões Norte e Centro-Oeste tinham RDI menor que a média nacional, ambas próximas de 6%. Novamente, o Rio de Janeiro é o destaque, com 11 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa. O Nordeste Central, São Paulo, Minas Gerais e o Extremo Sul, pela ordem, vêm a seguir. Sublinhe-se a diferença entre os casos extremos, o estado do Rio de Janeiro e a região Norte: 5 idosos a mais, no Rio, para cada 100 pessoas na PIA.

Gráfico 81 – Razão de Dependência de Idosos, Segundo Regiões e Alguns Estados, Brasil, 2000 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Outro indicador das relações intergeracionais é o índice de idosos, isto é, a relação entre o número de idosos e o número de jovens (Gráfico 82). Para o Brasil, em 2000, esse índice era, aproximadamente, 18%, ou seja, 18 idosos para cada 100 jovens. No estado do Rio de Janeiro, em 2000, havia 30 idosos para cada 100 jovens, o índice mais alto, seguido pela região Extremo Sul, 25%, e São Paulo, 23%. Os menores valores, abaixo da média nacional, eram os da região Norte, próximo de 10%, Nordeste Setentrional e Centro-Oeste, ambos em torno de 14%. O estado do Rio de Janeiro tinha, em 2000, um índice três vezes maior que o da região Norte.

Gráfico 82 – Índice de Idosos, Segundo Regiões e Alguns Estados, Brasil, 2000


Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

A transição demográfica no contexto dos desequilíbrios sociais

Outra abordagem dos estágios da transição demográfica no Brasil levará em conta as diferenças sociais e não as espaciais. O indicador utilizado nesta análise será a renda familiar *per capita*, em salários mínimos, segundo o Censo de 2000. Serão utilizados sete valores em função do salário mínimo: renda familiar *per capita* menor que meio salário mínimo; entre meio e um; entre um e dois; entre dois e três; entre três e cinco; entre cinco e dez e maior do que dez salários mínimos.

A situação de desigualdade social no Brasil, em 2000, era extrema (Tabela 20). Quase 30% da população brasileira tinham renda familiar *per capita* de menos de meio salário mínimo. Acumulando até um salário mínimo, 54% da população encontravam-se em famílias com renda *per capita* menor que um salário mínimo. Abaixo de dois salários mínimos, estavam 75% da população brasileira. No topo da pirâmide social, com renda *per capita* de mais de dez salários mínimos, encontrava-se um pouco mais de 3% da população brasileira.

**Tabela 20** – População Total, por Renda Familiar *Per Capita*, Segundo Grandes Grupos Etários, Brasil, 2000

Renda Familiar Per capita (em salários mínimos)	Total	Grupos Etários		
		0-14 anos	15-64 anos	65 anos e +
0 a 0,5	47.796.561	20.001.063	26.237.163	1.558.335
0,5 a 1	39.546.237	11.762.444	24.727.709	3.056.084
1 a 2	35.052.734	8.398.047	24.491.006	2.163.681
2 a 3	13.902.330	2.699.334	10.258.969	944.027
3 a 5	11.923.983	2.175.514	8.889.862	858.608
5 a 10	8.672.215	1.429.631	6.557.109	685.476
10 +	5.387.087	693.835	4.115.649	577.604
Total	162.281.147	47.159.867	105.277.466	9.843.814

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A distribuição da população, por grandes grupos etários, segundo a renda *per capita* familiar, apresenta-se de forma extremamente sugestiva (Tabelas 21 e 22). A população jovem está concentrada entre os mais pobres: 42% (contra menos de 30% da população total) com menos de meio salário mínimo de renda familiar *per capita*; 67% (contra 54% da população total) com menos de um; e 85% (contra 75% da população total) com menos de dois. Apenas 5% dos jovens fazem parte de famílias com mais de cinco salários mínimos de renda *per capita*, contra quase 9% da população total. As oportunidades propiciadas pela redução da população jovem, em termos relativos e absolutos, devem ter esse quadro como referência: sem dúvida, o peso dos jovens nas populações mais pobres também diminuiu, porém bem menos que nos grupos mais favorecidos. Conseqüentemente, se o objetivo principal das políticas públicas é superar as desigualdades sociais no Brasil, elas têm que ter como alvo absolutamente prioritário as populações menos favorecidas. Do contrário, o declínio desigual da fecundidade no país poderá levar, paradoxalmente, a uma maior desigualdade.

A população idosa, crescente no contexto da transição demográfica brasileira, é menos concentrada. Somente 16% dos idosos (contra 29,5% da população total) estão na situação de extrema pobreza, com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo; 47%, com menos de um; 78%, com menos de dois. Essa situação, relativamente favorável aos idosos, tem duas explicações básicas: (1) a maior longevidade e menor fecundidade dos grupos economicamente mais favorecidos da população; e (2) as políticas de transferência de renda do país que têm os idosos como alvo, como a aposentadoria rural e os benefícios de prestação continuada (BPC). O rapidíssimo processo de envelhecimento das próximas décadas impõe desafios dramáticos que têm de ser levados em conta, urgentemente, pelas políticas públicas. A situação social razoável em que atualmente vive a população idosa do Brasil será insustentável no futuro se continuar a depender, como agora, de

transferências maciças de renda, sem a devida contrapartida (contribuição) no passado, dos beneficiários correntes.

No que se refere à população em idade ativa, sua distribuição segundo os diferentes níveis de renda é bastante semelhante à da população total. Quase 30% da PIA com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo; 48% com menos de um; 78% com menos de dois. Com renda superior a cinco e dez salários mínimos, encontravam-se entre 6% e 10% da PIA, respectivamente.

Tabela 21 – Distribuição Relativa da População, por Renda Familiar *Per Capita* (em Salários Mínimos), Segundo Grandes Grupos Etários, Brasil, 2000 (%)

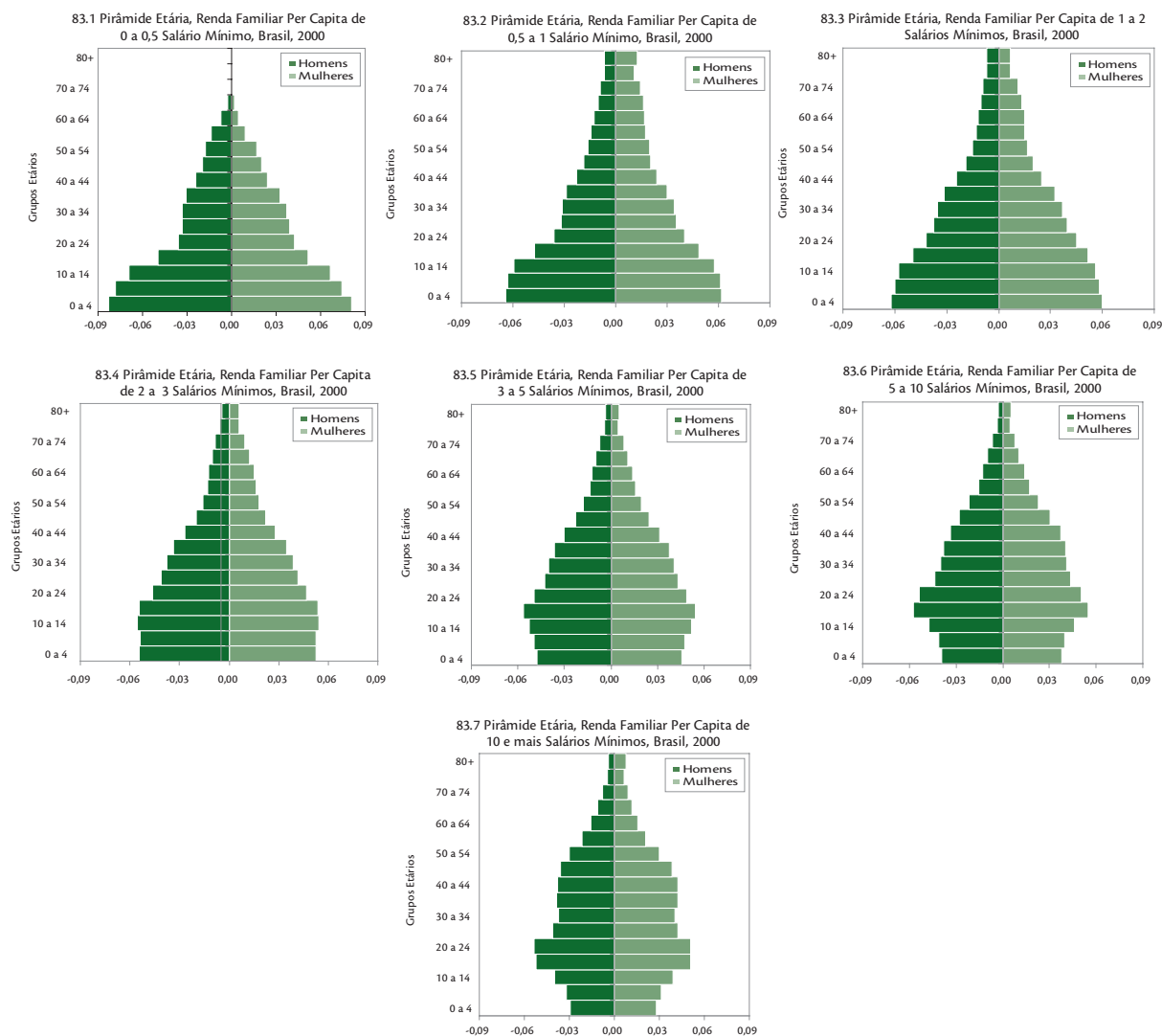
Renda Familiar Per capita (em salários mínimos)	Total	Grupos Etários		
		0-14 anos	15-64 anos	65 anos e +
0 a 0,5	29,45	42,41	24,92	15,83
0,5 a 1	24,37	24,94	23,49	31,05
1 a 2	21,60	17,81	23,26	21,98
2 a 3	8,57	5,72	9,74	9,59
3 a 5	7,35	4,61	8,44	8,72
5 a 10	5,34	3,03	6,23	6,96
10 +	3,32	1,47	3,91	5,87
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

As distribuições etárias dos diversos subgrupos da população brasileira, em 2000, segundo os níveis de renda familiar *per capita*, são extremamente diferenciados, como mostram suas respectivas pirâmides (Gráfico 83). A pirâmide do subgrupo mais pobre (Gráfico 83.1) é muito semelhante à das populações historicamente de fecundidade alta, e aquela do subgrupo mais rico, à de populações com fecundidade extremamente baixa. Com o aumento do nível de renda, a tendência é que os grupos quinquenais mais jovens, entre zero e dezenove anos, diminuam seu peso relativo vis-à-vis aos grupos subseqüentes; que os grupos modais sejam aqueles entre 15 e 24 anos; e que a distribuição etária entre 25 e 49 anos seja aproximadamente retangular. É bastante clara, outrossim, a tendência a aumentar a proporção de idosos com o aumento da renda familiar *per capita*.



Gráfico 83 – Pirâmides Etárias, Segundo Renda Familiar *Per Capita* (em Salários Mínimos), Brasil, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Para uma síntese das estruturas reveladas pelas pirâmides, segundo os níveis de renda *per capita* familiar, serão usadas as distribuições relativas por grandes grupos etários (Tabela 22).

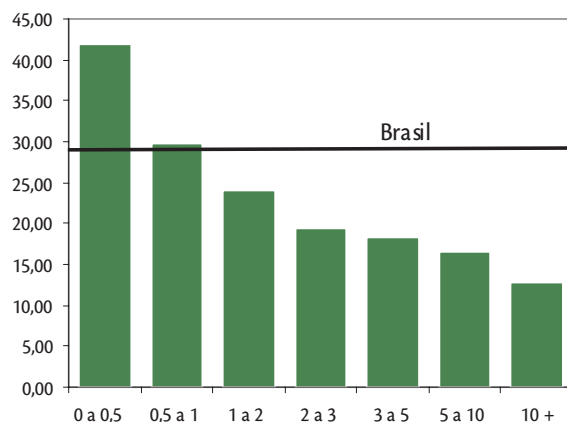
Tabela 22 – Distribuição Proporcional dos Subgrupos Populacionais, por Grandes Grupos Etários, Segundo a Renda Familiar *Per Capita*, Brasil, 2000 (%)

Renda Familiar Per capita (em salários mínimos)	Grupos Etários			Total
	0-14 anos	15-64 anos	65 anos e +	
0 a 0,5	41,85	54,89	3,26	100,00
0,5 a 1	29,74	62,53	7,73	100,00
1 a 2	23,96	69,87	6,17	100,00
2 a 3	19,42	73,79	6,79	100,00
3 a 5	18,24	74,55	7,20	100,00
5 a 10	16,49	75,61	7,90	100,00
10 +	12,88	76,40	10,72	100,00
Total	29,06	64,87	6,07	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

No Brasil, 29% da sua população total tinham, em 2000, menos de 15 anos, proporção significativamente menor que a da população mais pobre do país, com 42% de jovens (Gráfico 84). Com o aumento da renda familiar, diminuiu a proporção de jovens. No topo, renda *per capita* familiar maior que dez salários mínimos, a proporção era, em 2000, de apenas 13%.

Gráfico 84 – Proporção da População Jovem, Segundo Renda Familiar *Per Capita* (em Salários Mínimos), Brasil, 2000(%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

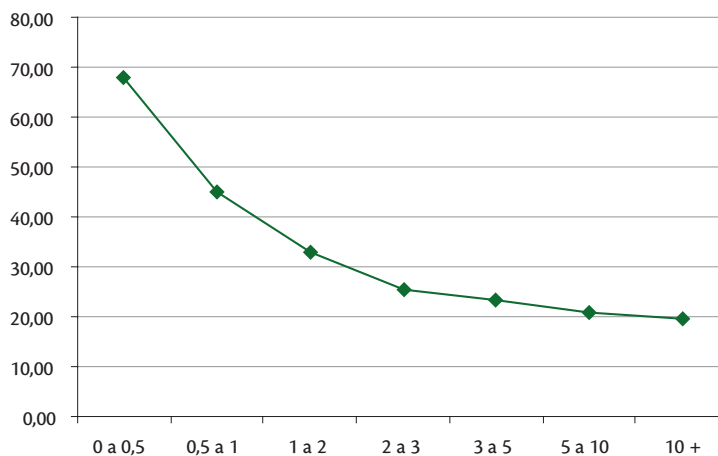
Entre os dados disponíveis, não há referência à fecundidade corrente para os diferentes grupos de renda familiar *per capita*. Entretanto, pode-se recorrer a um indicador, qual seja, o quo-



ciente entre as crianças de 0 a 4 anos e a população feminina em idade reprodutiva, aqui considerada, de 15 a 39 anos. Esse quociente é conhecido como “relação criança-mulher” e é usado como indicador do nível de fecundidade.

Na camada mais pobre da população, para cada 100 mulheres de 15 a 39 anos, havia 68 crianças com idade abaixo de 5 anos (Gráfico 85). A relação criança-mulher decresce rapidamente nos três grupos seguintes. No nível mais alto de renda, havia apenas 19 crianças para cada 100 mulheres em idade reprodutiva, relação criança-mulher 3,6 vezes menor que aquela constatada no subgrupo mais pobre da população brasileira.

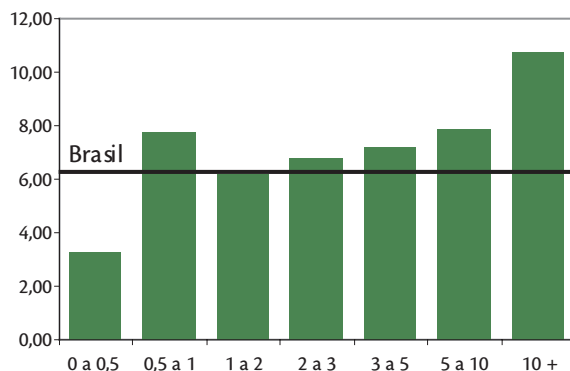
Gráfico 85 – Quociente entre a População de 0 a 4 Anos e a População Feminina de 15 a 39 Anos, Segundo Renda Familiar *Per Capita* (em Salários Mínimos), Brasil, 2000 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Em 2000, havia grande variação da proporção de idosos entre os diversos subgrupos populacionais, definidos por diferentes níveis de renda *per capita* familiar. Entre os mais pobres, apenas 3%, aproximadamente, tinham 65 anos ou mais, contra um pouco mais de 6% na população total (Gráfico 86). Na parcela da população com renda *per capita* familiar mais alta, a porcentagem de idosos aproxima-se de 11%. De modo geral, quanto maior a renda, maior a proporção de idosos no subgrupo da população.

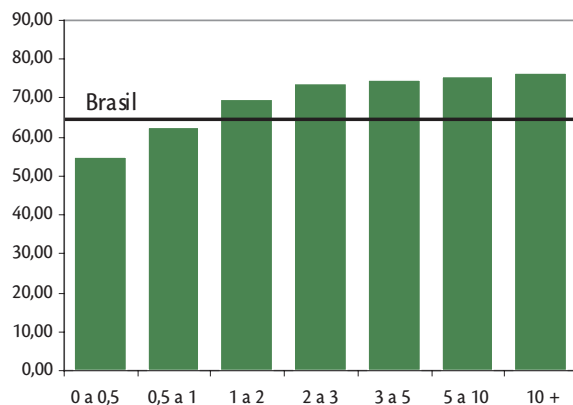
Gráfico 86 – Proporção da População Idosa, Segundo Renda Familiar *Per Capita* (em Salários Mínimos), Brasil, 2000 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Em 2000, entre os diferentes grupos de renda, o peso relativo da PIA apresentava pouca variação, sendo inferior à média geral apenas nos dois subgrupos mais pobres. O peso é levemente crescente à medida que aumenta a renda (Gráfico 87), apesar do aumento significativo, também, do peso relativo dos idosos (Gráfico 86). Esse efeito combinado tornou-se possível devido ao declínio significativo do peso relativo dos jovens com o aumento de renda *per capita* familiar (Gráfico 84).

Gráfico 87 – Proporção da População em Idade Ativa, Segundo Renda Familiar *Per Capita* (em Salários Mínimos), Brasil, 2000(%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.



As razões de dependência e o índice de idosos, medidas estritamente ligadas às relações intergeracionais, estão altamente correlacionados aos níveis de renda *per capita* familiar, no Brasil, em 2000 (Tabela 23).

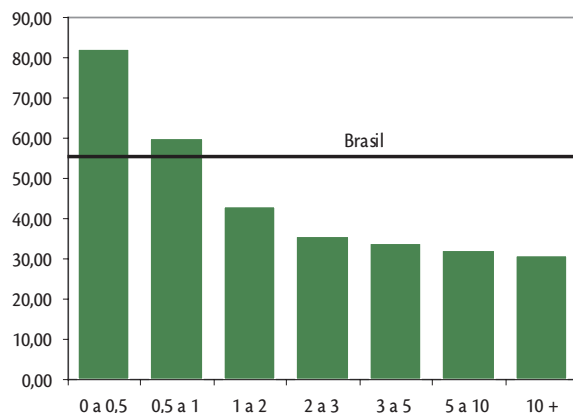
Tabela 23 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos e Índice de Idosos, Segundo Renda Familiar *Per Capita* (em Salários Mínimos), 2000

Renda Familiar Per capita (em salários mínimos)	Razão de Dependência			Índice de Idosos
	Total	Jovens	Idosos	
0 a 0,5	82,17	76,23	5,94	7,79
0,5 a 1	59,93	47,57	12,36	25,98
1 a 2	43,12	34,29	8,83	25,76
2 a 3	35,51	26,31	9,20	34,97
3 a 5	34,13	24,47	9,66	39,47
5 a 10	32,26	21,80	10,45	47,95
10 +	30,89	16,86	14,03	83,25
Brasil	54,37	45,97	8,41	18,28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A RDT dos dois subgrupos populacionais mais pobres era superior, em 2000, à média nacional. Nos demais subgrupos, inferior (Gráfico 88). No grupo mais pobre, para cada 100 pessoas em idade ativa, havia 82 dependentes, 28 dependentes a mais que a média nacional. Entre os mais ricos, aqueles com cinco ou mais salários mínimos de renda familiar *per capita*, havia em torno de 32 pessoas dependentes, uma diferença, para menos, de cerca de 50 dependentes para cada conjunto de 100 pessoas na PIA.

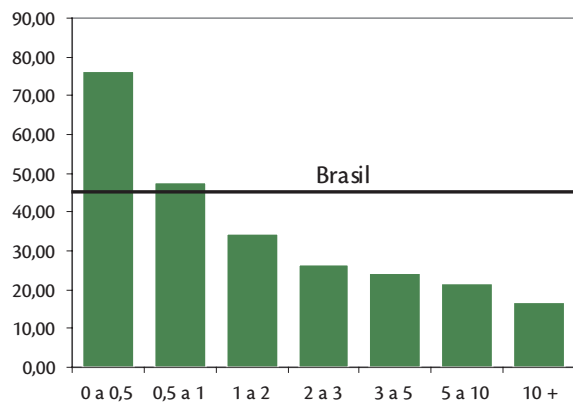
Gráfico 88 – Razão de Dependência Total, Segundo Renda Familiar Per Capita (em Salários Mínimos), Brasil, 2000(%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A RDJ apresentou-se, em 2000, rapidamente decrescente à medida que a renda familiar *per capita* aumentou (Gráfico 89). Entre os mais pobres, com renda inferior a um salário mínimo, a RDJ era superior à média nacional. Nos demais subgrupos, era inferior. Entre aqueles com renda inferior a meio salário mínimo, havia, em 2000, 76 jovens para cada 100 pessoas em idade ativa. Entre aqueles com renda familiar *per capita* acima de 10 salários mínimos, a proporção era de 17 por 100, ou seja, 59 dependentes jovens a menos que na população mais pobre (aquela com até um salário mínimo de renda familiar *per capita*) para cada conjunto de 100 indivíduos em idade ativa.

Gráfico 89 – Razão de Dependência de Jovens, Segundo Renda Familiar Per Capita (em Salários Mínimos), Brasil, 2000(%)

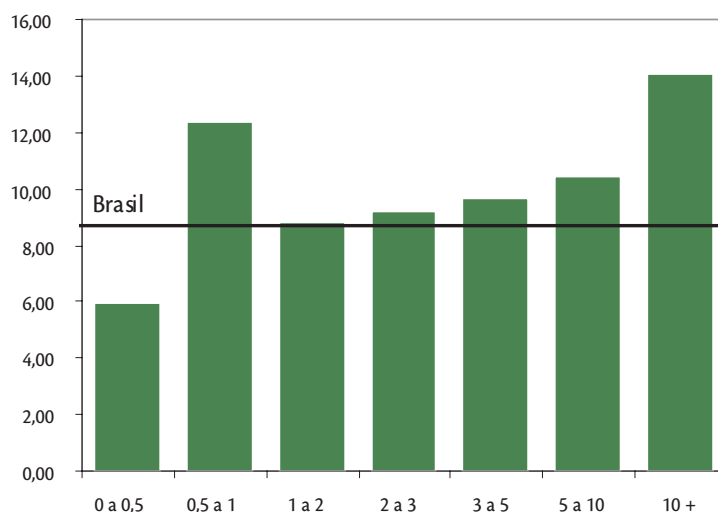


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.



A RDI é crescente com a renda (Gráfico 90). Somente o grupo mais pobre tem RDI inferior à média nacional, com apenas seis idosos para cada 100 pessoas em idade ativa. Essa proporção cresce com a renda e, entre os mais ricos, chegava, em 2000, a 14 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa, 2,4 vezes maior que entre os mais pobres.

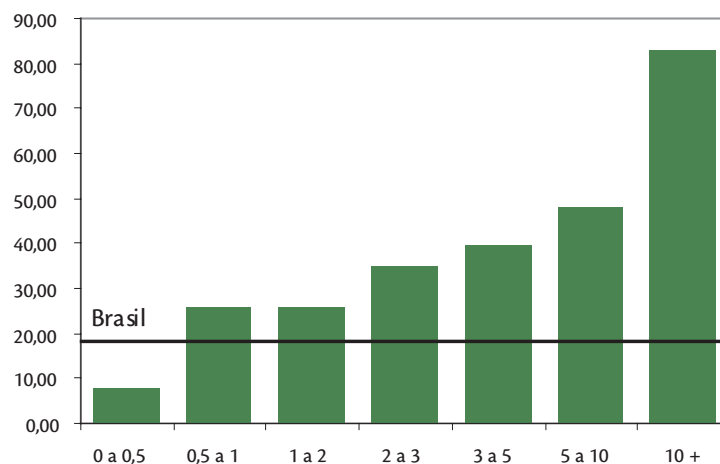
**Gráfico 90 – Razão de Dependência de Idosos,
Segundo Renda Familiar *Per Capita* (em Salários Mínimos), Brasil, 2000(%)**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Outro indicador ligado às relações intergeracionais é o índice de idosos, que, no Brasil, em 2000, também se mostrou crescente com a renda. Somente os mais pobres, com um índice pouco abaixo de 8, estavam abaixo da média nacional, de aproximadamente 18 idosos para cada conjunto de 100 jovens. Aqueles com renda entre cinco e dez salários mínimos tinham um índice de idosos alto, com quase um idoso para cada dois jovens. Notável, no grupo dos mais ricos, que o número de idosos já se aproximasse bastante do número de jovens, com um índice de 83.

**Gráfico 91 – Índice de Idosos,
Segundo Renda Familiar Per Capita (em Salários Mínimos), Brasil, 2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Os dados sobre as relações entre diversos indicadores da transição demográfica e a renda familiar *per capita* mostram que as diferenças sociais levam, no Brasil, a desigualdades demográficas maiores que as observadas entre as diferentes regiões. A transição demográfica aparece, nitidamente, nos seus diversos momentos, quando é analisada segundo as condições sociais e econômicas da população. Os benefícios e os bônus demográficos, assim como os desafios, são distintos, segundo a diversidade social. Somente levando esse fato fundamental em consideração, as políticas públicas, com o objetivo de promover justiça social, poderão aproveitar os bônus e benefícios demográficos, assim como levar a sociedade a se preparar para enfrentar os desafios gerados pela transição demográfica.



Crescimento demográfico e mudanças na estrutura etária: as especificidades da transição demográfica no Brasil

Fausto Brito
José Alberto Magno de Carvalho
Cássio Maldonato Turra
Bernardo Lanza Queiróz

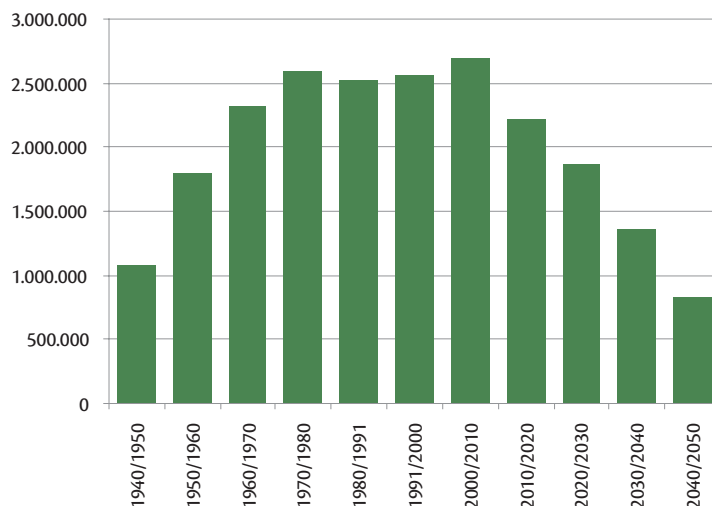
Antes de apontarmos para as mudanças na dinâmica demográfica brasileira, é importante esclarecer o que vem a ser a transição demográfica. Para sua compreensão, ainda que esquemática, há que se levar em conta 3 momentos e 4 fases fundamentais. Em um primeiro momento, passa-se de uma fase em que as taxas brutas de natalidade e de mortalidade são altas e, conseqüentemente, o crescimento vegetativo da população é baixo, para uma segunda fase em que o nível de mortalidade inicia um processo consistente de queda e a fecundidade se mantém alta. Nessa fase, o ritmo do crescimento natural da população aumenta de maneira sustentada e a estrutura etária é bastante jovem. Esse é o período de mais rápido crescimento demográfico, que só vai se desacelerar a partir do momento em que se iniciar o processo de declínio persistente da fecundidade, inaugurando a terceira fase da transição, caracterizada por incrementos populacionais a ritmos decrescentes. Na terceira fase, há um aumento substantivo da população em idade ativa, como reflexo dos níveis de fecundidade do passado. Finalmente, há um terceiro momento, a partir do qual já se encontram baixos os níveis, tanto de fecundidade, quanto de mortalidade, e o crescimento populacional torna-se muito lento, nulo, ou até negativo. Diminui o peso da população em idade ativa e nota-se um envelhecimento significativo da estrutura etária.

No caso brasileiro, as transições de mortalidade e fecundidade já estão adiantadas e estamos passando, atualmente, pela terceira fase da transição demográfica. Sem a transição demográfica, particularmente o acentuado declínio das taxas de fecundidade, a população brasileira seria substancialmente maior do que é hoje. Não obstante, ainda devemos esperar um crescimento expressivo da população brasileira nas próximas décadas, em razão dos efeitos da fecundidade passada sobre a estrutura etária da população. A estrutura etária atual é marcada por grande proporção de mulheres em idade reprodutiva, o que favorece o crescimento populacional, a despeito dos baixos níveis de fecundidade atualmente prevalentes. As projeções indicam para 2050 que o tamanho da população brasileira será de 253 milhões de habitantes, a quinta maior população do planeta, abaixo apenas da Índia, China, EUA e Indonésia.

Haveria, então, um acréscimo de 90 milhões de habitantes à população brasileira nessa

primeira metade do século 21. O equivalente a 2,5 vezes a população da Argentina em 2005. Ou seja, 18 milhões de habitantes por década, em média. Não se trata de se assombrar com a possibilidade de uma explosão demográfica, mas o crescimento demográfico será, ainda, bastante expressivo.

Gráfico 92 – Incremento médio anual da população total, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Da década de 1970 até a atual, que se encerrará em 2010, a população brasileira ainda está inserida no grande ciclo de crescimento absoluto, com acréscimos médios anuais superiores a 2,5 milhões de habitantes, na presente década. Como mostra o Gráfico 92, na próxima década, esses acréscimos ainda serão superiores a 2 milhões.

No entanto, como previsto pelo modelo de transição demográfica, as taxas de crescimento vêm se reduzindo neste mesmo período e espera-se que, na última década dessa primeira metade de século, ou seja, entre 2040 e 2050, a taxa seja menor que 0,5% ao ano e, na década seguinte, em torno de zero, segundo as estimativas do IBGE. Segundo as estimativas realizadas pelo IBGE, a população brasileira deverá zerar o seu crescimento absoluto entre 2045 e 2055, provavelmente.

Entre 2005, quando a taxa de fecundidade total brasileira atingiu 2,1 filhos por mulher – nível necessário e suficiente para se alcançar um crescimento demográfico sustentado nulo – e o crescimento verdadeiramente nulo da população brasileira, serão necessários pelo menos 40 anos. Isso se dará em razão da estrutura etária atual, como já apontado.

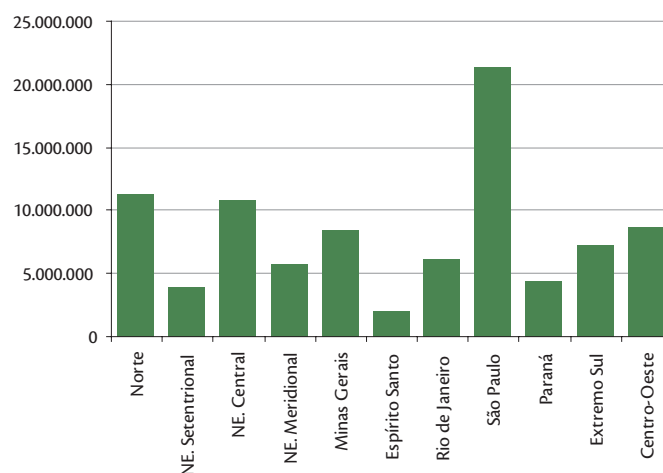
Tais resultados nos remetem a uma primeira grande questão a ser considerada na formulação de políticas. As mudanças demográficas levam décadas para serem processadas, ainda que



previstas com margens pequenas de erro. A princípio, isso gera problemas diante da perspectiva temporal dos formuladores de políticas públicas, que normalmente planejam considerando um período muito inferior. Os demógrafos costumam considerar meio século curto prazo, mas, do ponto de vista da formulação de políticas, meio século é uma eternidade. Há de se mudar as atitudes dos formuladores de políticas, se se deseja aproveitar oportunidades e se preparar para enfrentar desafios gerados pela nova dinâmica demográfica do país.

Quanto ao crescimento populacional nas próximas décadas, torna-se extremamente importante avaliar como ele ocorrerá, tanto do ponto de vista espacial, quanto em relação aos grupos sociais. Do ponto de vista espacial, 23% do crescimento populacional se dará no estado de São Paulo, cerca de 21,4 milhões de pessoas (Gráfico 93). As regiões Norte e Nordeste Central absorverão, provavelmente, 12% cada uma. Estima-se que essas duas regiões e o estado de São Paulo absorverão, em seus territórios, cerca de 45% dos 90 milhões que serão acrescentados à população brasileira até meados deste século.

Gráfico 93 – Distribuição espacial provável da população a ser acrescentada à de 2000, segundo regiões e alguns estados, Brasil, 2000-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Do ponto de vista da distribuição da população, segundo o tamanho dos municípios, prevalecendo, como hipótese, a distribuição de 2000, 50% da população que será acrescentada deverá residir nos municípios com mais de 100 mil habitantes, onde os residentes são, na sua quase totalidade, urbanos. Seriam cerca de 46 milhões de habitantes a mais, morando dentro dos limites de pouco mais de 4% do território brasileiro. (Tabela 24)

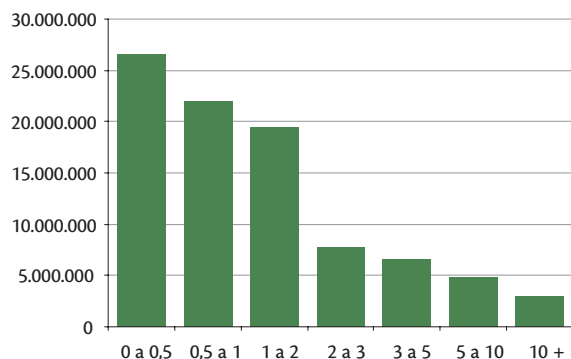
Tabela 24 – População acrescida à de 2000 e área, segundo o tamanho dos municípios, Brasil, 2000-2050 (total absoluto e %)

Tamanho dos municípios	População acrescida	%	Área (Km2)	%
<10.000	7.336.418	8,15	2.041.828	23,93
10 A 20.0000	10.369.795	11,52	2.363.314	27,70
20 A 50.000	15.292.986	16,99	2.832.227	33,20
50 A 100.000	11.117.736	12,35	934.790	10,96
100 A 500.000	20.995.589	23,33	314.077	3,68
>500.000	24.887.476	27,65	45.273	0,53
Total	90.000.000	100,00	8.531.508	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Tão importante quanto a distribuição espacial é a distribuição social. Nesse caso, as estimativas são mais difíceis de serem feitas, uma vez que teríamos de considerar, principalmente, a mobilidade social dos indivíduos ao longo do ciclo de vida. De qualquer forma, como mero exercício, podemos considerar que a distribuição proporcional da população, segundo a renda familiar *per capita*, permanecerá constante até meados deste século, assim como os diferenciais de fecundidade.

Gráfico 94 – População acrescentada à de 2000, segundo a provável renda *per capita* da família em salários mínimos, Brasil, 2000-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Tomando esses pressupostos como verdadeiros, notamos, no Gráfico 94, que, entre os nascidos no período 2000-2050, 30% seriam pertencentes ao segmento mais pobre da população, ou seja, aquele com menos de meio salário mínimo de renda familiar *per capita*. Ademais, quase 55%



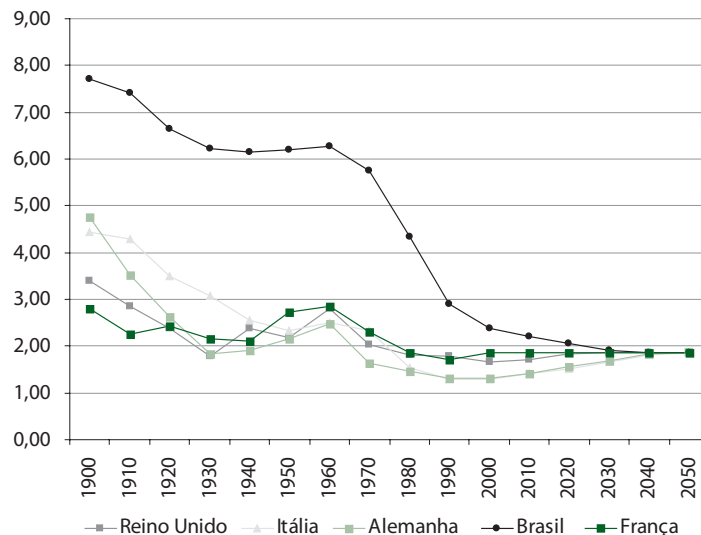
dos nascimentos se dariam em famílias com renda *per capita* inferior a um salário mínimo. Mesmo levando em conta as imperfeições do exercício, pode-se concluir que a maioria dos recém-nascidos pertencerá a famílias pobres. Portanto, continua em pauta a necessidade de políticas visando levar conhecimento sobre planejamento familiar para a população mais pobre, pois é a que dispõe de menos informação e acesso à contracepção. Para ter o exercício de sua cidadania plena, as mulheres, em geral, e as mais pobres, em particular, devem ter acesso às informações e aos meios de regulação da sua fecundidade para que possam decidir o número de filhos que desejam ter.

Como visto na discussão sobre os efeitos da dinâmica demográfica sobre o desenvolvimento econômico, não é apenas o tamanho da população que importa, mas também sua composição por idade. Do ponto de vista das mudanças na estrutura etária, três fenômenos devem ser considerados como decisivos para a formulação das políticas públicas no Brasil: a redução do peso relativo da população jovem, o aumento da população de idosos (envelhecimento populacional) e o aumento na proporção da PIA até 2030 e de seu volume até 2050. As políticas públicas que se referem, em particular, a segmentos da estrutura etária, como, por exemplo, as políticas de educação, saúde, mercado de trabalho e previdência, devem considerar a transição na estrutura etária. Caso isso não aconteça, a eficiência dessas políticas ficará comprometida, assim como a consecução dos objetivos maiores de um desenvolvimento econômico com justiça social.

Como a transição demográfica no Brasil tem sido mais acelerada do que foi nos países desenvolvidos (Gráfico 95), seus reflexos estão se explicitando rapidamente e de forma acentuada. Há um aumento do peso relativo dos idosos e as famílias estão ficando cada vez menores e com arranjos sociais mais diversificados. Além disso, a PIA tem se mantido como o grupo etário dominante. Pode-se considerar, portanto, que as bases demográficas da economia e da sociedade têm se transformado rapidamente, exigindo ajuste rápido e adequado que não se realizará sem a intermediação do Estado, por meio de políticas públicas fundamentais.

Como no caso das mudanças no tamanho da população, um ponto fundamental a ser levado em consideração é o fato de que as mudanças na estrutura etária ocorrem de forma desigual entre os diferentes estados e regiões do país, assim como entre os diferentes níveis de renda da população. Em outras palavras, estados e regiões, ou grupos sociais, situam-se em momentos e fases diferentes da transição demográfica (Tabela 25).

Considerando as regiões e estados, os casos extremos são o Norte e o Nordeste Setentrional, mais atrasados nos seus respectivos momentos da transição demográfica, com níveis de fecundidade e, conseqüentemente, estruturas etárias diferentes daquelas do Rio de Janeiro, São Paulo e Extremo Sul, estados e região mais avançados na transição demográfica.

Gráfico 95 – Taxas de Fecundidade Total, Reino Unido*, Itália, Alemanha, França e Brasil, 1900-2050


Fonte: ONU, *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision*; BACCI, 1999. p.140 e 171; FIBGE, 1990, p.51; IBGE, 2006, p.34-36; IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Como essas regiões ou estados são abertos, isto é, sujeitos à migração, a estrutura etária das suas respectivas populações depende, não só do comportamento da fecundidade, mas de suas histórias migratórias. O declínio rápido da fecundidade leva, necessariamente, a uma menor proporção de jovens e a uma maior proporção de idosos, isto é, a populações mais envelhecidas. Contudo, nos estados ou regiões que recebem muitos imigrantes, sendo esses fundamentalmente jovens ou em idade ativa, a proporção de idosos tende a ser menor. Por outro lado, nas unidades da federação com forte emigração, a perda de população em idade ativa tende a aumentar a proporção de idosos ainda mais. Enfim, os efeitos combinados do maior ou menor declínio da fecundidade com aquele causado por fortes fluxos imigratórios ou emigratórios explicam a proporção de idosos nos estados ou regiões.

A transição demográfica também tem ocorrido de forma diferenciada nos diferentes grupos sociais. O grau de desigualdade social no Brasil é reconhecidamente alto. O Censo de 2000 confirma esse fenômeno. Quase 30% da população brasileira tinham renda familiar *per capita* de menos de meio salário mínimo. Mais da metade da população, 54%, encontrava-se em famílias com renda *per capita* menor que um salário mínimo. Aqueles com uma renda familiar *per capita* de mais de dez salários mínimos correspondiam a pouco mais de 3% da população brasileira (Gráfico 96).

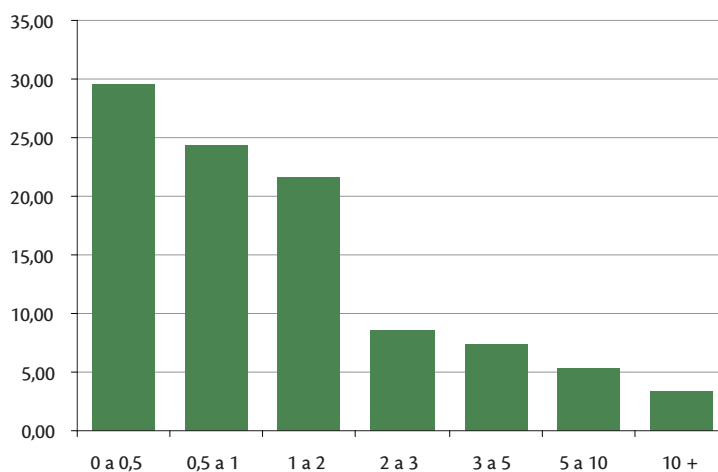


Tabela 25 – Estrutura etária e Índice de Idosos, segundo regiões e alguns estados, Brasil, 2000

Regiões e alguns estados	Grupos etários			Índice de Idosos
	0-14	15-64	65+	
Norte	37,28	59,08	3,64	9,76
NE Setentrional	36,06	58,80	5,14	14,26
NE Central	32,44	61,38	6,18	19,06
NE Meridional	32,20	62,13	5,67	17,61
Minas Gerais	28,38	65,42	6,19	21,82
Espírito Santo	28,70	65,77	5,53	19,26
Rio de Janeiro	25,15	67,40	7,44	29,60
São Paulo	26,31	67,58	6,11	23,22
Paraná	28,73	65,65	5,63	19,59
Extremo Sul	26,79	66,65	6,56	24,50
Centro Oeste	29,93	65,82	4,25	14,21
Brasil	29,78	64,78	5,44	18,28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 96 – Distribuição relativa da população, por renda familiar per capita em salários mínimos, Brasil, 2000 (%)

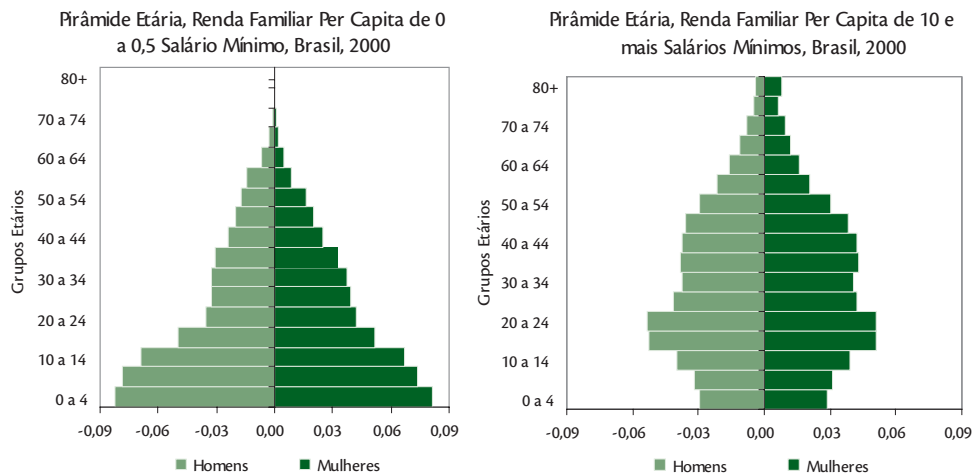


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Em 2000, as estruturas etárias dos diversos grupos sociais da população brasileira, segundo os níveis de renda familiar *per capita*, eram muito distintas. A pirâmide do subgrupo mais pobre era muito semelhante à das populações historicamente de fecundidade alta, enquanto a pirâmide

do subgrupo mais rico, muito semelhante à de populações com fecundidade extremamente baixa (Gráfico 97).

Gráfico 97 – Pirâmides etárias dos grupos extremos, por faixa de renda familiar *per capita* em salários mínimos, Brasil, 2000 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Tabela 26 – Estrutura etária e Índice de Idosos, segundo renda familiar *per capita* em salários mínimos, Brasil, 2000

Grupos de renda (em salários mínimos)	Grupos etários			Índice de Idosos
	0-14	15-64	65+	
0 a 0,5	45,16	54,22	0,61	1,36
0,5 a 1	36,69	54,75	8,56	23,33
1 a 2	35,30	57,60	7,10	20,10
2 a 3	32,32	61,55	6,13	18,95
3 a 5	29,52	65,15	5,33	18,07
5 a 10	25,13	69,73	5,14	20,44
10 +	20,02	73,71	6,28	31,35

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Essas diferenças na estrutura etária (Tabela 26) são conseqüência de níveis e padrões de fecundidade distintos para os diferentes grupos sociais, assim como da mobilidade social. Por exemplo, tome-se como indicador da fecundidade a relação criança-mulher, o quociente entre as crian-



ças de zero a quatro anos e a população feminina em idade reprodutiva (aqui considerada de 15 a 39 anos). Na camada mais pobre da população, abaixo de meio salário mínimo, para cada 100 mulheres de 15 a 39 anos, em 2000, havia 68 crianças com idade abaixo de 5 anos. A relação criança-mulher decresce rapidamente com o aumento da renda familiar *per capita*. No nível mais alto, acima de 10 salários mínimos mensais, havia apenas 19 crianças para cada 100 mulheres em idade reprodutiva, uma relação criança-mulher 3,6 vezes menor que aquela constatada no subgrupo mais pobre da população brasileira. Vale lembrar que esse indicador reflete também as diferenças de mortalidade por nível socioeconômico, principalmente da mortalidade infantil, que é maior entre os mais pobres. Portanto, as diferenças na fecundidade são provavelmente maiores do que as indicadas acima.

Em síntese, como a transição demográfica ocorre de maneira desigual segundo regiões e grupos socioeconômicos, obedecendo às desigualdades geradas pelo próprio desenvolvimento econômico-social brasileiro, convive-se, dentro da mesma sociedade, com problemas decorrentes de estágios atrasados e avançados da transição demográfica.

Transição da estrutura etária e políticas sociais

Fausto Brito
 José Alberto Magno de Carvalho
 Cássio Maldonato Turra
 Bernardo Lanza Queiróz

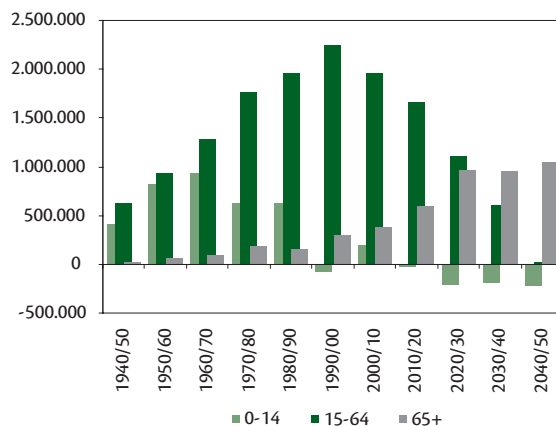
Redução do peso relativo da população jovem e as políticas sociais

O peso relativo da população jovem, aquela abaixo de 15 anos, tem diminuído em função, principalmente, do declínio acentuado da fecundidade. Essa redução poderia ser ainda maior se não tivesse ocorrido queda significativa da mortalidade infantil. Entre 1970 e 2000, a mortalidade infantil passou de 115 para 30 crianças que morriam antes de completar um ano de idade, para cada 1.000 nascidas vivas. De qualquer forma, o maior peso da redução da população infantil e jovem deve-se ao declínio acelerado das taxas de fecundidade nos últimos anos.

A queda na proporção de jovens acontece em ritmo mais acelerado que o aumento da proporção dos idosos, pois a substituição de jovens por idosos é mediatizada pelo crescimento da população adulta.

O maior incremento no número absoluto de jovens ocorreu, no Brasil, durante a década de 1970, declinando posteriormente, com tendência a variações negativas entre 2010 e 2050. O número de idosos, desde 1990, está crescendo a uma velocidade maior que a dos jovens e, a partir de 2030, será o grupo etário que mais crescerá, também em termos absolutos (Gráfico 98).

Gráfico 98 – Incremento médio anual da população, segundo grupos etários, Brasil, 1940-2050



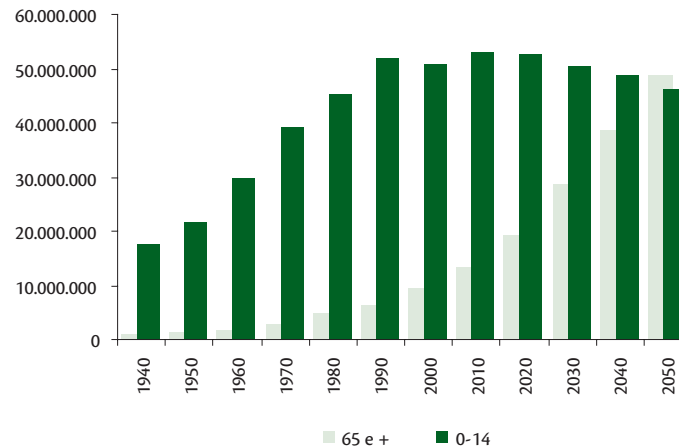
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores



Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

A visão exclusiva do decréscimo proporcional dos jovens pode obscurecer a compreensão da sua importância em termos absolutos, fundamental para a definição das políticas públicas (Gráfico 99). Em 2010, a população jovem alcançará o seu maior volume, 53 milhões. No entanto, pode-se afirmar que a população jovem brasileira permanecerá praticamente constante entre 1990 e 2030, oscilando em torno de valores ligeiramente superiores a 50 milhões de indivíduos (Gráfico 99). No mesmo período, essa população teria mais que duplicado, se porventura prevalessem as taxas históricas de crescimento observadas no Brasil entre 1950 e 1970.

Gráfico 99 – População total jovem e idosa, Brasil, 1940-2050

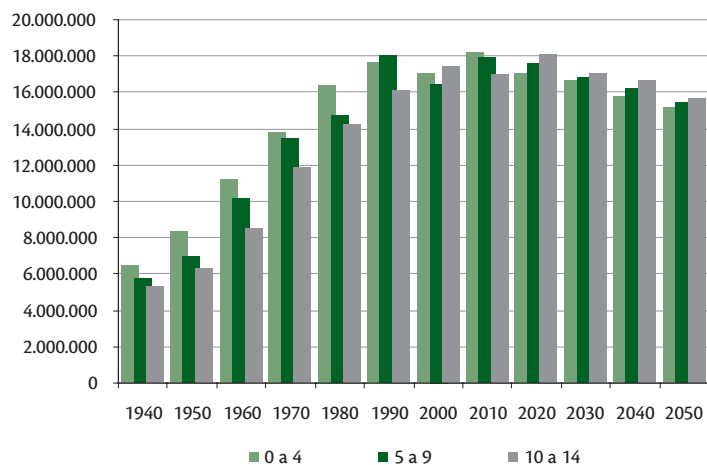


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Decompondo a população jovem em seus três grupos quinqüenais – o a 4, 5 a 9 e 10 a 14 anos – os dois primeiros grupos já tiveram redução no seu tamanho absoluto durante a última década do século passado, o que voltará a acontecer, regularmente, depois de 2010. Nesta década, entre 2000 e 2010, os grupos de 0 a 4 e 5 a 9 ainda estarão crescendo, ligeiramente, em termos absolutos, e o de 10 a 14 continuará crescendo, ainda que lentamente, até 2020 (Gráfico 100 e Tabela 27).

Os grupos quinqüenais de jovens, entre 1990 e 2030, deverão se manter, em termos absolutos, com um tamanho entre 16 e 18 milhões de pessoas.

Do ponto de vista estritamente demográfico, a necessidade de aumentar os gastos com os serviços públicos pertinentes às faixas etárias jovens, como em educação, saúde e nutrição, ainda se manterá pelas próximas décadas, não pelo aumento do tamanho das populações meta a serem atendidas – inexistente ou desprezível – mas porque há que se melhorar a cobertura dos serviços e, principalmente, sua qualidade. Trata-se de situação extremamente favorável, menos pelo estoque da população a ser atendida, ainda alto, mas pela redução do seu ritmo de crescimento.

Gráfico 100 – População jovem, segundo grupos etários, Brasil, 1940-2050


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Tabela 27 – Incremento médio anual da população jovem, segundo grupos etários, Brasil, 1940-2050

Período	Grupos etários			0 a 14
	0 a 4	5 a 9	10 a 14	
1940-50	192.131	125.362	97.167	414.661
1950-60	281.754	314.035	222.673	818.462
1960-70	264.271	330.834	332.451	927.556
1970-80	256.804	127.477	236.661	620.942
1980-90	125.109	331.593	188.307	645.009
1990-00	-55.284	-155.393	131.977	-78.700
2000-10	108.293	140.041	-46.535	201.799
2010-20	-107.471	-34.992	111.589	-30.875
2020-30	-41.616	-69.696	-104.522	-215.835
2030-40	-92.952	-61.327	-39.973	-194.252
2040-50	-56.346	-80.496	-91.854	-228.695

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

No caso da educação, a redução do crescimento da demanda e, em certos períodos, a própria diminuição do tamanho da população meta, em muito favorecerão a universalização da cobertura e a melhoria da qualidade do ensino. Além disso, tornam menos onerosa a ampliação do

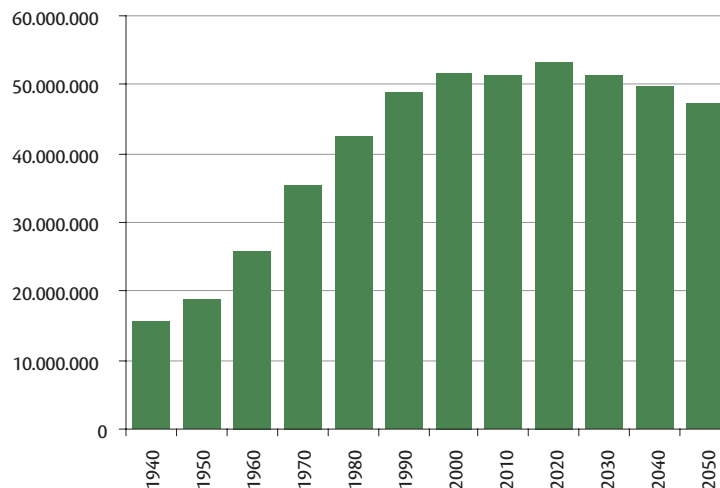


tempo durante o qual os jovens deverão estar inseridos no sistema escolar, assim como reduzem os custos de implementação da escola em tempo integral.

Atualmente, há um consenso quanto à necessidade de políticas que garantam a universalização do atendimento do ensino fundamental e do ensino médio. O ensino fundamental, exclusivamente, em nada garante a inclusão social via mercado de trabalho, cujos requisitos para a entrada são cada vez mais rigorosos. O ensino médio assume uma importância fundamental, principalmente o profissionalizante.

O grupo etário que constituiria essa demanda potencial para o ensino fundamental e médio, ou seja, a população entre 5 e 19 anos, ainda crescerá, lentamente, até 2020, quando alcançará seu tamanho máximo, cerca de 53,5 milhões de pessoas (Gráfico 101). O atendimento ao ensino médio passa a ser o grande gargalo da educação brasileira, não somente pela pressão demográfica, mas também pelo aumento significativo da população que completa o ensino fundamental e deseja continuar os estudos. Dessa forma, o ensino médio vai enfrentar dois grandes desafios: atender a toda a demanda e melhorar a qualidade do ensino.

Gráfico 101 – Grupo etário de 5 a 19 anos, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

No que se refere à demanda pelo ensino, torna-se evidente que os benefícios demográficos ocorrem devido ao menor ritmo de crescimento ou até mesmo ao declínio do tamanho da população-alvo. Não se deve deixar de observar que esse fenômeno demográfico, incrementos menores ou negativos do grupo etário pertinente, apesar do tamanho ainda expressivo do estoque da

população alvo, significa um alívio na pressão sobre a oferta de serviços educacionais, o que deve ser aproveitado, como um benefício, pelas políticas públicas. No entanto, não se trata de eleger nova panacéia para que as condições da estrutura etária garantam o êxito das políticas sociais. A situação demográfica favorável, por si só, pouco significará, se não for aproveitada pelas políticas públicas com a racionalidade econômica e social indispensáveis.

A distribuição espacial da população jovem é um indicador imprescindível para a alocação dos investimentos necessários ao atendimento das demandas desse grupo etário. A maioria dos jovens, no Brasil, reside nas regiões Sudeste e Nordeste - 66% -, refletindo, de certo modo, a própria distribuição espacial do conjunto da população.

Tabela 28 – População total, segundo grupos etários e regiões e alguns estados, Brasil, 2000

Regiões e alguns estados	Grupos Etários			Total
	0-14	15-64	65+	
Norte	4.813.216	7.628.416	469.539	12.911.171
NE Setentrional	3.065.675	4.998.226	437.076	8.500.977
NE Central	7.917.727	14.984.070	1.509.107	24.410.904
NE Meridional	4.787.854	9.239.816	842.928	14.870.598
Minas Gerais	5.082.168	11.713.990	1.108.976	17.905.134
Espírito Santo	888.945	2.037.303	171.249	3.097.497
Rio de Janeiro	3.619.853	9.700.785	1.071.467	14.392.105
São Paulo	9.745.219	25.027.183	2.263.055	37.035.457
Paraná	2.747.543	6.278.889	538.212	9.564.644
Extremo Sul	4.164.675	10.360.507	1.020.518	15.545.700
Centro Oeste	3.483.305	7.660.457	494.901	11.638.663
Brasil	50.316.180	109.629.642	9.927.028	169.872.850

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A proporção de jovens das diversas regiões e unidades da federação varia segundo o momento na sua transição demográfica. Algumas regiões estão próximas da média nacional, 30% de jovens, como o Centro-Oeste e os estados do Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo. O Norte e o Nordeste Setentrional, mais atrasados na transição demográfica, distanciam-se da média nacional, com 37% e 36%, respectivamente, de suas populações ainda jovens, seguidos pelas duas outras regiões nordestinas, com 32%.

Por outro lado, o estado do Rio de Janeiro é o que tem a menor porcentagem de jovens, um quarto apenas da sua população. São Paulo e a região Extremo Sul vêm em seguida, com 26% e 27%, respectivamente. Esses são os estados e região com os menores níveis de fecundidade, por-



tanto vivendo um momento mais avançado da transição demográfica. Entretanto, proporções menores de jovens não significam necessariamente tamanho absoluto irrelevante. São Paulo tinha, em 2000, quase 10 milhões de jovens (Tabela 28).

Na formulação das políticas públicas é importante considerar a distribuição dos jovens segundo o nível de renda *per capita* de sua família. Segundo o Censo de 2000, a população jovem estava concentrada entre os mais pobres: 42% pertenciam às famílias com menos de meio salário mínimo de renda familiar *per capita*. Em termos absolutos, cerca de 20 milhões de pessoas (Tabela 29). Acrescentando os jovens pertencentes às famílias entre meio e um salário mínimo *per capita*, a proporção passava para 67%, aproximadamente, correspondendo a 32 milhões de jovens. Apenas 5% dos jovens faziam parte de famílias com mais de cinco salários mínimos de renda *per capita*.

Tabela 29 – População total, segundo grupos etários e renda famílias *per capita* em salários mínimos, Brasil, 2000

Renda Familiar Per capita (em salários mínimos)	Grupos Etários			Total
	0-14 anos	15-64 anos	65 anos e +	
0 a 0,5	20.001.063	26.237.163	1.558.335	47.796.561
0,5 a 1	11.762.444	24.727.709	3.056.084	39.546.237
1 a 2	8.398.047	24.491.006	2.163.681	35.052.734
2 a 3	2.699.334	10.258.969	944.027	13.902.330
3 a 5	2.175.514	8.889.862	858.608	11.923.983
5 a 10	1.429.631	6.557.109	685.476	8.672.215
10 +	693.835	4.115.649	577.604	5.387.087
Total	47.159.867	105.277.466	9.843.814	162.281.147

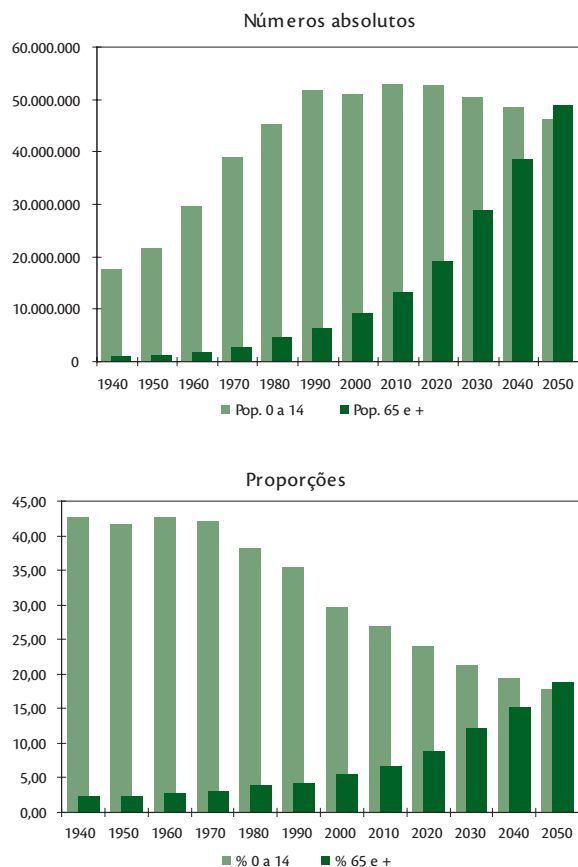
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Se os jovens devem ser objeto fundamental das políticas públicas, com maior razão devem ser os jovens pobres. São eles que entrarão, em breve, na PIA e serão os idosos do futuro. Caso não haja políticas que permitam a mobilidade social desses jovens pobres, o Brasil estará reproduzindo a pobreza. Com o objetivo de promover justiça social e levando em conta as relações intergeracionais, os 20 milhões de jovens pobres devem constituir a população alvo prioritária das políticas públicas. Eles serão 22 milhões em 2010. Caso isso não aconteça, o declínio desigual da fecundidade poderá levar, paradoxalmente, a uma maior desigualdade.

Aumento da proporção de idosos e as políticas públicas

O envelhecimento da população, ou seja, o aumento da proporção de pessoas com 65 anos de idade ou mais, é uma característica marcante da transição da estrutura etária no Brasil. Essa proporção era de 2,4% em 1940, correspondendo a menos de 1 milhão de pessoas, e deve atingir 7% em 2010, pouco mais de 13 milhões de pessoas. Em 2050, deve chegar a 19%, cerca de 49 milhões de idosos. Em meados deste século, o número de idosos deve superar o de jovens (Gráfico 102).

Gráfico 102 – População jovem e idosa, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.



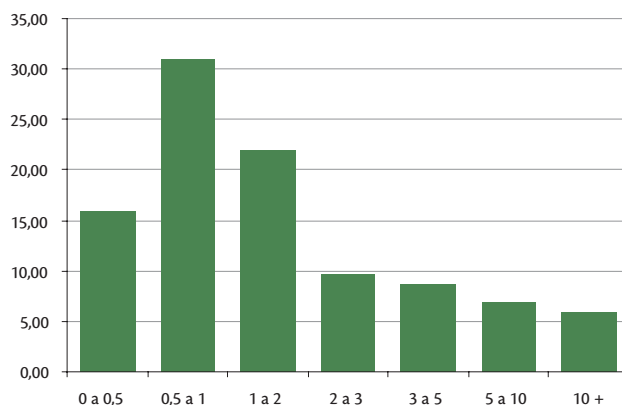
Durante a primeira década deste século, a população idosa aumentará, em média, 387 mil pessoas por ano. Entre 2040 e 2050, estima-se que esse aumento corresponderá a mais de um milhão de indivíduos por ano. As conseqüências para as políticas públicas desse grande incremento da população idosa serão enormes. A população idosa brasileira será, em 2010, de 13 milhões de pessoas, e de 49 milhões, em 2050. No curto prazo, entre 2007 e 2011, a população idosa crescerá em cerca de 2.140 mil pessoas, que resultará, em 2011, em uma população de 13,8 milhões. Comparativamente, um grupo com 40 milhões de pessoas a menos que os jovens, na mesma época.

Além do envelhecimento da população, deve ser considerado também o aumento da sua longevidade, traduzido pelo aumento na esperança de vida ao nascer. Entre 1940 e 2000, houve um ganho de 30 anos, passando a esperança de vida ao nascer de 40 para 70 anos. Em 2050, deverá alcançar 81 anos. Como conseqüência, crescentes proporções de recém-nascidos atingem as idades avançadas. Mais de 80% dos nascidos em 2000 deverão chegar aos 65 anos de idade. Esse percentual tende a aumentar cada vez mais. Trata-se de uma informação decisiva para os formuladores de políticas referentes aos idosos, pois, com o aumento da esperança de vida, maior será o tempo de participação dos idosos nos programas de seguridade social.

Em 2050, a população idosa será cerca de 3,7 vezes maior que a de 2000. Há de se redefinir todas as políticas públicas voltadas para esse segmento populacional, em face de seu vertiginoso aumento nas próximas décadas, tanto em termos absolutos, quanto como proporção da população total. A título de exemplo, tome-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), definido na própria constituição do país. É razoável esperar que o volume de recursos a serem dispensados nesse programa de transferência de renda varie em proporção muito semelhante àquela da população idosa. Por se tratar de transferências puras, o BPC não envolve contrapartida por parte dos beneficiários, mas recursos orçamentários resultantes da política fiscal. As políticas de transferência devem ser equacionadas levando em conta as despesas orçamentárias necessárias. Por outro lado, todo o nosso sistema de previdência social, no qual, em princípio, há a contrapartida da parte dos futuros beneficiários, não está adequado à nova situação demográfica do país. Trata-se de um sistema compatível com um padrão demográfico caracterizado por baixa taxa de dependência de idosos e baixa longevidade.

As políticas públicas ainda deverão enfrentar uma questão fundamental. Segundo o Censo de 2000, 16% da população idosa tinham uma renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo, ou seja, uma situação inequívoca de pobreza. Até um salário mínimo, havia, aproximadamente, 4,6 milhões de idosos (47%), quase a metade da população idosa. Boa parte dessa parcela da população tem sido objeto de políticas de transferência de renda, como a aposentadoria rural e o BPC. (Gráfico 103)

Gráfico 103 – Distribuição da população idosa, segundo renda familiar *per capita*, Brasil, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Há uma relação positiva entre a proporção de idosos e o nível de renda. Ela aumenta, certamente, devido a uma maior longevidade e menor fecundidade dos grupos economicamente mais favorecidos da população. Os idosos com mais de 10 salários mínimos de renda *per capita* familiar representam 11% da população total desse grupo. Proporção expressiva, mesmo que em termos absolutos signifique apenas 6% do total dos idosos.

O processo de envelhecimento, que se tornará mais acelerado nas próximas décadas, impõe desafios dramáticos para a sociedade brasileira, que devem ser levados em conta, urgentemente, pelas políticas públicas. A situação social de parte da população idosa do Brasil será insustentável no futuro, se continuar a depender, como agora, de transferências maciças de renda originárias do orçamento. A não ser que se faça uma reforma fiscal com o objetivo explícito de assegurar os programas de transferência. Mais uma vez, vale insistir, não é possível pensar separadamente as políticas de transferência de renda e a política fiscal.

O Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um bom exemplo. Ele corresponde a um benefício de um salário mínimo, direcionado aos idosos acima de 65 anos e às pessoas portadoras de deficiência (PPD), incapazes de prover seu sustento e sua independência. Para receber o BPC, a renda familiar *per capita* do idoso ou do portador de deficiência não deve superar um quarto do salário mínimo (MDS/CEDEPLAR/UFMG, 2006).

Desde a sua entrada em vigor, em janeiro de 1996, o Programa sofreu algumas modificações, que ampliaram significativamente a proporção de idosos pobres elegíveis ao benefício. A primeira alteração incidiu sobre a idade mínima para a concessão do benefício para o idoso, que passou de 70 para 67 anos, em 1998, e de 67 para 65 anos, em 2003, após a publicação do Estatuto do Idoso (MDS/CEDEPLAR/UFMG, 2006).



A segunda modificação, ocorrida em 1998, consistiu na alteração do conceito de família utilizado para o cálculo da renda familiar *per capita*, que passou a ser considerada a unidade integrada pelo cônjuge, companheira, companheiro, filho e irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido, e pais (MDS/CEDEPLAR/UFMG, 2006).

A terceira modificação no programa de concessão dos benefícios ocorreu em 2003, com a entrada em vigor do Estatuto do Idoso. A partir de então, o benefício já concedido a qualquer membro idoso da família passou a não fazer parte da renda mensal familiar, para fins de concessão do BPC a outro membro idoso da mesma família (MDS/CEDEPLAR/UFMG, 2006). Essa modificação foi introduzida no programa em face da eventual situação de discriminação sofrida pelo segundo idoso da família, que passava a não ter direito ao benefício, uma vez que o recebimento do BPC pelo primeiro idoso da família elevava a renda *per capita* familiar, desabilitando o segundo idoso a pleitear o benefício. Essa terceira modificação nas regras de concessão do BPC foi responsável por um aumento bastante expressivo no número de idosos beneficiados pelo programa (Tabela 7).

Em 1996, dos 8,1 milhões de idosos brasileiros, 49.502 receberam o BPC, o que correspondia a 0,61% dos idosos (Tabela 30). É importante observar que, até 1997, o benefício só era concedido a idosos pobres acima de 70 anos. Em 1998, após a primeira redução da idade mínima para a concessão do benefício aos idosos, de 70 para 67 anos, 2,51% dos idosos brasileiros, cerca de 218 mil idosos, receberam o benefício. Após a entrada em vigor do Estatuto do Idoso, em 2003, que reduziu a idade mínima para a concessão do benefício de 67 para 65 anos e alterou as regras para o cálculo da renda *per capita* familiar para fins de concessão do benefício ao segundo idoso da família, houve um aumento de cerca de 28% no número de idosos beneficiados pelo programa, cuja proporção chegou a 8,77% dos idosos brasileiros em 2004, cerca de 951.700 beneficiários. Desde então, a proporção de idosos elegíveis ao BPC estabilizou-se em cerca de 9% dos idosos do país. Estima-se que, em 2010, cerca de 1,18 milhões de idosos serão beneficiados pelo programa.

O rápido processo de envelhecimento populacional vai trazer grandes impactos para o sistema previdenciário no Brasil. O aumento da razão de dependência dos idosos e a queda da razão de suporte previdenciária (relação do número de contribuintes pelo número de beneficiários) significam que um número cada vez maior de beneficiários vai depender de um número menor de trabalhadores. A aposentadoria precoce e a informalidade no mercado de trabalho diminuem a razão de suporte previdenciária mais que as projeções populacionais e a razão de dependência demográfica poderiam predizer.

Tabela 30 – População idosa e total de idosos que recebem o BPC, Brasil, 1996-2010*

Período	População Idosa	Idosos que recebem BPC	
		Total	%
1996	8.115.791	49.502	0,61
1997	8.398.598	95.275	1,13
1998	8.687.287	218.191	2,51
1999	8.993.714	323.043	3,59
2000	9.325.607	413.517	4,43
2001	9.684.991	484.340	5,00
2002	10.066.326	595.324	5,91
2003	10.460.669	680.473	6,51
2004	10.855.485	951.708	8,77
2005	11.242.632	1.024.129	9,11
2006	11.621.204	1.055.697	9,08
2007	11.997.157	1.086.602	9,06
2008	12.377.850	1.117.778	9,03
2009	12.773.880	1.150.546	9,01
2010	13.193.706	1.185.941	8,99

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2004; MDS/CEDEPLAR/UFMG, 2006.

* Os dados de 1996 a 2004 correspondem aos reais beneficiários do BPC, segundo dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os dados de 2005 a 2010 correspondem a projeções baseadas nos critérios de concessão do BPC vigentes em 2003.

A grande preocupação é com o financiamento dos programas públicos direcionados aos idosos, como a previdência social. Se no passado grande parte do suporte aos idosos era feita pela família, hoje a grande parte do apoio vem de programas administrados pelo setor público e, em alguns países, também pelo setor privado (Costa, 1998). De forma geral, esses programas são muito importantes para reduzir a diferença de renda entre idosos e as pessoas em idade ativa e para diminuir as taxas de pobreza da população idosa (Gruber & Wise, 2002). Entretanto, recentemente, a maioria desses programas vem enfrentando graves problemas fiscais. Grande parte deles funciona no esquema de repartição simples, ou seja, a aposentadoria dos idosos de hoje é financiada pelas contribuições dos trabalhadores de hoje. O equilíbrio dos programas fica cada vez mais difícil com o aumento da razão de dependência, envelhecimento populacional (Bongaarts, 2004).

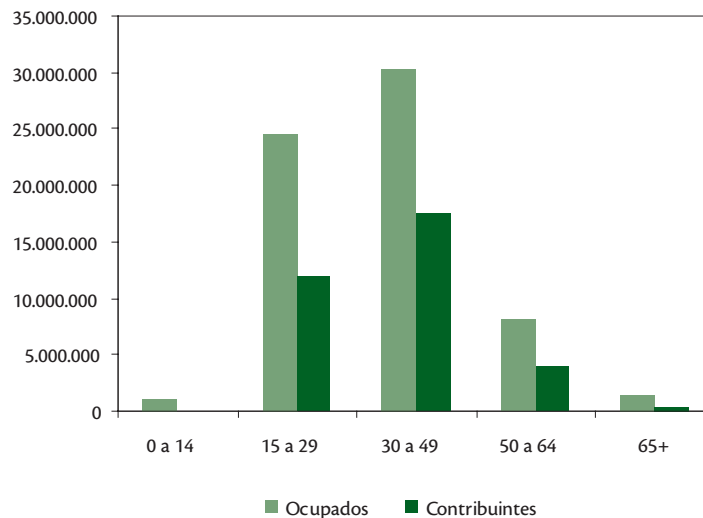
A previdência social apresenta equação intergeracional de difícil solução, pois, como a maioria da PIA não contribui, o crescimento mais acelerado da população idosa que a dos contribuintes tem gerado graves problemas para seu financiamento. Porém, a situação demográfica é favorá-



vel. Teremos um número de contribuintes potenciais, em 2010, quase 10 vezes maior que os idosos. Em 2050, a situação será menos favorável, pois os contribuintes potenciais serão 3,4 vezes maior.

O Censo de 2000 mostra uma relação entre população ocupada e população contribuinte muito desfavorável à política previdenciária. Praticamente, a metade dos ocupados não contribui para a previdência (Gráfico 104).

Gráfico 104 – População ocupada e contribuinte, Brasil, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Tanto do ponto de vista da saúde, quanto da previdência e dos programas de transferência, o cenário para a definição de políticas não pode deixar de levar em conta quem serão os idosos, considerando sua renda no futuro e quais as possibilidades, via crescimento da economia, principalmente, de gerar mais emprego e ocupações e aumentar o número de contribuintes. Foi mencionado que as políticas públicas referentes aos jovens pobres devem ser objetivo prioritário do Estado. Caso elas não ocorram agora, comprometerão a situação previdenciária no médio prazo, pois, provavelmente, serão trabalhadores não contribuintes e, no longo prazo, dependentes de programas de transferência de renda.

A transição demográfica e as políticas de saúde

Como no restante do mundo, a transição demográfica em andamento no Brasil tem sido acompanhada por mudanças nos padrões de morbidade e mortalidade, isto é, por mudanças nos tipos de doenças que mais acometem a população, sejam elas fatais ou não. Esse processo, que em sua versão clássica é conhecido como transição epidemiológica (Omran 1971), foi recentemente re-visto e redefinido como transição de saúde, ao levar em conta as mudanças recentes na saúde da população mundial (Vallin e Mesle 2004). O modelo de transição de saúde prevê que o avanço da saúde em uma determinada população transcorre de acordo com três grandes fases. A primeira grande fase pode ser dividida em três subfases e corresponde ao modelo de transição epidemiológica desenvolvido por Omran (1971). A primeira subfase é conhecida por Era da Pestilência e Fome e é caracterizada por uma mortalidade muito alta e flutuante, típica dos períodos de grandes epidemias. A segunda fase, conhecida como Era da Redução da Pandemia, é caracterizada por uma redução na ocorrência de crises de mortalidade, e pela maior estabilidade na esperança de vida ao nascer (em torno de 30 anos). Essas duas subfases são marcadas pela alta prevalência de doenças infecto-parasitárias e pela alta mortalidade infantil. A terceira subfase, que coincide com a fase na transição demográfica em que ocorre queda consistente do nível de mortalidade geral, é conhecida como Era das Doenças Crônicas e Degenerativas. É caracterizada por um aumento proporcional de doenças típicas dos grupos de idade mais avançada (câncer, doenças cardiovasculares, diabetes, hipertensão, entre outras), em função, principalmente, da maior probabilidade dos indivíduos sobreviverem aos primeiros anos de vida e atingirem as idades mais avançadas.

Além dessas três subfases que compõem a primeira grande fase da transição de saúde, restam outras duas no modelo de Vallin e Mesle (2004). A segunda grande fase é conhecida como Revolução Cardiovascular e é característica de países desenvolvidos que conseguiram transitar da Era de Doenças Crônicas e Degenerativas para outro estágio em que as doenças cardiovasculares perdem importância, principalmente como causa de morte, em razão de mudanças no comportamento de risco da população (dieta, consumo de tabaco, exercícios físicos) e do avanço da tecnologia médica e dos gastos de saúde com idosos. Finalmente, a terceira e última grande fase foi chamada de Era da Luta contra o Envelhecimento e está sendo notada em países como Japão e França, que se destacam entre os demais países desenvolvidos, por apresentarem quedas significativas nas taxas de mortalidade em idades muito avançadas.

Embora, a princípio, possa parecer que esse modelo é linear, isto é, que todos os países irão, necessariamente, percorrer os vários estágios da transição de saúde, iniciando sempre uma nova etapa ao final da anterior, não se observa este padrão em vários países da América Latina, como o Brasil, e outros países em desenvolvimento na África, além dos países que formavam a antiga União Soviética. Nesses casos, há claramente uma superposição de fases, o que complica em



demasia o trabalho de planejadores públicos, preocupados com a definição da população alvo das políticas de saúde pública. No caso brasileiro, um estudo recente sobre os padrões de doenças no país (Schramm et al, 2004) é claro ao demonstrar que há regiões do país que ainda não fizeram a transição completa para a Era das Doenças Crônicas e Degenerativas e, por isso, ainda registram alta prevalência de doenças infecto-parasitárias e causas externas, típicas de populações jovens, principalmente as mais pobres. Alguns exemplos são o Nordeste brasileiro e as regiões Norte e dos Vales, em Minas Gerais. Por outro lado, há áreas como o Sul do país, ou mesmo as regiões mais ricas do Estado de Minas Gerais, em que o número absoluto e relativo de casos de doenças crônicas é cada vez maior. Vale registrar também que há, provavelmente, subgrupos da população brasileira (os de maior nível socioeconômico) cujo padrão de saúde se assemelha aos dos países desenvolvidos e já estão, portanto, na Era da Revolução Cardiovascular, em função de seu maior nível de educação e de sua maior capacidade de investir em saúde preventiva e curativa. A essa superposição de tipos de doenças – infecto-parasitárias e crônicas/degenerativas – em uma mesma população dá-se o nome de carga dupla de doença.

Quais são as implicações da transição de saúde no Brasil, principalmente da carga dupla de doença? De um lado, há uma pressão crescente por maiores gastos governamentais com doenças típicas de idosos. De outro, permanecem os entraves para o desenvolvimento humano e econômico em várias regiões do país, em função de altas taxas de morbidade infantil e da decrescente, porém inaceitável, taxa de mortalidade infantil. O desafio dos formuladores de políticas tem sido, portanto, buscar uma solução que atenda a jovens e idosos, simultaneamente. É um problema análogo ao da competição por recursos para a educação e previdência. Vale notar que, no caso da saúde, os gastos na infância também não são independentes dos gastos na fase adulta. Vários estudos demonstram que o investimento em desenvolvimento humano, principalmente em saúde, nos primeiros instantes da vida, tem efeitos duradouros sobre a saúde dos indivíduos e, portanto, contribui para redução ou adiamento da manifestação de doenças crônicas em populações em envelhecimento. Portanto, para que seja possível uma contenção nos gastos crescentes com a saúde dos idosos², é necessário investir na saúde dos indivíduos ainda jovens. Essa associação entre saúde na infância e saúde na velhice ocorre tanto direta quanto indiretamente. Diretamente, porque os indivíduos expostos à desnutrição e que contraem um maior número de doenças infecto-parasitárias na infância têm maiores chances de desenvolver doenças crônicas (por exemplo, hipertensão) décadas mais tarde (uma revisão completa sobre esse tema é apresentada por Elo e Preston, 1992). Indiretamente, porque quanto melhor é a saúde e o desenvolvimento da capacidade cognitiva na primeira infância, melhor é o rendimento escolar e a capacidade de integração social durante a infância e a adolescência, e maiores são as chances de entrada e sucesso no mercado de trabalho (ver,

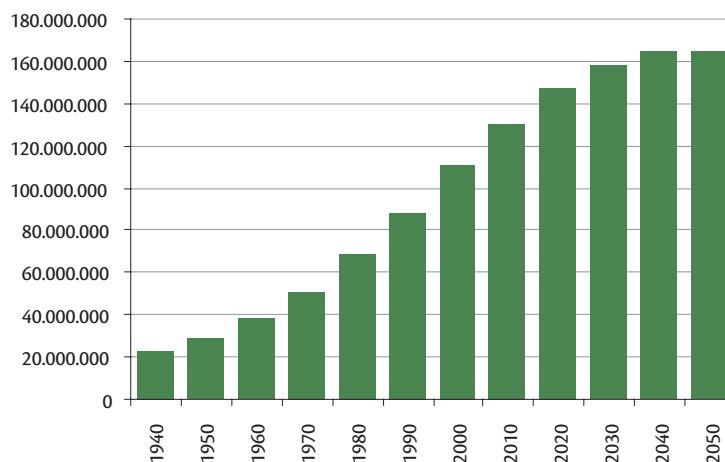
2. Para uma descrição detalhada dos gastos de saúde por idade e a pressão crescente em um cenário de envelhecimento acelerado ver Bernestein e Wajinman (2006).

por exemplo, Marluccio et al. 2006). Adultos com maiores níveis de educação e renda são também aqueles com menores chances de desenvolver doenças crônicas e morrer.

O crescimento da população em idade ativa e as políticas públicas

No processo de transição demográfica, não só se reduz o peso relativo da população jovem e aumenta o dos idosos, mas também cresce a PIA. Entre 1950 e 2000, foram acrescentados 88 milhões de pessoas ao contingente populacional brasileiro. Entre 2000 e 2050, ainda deverão ser somados a ele cerca de 54 milhões de pessoas (Gráfico 105).

Gráfico 105 – População em Idade Ativa, Brasil, 1940-2050



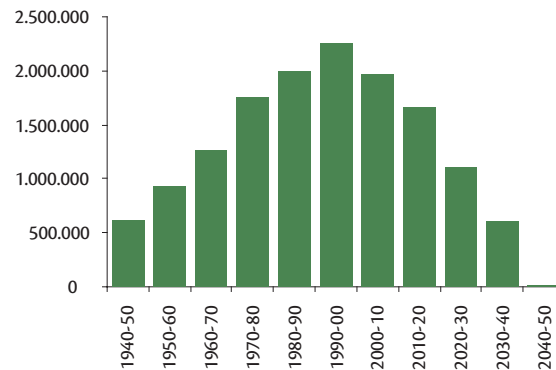
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Nas décadas futuras, o ritmo de crescimento do tamanho da PIA declinará, tornando-se inexpressivo na última década analisada, 2040-2050. Entretanto, na década atual, 2000-2010, ainda estão sendo acrescentado à PIA, em média, todo ano, 1.700 mil pessoas e, entre 2010-2020, serão acrescentados 1.100 mil pessoas por ano (Gráfico 106). O passivo demográfico, determinado pelo longo período de fecundidade alta, ainda vai incorporar à PIA cerca de 54 milhões de pessoas. Entretanto, a



transição demográfica já trouxe benefícios, reduzindo o peso dos acréscimos decenais da PIA, principalmente dos seus grupos mais jovens.

Gráfico 106 – Incremento médio anual da População em Idade Ativa, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

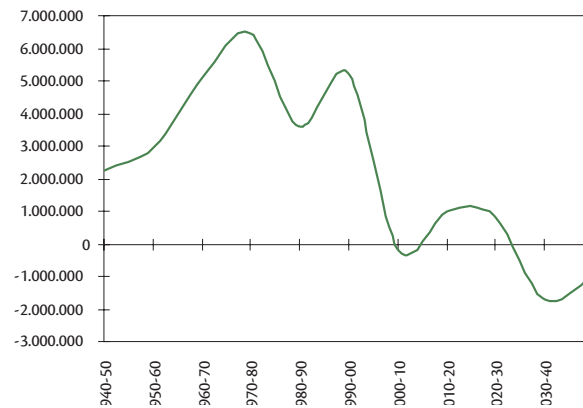
A população de 15 a 24 anos, que potencialmente poderia se incorporar ao mercado de trabalho no decênio, merece análise à parte, pois é um bom indicador da pressão demográfica sobre o mercado de trabalho. O seu incremento absoluto decenal tem sido negativo nessa primeira década do século 21 (Gráfico 107). Entretanto, entre 2010 e 2030, o incremento em termos absolutos ainda será positivo. Nessa primeira metade de século, a demanda potencial pelo primeiro emprego variará entre 33 e 35 milhões de pessoas. Em outras palavras, mais uma vez os benefícios demográficos para as políticas públicas se dão mais em função da redução dos acréscimos do que dos estoques.

Considerando a PIA, segundo os seus grandes grupos etários, observa-se tendência ao aumento do peso relativo do grupo entre 30 e 49 anos. Em 2010, estima-se que esse grupo representaria 42% da PIA. Em 2050, o peso seria semelhante, mas os jovens da PIA (15 a 29 anos) corresponderiam a 30% e os maduros (50 a 64) a 28%. Durante a primeira metade do século 21, a idade média da PIA aumentará em sete anos, passando de 30, em 2000, para 37 anos, em 2050. Depois de 2040, a idade média da PIA será maior do que a mediana.

O aumento do tamanho absoluto e do peso relativo da PIA, do ponto de vista estritamente demográfico, pode ser considerado um fator positivo para a economia. Essa seria a população que, teoricamente, produz, poupa, investe e contribui com impostos e para a previdência. Em outras palavras, o pressuposto é que os jovens e os idosos, provavelmente, consomem mais do que produzem e a população em idade ativa produz mais do que consome. Isso, em tese, seria mais verdadeiro quanto mais envelhecida a PIA se torna, pois maior seria a sua capacidade de poupança acumulada.

O que não significa, necessariamente, no caso do Brasil, que essa poupança se transforme em capital produtivo, podendo, em grande parte, se esvaír pelo capital financeiro.

Gráfico 107 – Incremento Decenal da População de 15 a 24 anos, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Fala-se em tese porque, se as condições demográficas são favoráveis para que essa janela de oportunidade se abra, devem existir políticas públicas que garantam o emprego da mão-de-obra disponível. Essas políticas proporcionariam uma remuneração proporcional à produtividade do trabalho, a ampliação da mão-de-obra regulada pela legislação trabalhista, uma política fiscal e previdenciária adequadas, dentro de um contexto de crescimento da economia. Caso a economia esteja estagnada ou com crescimento baixo, predomine a informalidade no mercado e as políticas públicas mantenham fortes desequilíbrios fiscais e previdenciários, as janelas de oportunidades demográficas podem passar despercebidas. No caso brasileiro, tanto a PIA crescerá até 2050, quanto aumentará sua idade mediana, porém as políticas públicas não têm aproveitado essas possibilidades demográficas.



Considerações finais

Fausto Brito

As relações de dependência demográfica e as políticas públicas

A razão de dependência demográfica parte do pressuposto de que a população jovem, o a 14 anos, e a idosa, 65 anos e mais, podem ser consideradas dependentes da população em idade ativa, 15 a 64 anos. Os dependentes, teoricamente, consumiriam mais do que produzem e a população adulta produziria mais do que consome. Essa seria a relação básica que expressa a transferência entre as gerações.

Antes do declínio acelerado e generalizado da fecundidade, a RDT tinha valores extremamente altos. Em 1960, por exemplo, o seu valor era de 83%, isto é, para cada 100 pessoas na PIA, havia 83 jovens e idosos (Tabela 31 e Gráfico 108). A razão de dependência era fortemente afetada pelos jovens, pois havia 78 jovens e apenas cinco idosos para cada 100 pessoas na PIA, ou seja, a RDJ era de 78%. Era o que se podia esperar de um país, naquele momento, que contava com 30 milhões de jovens e apenas 1,9 milhão de idosos.

Na primeira metade deste século, a RDT permanecerá entre 49% e 57%, mudando, no entanto, profundamente a sua composição. Enquanto em 2000 a RDJ era quase seis vezes maior do que a RDI, em 2050, as duas razões de dependência serão praticamente iguais, entre 28% e 30%.

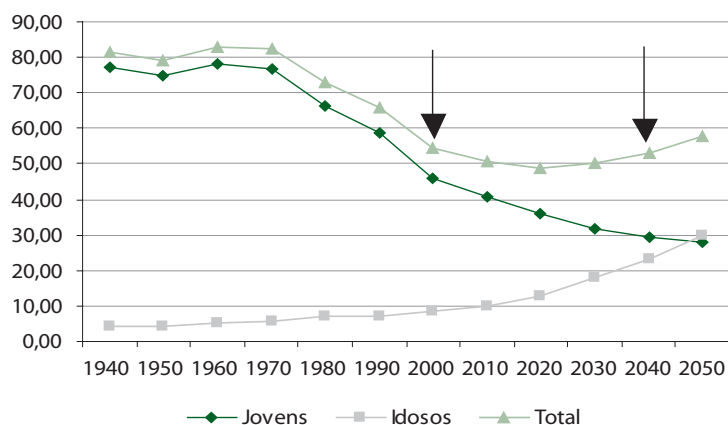
Tabela 31 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos e Índice de Idosos, Brasil, 1950-2050

Período	Razão de Dependência (%)			Razão de Dependência (dist. relativa)			Índice de Idosos
	Jovens	Idosos	Total	Jovens	Idosos	Total	
1950	74,70	4,36	79,06	94,49	5,51	100,00	5,83
1960	77,95	5,00	82,95	93,97	6,03	100,00	6,41
1970	76,60	5,73	82,33	93,04	6,96	100,00	7,48
1980	66,10	6,94	73,04	90,50	9,50	100,00	10,49
1990	58,58	7,23	65,81	89,01	10,99	100,00	12,34
2000	45,97	8,41	54,37	84,54	15,46	100,00	18,28
2010	40,59	10,10	50,69	80,07	19,93	100,00	24,88
2020	35,80	12,99	48,79	73,38	26,62	100,00	36,28
2030	31,93	18,22	50,15	63,66	36,34	100,00	57,08
2040	29,58	23,39	52,96	55,84	44,16	100,00	79,08
2050	28,15	29,72	57,87	48,65	51,35	100,00	105,56

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Outro indicador das relações entre gerações é o índice de idosos, isto é, o quociente entre o número de idosos e o de jovens. Para o Brasil, em 2000, esse índice era 19%, ou seja, 19 idosos para cada 100 jovens, mas apresentava diferenças regionais em função dos momentos na transição demográfica. No estado do Rio de Janeiro, em 2000, havia 30 idosos para cada 100 jovens, o índice mais alto, seguido pelo da região Extremo Sul, 25%, e São Paulo, 23%. Os menores valores, abaixo da média nacional, eram os da região Norte, próximo de 10%, Nordeste Setentrional e Centro-Oeste, ambos em torno de 14%. O estado do Rio de Janeiro tinha, em 2000, um índice três vezes maior do que a região Norte.

Gráfico 108 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos, Brasil, 1940-2050 (%)



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Os demógrafos têm chamado atenção para o primeiro dividendo demográfico, que poderia ser usufruído pela sociedade e pela economia no período entre 2010 e 2030, quando a RDT alcançará seus menores valores, em torno de 50%, e o peso relativo dos idosos ainda será bem menor que o dos jovens. Em outras palavras, para cada 100 pessoas em idade ativa, haveria apenas 50 jovens e idosos, com preponderância dos jovens.

As transferências intergeracionais poderiam ser favorecidas pela relação de um por dois, ou seja, apenas uma pessoa dependente para cada duas potencialmente produtivas. Poderia ser estabelecido um intervalo, em que os dividendos demográficos seriam mais favoráveis: 2000 a 2040, quando a RDT estaria próxima de 50%. Situação plenamente satisfatória do ponto de vista da dependência demográfica.

Entretanto, quando se considera a realidade da sociedade brasileira, em que o número de pessoas desocupadas é ainda muito grande, pode-se pensar numa razão de dependência mais



restrita que a demográfica, quando se consideraria, em todas as idades, os não ocupados como dependentes dos ocupados. Ela seria, em porcentagem, 161%, ou seja, para cada 100 pessoas ocupadas, haveria 161 não ocupadas. Ou seja, a carga econômica daqueles que estão realmente ocupados é muito maior do que revela a razão de dependência estritamente demográfica. Os benefícios demográficos serão realmente aproveitados pela economia e pela sociedade quanto maior for o número de pessoas ocupadas na PIA

Levando em conta a população contribuinte da previdência social, 34 milhões em 2000, poderíamos calcular outra razão de dependência baseada na relação entre contribuintes e não contribuintes de todos os grupos etários: para cada 100 contribuintes em todos os grupos etários, haveria 506 não contribuintes. Uma relação completamente adversa para o sistema de previdência social, mesmo considerando a parte mais pobre da população, dependente das políticas de transferência. Sem aumentar o número de contribuintes, facilitando o seu acesso ao mercado de trabalho formal, maiores serão os encargos fiscais necessários para financiar as políticas de transferência. Mesmo com os benefícios gerados pela atual fase da transição demográfica no Brasil, seria indispensável a redução dos encargos trabalhistas, facilitando o ingresso dos trabalhadores no mercado formal.

Como no caso do índice dos idosos, a razão de dependência total varia entre os estados e regiões, segundo os seus diferentes momentos na transição demográfica. A diferença entre a maior RDT (Nordeste Setentrional) e a menor (São Paulo) chega a 22 pessoas para cada 100 indivíduos em idade ativa (Tabela 32).

Tabela 32 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos e Índice de Idosos, segundo regiões e alguns estados, Brasil, 2000

Regiões e alguns estados	Razão de Dependência			Índice de Idosos
	Total	Jovens	Idosos	
Norte	69,25	63,10	6,16	9,76
NE Setentrional	70,08	61,34	8,74	14,26
NE Central	62,91	52,84	10,07	19,06
NE Meridional	60,94	51,82	9,12	17,61
Minas Gerais	52,85	43,39	9,47	21,82
Espírito Santo	52,04	43,63	8,41	19,26
Rio de Janeiro	48,36	37,32	11,05	29,60
São Paulo	47,98	38,94	9,04	23,22
Paraná	52,33	43,76	8,57	19,59
Extremo Sul	50,05	40,20	9,85	24,50
Centro Oeste	51,93	45,47	6,46	14,21
Brasil	54,37	45,97	8,41	18,28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

As medidas estritamente ligadas às relações intergeracionais, como as razões de dependência e o índice de idosos, estão altamente correlacionados aos níveis de renda *per capita* familiar. A RDT, no Brasil, dos dois subgrupos populacionais mais pobres, isto é, com renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo, era superior, em 2000, à média nacional. Nos demais subgrupos, inferior. No grupo mais pobre, para cada 100 pessoas em idade ativa, havia 82 dependentes. Entre os mais ricos, com cinco ou mais salários mínimos de renda familiar *per capita*, havia em torno de 32 pessoas dependentes, uma diferença, para menos, de cerca de 50 dependentes, em relação aos grupos mais pobres (Tabela 33).

Tabela 33 – Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos e Índice de Idosos, segundo renda familiar *per capita* em salários mínimos, Brasil, 2000

Renda Familiar <i>Per capita</i> (em salários mínimos)	Razão de Dependência			Índice de Idosos
	Total	Jovens	Idosos	
0 a 0,5	82,17	76,23	5,94	7,79
0,5 a 1	59,93	47,57	12,36	25,98
1 a 2	43,12	34,29	8,83	25,76
2 a 3	35,51	26,31	9,20	34,97
3 a 5	34,13	24,47	9,66	39,47
5 a 10	32,26	21,80	10,45	47,95
10 +	30,89	16,86	14,03	83,25
Brasil	54,37	45,97	8,41	18,28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A RDJ apresentou-se, em 2000, rapidamente decrescente à medida que a renda familiar *per capita* aumentava. Entre aqueles com renda familiar *per capita* acima de 10 salários mínimos, a RDJ era de 17 por 100, ou seja, 59 dependentes jovens a menos, para cada conjunto de 100 indivíduos em idade ativa, que na população mais pobre (aquela com até um salário mínimo de renda familiar *per capita*).

Ao contrário da RDJ, a RDI é crescente com a renda. Entre os mais ricos, chegava, em 2000, a 14 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa, 2,4 vezes maior que entre os mais pobres.

Outro indicador ligado às relações intergeracionais é o índice de idosos, que, em 2000, mostrou-se crescente com a renda. Aqueles com renda entre cinco e dez salários mínimos tinham um índice de idosos bastante alto, com quase um idoso para cada dois jovens. Notável, no grupo dos mais ricos, que o número de idosos já se aproximasse bastante daquele dos jovens, com um índice de 83.



Os dados sobre as relações entre diversos indicadores da transição demográfica e a renda familiar *per capita* mostram que as diferenças sociais levam, no Brasil, a desigualdades demográficas maiores que as observadas entre as diferentes regiões. A transição demográfica aparece, nitidamente, nos seus diversos momentos, quando é analisada segundo as condições sociais e econômicas da população. Os benefícios e os bônus demográficos, assim como os desafios, são distintos, segundo a diversidade social. Somente levando este fato fundamental em consideração é que as políticas públicas, com o objetivo de promover justiça social, poderão aproveitar os bônus e benefícios demográficos, assim como levar a sociedade a se preparar para enfrentar os desafios gerados por essa mesma transição demográfica.

Bibliografia

- AMARAL, A. E., NOGUEIRA, R. A. P. A volta da Asa Branca e as primeiras impressões de retorno. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Brasília. Anais... Brasília : ABEP, v.3, 1992. p.201-212.
- BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século XX. Revista São Paulo em Perspectiva. Fundação Seade, 2005.
- _____. Expansão, Redefinição ou Consolidação dos Espaços da Migração em São Paulo? Análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000. Anais ... Caxambu: ABEP, 2004.
- _____. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. Anais ... Ouro Preto: ABEP, 2002.
- _____. Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes. Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 1999.
- BERQUO, E. e BAENINGER, R. Os idosos no Brasil: considerações demográficas. Textos NEPO 37, Campinas, NEPO/UNICAMP, 1997. p.25-65.
- BRITO, F e CARVALHO, J.A. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. Parcerias Estratégicas, CGEE, n.22, junho 2006.
- BILSBORROW, R. E. (org.). Migration, urbanization and development: new directions and issues. New York : UNFPA/Kluwer, 1996.
- BRITO, F. População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro. Belo Horizonte : CEDEPLAR/UFMG-Faculdade de Ciências Econômicas, 1997. (Tese de Doutorado)
- CANO, W. Migrações, desenvolvimento e crise no Brasil. Campinas : Instituto de Economia/UNICAMP, 1996. (mimeo)
- _____. Algumas implicações espaciais da Terceira Revolução Industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (org). O novo Brasil urbano. Porto Alegre : Editora Mercado Aberto, 1995a.
- CANO, W. Auge e inflexão da desconcentração econômica regional. In: AFFONSO, R, SILVA, P. L. B. A federação em perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo: Fundap, 1995b. p.399-416.
- CARVALHO, J. A. M., RIGOTTI, J. I. Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. Anais ... Curitiba: IPARDES/ABEP, 1998.
- CELADE (Centro Latinoamericano de Demografia). Dinâmica de la población en las grandes ciudades en América Latina y Caribe. Documentos Docentes, Santiago de Chile, 1994.
- CUNHA, J. M. P. (coord.). Projeto "Mobilidade e redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo: características recentes, padrões e impactos no processo de urbanização". Campinas : NEPO/UNICAMP, 1999. 273p. (Relatório Final)



- _____. (Des) continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1990/1991: qual o efeito da crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. Anais ... Caxambu : ABEP, 1998.
- CUNHA, J. M. e BAENINGER, R. Cenários da Migração no Brasil nos anos 90. Cadernos do CRH, Salvador, v.18, n.43, jan/abr.2005
- CUNHA, J.M. A Migração no Brasil no começo do Século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. Parcerias Estratégicas, CGEE, n.22, junho 2006.
- DINIZ, C.C.. Dinâmica regional recente e suas perspectivas. In: AFFONSO, R., SILVA, P. L. B. A federação em perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo : Fundap, 1995. p.417-429.
- EBANKS, E. G. Determinantes socioeconômicos de la migración interna. Santiago de Chile, CELADE, 1993.
- FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. Novos Estudos CEBRAP 29, São Paulo, p.98-119, mar.1991.
- _____. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos. In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- FUNDAÇÃO IBGE/DPE/DPIS/DICAD/DEMOG. Movimentos migratórios segundo o Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996. Rio de Janeiro : IBGE, 1997. (mimeo)
- FUNDAÇÃO IBGE. Contagem Populacional de 1996. Rio de Janeiro, 1997.
- FUNDAÇÃO IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro, PNAD, 1995.
- GUIMARÃES, E. N., LEME, H. J. C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: NEPO/UNICAMP. Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste, 1. Textos NEPO 33, Campinas, NEPO/UNICAMP, 1997. p.25-65.
- HAKKERT, R. e MARTINE, G. Tendências Migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. Parcerias Estratégicas, CGEE, n.22, junho 2006.
- LATTES, A. E. Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration? In: Population, distribution and migration. New York : United Nations, 1998.
- MAGALHÃES, M. Movimentos migratórios na Região Sul: novas tendências. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. Anais ... Curitiba : IPARDES/ABEP, 1998.
- MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In:AFFONSO, R. B. A., SILVA, P. L. B. (orgs.). Desigualdades regionais e desenvolvimento (Federalismo no Brasil). São Paulo: FUNDAP/Ed. UNESP, 1995. p.61-91.
- _____. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Textos para Discussão 329, Brasília, IPEA, 1994. 43p.

- _____. Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. Documento de Trabalho 11, Brasília, Instituto SPN, 1992. 29p.
- _____. Migração e Metropolização. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE, 1(2), p.23-31, jul/set, 1987.
- _____, CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, ABEP, 1(2), p.99-143, jan./dez.1984.
- MARTINE, G. e CARVALHO, J. A. M. Cenários demográficos para o século 21 algumas implicações sociais. Campinas: UNICAMP, 1989. (Trabalho apresentado no seminário Brasil Século XXI).
- MERRICK, T. e BERQUO, E. The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility. National Academy Press, Ed. Washington, 1983
- MOURA, H. M., MOREIRA, M. As migrações na Região Norte em período recente: uma abordagem preliminar. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. Anais ... Curitiba : ABEP/IPARDES, 1998. P.139-188.
- NEGRI, B. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- NÚCLEO DE ECONOMIA SOCIAL, URBANA E REGIONAL-(NESUR/UNICAMP). Projeto "Caracterização e tendências da rede urbana brasileira". Campinas, out.1998. (Relatório 6)
- PACHECO, C. A . Fragmentação da nação. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.
- _____, PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998. Anais ... Curitiba: ABEP/IPARDES, 1998.
- RIGOTTI, J. I. R , CARVALHO, J. A. M. As migrações na grande Região Centro-Leste. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. Anais ... Curitiba: ABEP/IPARDES, 1997. p.67-90.
- TASCHNER, S. P., BOGUS, L. M. M. Mobilidade espacial da população brasileira: aspectos e tendências. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, 3(2), jul./dez.1986.
- VILLA, M., RODRIGUEZ, J. Dinámica sociodemográfica de las metrópolis latinoamericanas. In: Grandes ciudades de América Latina: dos capítulos. Documentos Docentes, Santiago de Chile, Centro Latinoamericano de Demografía-CELADE, Naciones Unidas-FNUAP, 1994.

Parte 2





Introdução

Neste estudo busca-se contextualizar a situação atual das migrações internacionais de e para o Brasil com vistas a subsidiar as políticas sociais.

A partir da segunda metade dos anos 1980, as migrações internacionais entraram para a agenda dos estudos demográficos, em especial os fluxos de brasileiros para o exterior.

Nesse contexto, destacam-se os fluxos de brasileiros nos Estados Unidos, no Japão, no Paraguai, na área de fronteira Brasil-Bolívia, dentre os países da América Latina, e outros. A amplitude da problemática fez emergir temas acerca desses movimentos migratórios pouco estudados no Brasil, tais como a questão dos refugiados, de um lado; e de outro lado, a discussão sobre as remessas monetárias enviadas pelos brasileiros.

A diversidade de situações, contextos e complexidade das migrações internacionais contemporâneas requer que os estudiosos aprofundem seus estudos em fluxos específicos, como será apresentada nos próximos capítulos.

Situação das migrações internacionais do Brasil contemporâneo

Dimitri Fazito

Os recentes fluxos das migrações internacionais ampliaram a circulação de pessoas, bens e capitais em uma escala sem precedentes e parece agravar um cenário crítico de incertezas sobre a perspectiva de desenvolvimento social e econômico das sociedades contemporâneas.

Se, por um lado, as migrações podem representar avanços para o desenvolvimento tanto das comunidades de origem, quanto de destino, também existem argumentos contrários que reforçam a idéia de conflitos e retrocessos causados pela mobilidade das populações dentro e fora das fronteiras nacionais (DE HAAN, 1999; JORDAN e DÜVELL, 2003; GCIM, 2005).

Atualmente, segundo estimativas da Organização Internacional das Migrações (<http://www.iom.int/jahia/jsp/index.jsp>), existem 192 milhões de migrantes internacionais e uma taxa de crescimento anual da população em deslocamento da ordem de 2,9%. A intensificação das migrações é conseqüência direta do processo de globalização econômica, em especial, da flexibilização do sistema financeiro mundial e integração do mercado de trabalho em escala global.

Junto às mudanças de fundo econômico e social, tem ocorrido também uma série de transformações na legislação internacional e nas políticas internacionais dos Estados para lidar com os diversos tipos de fluxos entre fronteiras.

Recentemente, em debate promovido durante a comemoração dos 10 anos da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD) do Governo Federal brasileiro, destacou-se a necessidade de discutir em profundidade as migrações internacionais e sua relação direta com o desenvolvimento, as políticas públicas e os direitos humanos.

No debate institucional, ficou evidente o descompasso que ainda persiste entre os poderes federativos brasileiros e as políticas efetivas para o controle e planejamento das migrações do Brasil. O problema da emigração internacional é crescente e, com ele, a indefinição quanto às políticas públicas capazes de garantir os direitos básicos dos migrantes e seus familiares, bem como garantir maiores benefícios ao Estado e a toda sociedade nacional para o desenvolvimento.

Percebe-se a grande necessidade de maior integração dos interesses, das políticas de planejamento e da produção de conhecimentos sobre a questão migratória no Brasil por parte dos órgãos e mecanismos de representação dos poderes federativos. Além disso, também se constatou a necessidade de maior integração dos órgãos oficiais com a sociedade civil brasileira e outros organismos internacionais.

Neste estudo, pretende-se descrever e analisar as migrações internacionais do Brasil con-



temporâneo que se inscreve no contexto das transformações globais. Isto é, propõe-se uma investigação detalhada sobre os padrões estruturais (das relações de causa e efeito) que determinam os deslocamentos populacionais que partiram ou chegaram ao Brasil nas últimas décadas.

Fundamentação teórica e metodológica: sistemas de migração internacional

A abordagem processual e sistêmica dos fenômenos migratórios tornou-se bastante difundida entre os pesquisadores a partir da década de 1970. Conceitualmente, os sistemas migratórios compõem-se, em linhas gerais, de unidades territoriais específicas interligadas (origem, trajeto e destino), de fluxos de pessoas e objetos, e de um sentido organizacional geral que deve garantir coerência e integridade a todos os componentes do sistema (KRITZ et al, 1992; MASSEY et al, 1998).

Mais recentemente, a abordagem processual contribuiu para a consolidação da idéia de que o sistema migratório internacional fosse entendido como uma “rede de países ligados por interações migratórias, cuja dinâmica é amplamente condicionada pela operação de uma variedade de redes que conectam atores migrantes em diferentes níveis de agregação” (KRITZ e ZLOTNIK, 1992:15).

A partir dessa noção, novas contribuições teóricas e metodológicas foram feitas no sentido de operacionalizar e aprofundar a perspectiva sistêmica das migrações — especialmente o caso das teorias sobre redes e capital social, teorias dos sistemas mundiais e a teoria da causalidade cumulativa (PORTES, 1995; BOYD, 1989; FAWCETT, 1989; SASSEN, 1995; MASSEY et al, 1998).

Assim, deve-se considerar o Sistema de Migração Internacional Brasileiro como uma rede integrada de unidades espaciais de origem e destino que se ligam por rotas diversas em um tempo determinado. Os fluxos de população, bens materiais e simbólicos não ocorrem aleatoriamente. Deve-se compreender que as trocas migratórias fazem parte de um processo histórico-social complexo e abrangente.

As migrações constituem processo social e histórico e, portanto, as causas e conseqüências dos deslocamentos só podem ser adequadamente compreendidas quando analisados em uma perspectiva integrada e processual.

A proposta da análise sistêmica das migrações na demografia ganhou força a partir da década de 1980. Com o objetivo de interpretar os deslocamentos populacionais no espaço, respeitando sua dinâmica histórica e social, a noção de “sistemas de migração” constituiu-se como ferramenta analítica fundamental e permitiu captar o fenômeno migratório como processo social contextualizado.

A migração é um fenômeno demográfico complexo, pois ao mesmo tempo em que um

fluxo migratório apresenta características universais e estruturalmente semelhantes a outros fluxos, desenvolve histórica e socialmente sua singularidade (DAVIS, 1989).

A migração, entendida como processo essencialmente coletivo, apresenta unidade e coerência entre os eventos do ciclo de vida e os significados percebidos e atribuídos ao longo de sua experiência (de indivíduos e grupos sociais).

Tal coerência interna do processo empírico deve-se àquilo que Sayad (2000: 11) chamou de retorno, o elemento constitutivo da condição do migrante. De fato, um paradoxo inerente à constituição do fenômeno migratório que o define e unifica, pois a noção de retorno “está intrinsecamente circunscrita à denominação e idéia de emigração e imigração. Não existe imigração em um lugar sem que tenha havido emigração a partir de outro lugar; não existe presença em qualquer lugar que não tenha a contrapartida de uma ausência alhures”.

Desse modo, a unidade analítica do processo migratório pode ser apreendida pela perspectiva sistêmica, auxiliada devidamente por um instrumental heurístico afim. Esse instrumental encontra-se organizado na Teoria da Análise das Redes Sociais.

Os sistemas empíricos de migração podem ser representados por modelos de redes sociais porque existe a condição do retorno. De um lado, tal condição essencializa o fenômeno migratório, imputando-lhe uma causa fundamental singular. Isto é, a idéia original para todo migrante de que seu projeto de deslocamento só encontra sentido se o ciclo vital da migração se fecha no retorno à terra natal – um princípio simbólico que inscreve a circularidade nas migrações (SAYAD, 2000).

De outro lado, o princípio simbólico do retorno também se exerce formalmente. Isto é, o retorno do emigrante à terra natal estabelece condições estruturais concretas determinantes para a identificação de um padrão do sistema de migração.

Assim, na representação formal do processo migratório, também observamos a estruturação de fluxos e pólos de origem e destino como num circuito integrado, ou seja, operado segundo padrões relacionais das redes sociais – e, em contrapartida à essencialização, o retorno dinamiza o processo migratório (FAZITO, 2005).

Nesse sentido, o retorno nas migrações cumpre dois aspectos básicos: 1) fundamenta simbolicamente todo e qualquer deslocamento; 2) desempenha função estrutural na organização formal (topologia) de um sistema de migração que, muitas vezes, o particulariza num dado contexto (a circularidade da rede social da migração apresenta padrão singular que pode ser analisado e comparado com outros sistemas).

Num sentido geral, o migrante, mesmo o pioneiro, não migra simplesmente porque deseja migrar e por mais aleatória que pareça a escolha do destino existem constrangimentos estruturais (e formais) que seguem uma lógica própria da ordem coletiva. Assim, um indivíduo para migrar deve estar em condições estruturais para o deslocamento.

Portanto, as migrações não são reflexos imediatos nem de decisões individuais racionais



descoladas do contexto social no qual vive o indivíduo, nem o simples resultado do constrangimento econômico direto (como os diferenciais macroeconômicos entre países).

Embora contemporaneamente a maior parte dos fluxos migratórios corresponda minimamente à generalidade das estruturas econômicas nas sociedades capitalistas, muitos projetos de deslocamento são inicialmente impulsionados e sustentados por outras causas estruturais – que podem ser puramente formais, dada a topologia de um sistema de migração em particular (FAZITO, 2005).

Outros fluxos determinados por constrangimentos de ordem econômica podem convergir para processos migratórios sustentados por causas estruturais diversas, freqüentemente catalisados pelas redes sociais – caso da emigração internacional de Governador Valadares, atualmente sustentada por uma cultura migratória consolidada e articulada por redes sociais (SOARES, 2002; FUSCO, 2001).

Então, empiricamente, constata-se a preponderância das redes sociais na configuração dos sistemas migratórios. De maneira geral, como mostram Douglas Gurak e Fe Caces (1992:151),

“as redes conectam dinamicamente as populações em sociedades expulsoras e receptoras. Servem como mecanismos interpretativos dos dados, informações e outros recursos de ambos os extremos e direções. São estruturas simples que podem se tornar mais complexas à medida que o sistema de migração se transforma. Além disso, a análise de redes possibilita meios de avaliação dos sistemas migratórios que vão além do foco sobre as motivações dos atores individuais, embora permaneça bastante próximo ao nível das relações humanas concretas”.

Massey et al (1987) identificaram as redes sociais como fundamentais para a consolidação do processo migratório internacional a partir da análise de seis comunidades no interior do México.

Ao entender o processo social da migração como dinâmico, cumulativo e estruturado (interconectado), Massey et al (1987:4-6) apontam seis princípios que sintetizariam e definiriam objetivamente o fenômeno migratório: inicialmente, (1) a migração deveria ocorrer segundo um desequilíbrio estrutural entre regiões de origem e destino; (2) depois de iniciado, o processo de migração seria sustentado por um fluxo contínuo de trocas, garantido pela criação das redes sociais; (3) a consolidação das redes possibilitaria a diversificação das estratégias migratórias, fortalecendo as organizações familiares e domiciliares; (4) a migração tenderia a ser auto-sustentável, (5) independente do tempo de duração dos fluxos migratórios e (6) reforçada periodicamente pela ação dos retornados.

Desse modo, os mecanismos de migração se estendem para além dos próprios migrantes e de suas condições particulares de existência. Além dos indivíduos e das estruturas socioeconômicas e culturais de origem e destino, também se deve atentar para os vínculos destes com os

não-migrantes e o campo social no qual se inserem (MASSEY et al 1987; TILLY, 1990; GURAK e CACES, 1992; SAYAD, 2000).

Portanto, o processo migratório deve ser compreendido em uma perspectiva relacional, como um sistema em que se conectam as regiões de origem e destino, e entre estas se constituem mecanismos intermediários cruciais para a compreensão dos padrões estruturais característicos de cada sistema de migração (FAZITO, 2005).

Princípios e definições:

Sistema de Migração: formalmente, o sistema de migração pode ser definido como um conjunto (não-vazio) de componentes e vetores, determinado para uma medida espacial e temporal arbitrária. Os componentes e vetores podem estar ou não vinculados diretamente, porém devem fazer parte do mesmo contexto histórico, cultural, geopolítico e econômico. Desse modo, a determinação de um sistema de migração ocorre a partir da análise dos vínculos histórico-culturais, e os vínculos demográficos, econômicos e geopolíticos, entre componentes e vetores.

Componentes: são os atores e grupos integrantes de um sistema de migração.

Vetores: são os vínculos, laços e conexões que se constituem no processo de deslocamento. A medida dos vetores está diretamente ligada às medidas de fluxos.

Descrição dos sistemas de migração internacional do Brasil contemporâneo

Do último quartel do século XIX até o final da década de 1930, o Brasil recebeu cerca de 4 milhões e 400 mil pessoas. Desde então, assiste à redução progressiva da imigração estrangeira e o início dos intensos movimentos migratórios internos que caracterizariam a distribuição espacial da população brasileira.

As condições estruturais que deram suporte ao padrão migratório 1930/1980 modificaram-se e, segundo a literatura, os traços principais dos deslocamentos são: 1) a redução do volume dos fluxos migratórios internos de longa distância; 2) o maior peso das migrações de curta distância e intra-regionais; 3) a maior incidência das migrações de retorno; 4) a alteração da tendência à concentração urbana nas grandes capitais e regiões metropolitanas; e 5) a emigração internacional (SOARES, 2002; SALES, 1999; MARTES, 2000).

A distinção na história recente dos deslocamentos no Brasil, segundo Fausto Brito (1995: 29), deve-se à reestruturação produtiva do sistema capitalista global que atualmente promove o movimento inverso das populações em relação à Segunda Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX.

Contemporaneamente, a tendência observada dos fluxos populacionais internacionais



vai dos países periféricos (como o Brasil) para os países centrais do sistema capitalista. Desse modo, o Brasil tem se tornado, nos últimos 20 ou 30 anos, um país de emigrantes internacionais. Brasileiros buscam, na mobilidade espacial para os países capitalistas centrais, encontrar também a sonhada mobilidade social (BRITO, 1995; SALES, 1992 e 1995).

Quanto ao desenvolvimento das estruturas e mecanismos intermediários (agenciadores e recrutadores) desses sistemas migratórios, vale ressaltar os impactos gerados recentemente sobre os deslocamentos e trajetórias clandestinos (SALES, 1992).

A dinâmica do sistema capitalista contemporâneo tem exigido intensa mobilidade das populações de países periféricos em direção aos países centrais (ou em áreas de fronteira, de locais mais periféricos para locais mais centrais, como parece ser o caso do deslocamento de “*brasiguaios*” (BRITO, 1995; SALIM, 1995). Por outro lado, as políticas oficiais de imigração dos países centrais têm ocorrido de maneira oposta, restringindo cada vez mais os limites de entrada e inserção do imigrante no mercado de trabalho e comunidades de destino (VAINER, 2001; Castro, 2001).

Como consequência imediata desse descompasso entre as demandas sociais e econômicas e as políticas encetadas oficialmente pelos Estados Nacionais, tem ocorrido a ampliação do fosso de desigualdades entre oportunidades e realizações dos projetos migratórios que se traduzem diretamente nas alternativas estratégicas de deslocamento.

Em outras palavras, as travessias clandestinas e os chamados deslocados ilegais, indocumentados, compulsórios e refugiados têm proliferado e se tornado uma característica marcante dos processos migratórios contemporâneos (VAINER, 2001).

Como salientou Sales (1992), o trabalhador brasileiro, nos últimos 30 anos, tem, cada vez mais, tomado parte desse processo de alienação física e social que se inscreve no seu projeto de deslocamento para terras estrangeiras como única maneira de solucionar a miséria material e os conflitos sociais e simbólicos estabelecidos na sua vida comunitária.

Desse modo, a partir de 1980, os fluxos emigratórios internacionais tornaram-se cada vez mais freqüentes, intensos e com destinos diversificados. Segundo Carvalho et al (2001:249), “os emigrantes, que gravitavam ao redor de 1.038.000, no período 1986/1991, teriam atingido a marca de pouco mais de, no máximo, 1.114.000 pessoas no quinquênio seguinte”. E, embora a contagem do IBGE, em 1996, não tenha cobertura confiável, constatou-se que o Brasil deve ter perdido cerca de 1.800.000 pessoas em toda a década de 1990, indicando a constância dos deslocamentos para o exterior e, até certo ponto, um aumento dos fluxos emigratórios.

As estimativas não são completas e baseiam-se em técnicas indiretas sobre os dados censitários (CARVALHO et al, 2001), cotejados com outras fontes de informação, em especial o Ministério das Relações Exteriores. Assim, objetivamente, do Brasil emigraram aproximadamente 1.800.000 brasileiros na década de 1990 (acompanhando a tendência da década anterior, quando aproximadamente emigraram 1.200.000 brasileiros).

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, em 2001, havia cerca de 1.800.000 brasileiros residindo no exterior (Tabela 1), dos quais 78% se concentravam em 3 países de destino: Estados Unidos, Paraguai e Japão. Tais estimativas não são exaustivas, pois refletem a procura dos brasileiros imigrantes internacionais junto ao serviço consular nos países de destino e sofrem forte viés de seletividade, provavelmente subestimado.

Tabela 1 – Distribuição absoluta e relativa dos migrantes brasileiros, segundo o país de residência

País de Destino	(N)	(%)
Estados Unidos	799.203	42,33
Paraguai	442.104	23,42
Japão	224.970	11,92
Outros	421.618	22,33
Total	1.887.895	100,00

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2001

Segundo estimativas recentes do Ministério das Relações Exteriores e na análise censitária, especula-se que existam aproximadamente 3 milhões de brasileiros residentes no exterior, para uma população de 750 mil imigrantes estrangeiros residentes no Brasil.

Deve-se ainda levar em consideração a dinâmica do sistema brasileiro. Após a década de 1980, as redes migratórias internacionais tornaram-se mais amplas, diversificadas e consistentes. Com isso, garantiu-se a evolução dos sistemas com a intensificação dos fluxos de emigração e imigração, inclusive as migrações de retorno (isto é, o brasileiro atual residente que, em uma data fixa anterior, 5 ou 10 anos, residia em outro país).

Por esse motivo, explica-se também o aumento das emigrações internacionais ao longo de estratégias e rotas alternativas, muitas vezes clandestinas ou em situação de irregularidade, que expõem com maior frequência os emigrantes aos riscos da travessia entre fronteiras nacionais.

O fenômeno da travessia irregular apresenta duas tendências específicas que podem ser dimensionadas segundo a análise dos respectivos subsistemas (mais adiante).

Em linhas gerais, os deslocamentos irregulares podem ocorrer segundo determinantes políticos e territoriais. Assim, de um lado verifica-se o tipo de travessia entre fronteiras espacialmente contíguas (Fronteira Norte e Mercosul, por exemplo), e de outro, os deslocamentos transfronteiriços que envolvem não apenas a distância entre origem e destino, mas também a situação política entre os países.

A situação de irregularidade nas bordas nacionais, fronteiras contíguas com outros países sul-americanos, é um problema antigo no Brasil, em geral ignorado pelas autoridades públicas e re-



legado à dinâmica regional particular. Já os deslocamentos transfronteiriços impõem ônus político mais elevado dada a exposição internacional (e não apenas regional) dos conflitos e tensões existentes no processo da entrada ilegal em outro país. O caso mais notório desse problema é, de fato, a emigração internacional recente de brasileiros para os Estados Unidos. Como será mostrado a seguir, a partir de meados da década de 1990, houve um aumento imprevisto da travessia em situação de irregularidade que se mantém atualmente.

Com relação à situação de retorno, percebe-se que o número de retornados internacionais (ou seja, cidadãos brasileiros que tenham residido no exterior em uma data prévia e atualmente fixam residência no Brasil) tem aumentado relativamente em todas as Unidades da Federação. Segundo Carvalho (2004), na década de 1980, 52% dos imigrantes internacionais no Brasil se constituíam de brasileiros retornados, enquanto que, ao final da década de 1990, a participação dos retornados brasileiros alcançou 66% de todos os imigrantes internacionais.

Em interessante trabalho, Fusco (2006) comparou a representatividade do retorno em diversas localidades no Brasil, de acordo com as conexões no destino. Essa informação é particularmente relevante, pois o retorno, como já mencionado, é um mecanismo estrutural fundamental para a consolidação das redes migratórias e conseqüente consolidação dos fluxos. Portanto, as informações comparadas dos fluxos de retorno internacional nos ajudam a compreender a formação e dinâmica dos subsistemas de migração internacional.

Como revela o trabalho de Fusco (2006), os fluxos de emigração brasileira são bastante concentrados espacialmente na origem e no destino. Segundo o Censo 2000, 66% dos retornados internacionais fixaram residência no Sudeste do Brasil, sendo Minas Gerais o estado mais expressivo, com 21% dos retornados no período.

Para a comparação entre as localidades que mais concentram retornados internacionais, no período referente à década de 1990, Fusco elaborou um “índice de participação” (a proporção entre a população de retornados em relação à população residente total da localidade). A partir desse índice, o autor listou as principais localidades no Brasil e o grau de participação dos migrantes na sociedade de origem (Tabela 2).

Tabela 2 – Índice de participação dos migrantes retornados na população total, por municípios selecionados com mais de 100.000 habitantes, em 2000

Município	Retornados (A)	População (B)	Índice (A/B)*10000
1 Governador Valadares MG	540	247131	21,85
2 Poços de Caldas MG	232	135627	17,11
3 Ipatinga MG	231	212496	10,87
4 Teresópolis RJ	128	138081	9,27
5 Belo Horizonte MG	1957	2238526	8,74
6 Vitória ES	247	292304	8,45
7 Barueri SP	164	208281	7,87
8 São Carlos SP	150	192998	7,77
9 Goiânia GO	798	1093007	7,30
10 Divinópolis MG	120	183962	6,52
11 Vila Velha ES	225	345965	6,50
12 Petrópolis RJ	184	286537	6,42
13 Rio de Janeiro RJ	3696	5857904	6,31
14 São Leopoldo RJ	120	193547	6,20
15 Campinas SP	600	969396	6,19

Fonte: FUSCO, 2006

Dos principais municípios com participação de retornados internacionais, Governador Valadares é o que apresenta o maior índice de concentração. O único município, entre os 15 principais, não pertencente à região Sudeste é Goiânia, confirmando a preponderância do Sudeste como fornecedor de emigrantes internacionais.

Mais uma vez, quando se observa a mesma escala segundo as Unidades da Federação, percebe-se claramente a preponderância dos estados do Sudeste (com exceção de Goiás), seguido pelo Sul (Tabela 3).



**Tabela 3 – Participa o dos migrantes retornados na popula o total,
por unidades da federa o, referentes ao ano censitário 2000**

UF	Retornados (A)	Popula�o(B)	�ndice (A/B)*10000
1 Minas Gerais	6240	17891494	3,49
2 Rio de Janeiro	4971	14391282	3,45
3 Espírito Santo	805	3097232	2,60
4 Goiás	1266	5003228	2,53
5 São Paulo	7491	37032403	2,02
6 Paraná	1757	9563458	1,84
7 Rio Grande do Sul	1467	10187798	1,44
8 Santa Catarina	732	5356360	1,37
9 Pernambuco	981	7918344	1,24
10 Mato Grosso do Sul	226	2078001	1,09
11 Ceará	578	7430661	0,78
12 Mato Grosso	151	2504353	0,60
13 Rondônia	74	1379787	0,54
14 Rio Grande do Norte	141	2776782	0,51
15 Bahia	655	13070250	0,50
16 Paraíba	157	3443825	0,46
17 Amazonas	109	2812557	0,39
18 Pará	233	6192307	0,38
19 Piauí	99	2843278	0,35
20 Alagoas	93	2822621	0,33
21 Maranhão	87	5651475	0,15
22 Sergipe	9	1784475	0,05
Brasil	29590	169799170	1,74

Fonte: FUSCO, 2006

  importante salientar que os estados de fronteira internacional (com exce o da região Sul e o estado de Mato Grosso do Sul) não apresentam  ndice significativo de retornados, o que não significa, necessariamente, que nesses estados não há fluxos internacionais importantes. Em geral, as regiões de fronteira apresentam fluxos diferenciados de deslocamento, especialmente fluxos circulares, sazonais e pendulares de difícil aferi o pelos instrumentos tradicionais, como o censo demográfico.

Finalmente, com relação aos fluxos de imigração internacional (exceto os brasileiros retornados), observa-se a retração do estoque populacional estrangeiro, sugerindo o estancamento dos fluxos dessa imigração nas últimas décadas (BAENINGER, 2001) (Tabela 4).

O estoque da população estrangeira no Brasil tem se reduzido, paulatinamente, seja pela mortalidade dos estrangeiros, seja pela reemigração internacional, mas principalmente pela redução dos novos fluxos de entrada. Como sugerem os dados do Censo 2000 e do Ministério do Trabalho e Emprego, as entradas visando fixação na última década chegaram a aproximadamente 143 mil – sendo que mais de 85% concentraram-se nos estados das regiões Sudeste e Sul.

Tabela 4 – Brasil: 1991 e 2000. Composição da População – 1986/1991 e 1995/2000

Nacionalidade	Composição da População			
	1986/1991		1995/2000	
	N	%	N	%
Brasileiro nato	31123	47%	87886	61%
Naturalizado brasileiro	3485	5%	6648	5%
Estrangeiro	31609	48%	49409	34%
Total:	66217	100%	143644	100%

Fonte: IBGE, 1991 e 2000, extraído de CARVALHO, 2004

Contudo, a contrapartida da imigração internacional para fixação prolongada tem se refletido no aumento relativo da imigração internacional temporária, tanto para trabalho quanto para turismo – a região Nordeste, em especial, tem se tornado foco dos fluxos de turismo.

É importante considerar o padrão e a interação dos movimentos de entrada e saída, que se articulam à constituição das redes sociais de migração e fundamentam os sistemas de migração internacional (por exemplo, o caso específico de estados do Nordeste, como Rio Grande do Norte, onde a imigração internacional européia favorece a emigração de brasileiros para a Europa).

A Tabela 5 apresenta os dados referentes ao quinquênio 1995/2000 para a imigração internacional no Brasil. Note-se a proporção elevada de retornados brasileiros natos do Japão (87%), Paraguai (80%) e Estados Unidos (74%), seguidos com maior distância pela Europa (54%). Em contraste, observa-se a intensidade dos fluxos de imigrantes internacionais (estrangeiros) que se fixaram no país, em especial vindos da Argentina (66%) e de outros países da América Latina (62%), exceto do Paraguai.

**Tabela 5 – Brasil: 2000. Imigrantes internacionais, por nacionalidade, segundo a origem – 1995/2000**

Residência em 1995	Nacionalidade:				Total	
	Brasileiro Nato		Estrangeiro/Naturalizado		N	%
	N	%	N	%		
Europa	14762	54.1%	12545	45.9%	27307	19.0%
Paraguai	28419	80.2%	7027	19.8%	35446	24.7%
Argentina	2682	34.4%	5115	65.6%	7797	5.4%
Demais países da America Latina e Caribe	9351	38.4%	14972	61.6%	24323	16.9%
Estados Unidos	12384	74.2%	4311	25.8%	16695	11.6%
Japão	17196	87.3%	2496	12.7%	19692	13.7%
Outros Países	2804	23.6%	9068	76.4%	11872	8.3%
Ignorado	287	56.2%	224	43.8%	511	.4%
Total	87886	61.2%	55758	38.8%	143644	100.0%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 (microdados), extraído de CARVALHO, 2004

A partir da noção de sistemas de migração, pode-se analisar a situação brasileira composta por subsistemas específicos, que variam segundo o contexto histórico-social, seus componentes e vetores.

Para a finalidade de descrição sintética deste relatório, propõe-se a configuração de cinco subsistemas, a serem apresentados topicamente:

- Emigração internacional de brasileiros para os Estados Unidos;
- Emigração internacional de brasileiros para o Japão;
- Emigração internacional de brasileiros para países do Mercosul e imigração internacional de mercosulinos para o Brasil;
- Emigração internacional de brasileiros para a Europa e imigração internacional de europeus para o Brasil;
- Emigração internacional de brasileiros na Fronteira Norte (Guianas, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru);

Faz-se necessário afirmar que as informações disponíveis¹ para a configuração desses subsistemas é variável e desigual. Alguns subsistemas são mais conhecidos que outros. Isso aponta tanto as lacunas das pesquisas acadêmicas, quanto as ações governamentais no intuito do planejamento da distribuição espacial da população nacional.

1. As informações sobre a migração baseiam-se em dados censitários e de pesquisas amostrais, trabalhos da literatura acadêmica em geral, relatórios e informes de agências governamentais e do terceiro setor.

Emigração internacional de brasileiros para os Estados Unidos

A emigração de brasileiros para os Estados Unidos constitui o principal fluxo internacional contemporâneo. A partir de dados do Censo norte-americano, dados sobre a detenção de brasileiros pelo Bureau de Imigração dos Estados Unidos, listas do Ministério das Relações Exteriores, índice de concentração dos retornados internacionais no Brasil e diversas pesquisas amostrais nos Estados Unidos estima-se atualmente uma população aproximada de 1 milhão de brasileiros residentes em solo norte-americano.

Segundo o Censo 2000 dos Estados Unidos, foram contabilizados aproximadamente 300 mil brasileiros, ou seja, a terça parte da estimativa mais abrangente. Isso implica dizer que, muito provavelmente, a população de imigrantes brasileiros em situação de irregularidade (ilegais) é três vezes superior à legalizada no destino (MARGOLIS, 2003; MITCHELL, 2003).

Segundo Carvalho (2004), no quinquênio 1986/1991, 88,3% dos fluxos provenientes dos Estados Unidos para Minas Gerais eram constituídos de brasileiros natos. E, juntamente com São Paulo, aquele foi o principal destino dos brasileiros retornados dos Estados Unidos – tendência que se conservou também na década de 1990 e provavelmente persiste na primeira década de 2000, devido à prevalência das redes sociais da migração.

Como se pode observar, o subsistema de emigração Brasil-Estados Unidos caracteriza-se pela grande concentração dos fluxos em poucos pontos de origem e destino. É um sistema de migração internacional que interconecta a região Sudeste do Brasil (e algumas localidades do Sul, como Criciúma) a duas regiões principais nos Estados Unidos (a área de Massachussets e New Jersey, no Nordeste, e a área de Miami, Flórida, no Sudeste – MARTES, 2000; MARGOLIS, 1994; SALES, 1999).

A particularidade desse subsistema de migração reside não apenas nos pontos de origem e destino, mas também no padrão estrutural de suas conexões, ou seja, seus canais de intermediação (FAZITO, 2005).

Grande parte desse fluxo constitui-se de migrantes irregulares, sem documentação legal e que se arriscam em uma travessia clandestina.

Em síntese, o processo de deslocamento é operado por uma rede de agenciadores organizados (legalizados e clandestinos), baseados nas principais cidades de origem (Governador Valadares, Vitória, Belo Horizonte, São Paulo e Criciúma), que se conectam clandestinamente com outros atravessadores estrangeiros (principalmente os coyotes mexicanos).

A chamada “indústria da migração ilegal” (Relatório CPMI da Emigração Ilegal, 2006) facilita o deslocamento de uma população à margem do processo legal, que exhibe baixa escolaridade e renda, e provém muitas vezes das periferias urbanas e das zonas rurais.

Entretanto, a consolidação das redes sociais de migração, a partir dessas comunidades de origem, tem favorecido a manutenção de fluxos intensos para os Estados Unidos, a despeito dos



esforços de conten o da política antiimigrat ria norte-americana (em 2005, o Bureau da Polícia de Fronteira dos Estados Unidos contabilizou a apreensão de 10 mil brasileiros em média mensal, enquanto que, ao final de 2006, o total de brasileiros detidos na fronteira com o México não chegou a 40 mil). Embora haja um esforço no sentido de conter o avanço da imigra o ilegal, a diversifica o das estratégias e das redes clandestinas parece capaz de inovar o padrão das travessias, garantindo a manuten o dos elevados índices da emigra o internacional para os Estados Unidos.

Quadro 1 – Resumo e Compara o dos Subsistemas de Migra o Contemporânea, Brasil-EUA

Países	Brasil, EUA e México (passagem)
Fluxos	Aprox. 40 mil ao ano (2006)
Estoques	Aprox. 1 milhão de brasileiros (2006)
Conexão Origem-Destino	Origem: Governador Valadares, Poços de Caldas, Goiânia, Criciúma, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro; Destino: Boston, New York, Miami, Orlando;
Padrão/Tipo Travessia	Agenciamento clandestino; <i>Brain Drain</i> e Trabalho Executivo;
Observa�es	Remessas internacionais aprox. US\$6.000 ao ano, por emigrante (MARTES, 2005)

Fonte: FAZITO, 2006

Emigra o internacional de brasileiros para o Japão

A emigra o de brasileiros para o Japão está intimamente ligada   imigra o japonesa para o Brasil, no início do século 20, entre 1908 e 1930. O assentamento desses imigrantes japoneses ocorreu concentradamente nas regiões rurais dos estados de São Paulo e Paraná. Porém, ao longo das décadas de 1950 e 1960, graças ao  xodo rural, muitos japoneses dirigiram-se para a região metropolitana de São Paulo – atualmente o maior pólo da emigra o de brasileiros para o Japão (FAZITO, 2005).

Assim, caracteristicamente, os emigrantes brasileiros para o Japão são majoritariamente descendentes dos antigos imigrantes, filhos e netos, que ingressam legalmente no Japão, utilizando os contatos de suas redes pessoais.

Esses brasileiros ficaram conhecidos como *dekasseguis*, termo que designa o tipo de trabalho pesado e de baixa qualifica o exercido no destino. A rede de emigra o internacional *dekas-segui* consolidou-se a partir de meados da década de 1980.

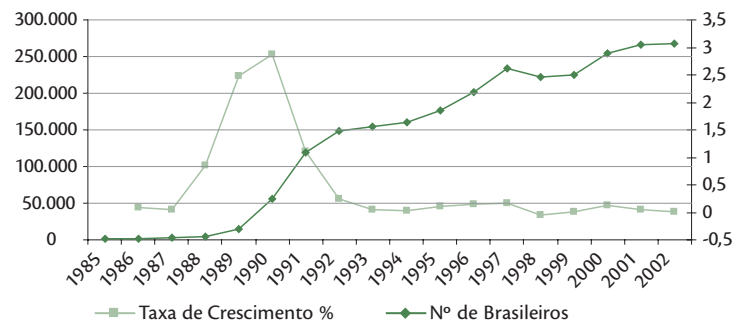
Inicialmente, os primeiros *dekasseguis* foram contratados diretamente por agenciadores

japoneses ligados às empresas japonesas. Ao final daquela década, a rede *dekassegui* já conseguira se diversificar e abrir espaço para a emergência de empreendimentos *dekasseguis* variados (isto é, de nipo-brasileiros residentes no Japão voltados para outros imigrantes brasileiros).

Desse modo, o fluxo emigratório intensificou-se abruptamente e manteve o crescimento paulatino do número de emigrantes brasileiros para o Japão (Gráfico 1, PINHEIRO, 2003).

A emigração *dekassegui* tem como característica a travessia legal e oficializada pelo governo japonês. Em geral, os trabalhadores brasileiros são recrutados e agenciados em território brasileiro, por agências de trabalho japonesas (inicialmente a forma mais comum, mas hoje menos utilizada), e mais recentemente por redes pessoais incrementadas pelos empreendedores *dekasseguis* (em especial, retornados internacionais do Japão, que mantêm contato com outros *dekasseguis* no Japão, cf. FAZITO, 2005).

Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento da população brasileira imigrante no Japão, e número absoluto de emigrantes brasileiros para o Japão



Fonte: PINHEIRO, 2003

Além disso, a taxa de retorno dessa população é consideravelmente alta (CARVALHO, 2004). Ainda se constitui de população com boa escolaridade e nível de rendimento (em geral, o imigrante *dekassegui* possui empreendimentos e investimentos no Brasil, BENDIXEN, 2006).

**Quadro 2 – Resumo e Compara o dos Substemas de Migra o Contemporânea, Brasil-Japão**

Países	Brasil e Japão
Fluxos	Aprox. 3 mil ao ano (2002)
Estoques	Aprox. 270 mil brasileiros (2006)
Conexão Origem-Destino	Origem: Maringá, Londrina, São Paulo (Paraná e São Paulo); Destino: Aichi, Shizuoka, Nagano, Mie;
Padrão/Tipo Travessia	Agenciamento legalizado (agenciadores <i>dekasseguis</i>); Recrutamento oficial (governo japonês);
Observa�es	Remessas internacionais aprox. US\$7,500 ao ano, por emigrante (BENDIXEN, 2006)

Fonte: FAZITO, 2006

Emigra o internacional de brasileiros para países do Mercosul e imigra o internacional de mercosulinos para o Brasil

Trabalhos recentes têm mostrado que a emigra o internacional de brasileiros com destino aos outros países do Mercosul tem arrefecido nas últimas décadas (BAENINGER, 2001; SALA, 2006).

Atualmente, não há mais que 150 mil brasileiros residindo na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Destaque especial deve ser dado   região da tríplice fronteira, com referência aos chamados “*brasiguaios*”, que explicitam situa o particular de trocas migratórias entre Brasil e Paraguai nos últimos 30 anos.

A troca de migrantes entre esses dois países contribuiu para a consolida o de uma crescente comunidade brasileira no Paraguai (atualmente, um estoque de cerca de 110 mil brasileiros) que, mais recentemente e de maneira decisiva, tem contribuído para o incremento da imigra o paraguaia no Brasil, associada ao retorno internacional de brasileiros oriundos daquele país (CARVALHO, 2004).

Como mostrou o Censo brasileiro de 2000, atualmente residem no país 120 mil estrangeiros nascidos nos países do Mercosul – menos que os brasileiros em solo estrangeiro. Contudo, os fluxos de imigrantes têm aumentado, enquanto, aparentemente, o fluxo de emigra o brasileira tem se mantido estável nas últimas décadas (BAENINGER, 2001).

A consolida o do Brasil como país de destino de grande parte dos emigrantes internacionais mercosulinos   novidade no padrão dos deslocamentos intra-regionais.

Deve-se destacar o incremento das trocas migratórias entre Brasil e Paraguai, Brasil e Bolívia e a estabilidade das trocas entre Brasil e Uruguai. Além disso, verifica-se o aumento da migração laboral entre o Brasil e estes países. Em especial, a imigração de trabalhadores qualificados provenientes da Argentina e do Uruguai e a imigração de mão-de-obra de baixa qualificação proveniente da Bolívia e do Paraguai.

Finalmente, deve-se registrar a concentração espacial desses fluxos imigratórios, em geral ligadas aos pólos metropolitanos de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul – seguidos de perto pela dinâmica da fronteira dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul (imigração de bolivianos e paraguaios, principalmente).

Quadro 3 – Resumo e Comparação dos Subistemas de Migração Contemporânea, Brasil-Mercosul

Países	Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai
Fluxos	<p>Emigração: -----</p> <p>Imigração: aprox. 23 mil (1995-2000): Argentina (5 mil); Bolívia (6 mil); Chile (-2 mil); Paraguai (9 mil); Uruguai (5 mil);</p>
Estoques	<p>Emigração: Argentina (35 mil); Bolívia (12 mil); Chile (5 mil); Paraguai (108 mil); Uruguai (15 mil)</p> <p>Imigração: aprox. 117 mil (2000); Argentina (27 mil); Bolívia (20 mil); Chile (17 mil); Paraguai (27 mil); Uruguai (24 mil);</p>
Conexão Origem-Destino	<p>Origem: Buenos Aires, Santa Cruz de la Sierra, Ciudad del Este, Asunción, Montevideo;</p> <p>Destino: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Dourados, Corumbá;</p>
Padrão/Tipo Travessia	Agenciamento legal; Livre deslocamento; Trabalho Executivo; Irregular (bolivianos e paraguaios)
Observações	Desconhecimento dos fluxos de brasileiros nos países do Mercosul; Distribuição desigual de imigrantes do Mercosul no mercado de trabalho brasileiro (bolivianos e paraguaios com baixa qualificação; argentinos e chilenos no trabalho executivo; uruguaios em profissões liberais;

Fonte: FAZITO, 2006

Emigração internacional de brasileiros para a Europa e imigração internacional de europeus para o Brasil

Não há registros consistentes para a mensuração dos fluxos de emigração internacional de brasileiros para a Europa. Assim, os dados limitam-se às informações de natureza consular (Ministério das Relações Exteriores - MRE) e registros censitários europeus bastante esporádicos. Ainda



existem poucos estudos acadêmicos sobre esses fluxos migratórios baseados em pesquisas amostrais (a grande parte das pesquisas é de natureza qualitativa e antropológica).

Devido às redes sociais vinculadas ao processo histórico e cultural de formação da sociedade brasileira, os fluxos contemporâneos mais importantes destinam-se a Portugal, Itália, Inglaterra e, mais recentemente, para a Espanha (fluxo que tem crescido nos últimos anos, segundo o MRE, devido às oportunidades de trabalho e parcerias de âmbito educacional).

Os pontos de origem dessa migração não se concentram apenas no Sudeste do Brasil, mas abarcam também as cidades das regiões metropolitanas do Sul e Nordeste brasileiros. Além disso, também se verifica movimento procedente das cidades médias brasileiras, confirmando a concentração desses deslocamentos entre as classes médias.

Ao contrário da emigração para os Estados Unidos, os fluxos em direção à Europa são mais diversificados quanto à origem geográfica e social. O motivo das migrações também é diverso e tende a se concentrar no trabalho melhor qualificado e nos intercâmbios culturais e educacionais.

Finalmente, é preciso considerar a retração acentuada da imigração europeia para o Brasil nas últimas décadas – o único fluxo que se manteve mais constante foi o de italianos (atualmente com 66 mil residentes no país).

Na última década, esse fluxo cresceu no setor do turismo, esboçando uma espécie de migração circular que pode desvelar para a pendularidade. Esse caso específico ocorre atualmente em algumas regiões do Nordeste do Brasil – em especial, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará, onde as regiões metropolitanas recebem imigrantes europeus por períodos prolongados. Ali se percebe claramente o avanço dos investimentos europeus em moeda estrangeira.

Quadro 4 – Resumo e Comparação dos Subsistemas de Migração Contemporânea, Brasil-Europa

Países	Brasil, Portugal, Itália, Espanha, Inglaterra, França e Alemanha
Fluxos	15 mil imigrantes europeus (Censo, 1991); Residência concedida (para trabalho no Brasil): 3 mil (MTE, 2000);
Estoques	Emigração: aprox. 70 mil (Portugal); 40 mil (Itália); 30 mil (França e Alemanha); 15 mil (Inglaterra); 10 mil (Espanha); Imigração: 260 mil portugueses; 66 mil italianos; 58 mil espanhóis; 25 mil alemães; 8 mil franceses; 12 mil poloneses;
Conexão Origem-Destino	Origem: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Destino: Lisboa, Porto, Frankfurt, Munique, Berlim, Roma, Milão, Turim, Londres, Madri;
Padrão/Tipo Travessia	Turismo (imigração internacional para o Nordeste do Brasil); Agenciamento informal (Emigração para Portugal, Itália, Espanha e Inglaterra); Agenciamento irregular (Portugal e Itália); Brain Drain (Espanha e Inglaterra);
Observações	Imigração europeia no Nordeste do Brasil tem aumentado na última década, em especial para o Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco (migração do tipo circular);

Fonte: FAZITO, 2006

Emigração internacional de brasileiros na Fronteira Norte (Guianas, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru)

A situação mais precária do atual nível de conhecimento sobre as migrações no Brasil são relativas ao sistema da Fronteira Norte do país. Muito pouco se conhece do padrão de deslocamento das populações nessa região, sendo que as estimativas de fluxos e estoques populacionais restringem-se a uma compilação das informações fornecidas pelas autoridades de fronteira dos países (em especial, da Polícia Federal do Brasil), de organizações não-governamentais (como a Pastoral dos Migrantes) e de dados censitários eventuais.

É importante esclarecer que as informações demográficas na região Norte sofrem demasiadamente com a qualidade da coleta e cobertura, impondo cautela sobre as interpretações diretas. Por exemplo, os dados referentes à imigração internacional em 2000 para o Amazonas apontavam uma população recenseada ao redor de 3 mil imigrantes. Segundo informações da Polícia Federal, somente naquele ano, 12 mil indivíduos entraram no país (SANTOS et al 2001).

Sendo assim, pode-se apenas especular com alguma margem de confiança sobre a constituição desse sistema e seu padrão estrutural.

É uma migração caracterizada pela concentração dos destinos finais (tanto para a emigração de brasileiros quanto para a imigração de estrangeiros), e a pulverização da população imigrante segundo o canal de entrada no Brasil (peruanos e colombianos entram pelas cidades da fronteira no Alto Solimões; venezuelanos e guianenses entram por Roraima, Amapá e Pará).

Quanto ao tipo de deslocamento, geralmente se caracteriza pela circularidade, principalmente pela pendularidade na região específica de fronteira. Um número muito menor se desloca em direção às cidades maiores no interior dos países (o mesmo vale para os brasileiros que seguem para o Peru, Colômbia e Guiana Francesa).

Boa parte dos imigrantes e emigrantes internacionais, pelo contexto transfronteiriço e pela pendularidade, são clandestinos, agenciados por atravessadores informais e seguem em busca de inserção no mercado de trabalho das cidades maiores – caso mais notável dos peruanos ilegais residentes na Região Metropolitana de Manaus (devido às oportunidades de trabalho na Zona Franca).

Finalmente, a migração nessas regiões tem considerável importância quando se contextualizam os deslocamentos em cada região. Demograficamente, há baixa densidade em toda a região Norte, porém, os fluxos concentram-se em poucas localidades de fronteira e em torno das capitais federais. Deve-se registrar ainda a participação relativa das remessas financeiras para as famílias de brasileiros na origem – esse é o caso principalmente dos brasileiros que seguem para Caiena (Guiana Francesa) e remetem mensalmente cerca de 200 reais para as famílias em Belém e Macapá (AROUCK, 2001).



Quadro 5 – Resumo e Comparação dos Subistemas de Migração Contemporânea, Fronteira Norte

Países	Brasil, Colômbia, Guiana Francesa, Peru e Venezuela
Fluxos	Emigração: aprox. 5 mil (Colômbia, Peru, Venezuela e Guiana Francesa somados) Imigração: aprox. 15 mil ao ano (2000)
Estoques	Emigração: aprox. 20 mil (Guiana Francesa); aprox. 15 mil (Colômbia, Peru e Venezuela) Imigração: aprox. 60 mil (2000)
Conexão Origem-Destino	Origem: Peru, Colômbia e Guiana Francesa (da imigração); RMManaus, Belém, Macapá e São Gabriel da Cachoeira (da emigração); Destino: RMManaus, Belém e Tabatinga (da imigração); Caiena, Arequipo, Yquitos e Bolívar (da emigração);
Padrão/Tipo Travessia	Agenciamento para trabalho; Travessia clandestina; Livre deslocamento; circulação de fronteira (pendular);
Observações	Remessas internacionais da Guiana Francesa, R\$200 mensais; Concentração de imigrantes peruanos na RM de Manaus;

Fonte: FAZITO, 2006

Bibliografia

- AROUCK, Ronaldo. “Brasileiros na Guiana Francesa: um grupo em via de integração?”, in CASTRO, Mary Garcia. (Coord.) Migrações internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.
- BAENINGER, Rosana. “Brasileiros na América Latina: o que revela o projeto IMILA-CELADE”, in CASTRO, Mary Garcia. (Coord.) Migrações internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.
- BENDIXEN, Sergio. The Remittance Process in Latin America and Brazil, IDB Annual Meeting, 2006.
- BOYD, Monica. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. *International Migration Review*, v.23, n.3, p.638-670; 1989.
- BRITO, Fausto. Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.12, n1/2, p.21-33, 1995.
- CARVALHO, José Alberto M. Migrações internacionais do Brasil nas duas últimas décadas do século 20: algumas facetas de um processo complexo, amplamente desconhecido, Trabalho apresentado no encontro sobre Remessas, Previdência Social e Políticas Públicas, Brasília, 2004.
- CARVALHO, José Alberto M. et al. Estimativas dos saldos migratórios internacionais e do número de emigrantes internacionais das grandes regiões do Brasil — 1986/1991 e 1991/1996. In: CASTRO, Mary Garcia. Migrações internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p.243-252.
- CASTRO, Mary Garcia. Migrações internacionais e políticas: algumas experiências internacionais. In: CASTRO, Mary Garcia. (Coord.) Migrações internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p.15-32.
- DE HAAN, Arjan. Livelihoods and poverty: the role of migration - a critical review of the migration literature, in *The Journal of Development Studies*, v. 36, 2, pp. 1-47, 1999.
- FAWCETT, J. Networks, linkages and migration systems. *International Migration Review*, v.23, n.3, p.671-680, 1989.
- FAZITO, Dimitri. Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. 2005, 204p. Tese (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- FUSCO, Wilson. Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos. In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.). Migrações internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 427-445.
- FUSCO, Wilson. “Conexão origem-destino: migrantes brasileiros no exterior”, trabalho apresentado no XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambu, 2006.
- GURAK, D., CACES, F. Migration networks and the shaping of migration systems. In: KRITZ, Mary et al. (Ed.) *International migration systems, a global approach*. Oxford: Clarendon, 1992. p.150-176.



- JORDAN, Bill e DÜVELL, John. *Migration, the boundaries of equality and justice*, Polity Press, Cambridge, UK, 2003.
- KRITZ, M. Mary; ZLOTNIK, Hania. *Global interactions: migration systems, processes, and policies*. In: KRITZ, Mary M.; LIM, Lin Lean; ZLOTNIK, Hania (ed.). *International migration systems: a global approach*. Oxford: Claredon Press, 1992. p. 1-16.
- MARGOLIS, Maxine L. *Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papyrus, 1994. 452p.
- MARGOLIS, Maxine. *Na virada do milênio: a emigração brasileira para os Estados Unidos*. In: MARTES Ana Cristina B., FLEISCHER, Soraya (Org.) *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.51-72.
- MARTES, Ana Cristina Braga. *Brasileiros nos Estados Unidos: Um estudo sobre os imigrantes em Massachusetts*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 208p.
- MARTES, Ana Cristina B. *The Commitment of Return: Remittances of Brazilian Émigrés*, 2005 (texto não-publicado).
- MASSEY, Douglas S. et al. *Return to Aztlan: The social process of international migration from western Mexico*. Los Angeles: University of California Press, 1987. 335p.
- MASSEY, D. et al. *Worlds in motion, understanding international migration at the end of the millennium*. Oxford: Clarendon, 1998. 362p.
- MITCHELL, Christopher. *Perspectiva comparada sobre transnacionalismo entre imigrantes brasileiros nos Estados Unidos*. In: MARTES, Ana Cristina B., FLEISCHER, Soraya (Org.) *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.33-50.
- PINHEIRO, Sonoe. *Relatório do Projeto Dekassegui*, SEBRAE, Paraná, 2003.
- PORTES, A. *Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview*. In: PORTES, A. (Ed.) *The economic sociology of immigration*, New York: Russell Sage Foundation, 1995. p.1-41.
- SALA, Gabriela. *Características Demográficas e Sócio-Ocupacionais dos Migrantes Nascidos nos Países do Cone Sul, Residentes no Brasil*, Tese de Demografia, CEDEPLAR/UFMG, 2005.
- SALES, Teresa. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999. 232p.
- SALES, Teresa. *O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais*. In: PATARRA, Neide (Coord.) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1995. p.89-103.
- SALES, Teresa. *Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.9, n.1, p.50-63, 1992.
- SALIM, Celso. *A questão dos brasiguaios e o Mercosul*. In: PATARRA, Neide (Coord.) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1995. p.144-159.

- SANTOS, Carlos Augusto et alli. "Personae non grate: a imigração indocumentada no Estado do Amazonas", in CASTRO, Mary Garcia. (Coord.) Migrações internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.
- SASSEN, Saskia Immigration and local labor markets. In: PORTES, A. (Ed.) The economic sociology of immigration, New York: Russell Sage Foundation, 1995. p.87-127.
- SAYAD, Abdelmalek. O retorno, elemento constitutivo do migrante. Travessia - Revista do Migrante, São Paulo, número especial, jan./2000.
- SOARES, Weber. Da metáfora à substância: Redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. Tese de doutorado em Demografia, UFMG, 2002.
- TILLY, Charles. Transplanted Networks. In: YANS-Mc LAUGHLIN, Virginia (ed.), Immigration Reconsidered. Oxford, Oxford University Press, 1990, p. 79-95.
- VAINER, Carlos. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In CASTRO, Mary Garcia (Coord.) Migrações Internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p.177-184.



Brasileiros nos Estados Unidos: um diagnóstico de 20 anos de fluxo migratório

Roberta Peres Guimarães

Um panorama da produção bibliográfica

Em um país tradicionalmente receptor de grandes contingentes de imigrantes na virada do século XIX para o 20, o fenômeno emigratório da população tem sido freqüentemente assunto da mídia e de acadêmicos há pelo menos 25 anos. Hoje, em pleno século 21, o Brasil já não conta com o que se pode chamar de “população fechada” (CARVALHO, 1996). Não se pode, no entanto, afirmar que houve uma inversão - que o Brasil deixou de receber imigrantes e passou a exportar sua população (PATARRA, 1996). O que se pode observar é que houve uma série de transformações. Enquanto na passagem do século XIX para o 20 o Brasil recebia um grande contingente, de modo geral, de europeus e orientais (meados dos anos 70 do século XIX), no final do século 20, em especial nos anos 1980, surgiram novos fluxos migratórios internacionais. Brasileiros nos Estados Unidos, Canadá, Europa e Japão caracterizaram os primeiros fluxos para os quais a própria mídia chamou a atenção. Vale ressaltar, contudo, que o fluxo para o Paraguai é mais antigo, porém sem o destaque que teve o fluxo para os países desenvolvidos, por se tratar de uma migração diferenciada, na fronteira agrícola.

Os primeiros trabalhos acadêmicos sobre o tema foram elaborados à luz da imprensa brasileira. Antes que a academia e o governo percebessem o novo fenômeno da população brasileira que se configurava em meados dos anos 1980, a imprensa o revelou em diversas reportagens e, em muitos momentos, de vasta cobertura, chamando a atenção dos pesquisadores. Essa atenção da imprensa não se restringiu aos primeiros momentos da emigração de brasileiros, principalmente para os Estados Unidos; sobretudo em momentos dramáticos, as reportagens estiveram presentes, ajudando não somente a divulgar o fenômeno, como também a configurá-lo. Citamos aqui dois exemplos da mesma fonte: em julho de 1991, a Folha de São Paulo publicou a reportagem Planeta em Movimento, que chamava a atenção para o surgimento de um novo fluxo migratório, o grande contingente de brasileiros que se dirigiam para os Estados Unidos e que muitas vezes eram barrados nos aeroportos. Treze anos depois, no dia da independência americana, em 4 de julho de 2004, a Folha publicou, em matéria de capa, a seguinte manchete: Migração ilegal para os EUA é recorde. A

reportagem chamava a atenção para o aumento do número de brasileiros presos na fronteira dos Estados Unidos com o México.

Embalados por esses primeiros acordos da imprensa nacional, alguns pesquisadores passaram a se dedicar ao estudo desse novo fluxo migratório. No artigo *Novos fluxos migratórios da população brasileira*, Sales (1991)² tem como objetivos principais traçar evidências empíricas para esse novo fenômeno da população brasileira que, até então, apenas tinha sido tratado pela imprensa. Além disso, nesse mesmo artigo, a autora tece considerações acerca da corrente que se fortalecia entre a cidade de Governador Valadares (MG) e a região de Boston – Massachusetts. A apresentação do artigo de Sales (1991) indica o tom das observações dos estudiosos frente à saída inédita de brasileiros num fluxo migratório para o exterior:

“Ver cada vez mais engrossadas as fileiras de seus habitantes que deixam o país à procura de melhor sorte como estrangeiros é a realidade mais crua de nossa integração no cenário internacional dos tempos modernos” (SALES, 1991: 21).

Avançando ainda nesse primeiro momento de análise do novo fluxo migratório brasileiro, Sales (1992) publica o artigo *Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa*. Segundo a autora, três itens iniciais configuram o tipo de abordagem das migrações internacionais exploradas nas primeiras consultas à produção bibliográfica internacional sobre o tema: o novo caráter das migrações internacionais devido à demanda de mão-de-obra na Europa e nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial; a dualidade da inserção do migrante no mercado de trabalho primário ou secundário e alguns aspectos específicos da questão migratória dos Estados Unidos na atualidade. Por fim, um último aspecto é ainda analisado pela autora: as dificuldades do migrante brasileiro, principalmente no que se refere à (re) construção de sua identidade.

Todas essas questões abordadas por Sales (1992) no artigo refletem ao mesmo tempo o avanço das análises sobre migração internacional de um modo geral - com ênfase na saída de brasileiros para o exterior e, entre este grupo, os que se dirigem aos Estados Unidos – bem como a consolidação dessa corrente migratória e algumas transformações que ela já começa a apresentar, como mudanças na perspectiva temporal do migrante ou o fortalecimento das relações entre países de origem e destino, mediante a consolidação das redes sociais e do próprio aumento do número absoluto de indivíduos que migraram para os Estados Unidos.

É importante destacar um terceiro trabalho de Sales (1994) desse período que trata especificamente da relação entre imprensa e fenômeno migratório. Em *Brasil migrante, Brasil clandestino*, Sales reúne inúmeras reportagens tanto da imprensa brasileira quanto da americana e, ainda, da

2. Sales (1991) foi pioneira, no Brasil, no estudo sobre a emigração de brasileiros para os Estados Unidos.



imprensa brazuca (composta por brasileiros nos Estados Unidos, com jornais, programas de rádio e televisão específicos para os migrantes), e analisa as diferentes formas de abordagem do fenômeno. A imprensa brasileira acaba caracterizando-se por freqüentemente enfatizar aspectos negativos e dramáticos do processo, principalmente no que tange à primeira viagem ao exterior e às tentativas frustradas de entrada nos Estados Unidos. Por outro lado, a imprensa americana³ destaca o aspecto trabalhador e empreendedor da comunidade brasileira, chamando sempre a atenção, no entanto, para sua característica coesa, mas não politicamente ativa. Por fim, a imprensa brazuca⁴ enfatiza o perfil *hardworker* da comunidade brasileira e destaca principalmente as ilhas de sucesso: os migrantes bem sucedidos, que conseguiram em primeiro lugar o *green card*, e, mais tarde, a compra de imóveis, carros e outros bens, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, graças às remessas para os familiares.

Outro autor que também fez parte do grupo pioneiro nos estudos de migração internacional de brasileiros para os Estados Unidos foi Goza (1992). No artigo *A imigração brasileira na América do Norte*, trata da migração de brasileiros para os Estados Unidos e Canadá, comparando os dois fluxos e buscando suas especificidades. Os pontos importantes do artigo de Goza circulam ao redor de perguntas básicas frente a um novo fluxo migratório. Além de “quem são” e “quantos são”, o autor discute as causas do novo e crescente movimento migratório e a adaptação dos brasileiros nos novos ambientes.

Dentre as causas apontadas pelo autor para a formação e o fortalecimento das correntes migratórias em direção à América do Norte, destaca-se, principalmente, a crise econômica dos anos 1980. Além disso, o autor afirma que, durante o período conhecido como “milagre brasileiro”, em meados dos anos 70, muitos foram os brasileiros que saíram do país como turistas em direção aos Estados Unidos e ao Canadá, o que teria criado um imaginário coletivo entre esse grupo. Esse imaginário, num momento de grave crise econômica, como a da década de 1980, seria acionado e a migração em direção a esses países, conhecidos pela prosperidade e pelas oportunidades, seria encarada por esses brasileiros como solução para a crise econômica.

Assim, esse fluxo de turistas que antes se dirigiam a lugares como Disneyworld ou Nova Iorque sofreu, em meados dos anos 1980, duas transformações importantes. Em primeiro lugar, cresceu o número absoluto de saídas de brasileiros em direção a outros destinos na América do Norte e, como não poderia deixar de ser, mudou a natureza da viagem: de turistas, os brasileiros passaram a trabalhadores em busca de melhores condições de vida.

O artigo de Goza (1992) apresenta uma série de hipóteses levantadas no início das análises do novo fluxo migratório. Hoje, no entanto, devemos reconhecer que o artigo é historicamente

3. O *Metrowest Daily News* é o jornal americano com maior número de reportagens especificamente sobre brasileiros nos Estados Unidos, circulando em toda a região metropolitana de Boston - Massachusetts. (SALES, 1994)

4. Os jornais *Brazilian Times*, *Brazilian Voice* e *State News* são os mais lidos pelos brasileiros nos Estados Unidos (SALES, 1994).

datado, principalmente por analisar o começo de um longo processo migratório. Um exemplo é o fato de o autor, analisando os processos de adaptação nos países de destino, afirmar que os homens teriam muito mais chances de se adaptar rapidamente, uma vez que seriam empregados com maior facilidade; a partir desse momento, conviveriam com americanos, estabelecendo laços de amizade e de convívio social. Hoje, passados mais de 20 anos de fluxo de brasileiros para os Estados Unidos, podemos afirmar que os migrantes se inserem no mercado de trabalho secundário no destino (SALES, 1992; SCUDELER, 1999) e que são as mulheres que organizam as relações de trabalho (PESSAR, 1999; MARTES, 1999; ASSIS, 2004).

Goza (1992) realiza, conquanto, uma diferenciação entre homens e mulheres no destino migratório. Segundo o autor, os homens teriam acesso ao mercado de trabalho com mais facilidade. Segundo Pessar (1999), isso reflete o fato de que as mulheres ainda não tinham ingressado de forma maciça na corrente migratória. A partir do momento em que há essa entrada, as mulheres passam a dominar o mercado de trabalho secundário, mudando as perspectivas de emprego dos homens e pressionando as relações de gênero tradicionais do país de origem (PESSAR, 1999).

Margolis – autora americana (1994) – também se destacou pela análise pioneira sobre o novo fluxo migratório de brasileiros para os Estados Unidos. *Little Brazil: Imigrantes brasileiros em Nova York* busca uma caracterização mais refinada do grupo de migrantes brasileiros especificamente localizados na cidade de Nova Iorque. A importância do trabalho reside nas questões sobre a comunidade brasileira e sua visibilidade – se é que se pode falar em comunidade; as redes sociais – que ligam não apenas os migrantes nos Estados Unidos e suas famílias no Brasil, mas também migrantes recém-chegados com veteranos do fluxo – começam a se definir como importante fator na manutenção e no crescimento da corrente migratória. É importante dizer que a autora aborda aspectos como a troca de postos de trabalho e de comissões entre os migrantes por alguns favores, como o envio de remessas em dinheiro ou a indicação de um bom emprego.

Um importante fator, no entanto, merece especialmente nossa atenção. Ao discutir se o *Little Brazil* pode ou não se caracterizar como comunidade de migrantes, Margolis (1994) define um perfil desses brasileiros inseridos em recente corrente migratória. O fato de o grupo não apresentar alto nível de coesão, tampouco criar e/ou participar de associações comunitárias, está diretamente ligado ao caráter desse fluxo migratório, pelo menos em seu início, temporário e com um fator



comum em todas as trajetórias migrantes: a intenção de voltar ao Brasil. Esse fator comum entre a maioria dos brasileiros nos Estados Unidos, naquele momento, revela-se ainda em outro trecho. Segundo Margolis (1994 : 309),

“a maioria dos brasileiros era realista em relação à falta de espírito comunitário. Disseram que grande parte deles estava em Nova Iorque por uma única razão: ganhar tanto dinheiro quanto possível para voltar ao Brasil o mais rápido que pudessem. Acrescentaram que não se envolviam em clubes, nem em outras atividades porque isso lhes teria tirado tempo para se dedicar a seu objetivo principal. Ou, como observou enfaticamente um brasileiro: ‘não temos espírito imigrante porque não somos imigrantes’”.

Na medida em que aumentava o número de brasileiros arriscando-se numa migração para os Estados Unidos, novas questões foram levantadas pelos pesquisadores. Nos anos 1990, o fluxo migratório de brasileiros para os Estados Unidos ganhou força, especificidades e um número cada vez maior de pesquisadores atentos a esse fenômeno social. A virada do século 20 para o 21 foi marcada por estudos na área, principalmente, no que se referia a perspectivas temporais, mercado de trabalho e redes sociais.⁵

Frente a um novo e visível fenômeno da população brasileira, no entanto, investiu-se, principalmente na década de 1990, em *surveys*⁶ que permitiram aos pesquisadores a realização da maioria dos trabalhos que citaremos a seguir. O *survey* constitui a melhor e mais segura forma de captação de dados sobre migração.

Assis (1995)⁷ realiza uma análise das trajetórias de um grupo de migrantes de Governador Valadares (MG) por meio de narrativas dos próprios migrantes, ou seja, de suas cartas para a família e para amigos que ficaram no Brasil. Esse trabalho foi o primeiro, de uma série, que tratou da migração de brasileiros para os Estados Unidos, partindo de Governador Valadares, cidade mineira que apresentou, desde o início do fluxo migratório, grande número de seus habitantes inseridos no processo. No entanto, não são apenas as primeiras perguntas que chamam a atenção dos pesquisadores. Já se sabia que a emigração de brasileiros era um fenômeno que se mantinha por mais de uma década. Assis (1995:11) destaca que a

5. Ver Sales (1999); Martes (1999); Pessar (1999); Boyd (1998); Piselli (1998; 2002); Fusco (2000); Grieco (1998).

6. É importante destacar que os dados para a realização de estudos sobre migração, especialmente quando se trata de fluxos partindo de países em desenvolvimento em direção a países desenvolvidos, são de difícil obtenção. Isso porque esses fluxos são marcados, sobretudo, por seu caráter clandestino, indocumentado. Por isso, se já seria complicado realizar, no Brasil, estudos sobre migrantes nos Estados Unidos, a escassez de dados associada ao receio dos migrantes em divulgar informações torna ainda mais difícil o processo. Sales coordenou o projeto *Imigrantes Brasileiros nos Estados Unidos – Cidadania e Identidade*, no NEPO/UNICAMP, que contou com pesquisa de campo realizada em Governador Valadares, gerando dados para muitas das dissertações e teses desse período.

7. Assis (1995) defendeu a dissertação de mestrado em Antropologia Social intitulada *Estar aqui, estar lá... Uma cartografia da vida entre dois lugares*, na Universidade Federal de Santa Catarina.

“emigração extrapolou as vidas dos emigrantes, passando a fazer parte da vida cotidiana da cidade – como se emigrar fosse uma experiência ‘natural’, como se os Estados Unidos não fossem a 8 000 milhas de distância”.

Soares (1995) também se dedicou à migração de brasileiros para os Estados Unidos em sua dissertação de mestrado⁸, estudando as transformações no mercado imobiliário da cidade de Governador Valadares. Dentre suas conclusões, ressalta que o dinamismo do mercado imobiliário da cidade não poderia ser explicado sem que se levasse em conta o dinheiro estrangeiro que por ali circulava.

Contemplando a dimensão referente à inserção dos brasileiros no mercado de trabalho, Scudeler (1999)⁹ trata do comportamento dos migrantes diante de um novo mercado de trabalho, no qual devem inserir-se em meio à clandestinidade e a uma sociedade receptora que, na maioria das vezes, não atende às expectativas dos migrantes. Segundo a autora, o sucesso do projeto migratório está ligado à mudança de status que o migrante conquista na sociedade de origem, ao conseguir investir o dinheiro economizado durante a viagem em casa, apartamento, ou comércio em Governador Valadares (Scudeler, 1999).

Fusco (2000) avançou mais nos diferenciais por sexo presentes no projeto migratório, apontando que a forma como se dá a entrada de migrantes homens e mulheres no mercado de trabalho é muito diferente: a começar pelo diferenciado uso das redes sociais de parentesco e amizade, que costumam, na maioria dos casos, propiciar ao migrante ajuda nos primeiros momentos nos Estados Unidos; um dos momentos mais delicados é sem dúvida a obtenção do primeiro emprego. As mulheres recorrem muito mais frequentemente às redes, principalmente no momento de entrada do mercado de trabalho. Inclusive, as mulheres já formam nichos específicos nesse mercado, que são dominados por elas e onde os homens, em sua maioria, são subordinados a elas. É o caso da faxina doméstica nos Estados Unidos (MARTES e FLEISCHER, 2003).

O fato de o sucesso do projeto migratório estar ligado diretamente ao país de origem, certamente também o relaciona às expectativas temporais dos migrantes até meados da década de 1990. Até então, a intenção daqueles que migravam era acumular quantia razoável de dinheiro e voltar para o Brasil assim que possível, para investir o que conseguiram economizar (SALES, 1991). Na medida em que o fluxo ganha força e se consolida, outras relações entre origem e destino se transformam, acabando por influenciar as expectativas temporais do projeto migratório. As redes sociais, que ligam os dois países e acabam diminuindo o risco da migração (FUSCO, 2000), estabelecem no-

8. Soares (1995) defendeu sua dissertação de mestrado *Emigrantes e investidores: redefinindo a dinâmica imobiliária valadarense* no IPPUR/UFRJ

9. A dissertação de mestrado de Scudeler (1999) *A inserção de imigrantes brasileiros no mercado de trabalho dos EUA*, defendida no Instituto de Economia da UNICAMP, também utiliza dados do projeto Imigrantes Brasileiros nos Estados Unidos – Cidadania e Identidade, coordenado por Sales (1997)



vos parâmetros temporais e novos objetivos para aqueles que migram, mudando a idéia de voltar o quanto antes para o Brasil (SALES, 1991).

Sales (1999) realiza um estudo bem fundamentado em teorias de migração internacional, contextualizando o fluxo de brasileiros para os Estados Unidos nessas teorias e em sua história. Em um primeiro momento, a autora percorre essas teorias, da neoclássica aos sistemas mundiais, definindo um aporte teórico possível para o caso brasileiro para, então, apresentar o perfil socio-demográfico de Framingham, uma cidade na região metropolitana de Boston, onde foi realizada a pesquisa de campo.

Martes (1999)¹⁰ usou amostra de 300 migrantes em Massachusetts para uma análise descritiva desses migrantes, tratando de campos de variáveis relativas à família, nível de escolaridade, cidade de origem no Brasil, motivação para migrar, criação de vínculos e formação de redes, ano da migração, local de residência nos Estados Unidos, ocupação exercida no Brasil, entre outras.

Capuano (2004)¹¹ analisa o fluxo de brasileiros para os Estados Unidos, partindo de uma perspectiva diferenciada: enquanto a maioria dos pesquisadores concentrou-se na região de Boston como principal local de destino dos brasileiros, Capuano voltou suas atenções para o sul da Flórida, o que permitiu à autora a redescoberta do fluxo migratório de brasileiros nos Estados Unidos, uma vez que, a partir do momento em que se modifica a referência geográfica de análise, modificam-se também as formas de organização dos migrantes, as diferentes relações estabelecidas com a sociedade de destino, bem como as relações com outros grupos migrantes. Muitos aspectos tratados na tese de Capuano permitiram à autora ora que se realizasse uma aproximação do grupo de brasileiros na Flórida com aqueles que se dirigem a Massachusetts, ora que se traçasse uma diferenciação, apontando especificidades dos dois grupos.

Fusco (2005)¹², seguindo a linha de sua dissertação de mestrado citada anteriormente (com a maioria dos dados explorados expostos em cruzamentos com a variável sexo), trata das redes sociais que ligam países de origem e destino em fluxos migratórios internacionais. As conexões Brasil – Estados Unidos, partindo das cidades de Criciúma (SC) e Governador Valadares (MG), e Brasil – Japão, partindo da cidade de Maringá (PR), são pilares de sustentação para a construção de uma nova perspectiva de análise dessas redes sociais. Segundo o autor, a maioria dos estudos refere-se à construção e à reconstrução da identidade ao longo de todo o processo migratório. O conceito de capital social, aplicado à migração internacional, trataria de outros aspectos menos abordados, mas de fundamental importância para a compreensão do fenômeno em sua totalidade. As redes sociais,

10. *Brasileiros nos Estados Unidos* é baseado na tese de doutorado de Martes já citada anteriormente.

11. *Bienvenido a Miami – A inserção dos migrantes brasileiros nos Estados Unidos da “América Latina”* é a tese de doutorado defendida por Capuano (2004) no IFCH/UNICAMP.

12. *Capital Cordial: a reciprocidade entre imigrantes brasileiros nos Estados Unidos* é a tese de doutorado defendida por Fusco (2005) no IFCH/UNICAMP.

os mecanismos de transferência, os recursos utilizados no projeto migratório, bem como os efeitos da continuidade dos fluxos são alguns destes aspectos.

Acompanhar a produção bibliográfica sobre brasileiros nos Estados Unidos é acompanhar a própria dinâmica da corrente migratória, já que se trata de fenômeno recente em nossa população, que vem se transformando ao longo desses 20 anos de história. Nos últimos dez anos, no entanto, algumas mudanças profundas ocorreram e, com elas, novos questionamentos. A entrada das mulheres na migração para os Estados Unidos torna-se evidente a partir de meados dos anos 1990. Com essa transformação, surgem novas questões relacionadas aos mais diversos campos – como trabalho, família, redes sociais entre origem e destino. E novos desafios surgem com a reconfiguração do fluxo de brasileiros para os Estados Unidos nos últimos 10 anos.

O fluxo migratório ganha força: a entrada das mulheres na corrente migratória, trabalho e remessas

Em um fluxo migratório de longa distância e clandestino, como é o de brasileiros nos Estados Unidos, de maneira geral, os homens migram antes, estabelecem-se e só depois é que migram as mulheres (SALES, 1991) no papel de reunificação familiar. Tal quadro foi observado entre os brasileiros, mas apenas na primeira década de fluxo migratório.

A partir dos anos 1990, as mulheres entraram definitivamente na conexão Brasil – Estados Unidos e, junto com elas, trouxeram uma série de transformações e novas questões a serem analisadas, principalmente no que se refere ao campo do trabalho e às remessas.

A trajetória de um grupo de mulheres brasileiras nos Estados Unidos é descrita por Martes (1996). A autora atenta para o fato de que, apesar de a maioria das mulheres que se dirigem aos Estados Unidos serem acompanhadas de seus maridos, namorados ou pais, é cada vez mais significativo o número de mulheres que emigram sozinhas, como também é cada vez mais significativo o peso das mulheres em alguns outros aspectos, como a decisão de retorno (uma vez que são elas que mantêm fortalecidos os vínculos familiares e afetivos no Brasil) ou a atuação, de variadas maneiras, na organização das comunidades brasileiras em Boston.

Segundo Martes (1996), as principais ocupações exercidas pelos migrantes brasileiros na Grande Boston estão relacionadas aos setores da construção civil (pintores, pedreiros), limpeza (restaurantes, hotéis, hospitais, faxinas domésticas), indústria de alimentos (cozinheiros, ajudantes de cozinha em restaurantes ou *fast-foods*, garçom e ajudantes de garçom) e serviços de entrega (de pizza ou de jornais). A ocupação com maior remuneração, dentre todas as citadas, é a faxina doméstica, que pode pagar ao migrante de 20 a 38 dólares a hora (MARTES, 1996). Por ser muito valorizada entre os migrantes (tanto homens quanto mulheres), a faxina doméstica é o centro de um



mercado muito particular, que tem suas próprias regras de funcionamento.

Segundo a autora, quando as mulheres chegam aos Estados Unidos, “geralmente vão trabalhar em limpeza de hotéis, asilos ou hospitais. (...) Elas permanecem pouco tempo nesses empregos, cerca de alguns meses, e rapidamente conseguem outro melhor remunerado e ‘menos duro’. (...) O passo seguinte é o de ‘comprar uma casa’¹³. (...) O tempo necessário para preencher todos os horários disponíveis na semana varia de um a dois anos. Por isso muitos brasileiros chegam a trabalhar nos três períodos do dia, além dos fins de semana, para conseguir comprar um bom ‘lote de casas’” (MARTES, 1996: 21).

Há alguns motivos muito particulares, além da remuneração diferenciada, para que a faxina doméstica seja uma ocupação cada vez mais valorizada entre os migrantes, principalmente nos últimos 5 anos de fluxo. Segundo a autora, além da boa remuneração, que dignifica principalmente aqueles que ganhavam salários muito baixos no Brasil, e da idéia de business, as relações entre patrão e empregado são um importante elemento de valorização da faxina doméstica. A maioria dos entrevistados da amostra (tanto homens quanto mulheres) descreveu essa relação como de confiança e respeito.

DeBiaggi (1996) apresenta como objetivo principal de um artigo¹⁴ a análise da experiência das mulheres brasileiras como imigrantes nos Estados Unidos, enfocando principalmente as relações de gênero no âmbito da família. Dessa forma, a autora chega a algumas conclusões importantes acerca do grupo migrante: os processos de transformações por que passam as famílias que se organizam para enfrentar o projeto migratório não fazem parte de um fenômeno isolado, uma vez que outros estudos com outras famílias latinas apresentaram resultados semelhantes. Assim, “problemas que parecem individuais e matrimoniais refletem geralmente experiências de choques econômicos e culturais. Melhor dizendo, o problema vivido pelo casal não é criado por uma ou outra pessoa ou por um problema daquele casal em particular. Há todo um contexto socioeconômico e cultural de mudança que leva cada pessoa dentro do âmbito familiar ou das relações pessoais a viver transformações em seus papéis sociais” (DEBIAGGI, 1996 : 26).

Assis (2004)¹⁵ analisa as transformações nas relações de gênero e nos arranjos familiares ao longo do processo migratório. A autora acompanhou, além de famílias de migrantes nos Estados Unidos, onde pôde observar as mudanças nos arranjos familiares, homens e mulheres que migraram solteiros. No caso das mulheres, ainda que a maioria ainda migre acompanhada de cônjuge ou de

13. Prática descrita por Martes (1999) em que as migrantes envolvidas no *business* da faxina doméstica negociam postos de trabalho, no caso, casas de clientes americanos.

14. *Mudança e crise na redefinição de papéis: as mulheres brasileiras lá fora*, Revista Travessia, número especial sobre mulheres migrantes, 1996

15. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros* é a tese de doutorado defendida por Assis (2004) no IFCH/ UNICAMP.

pais ou irmãos, é crescente o número daquelas que viajam sozinhas. Essa talvez seja a transformação mais significativa dessa corrente migratória nos últimos anos.

Outro ponto importante do fluxo migratório de brasileiros para os Estados Unidos está relacionado com as remessas em dinheiro, seja para manter a família que não migrou, seja para investimentos. Essas remessas, segundo Soares (1995), geram impactos facilmente percebidos nos municípios de grande concentração de famílias com pelo menos um migrante internacional, como é o caso de Governador Valadares: o mercado imobiliário da cidade se revitaliza e se transforma, baseado nas remessas daqueles migrantes que sonham com a casa própria em sua terra natal. No caso da cidade mineira, há um bairro construído quase que exclusivamente com recursos enviados pelos brasileiros nos Estados Unidos.

Uma grande dificuldade, porém, é estabelecer o montante anual dessas remessas, uma vez que o número de migrantes brasileiros (legais e clandestinos) é muito incerto. No entanto, Martes e Soares (2006) fazem esta estimativa:

“Ainda que não existam dados oficiais sobre o número exato de residentes brasileiros nos Estados Unidos, é possível estimar o menor e o maior montante de dólares que, em 2000, teria sido enviado ao Brasil com base no que pode ser considerada a população mínima de emigrantes internacionais, 247 mil, de acordo com o censo americano de 2000, e a população máxima, 800 mil, segundo a Divisão de Assistência Consular brasileira em 2000. Assim, quando cada uma dessas populações é multiplicada, a um só tempo, pelo volume médio de moeda remetida anualmente ao Brasil por emigrante, U\$ 6.535,00, bem como pelo percentual de emigrantes que de fato realizaram tais remessas, 78%, as seguintes estimativas são obtidas: U\$ 1.261.255.000,00, para o caso da população considerada mínima, e U\$ 4.077.840.000,00, para a máxima”(Martes e Soares, 2006).

Ainda segundo os autores, o destino dessas remessas é distribuído por algumas cidades brasileiras: “Governador Valadares (14%), Ipatinga (5%), São Paulo e Goiânia (4%), Vitória e Belo Horizonte (3%). Criciúma (SC), Curitiba (PR) e Sorocaba (SP) comparecem com menos de 2% da amostra” (MARTES e SOARES, 2006).

A grande dificuldade de saber precisamente o número de brasileiros no exterior, principalmente por causa da condição clandestina da maioria, impede que a dinâmica do fluxo seja acompanhada em sua totalidade, uma vez que muitos vão e vêm sem deixarem marcas em quaisquer estimativas. A seguir, veremos um panorama atual do fluxo de brasileiros em números e poderemos constatar como é alto o número de migrantes nos Estados Unidos, mesmo com muitos dos clandestinos tendo passado longe dessas estimativas.



O fluxo de brasileiros em números: as últimas estimativas do número de migrantes nos Estados Unidos

Como visto anteriormente, há grande dificuldade em estimar o número de brasileiros nos Estados Unidos, principalmente por causa do traço mais marcante do fluxo: a ilegalidade. Com isso, há diferentes registros de quantos brasileiros estariam hoje vivendo nos Estados Unidos. Segundo Martes e Soares (2006), “de acordo com o Censo Americano de 2000, vivem atualmente naquele país 247.020 brasileiros. Observa-se que em 1980 havia, segundo a mesma fonte, 47.965. Isso significa que nesse período o número salta de 98.089, no primeiro ano da década, para os quase 250 mil na década seguinte. Cerca de 20% dos brasileiros abarcados pelo Censo residem no Estado da Flórida, seguido por Massachusetts, com 17%; Califórnia, com 12%; Nova York, com 10%, empatada com Nova Jersey, também com 10%”.

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, os brasileiros nos Estados Unidos, em 2002, estariam distribuídos da seguinte maneira pelo território americano:

Tabela 1 – Estimativa de brasileiros residentes nos Estados Unidos, 2002

Localidades	Número Estimado de Migrantes
Nova York	300.033
Miami	150.018
Washington	44.003
Houston	36.400
São Francisco	25.000
Los Angeles	17.110
Chicago	11.006
Georgetown	1.500
Total	585.070

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2006

Os dados acima nos revelam que, de acordo com as fontes, varia o número estimado de migrantes brasileiros nos Estados Unidos. Ainda assim, podemos afirmar que muitos são os que se aventuram na corrente migratória e, cada vez mais, novos pólos de concentração na origem têm alimentado o fluxo, como é o caso de Criciúma (SC).

Algumas considerações sobre o retorno migratório

Recuperando a noção de retorno de Sayad (2000) como elemento constituinte da condição do migrante, buscamos no fluxo de brasileiros para os Estados Unidos elementos que pudessem sustentar essa definição. A idéia do retorno está presente desde antes de o migrante deixar o país. O retorno faz parte do projeto migratório tanto quanto a própria viagem de ida. Os objetivos que impulsionam a migração de brasileiros para os Estados Unidos têm em si a idéia do retorno migratório: trabalhar muito, economizar todo o dinheiro possível e investir no Brasil, seja em imóvel, carro, negócio. O retorno seria, a priori, a concretização do projeto com sucesso perante a família e os amigos deixados no Brasil (ASSIS, 1996).

À medida que o tempo vai passando, no entanto, a idéia do retorno torna-se cada vez mais distante. Além das dificuldades enfrentadas para a própria manutenção, o medo de voltar, de investir todas as economias e perder tudo, de não se adaptar, tornam o retorno ao Brasil um sonho distante. Assis (1995), na análise das cartas dos migrantes que serviram de base para sua dissertação de mestrado, chama a atenção para a de uma migrante que definiu suas expectativas em relação ao retorno migratório. “Achávamos que deixar o Brasil seria a coisa mais difícil que faríamos na vida (...) Mas a idéia de voltar é muito pior” (ASSIS, 1995 : 47).

As redes sociais são as principais mantenedoras da idéia de retorno migratório (SAYAD, 2000; LYRA, 2003). Os brasileiros nos Estados Unidos mantêm laços estreitos com o Brasil, ou por cartas, telefonemas e mensagens eletrônicas enviadas constantemente (ASSIS, 1995), ou por remessas (MARTES, 2004), ou ainda pela própria manutenção da identidade étnica nos Estados Unidos (SALES, 1999). Esse conjunto de elementos, muitas vezes imensuráveis, acaba por influenciar a decisão pelo retorno ao Brasil, mesmo que não seja em caráter definitivo.

Considerações finais

A migração de brasileiros para os Estados Unidos já se apresenta como fenômeno duradouro e multifacetado da população brasileira. Em quase 30 anos de fluxo migratório, assistimos ao engrossamento das correntes, à formação de redes sociais, ao aumento do número de cidades de onde partem os migrantes, enfim, a diversas transformações que colaboraram com a complexidade do fenômeno.

Buscamos com este texto traçar um diagnóstico da história do fluxo migratório de brasileiros para os Estados Unidos. A dinâmica do fluxo ao longo de todo esse tempo foi revista segundo uma revisão bibliográfica que acaba por revelar as questões que foram sendo impostas aos pesquisadores na medida em que a corrente migratória ganhava força. Pudemos acompanhar a produção



científica que se estende, em 20 anos, das primeiras perguntas – quantos são, de onde vêm e para onde vão – até temas mais aprofundados, como a entrada das mulheres no fluxo migratório, o envio de remessas e finalmente o retorno.

O objetivo é que tenhamos um panorama real de todo o fluxo, contando com as pesquisas desenvolvidas e com os últimos dados divulgados sobre estimativas de brasileiros nos Estados Unidos.

Bibliografia

- ASSIS, G. Estar aqui... Estar lá... Uma cartografia da vida entre dois lugares. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1995.
- _____. De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.
- BOYD, M. "Family and Personal Networks in international migration: recent developments and new agendas". In: *International Migration Review*, nº 23, 1990.
- _____. "Female migrant labor in North America: trends and issues for the 1990s". In SIMMONS, A. (ed.) *International migration, refugee flows and human rights in North America: the impact of trade and restructure*. Nova York. Center of migration studies, 1998.
- BRITO, F. "Os povos em movimento – as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo". In PATARRA, N. L. (coord.) *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. Campinas. FNUAP, 1995.
- CARVALHO, J. A. M. "O saldo dos fluxos migratórios internacionais do Brasil na década de 80 – uma tentativa de estimação". In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 13, nº 1, 1996.
- CASTRO, M. G. (coord.) *Mulheres latino-americanas e caribenhas na migração bibliográfica comentada*. Salvador, 1989.
- _____. "Latinos nos Estados Unidos: unindo Américas, fazendo a América de lá ou perdendo a nossa América?" In: ADORNO, S. (org) *A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade*. Porto Alegre. Editora UFRGS, 1995.
- CHIN, C. B. N. *In service and servitude: foreign female domestic workers and the Malaysian 'modernity' project*. Nova York. Columbia University Press, 1998.
- DIAS, J. B. *Entre partidas e regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de Brasília, 2000.
- DeBIAGGI, S. *From Minas to mass: a qualitative study os five brazilian families in Boston*. Dissertação de Mestrado defendida na Boston University, 1992.
- _____. "Mudança e crise na redefinição de papéis: as mulheres brasileiras lá fora". In *Travessia*. São Paulo. Número especial sobre mulheres, 1996.
- FLEISHER, S. R. *Passando a América a limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachusetts*. São Paulo. Editora Annablume, 2002.
- _____. "Cooperação e competição entre emigrantes brasileiras". In: *Travessia*. São Paulo, v. 14, nº 41, 2001.



- FUSCO, W. Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- _____. "As redes sociais nas migrações internacionais: migrantes brasileiros para os Estados Unidos e Japão". In: Revista Brasileira de Estudos de População, v. 19, nº 1, 2002.
- _____. Capital Cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- GOZA, F. "A imigração brasileira na América do Norte". In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas, janeiro de 1992.
- _____. "Brazilian Immigrants in North América". In: International Migration Review, v. 28, nº1, 1994.
- GRIECO, E. M. & BOYD, M. Women and migration: incorporating gender into international migration theory. Center of Study of Population. Florida State University, 1998.
- KAWAMURA, L. Para onde vão os brasileiros. Campinas. Editora Unicamp, 1999.
- MARGOLIS, M. Little Brazil: an ethnography of brazilian immigrants in New York City. New Jersey. Princeton University Press, 1994.
- _____. A new ingredient in the melting pot: Brazilians in New York City. New Jersey. Princeton University Press, 1989.
- _____. "Women in international migration, the case of Brazilians". In: Annals of Changing Perspectives on women in Latin America and Caribbean, New York University, 1992.
- MARTES, A. C. B. Imigrantes brasileiros em Massachusetts. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo, 1998.
- _____. Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1999.
- _____. "Trabalhadoras brasileiras em Boston". In: Travessia São Paulo. Número especial sobre mulheres, 1996.
- _____. "Novas tramas, novos dramas: o emigrante brasileiro negro nos Estados Unidos". In: Anais da ANPOCS, 2004.
- MARTES, A. C. B. & FLEISCHER, S. "Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais
- MARTES, A. C. B & SOARES, W. "Remessas de recursos dos imigrantes", Estudos avançados, vol.20 nº:57 São Paulo, 2006.
- MONTEIRO, J. A. R. Estados Unidos: um retrato político das migrações internacionais. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

- OLIVEIRA, A. C. Bienvenido a Miami: a inserção dos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos da América Latina. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- PATARRA, N. L. & BAENINGER, R. "Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil". In: PATARRA, N. L. (coord.) Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo. Campinas, FNUAP, 1995.
- PESSAR, P. "The alusive enclave – Ethnicity, class and nationality among Latino Entrepreneurs in the great Washington D.C.". In: *Human Organizer Journal*, v. 54, nº 4, 1995.
- _____. "The role of gender, households and social networks in the migration process: a review and appraisal". In: DEWIND, J. HIRSCHAMN, C. & KASINITZ, P. (orgs) *Becoming American / America Becoming*. New York. Russel Sage Foundation, 1999.
- _____. "Engendering migration studies: the case of new immigrants in the United States". In: *The American Behavioral Scientist*, v. 42, nº 4, 1999.
- PIORE, P. *Birds of Passage: migrante labor and industrial societies*. Cambridge. Cambridge University Press, 1979.
- REIS, R. R. & SALES, T. *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo. Editora Boitempo, 1999.
- SALES, T. "Novos fluxos migratórios da população brasileira". In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.8, nº ½, 1991.
- _____. "Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa". In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.8, nº ½, 1991.
- _____. "Brasil migrante, Brasil clandestino". In: *São Paulo em Perspectiva*, v.8, nº 1, 1994.
- _____. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo. Editora Cortês, 1999.
- SALES, T. & LOUREIRO, M. "Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA". In: *Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 2004.
- SASSEN, S. *The Mobility of Labor and Capital*. Nova York. Cambridge University Press, 1979.
- SAYAD, A. "Retorno: Elemento constitutivo da condição do imigrante". In: *Travessia*. São Paulo. Ano XIII, número especial, 2000.
- SOARES, W. *Imigrantes e Investidores: redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.
- TILLY, C. *Reconsidered Transplanted Networks*. In: MAC-LAUGHLIN, Y. V. *Immigration*. New Oxford University, 1990.



Movimento *dekassegui* ontem, hoje e amanhã: análises, reflexões e perspectivas futuras

Fábio Hirano

A presença japonesa no Brasil

Desde os primórdios da formação do país, a presença de estrangeiros, como os portugueses no século XVI e os japoneses no começo do século 20, foi fundamental na consolidação e constituição da sociedade brasileira, bem como no seu desenvolvimento socioeconômico e cultural. A entrada de cada grupo estrangeiro – japoneses, portugueses, espanhóis, italianos e alemães – ocorreu em diferentes momentos, de acordo com a situação econômica e política do país do imigrante (LEVY, 1974).

Segundo Stadniky (2001), houve quatro momentos da imigração japonesa. O relacionamento entre Brasil e Japão iniciou-se com o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação Japão-Brasil, em 5 de novembro de 1895, em Paris. A primeira leva de imigrantes japoneses em direção ao Brasil ocorreu somente a partir de 1908, para trabalhar nas lavouras cafeeiras do estado de São Paulo.¹⁶ A segunda fase corresponde ao período entre 1925 e 1934, momento em que o governo japonês passou a estimular oficialmente o envio de pessoas em virtude da recessão mundial e do terremoto de Kanto.

Em 1936, a Lei de Cotas da Imigração, promulgada pelo Governo Getúlio Vargas, que estabelecia a entrada de 2% do total de imigrantes segundo a nacionalidade, atingiu diretamente os japoneses, cuja entrada no país ocorreu tardiamente em relação aos demais grupos¹⁷. Um terceiro momento teve início a partir dos anos 1940 e foi marcado por uma política de estreito controle¹⁸ sobre os japoneses estabelecidos em território nacional, encerrando-se com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Durante o período de pré-guerra, mais de 90% dos japoneses viviam nas zonas rurais, empregados em atividades agrícolas, especialmente nas fazendas de café, tanto como colonos, par-

16. Em 28 de abril de 1908 o navio *Kasato-Maru* partiu de Kobe levando 165 famílias num total de 781 pessoas, chegando ao porto de Santos em 18 de junho. Segundo Stadniky (2001), estes imigrantes eram colonos que tinham de dois a três anos de contrato para trabalharem nas fazendas de café. Entretanto, muitos deles, desiludidos com as condições econômicas e de trabalho, dirigiram-se para a cidade de São Paulo e outras regiões como o Norte do Paraná.

17. Para maiores detalhes sobre o período histórico da vinda de outros imigrantes ver Bassanezi (1996).

18. Algumas medidas foram instauradas como: congelamento de bens, paralisação das aulas nas escolas da colônia e proibição de publicações em língua japonesa.

ceiros, arrendatários ou como pequenos proprietários de terras (sitiantes). Ao longo da década de 1940, a maior parte desse povo alcançou as classes médias em virtude da prosperidade econômica ocorrida no Brasil, em especial no setor agrícola. No final dos anos 1950, cerca de 45% do total de japoneses viviam em áreas urbanas. Em 1970, mais da metade dos 600.000 japoneses viviam nas cidades e, deste total, cerca de 150.000 estavam radicados em São Paulo (SAITO & MAEYAMA, 1973; apud STADNIKY, 2001).

No período pós-guerra, entre 1952 e 1961, configurou-se uma nova conjuntura da imigração japonesa no país - com a entrada de cerca de 55 mil japoneses - e a retomada das relações diplomáticas e econômicas entre os dois países. Posteriormente, a vinda de japoneses ao Brasil diminuiu gradativamente à medida que a economia japonesa foi apresentando sinais de crescimento positivos, melhorando sensivelmente o padrão de vida de sua população¹⁹.

Em fins da década de 1980 e princípios de 1990, pode-se falar sobre um quinto momento da migração japonesa, mas não no sentido Japão-Brasil, e sim na direção inversa. Filhos e netos de japoneses emigraram em direção à terra de seus ancestrais e deram origem ao terceiro²⁰ maior fluxo da emigração brasileira em busca de trabalho, de melhores remunerações e em busca de suas raízes culturais. O fluxo migratório ficou conhecido nos meios de comunicação e na academia como *dekasegui*²¹, termo japonês que significa trabalhar fora de casa, e se tornou fato corriqueiro entre todas as colônias japonesas do país.

A presença japonesa e a sua integração à sociedade brasileira, bem como o desenvolvimento e a evolução da sua comunidade no país, podem ser observadas por meio de suas associações culturais e esportivas, de suas escolas de língua japonesa, de seus templos e igrejas, de suas festas, o que, de certo modo, resgata e mantém vivos as tradições culturais e os valores de seus ancestrais. Segundo a Japan International Cooperation Agency, 2003 (Jica), a população de japoneses e seus descendentes está estimada em torno de 1.300.000, sendo considerada a maior comunidade de nikkey no mundo.

Essa comunidade, contudo, vivencia o fenômeno *dekasegui*, problemática que será apresentada na sessão seguinte, desde meados da década de 1980.

19. No período de 1872 a 1972 entraram no País 248.007 imigrantes encerrando oficialmente o fluxo migratório. Levy (1974), Apud: Bassanezi (1996).

20. Os dois outros maiores fluxos migratórios direcionam-se ao Estados Unidos e ao Paraguai Baeninger & Patarra (1996). Segundo dados do Departamento de Imigração do Ministério da Justiça 2003, existem atualmente cerca de 275.000 brasileiros residindo no Japão.

21. Kawamura (1999), Sasaki (1999); Rossini (1996).



A comunidade nikkey²² brasileira no contexto das migrações internacionais

A década de 80 do século 20 constitui um marco na maior colônia de descendentes de japoneses no mundo. Milhares de descendentes de segunda e terceira geração deixaram o Brasil e emigraram em direção ao Japão, constituindo-se no terceiro maior grupo de estrangeiros neste país, além de coreanos (607.409) e chineses (487.570). Segundo dados do Departamento da Imigração do Ministério da Justiça do Japão, existem aproximadamente 290.000 imigrantes brasileiros registrados até dezembro de 2004, o que corresponde a 14,52% (Tabela 2) de toda população migrante naquele país.

A Tabela 1 apresenta os principais grupos de estrangeiros no Japão, o que permite observar o crescimento de quase todos os grupos, com exceção da Coreia (Norte e Sul). Na Tabela 2, verifica-se que esse país é o que apresenta maior perda percentual, tendo 71,96% do total de estrangeiros em 1988 e passando a 30,77% em 2004.

Tabela 1 – Estrangeiros no Japão segundo a nacionalidade – 1988-2004

	Coréia	China	Brasil	Filipinas	Peru	EUA	Outros	Total
1988	677.140	129.269	4.159	32.185	864	32.766	64.622	941.005
1989	681.838	137.499	14.528	38.925	4.121	34.900	72.644	984.455
1990	687.940	150.339	56.429	49.092	10.279	38.364	82.874	1.075.317
1991	693.050	171.071	119.333	61.837	26.281	42.498	104.821	1.281.644
1992	688.144	195.334	147.803	62.218	31.051	42.482	114.612	1.281.644
1993	682.276	210.138	154.650	73.057	33.169	42.639	124.819	1.320.748
1994	676.793	218.585	159.619	85.968	35.382	43.320	134.344	1.354.011
1995	666.376	222.991	176.440	74.297	36.269	43.198	142.800	1.362.371
1996	657.159	234.264	201.795	84.509	37.099	44.168	156.142	1.415.136
1997	645.373	252.164	233.254	93.265	40.394	43.690	174.567	1.482.707
1998	638.828	272.230	222.217	105.308	41.317	42.774	189.442	1.512.116
1999	636.548	294.201	224.299	115.685	42.773	42.802	199.805	1.556.113
2000	635.269	335.575	254.394	144.871	46.171	44.856	225.308	1.686.444
2001	632.405	381.225	265.962	156.667	50.052	46.244	245.907	1.778.462
2002	625.422	424.282	268.332	169.359	51.772	47.970	264.621	1.851.758
2003	613.791	462.396	274.700	185.237	53.649	47.836	277.421	1.915.030
2004	607.419	487.570	286.557	199.394	55.750	48.844	288.213	1.973.747

Fonte: Japan Immigration Association, 1995/2004, *Apud*. Sasaki, 2005

22. Segundo Kawamura (1995), a palavra nikkey refere-se aos descendentes de japoneses nascidos fora do Japão e compreende os nisséis (segunda geração), sanséis (terceira geração), yonséis (quarta geração) e os mestiços.

Tabela 2 – Estrangeiros no Japão segundo a nacionalidade – 1988-2004

	Coréia	China	Brasil	Filipinas	Peru	EUA	Outros	Total
1988	71,96	13,74	0,44	3,42	0,09	3,48	6,87	100,00
1989	69,26	13,97	1,48	3,95	0,42	3,55	7,38	100,00
1990	63,98	13,98	5,25	4,57	0,96	3,57	7,71	100,00
1991	54,08	13,35	9,31	4,82	2,05	3,32	8,18	100,00
1992	53,69	15,24	11,53	4,85	2,42	3,31	8,94	100,00
1993	51,66	15,91	11,71	5,53	2,51	3,23	9,45	100,00
1994	49,98	16,14	11,79	6,35	2,61	3,20	9,92	100,00
1995	48,91	16,37	12,95	5,45	2,66	3,17	10,48	100,00
1996	46,44	16,55	14,26	5,97	2,62	3,12	11,03	100,00
1997	43,53	17,01	15,73	6,29	2,72	2,95	11,77	100,00
1998	42,25	18,00	14,70	6,96	2,73	2,83	12,53	100,00
1999	40,91	18,91	14,41	7,43	2,75	2,75	12,84	100,00
2000	37,67	19,90	15,08	8,59	2,74	2,66	13,36	100,00
2001	35,56	21,44	14,95	8,81	2,81	2,60	13,83	100,00
2002	33,77	22,91	14,49	9,15	2,80	2,59	14,29	100,00
2003	32,05	24,15	14,34	9,67	2,80	2,50	14,49	100,00
2004	30,77	24,70	14,52	10,10	2,82	2,47	14,60	100,00

Fonte: Japan Immigration Association, 1995/2004, Apud: Sasaki, 2005.

O movimento migratório de brasileiros, ao lado de tantos outros em direção ao exterior, como o caso dos mineiros de Governador Valadares para os Estados Unidos (SALES,1999; Fusco,2002; Assis,1996,2004), está inserido em um contexto social, econômico, cultural e político em que ambos os países estão vivenciando naquele exato momento. Há ainda outros 2 tipos de migração no Brasil: a fronteira, que diz respeito aos “*brasiguaios*”, e o fluxo de coreanos e de mão-de-obra semi-clandestina de determinados grupo étnicos para a Região Metropolitana de São Paulo (Patarra & Baeninger, 1996).

Pensar em migrações internacionais implica refletir sobre as mudanças ocorridas a partir da década de 80 do século 20, que reconfigurou o mundo numa nova ordem econômica, política, social e cultural. A nova divisão internacional do trabalho; as novas formas de produção e organização do sistema capitalista (novos espaços, novos mercados, capitais e investimentos apátridas); o fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim; a desintegração do Bloco Soviético; a unificação da Alemanha; as crises econômicas na Rússia e na Ásia; as desigualdades regionais acentuadas e crescentes (IANNI,1996), entre outros, foram acontecimentos que influenciaram e continuam influenciando a



construção desse novo quadro e cenário do mundo moderno, tecendo “o pano de fundo desses enormes deslocamentos populacionais” (PATARRA & BAENINGER, 1996).

O movimento migratório dos descendentes de japoneses no Brasil ficou conhecido como *dekassegui*. A idéia de trabalhar fora de casa era utilizada no Japão para se referir às pessoas que migravam temporariamente no período de entressafas, deslocando-se da zona rural para a zona urbana em busca de trabalho, e retornando em seguida para seu local de origem (KAWAMURA, 1994, 1999; CAPUANO, 1997; SASAKI, 1995, 2000). Em virtude desse fato corrente naquele país, o termo passou a ser utilizado também aos descendentes de japoneses (nikkeys) que migram ao Japão para trabalhar temporariamente, exercendo trabalhos desqualificados, nomeados e descritos pelos trabalhadores imigrantes como os 5 K: pesado (kitsui), perigoso (kiken), sujo (kitanai), exigente (kibishii) e indesejável (kirai). (KAWAMURA, 1999).

Nas Tabelas 3 e 4, podemos observar os principais ramos e ocupações dos *dekasseguis* inseridos no mercado de trabalho japonês.

Tabela 3 – Brasileiros nas indústrias japonesas - 2000

Indústria	No.	%
Agriculture	475	0,4
Forestry	31	0,0
Fishery	12	0,0
Mining	45	0,0
Construction	3.695	2,9
Manufacturing	104.394	80,9
Utility	7	0,0
Transportation and Communication	2.019	1,6
Sales	4.208	3,3
Finance and Insurance	123	0,1
Real States	27	0,0
Service	1 0.543	8,2
Public	100	0,1
Others	3.414	2,6
Total	129093	100,0

Fonte: Ministry of Public Management, Home Affairs,
Posts and Telecommunications, 2004, Apud: Higuchi (2006)

Constata-se que a maioria dos brasileiros está alocada em poucos ramos da indústria japonesa (Tabela 3), concentrados principalmente no setor de manufatura (80,9%) e de serviços (8,2%).

Devido a essa concentração, a principal atividade/ocupação (Tabela 4) dos brasileiros está relacionada com o processo de produção industrial, cerca de (90%).

Tabela 4 – Ocupação dos Brasileiros no Japão - 2000

Ocupação	No.	%
Professional/technical	2.016	1,6
Managerial	147	0,1
Clerical	1.735	1,3
Sales	1.438	1,1
Service	3.303	2,6
Protective Service	149	0,1
Agricultural, forestry and fisheries	470	0,4
Transport and communications	1.011	0,8
Production process labores	115.305	89,3
Others	3.519	2,7
Total	129.093	100

Fonte: Ministry of Public Management, Home Affairs,
 Posts and Telecommunications, 2004, Apud: Higuchi (2006)

Esse movimento teve início em um momento em que ambos os países estavam passando por profundas transformações na área política, econômica e social. No Brasil, a década de 1980 ficou conhecida como a “década perdida”, marcada pela “instabilidade política, pela queda no desempenho econômico, elevação do custo de vida, a crescente queda do poder aquisitivo e de consumo, altas taxas inflacionárias, aumento do desemprego, concentração de renda e, em consequência, a deterioração das condições de vida de grande parte da população, em particular os estratos médios” (OLIVEIRA, 1997; KAWAMURA, 1999) do qual faz parte a maioria dos imigrantes japoneses. Segundo Oliveira (1997:56),

“Esta crise, que, sem dúvida, já se originara nos governos anteriores, toma proporções insustentáveis nos governos Sarney e Collor. O descontrole da inflação chega a níveis insuportáveis em alguns períodos, fazendo com que a população perca gradativamente o seu padrão de vida. Esta crise atinge, sobretudo, a classe média – amplo setor de boa parte do contingente emigratório brasileiro – que foi uma das mais prejudicadas pela crise”

Do outro lado do mundo, o Japão estava passando por um desenvolvimento econômico



acelerado, que implicava intensa demanda de mão-de-obra para manter e atingir a produtividade desejada naquele momento de expansão. Segundo Kawamura (1999), essa escassez de mão-de-obra estava relacionada a alguns fatores sociais e culturais daquele país, como: certo preconceito dos jovens em relação a trabalhos desqualificados; pequena participação de mulheres em idade produtiva no mercado de trabalho; envelhecimento da população; baixa taxa de natalidade e casamentos tardios.

A escassez de mão-de-obra nas pequenas e médias empresas confrontou o governo japonês com um dilema: como manter a homogeneidade étnica e cultural do país em meio à demanda crescente de mão-de-obra nos postos de trabalho desqualificados? Segundo Yamanaka (1996:68),

“The solution attempted was cleverly simple (as it turned out, too clever by half) namely: to Grant privileged Access to employment and residence in Japan to descendants abroad of earlier Japanese emigrants – in short, to tap the Japanese diáspora for labor in order to maintain the zealously guarded ethnic and racial homogeneity of the nation. To this end new ethnic category of “Nikkeijin” was constructed and employment in framing the 1990 revised immigration policy.”

Diante desse cenário, os nikkeys emigraram para preencher os postos de trabalhos desqualificados, implicando, no país de destino, uma nova forma de vida e experiência. Os primeiros a fazerem essa jornada foram os próprios isseis (japoneses natos) que emigraram daquele país para o Brasil, mas apenas uma pequena parcela deles retornou, já que outra parcela já se encontrava em idade bem avançada e conseqüentemente no final de sua idade produtiva. A maioria dos isseis que emigraram primeiramente tinha domínio da língua japonesa, detinha a cidadania japonesa, o que aos olhos do governo e empresários japoneses facilitaria o retorno sem maiores problemas (YAMANAKA, 1996).

Higuchi (2006:2-6), ao analisar o fenômeno *dekassegui*, subdivide o movimento (1980-2005) em cinco fases: a primeira corresponde à fase da migração de retorno “invisível” dos primeiros migrantes, que eram em sua maioria isseis e que desempenharam um importante papel na continuidade do fluxo; a segunda (1985-89) refere-se ao desenvolvimento das redes de recrutamento no Brasil, que foram se constituindo como principal fonte e meio de emigração para os nikkeys; a terceira (1990-1992) corresponde ao período da Reformulação da Lei de Imigração e seu impacto sobre o movimento; a quarta (1993-97) coincide com o período de recessão no Japão, que terminou afetando o mercado de trabalho, tornando-o mais flexível e condizente com as flutuações da produção industrial e ocasionando dispersão geográfica²³ do mercado de trabalho no continente, que permitiu e sustentou de certo modo o crescimento dos *dekasseguis*; e a quinta fase teve início em

23. Para maiores informações sobre distribuição populacional de brasileiros no Japão, consultar Sasaki em anexo (2005) e Higuchi (2006).

1998 e perdura até o presente momento, refletindo as mudanças demográficas com o advento e o crescimento da segunda geração, pressionando o governo local e os próprios *dekasseguis* por uma infra-estrutura educacional, saúde e política.

No Brasil, entretanto, retornar ao Japão como *dekassegui* era malvisto pela colônia, como descreve Sasaki (2000:8):

“Muitas vezes, no início do movimento, os indivíduos iam escondidos dos amigos e familiares, pois isto era motivo de vergonha e tal iniciativa era considerada reprovável”.

Tal visão, aos poucos, foi se dissipando, dando lugar a uma boa oportunidade de conhecer a cultura e a terra dos ancestrais, em busca das raízes, além de poder fazer uma poupança durante a estadia no Japão (KAWAMURA,1999).

Um fator decisivo e de extrema importância que dinamizou o processo migratório foi a Reforma da Lei de Imigração Japonesa²⁴, promulgada em junho de 1990, que passou a conceder status de permanência ao imigrante, levando em consideração o relacionamento sanguíneo com pessoas de nacionalidade japonesa (SASAKI,1999; OLIVEIRA,1997; KAWAMURA,1999, YAMANAKA,1996, 2001). Então, em fins da década de 1980, o fluxo ganhou notoriedade na comunidade japonesa e nos diversos jornais do país, mediante informações sobre emprego e altos salários, divulgados pelas agências de recrutamento²⁵ e redes pessoais, como descreve Yamanaka (1996:73).

“By the late 1980s, extensive social networks built in Japan by returnees and recruiters had become vehicles for bringing the latest information to Brazil regarding jobs, wages and housing in Japan. Japanese recruiters were already active in Brazil, promising many applicants profitable jobs. This meant that even those not fluent in Japanese could expect little difficulty in securing a job”.

Essa política migratória adotada apresenta natureza seletiva, “pois parte do pressuposto de adotar o critério da ascendência japonesa para a entrada de trabalhadores no país, além da valorização da consangüinidade como critério seletivo de parentesco” (KAWAMURA, 1999:65), ou seja, a política de imigração adotou a natureza étnica do imigrante como requisito imprescindível para a migração seletiva. Deve ficar claro, entretanto, que tal reforma em momento algum privilegiou a entrada de descendentes de japoneses, pois, na ótica do governo, ainda eram considerados estrangeiros e deveriam receber o mesmo tratamento que qualquer outra pessoa de outra nacionalidade (MISYOHI, 1993; SASAKI, 2000).

Os primeiros grupos de imigrantes, em meados dos anos 1980, segundo Kawamura

24. Na parte II trataremos especificamente desta Reforma, suas principais características e suas conseqüências.

25. Para maiores detalhes sobre o desenvolvimento e o surgimento das agências de recrutamento ver Higuchi (2001).



(1999:74), eram compostos principalmente por homens na condição individual, apesar de chefes de família, que emigraram com a idéia de retorno, da estadia de curta e, às vezes, de média duração, isto é, não viam a migração como de longa e definitiva permanência. O próprio contrato de trabalho desse tipo de mão-de-obra tinha natureza de curta duração, pois atendia aos modelos de gestão em que a produção e a utilização dos recursos materiais e humanos devem acompanhar as mudanças no processo produtivo e no mercado consumidor.

Com o passar dos anos, a natureza do movimento passou por transformações significativas, principalmente após a reformulação da Lei de Controle de Imigração do Japão, em junho de 1990, que passou a permitir aos descendentes de segunda e terceira geração e seus respectivos cônjuges entrarem no país com visto de duração de 3 a 1 ano, respectivamente. Devido a esse fato, o movimento passou a ter caráter de média e longa duração e coletivo, em que famílias inteiras emigravam, levando consigo seus filhos (SASAKI, 2000).

Segundo Yamanaka (1996:65),

"The new policy ...grants to second generation (Nisei) and third generation (Sansei) people of Japanese ancestry (Nikkeijin) a stay of up to three years and unlimited Access to the labor market."

Tal realidade coincidia com os interesses empresariais em busca de mão-de-obra jovem, forte, saudável, no auge de sua idade produtiva e etnicamente semelhante aos nativos (RIBAS, 1998; KAWAMURA, 1999; SASAKI, 2000). Esta última característica, de extrema importância para manter a homogeneidade étnica e cultural na sociedade e, desse modo, manter a harmonia, altamente valorizada no país. "Os nikkeys quebram menos a harmonia do ambiente de trabalho se comparados aos paquistaneses ou iranianos" (Ishi,1994:37). Antes dos nikkeys, esses dois grupos de imigrantes foram recrutados ilegalmente como alternativa para os postos de trabalhos desqualificados. Entretanto, significou um problema para a sociedade japonesa, devido aos atritos e conflitos surgidos em virtude das diferenças culturais.

Estudos recentes²⁶ sobre migração brasileira em direção ao exterior têm enfatizado que nem sempre as razões de partida são econômicas; ao contrário, muitas vezes são conduzidas por razões demográficas, sociais, políticas e culturais. No caso da migração para o Japão, o elemento cultural merece atenção à parte. Deveu-se principalmente aos discursos correntes dos migrantes nikkeys de que, além dos motivos econômicos, eles emigraram para conhecer a terra sobre a qual seus pais e avós tanto falavam em suas conversas, no dia-a-dia, nas escolas japonesas e dentro da comunidade (OLIVEIRA, 1997: 39, 74).

Segundo Oliveira (1997) e Sasaki (2000), a conseqüência dessas narrativas foi a criação

26. Para maiores detalhes sobre a migração brasileira em direção exterior ver trabalhos de: Kawamura (1996, 1999); Oliveira (1997); Sasaki (2000); Rossini (1996); Sales (1999), Assis (2002); Fusco (2002); Margolis (1994); Nimomiya (1992); Ocada (2003); Ferreira (2002).

de um Japão imaginário, uma realidade congelada no tempo, um país permeado por características culturais da Era Meiji. Tal visão de um país de primeiro mundo, desenvolvido econômica e culturalmente, entretanto, foi posta à prova com a emigração de milhares e milhares de descendentes japoneses na década de 1990, que culminou, em contrapartida, em um momento de reflexão sobre a identidade desses migrantes considerados japoneses no Brasil.

A experiência migratória trouxe uma reavaliação da identidade desses descendentes ao chegar à terra de seus pais e avós. Primeiramente, devido às circunstâncias culturais, pois não achavam que os japoneses eram tão diferentes no seu modo de viver, de falar, de se comunicar, de se expressar etc. Descobriu-se, então, que realmente não poderiam ser identificados como japoneses. De certo modo, foi a primeira desilusão de muitos nipo-brasileiros, principalmente daqueles que mantinham convivência próxima com as associações culturais e esportivas japonesas (OLIVEIRA,1997; KAWAMURA,1999; SASAKI,2000).

Certos elementos como a rigidez, a discricção, a pontualidade e a hierarquia social são valores compartilhados na sociedade japonesa. No primeiro contato entre brasileiros nikkeys e japoneses, seja no trabalho, na vizinhança e nas horas de lazer, culminou em vários mal entendidos, conflitos e decepções de ambas as partes. Do lado dos japoneses, a falta de noção sobre a existência de pessoas fenotipicamente japonesas em outros países, mas que no fundo não eram de forma alguma japonesas (KAWAMURA, 1999:151). Do lado brasileiro, a constatação de que a denominação “japonês”, habitualmente ouvida no seu país, tornou-se inadequada a partir desse momento, resultando em um conflito e reavaliação da identidade do grupo (ISHI, 1994).

Se pelo lado econômico e laboral esse grupo correspondeu às expectativas das pequenas e médias empresas, pelo lado cultural a aproximação entre os nativos e os nikkeys não se deu de forma pacífica e simples como supunham que aconteceria (OLIVEIRA, 1997; KAWAMURA, 1999; SASAKI, 2000).

A formação cultural e etária dos nikkeys é bem heterogênea entre os imigrantes, “a miscigenação ocorreu de forma diferenciada, conforme o grau de influência da cultura japonesa, que variou segundo o grau de descendência, a maior ou menor inserção no processo urbano-industrial e a região vivenciada pelo segmento nikkey” (KAWAMURA, 1999:74-75).

Oliveira (1997:74) resgata a questão da identidade deste grupo heterogêneo:

“Obviamente, este aspecto também traz implicações no contexto abordado, pois é fato que, de acordo com as diferentes gerações, dá-se uma maior proximidade ou maior distanciamento da cultura e do modo de ser japonês. Em outras palavras, aponta-se para o fato de que, dependendo da geração a que pertencem os indivíduos descendentes de japoneses – 2O. geração, 3O. geração ou 4O. geração – dá se uma maior adaptação aos modos de vida e padrões culturais brasileiros e um maior afastamento da aquisição cultural de seus antepassados”.



Ainda observando as singularidades entre as gerações, Kawamura (1994:400-401) afirma:

“a formação cultural da primeira geração de descendentes de japoneses no Brasil (nisseys) apresenta-se bastante diferenciada das demais gerações posteriores. A maioria teve contato com os costumes do Japão tradicional (era Meiji) levado pelos imigrantes, principalmente na família que se constituía no principal núcleo de vivência, apesar da significativa influência das associações comunitárias criadas pelos japoneses e descendentes (...) os de terceira (sanseys) e quarta (yohseys) gerações, salvo os que permaneceram nas ‘comunidades nipo-brasileiras’ das cidades interioranas, têm reduzida influência dos costumes e da língua japoneses”

Desse modo, a inserção dos brasileiros na sociedade japonesa constituiu uma experiência às vezes triste, às vezes alegre. “Esta mudança constitui-se num longo, árduo aprendizado para o nikkey por se constituir numa mudança brusca, pois muitos dos costumes, regras e valores não condizem com sua vivência anterior, ele perpassa por um processo de mutilação, de reconstrução de aspectos positivos do background cultural, da aquisição de novos costumes e da visão da vida cotidiana” (KAWAMURA, 1999:151).

Iniciou-se, a partir do contato, uma reavaliação da identidade, um processo de negociação por parte do nikkey que se descobre estrangeiro na terra de seus avós e que, como meio de sobrevivência, utiliza-se de aspectos da cultura brasileira, somada à influência da cultura local, para viver o dia-a-dia no trabalho e na sociedade. É indiscutível que o movimento migratório de *dekasseguis* é um marco na questão da identidade dessas pessoas (OLIVEIRA, 1997; SASAKI, 1999), sejam elas japonesas ou nikkeys. É sem dúvida um período de transição, pois viver num mundo globalizado, internacionalizado, implica estar em contato com o outro, com o estranho, com culturas totalmente distintas e principalmente ter flexível sua visão de mundo. Aqueles que chegam a algum país em busca de trabalho, moradia e melhor qualidade de vida, são obrigados e forçados a negociar com as novas culturas, novos comportamentos, novas regras, sem serem assimilados por elas e sem perder completamente sua identidade. “Essas pessoas sempre carregarão consigo os traços das suas culturas, das suas tradições, das suas linguagens e de seus modos de viver,... eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas” (HALL, 2000), a viver em dois mundos ao mesmo tempo.

Atualmente, o fenômeno *dekassegui* apresenta uma duração de quase duas décadas, possibilitado pela relação entre os países que se estreitaram pelas redes sociais (KAWAMURA, 1999; SASAKI, 2000; FUSCO, 2002; ASSIS, 2002; SALES, 1999) que foram se constituindo e se consolidando com o aumento e a continuidade do fluxo migratório, e pela mudança de temporalidade (KAWAMURA, 1999; SASAKI, 2000; FUSCO, 2002; ASSIS, 2002; SALES, 1999, OLIVEIRA, 1997; CONSTANT & MASSEY, 2002)

de natureza de curto prazo para médio e longo prazo. Isso não quer dizer que migração temporária deixou de existir; ela ainda permeia o ideário de vários imigrantes.

Na próxima seção, apresentaremos um perfil sociodemográfico dos *dekasseguis* no Japão com relação a volume total, taxa de crescimento geométrico da população de brasileiros, razão de sexo etc. Faremos também incursões sobre trabalhos e pesquisas²⁷ recentes para apresentar as transformações ao longo das duas últimas décadas do movimento *dekassegui*.

Quem são os *dekasseguis*: perfil sociodemográfico

Na eminência de completar quase duas décadas, o fenômeno *dekassegui* sofreu grandes transformações e várias alterações, desde o mercado de trabalho, a estrutura etária, a razão de sexo, os salários, as horas trabalhadas e a convivência social. Em algumas cidades, como Hamamatsu, residem atualmente cerca de 12.000 brasileiros, uma aglomeração considerável que permitiu criar um nicho étnico de serviços e uma pequena comunidade brasileira (Japan Immigration Association, 1995/2004, apud SASAKI, 2005).

Em contrapartida, em outras províncias, os imigrantes brasileiros são pouco numerosos, tornando-se um grupo quase invisível. A estrutura etária da população migrante no Japão também se modificou significativamente ao longo do período. Em 1994 (Gráfico 1), observamos que os maiores grupos estão concentrados nos grupos etários de 20 a 34 anos em ambos os sexos, sendo a presença masculina predominante.

Na pirâmide etária de brasileiros no Japão em 2003 (Gráfico 2), observam-se significativas mudanças no perfil da pirâmide etária dos *dekasseguis* durante duas décadas de movimento, incremento visível na base da pirâmide, perda relativa nos grupos de 20 a 34 anos em ambos os sexos e maior presença do migrante feminino.

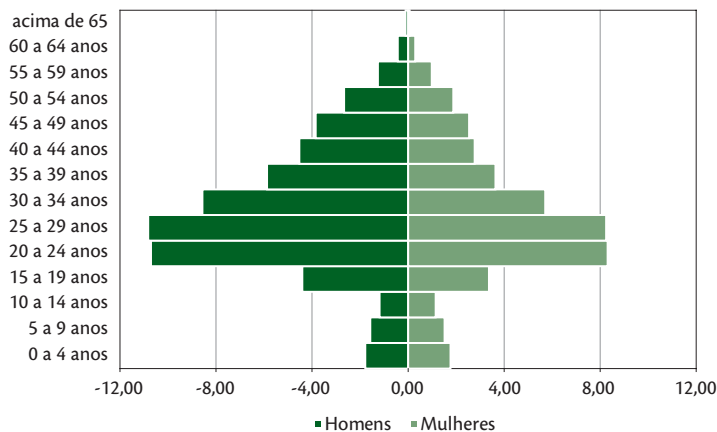
Pressupõe-se que a primeira mudança tenha relação com o aumento de nascimentos²⁸ ocorridos durante uma maior permanência dos *dekasseguis* no Japão que, por sua vez, pode estar relacionado com as mudanças do estado civil dos migrantes ao longo do projeto migratório. Segundo a Japan Immigration Association, em 2002, 71,7% eram casados e 25,9% encontravam-se solteiros (SEBRAE, 2004). Por exemplo, no caso de Maringá (2001), foi constatado que muitos *dekasseguis* que emigraram solteiros, ao retornarem ao Brasil, estavam casados.

27. Hirano, F. (2004), Sebrae (2004).

28. Em recente trabalho, Ricardo Hirata (2005), captou os filhos de brasileiros nascidos no Japão, mas que estavam no Brasil em 1995, utilizando dados do censo demográfico de 2000. Para maiores detalhes consultar seu trabalho.

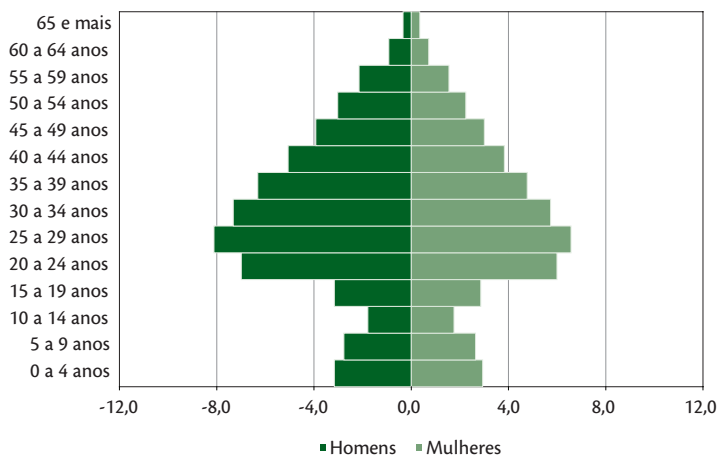


Gráfico 1 – Pirâmide Etária dos Brasileiros no Japão - 1994



Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005

Gráfico 2 – Pirâmide Etária dos Brasileiros no Japão – 2003



Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005

Estes migrantes, sejam eles retornados ou ausentes, são geralmente pessoas jovens, no auge da atividade produtiva e muitos entrando num novo ciclo da vida, a passagem da vida individual para a vida familiar. Os dados das Tabelas 5 e 6 demonstram essa transformação antes e depois da migração no caso de Maringá.

Tabela 5 – Estado Civil anterior a migração segundo Condição de Presença, Maringá, 2001

Estado Civil antes da migração	Retornados	Ausentes
solteiro/a	43,7	54,8
casado/a / união estável	54,0	43,1
separado/a / divorciado/a / desquitado/a	1,4	1,0
viúvo/a	0,9	1,0
Total	100,0	100,0
Total	437	290

Fonte: Pesquisa Amostral : casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001.

Nota: população migrante retornada (473) e ausente (301).

Tabela 6 – Estado Civil Atual do Migrante segundo Condição de Presença, Maringá, 2001

Estado Civil atual do migrante	Retornados	Ausentes
solteiro/a	28,1	37,6
casado/a / união estável	65,2	55,9
separado/a / divorciado/a / desquitado/a	3,2	3,8
viúvo/a	2,7	2,4
Amasiada	0,0	0,3
Total	100,0	100,0
Total	437	290

Fonte: Pesquisa Amostral : casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001

Nota: população migrante retornada (473) e ausente (301)

Constata-se também que o grupo de separados, divorciados e viúvos aumentou significativamente - de 4,4% antes da migração, entre retornados e ausentes, para cerca de 12,2% no momento do *survey*. O aumento do percentual de divorciados e separados tem ocorrido devido às estadias longas e à dispersão familiar (Oliveira, 1997). Com relação às uniões, observa-se que muitos migrantes estão voltando casados e casando-se no Japão, o que os coloca em nova fase da vida.

A seguir, relato sobre a desestruturação familiar, como consequência da migração:

“E. e o marido foram trabalhar no Japão em 94. Permaneceram por lá durante quatro anos e voltaram ao Brasil. Grávida, ela queria ter o filho na companhia da família. A criança nasceu há cinco anos. Em 99, o marido retornou ao Japão. Ele foi porque não tinha emprego por aqui. Prometeu que voltaria em um ano. Passou um, dois, três anos e nada. Foi então que decidiu pedir o divórcio, homologado em 2002, depois de 8 anos de casamento”(Jornal Nipo Brasil. p. 5A).



Observa-se que, em ambos os grupos de migrantes maringáenses, houve redução significativa entre aqueles que declaram estar solteiros no momento anterior à migração, comparando a sua atual situação no momento do *survey*. A solidão que acompanha muitas vezes o migrante solteiro, estimula a procura de parceiros para diminuir essa carência, ao mesmo tempo em que muitos, ao encontrarem um par, desejam constituir famílias no país de destino, como forma de minimizar as saudades dos familiares que permaneceram no país de origem, o que altera os objetivos iniciais da migração quando foram pensados individualmente.

Sasaki (2000:41), ao comentar sobre o ciclo de vida familiar dos migrantes, relata a situação colhida em seus depoimentos:

“Na pesquisa de campo, tivemos 2 casais de entrevistados que se conheceram no Japão, trabalhando na mesma fábrica ou por terem amigos (brasileiros) em comum. Até se conhecerem e decidirem se casar, não tinham finalidades definidas para o dinheiro obtido no Japão. A partir do momento que resolveram se unir, o destino desse montante ganhou novas feições: casar, comprar e montar uma casa no Brasil”.(Grifo nosso)

É importante observar que, a partir do momento em que a condição individual dos migrantes se modificou, novos projetos foram pensados e lançados no projeto migratório. Tal fato, a priori, contribui para estender o tempo de permanência do casal de migrantes, postergando o retorno, concebido como projeto final da migração, embora possa ser alterado por outros eventos inesperados, como a perda do emprego, a chegada de um bebê, doenças etc.

Por exemplo, o grupo de migrantes de Maringá que partiu do Brasil (HIRANO, 2006) na condição de casados ou de união estável corresponde à metade dos casos entre os retornados (54%) e 43% dos ausentes no momento anterior à migração. Uma parcela significativa desses migrantes foi acompanhada por filhos na migração ou deixou os filhos sob a responsabilidade de parente. Aproximadamente 1/3 dos retornados disse ter filhos, e a metade dos migrantes ausentes confirmaram a presença deles, como podemos observar na Tabela 7.

A presença de filhos é um importante fator no comportamento do migrante quando este deixa para trás aqueles, pois, embora os pais estejam ausentes fisicamente, as responsabilidades familiares permanecem mesmo a longas distâncias, na forma de contatos diários, remessas, decisões etc.

Tabela 7 – Presença de filhos segundo Condição de presença, Maringá, 2001

O migrante tem filhos	Retornados	Ausentes
não	32,3	49,3
sim	67,7	50,7
Total	100.0	100.0
Total	436	290

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001

Nota: população migrante retornada (473) e ausente (301).

A manutenção de laços fortes com o país de origem pode estimular, contribuir e direcionar a expectativa de permanência do migrante no país de destino, bem como o número de viagens que faz ao longo do processo até possível retorno definitivo.

A razão de sexo da população total de brasileiros²⁹ também se modificou ao longo da dinâmica do fluxo migratório em alguns grupos de idade, cujo início da migração foi marcado por um padrão de mão-de-obra predominantemente masculina, para uma estrutura etária mais balanceada na composição dos sexos, como podemos verificar na Tabela 8:

Tabela 8 – Razão de Sexo de Brasileiros no Japão –1994-2003

Grupos Etários	Razão de Sexo									
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Oa4	101	106	102	95	103	105	92	106	105	108
5a9	104	99	102	105	102	102	102	104	105	105
10a14	103	104	103	99	104	104	96	105	103	102
15a19	131	134	131	97	119	116	82	110	109	111
20 a 24	129	129	126	100	121	121	83	116	116	117
25 a 29	131	130	127	101	124	125	82	123	123	123
30 a 34	150	147	141	102	130	129	79	126	127	128
35 a 39	162	157	151	103	134	136	77	132	132	132
40 a 44	163	156	149	105	130	134	80	131	130	132
45 a 49	151	156	151	97	133	135	73	131	134	130
50 a 54	142	143	145	99	138	136	72	136	135	135
55 a 59	128	138	143	93	140	141	66	136	134	138
60 a 64	144	141	142	103	131	125	79	127	127	128
65 e mais	156	164	152	95	120	111	79	100	100	97
Total	159.619	176.440	201.795	233.254	222.187	224.299	254.394	265.962	268.332	274.700

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005

Org: Fabio Y. Hirano (2006)

29. Para maiores informações sobre taxas de crescimento por grupos de idade e sexo, ver tabelas em anexo.



Observamos na Tabela 9 que, embora a razão de sexo tenha diminuído, a presença masculina na migração continua sendo majoritária. Cerca de 55% eram homens, em 2003, e 45%, mulheres.

Tabela 9 – Distribuição de Brasileiros no Japão segundo o sexo – 1994/2003

Ano	Homens	Mulheres	Total	Total
1994	57,7	42,3	100,0	159.619
1995	57,6	42,4	100,0	176.440
1996	57,0	43,0	100,0	201.795
1997	56,2	43,8	100,0	233.254
1998	55,2	44,8	100,0	222.217
1999	55,3	44,7	100,0	224.299
2000	55,2	44,8	100,0	254.394
2001	54,9	45,1	100,0	265.962
2002	54,9	45,1	100,0	268.332
2003	55,0	45,0	100,0	274.700

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005
Org: Fabio Y. Hirano (2006)

Segundo dados do Departamento da Imigração do Ministério da Justiça do Japão, existiam aproximadamente 290.000 imigrantes brasileiros registrados até dezembro de 2004. Embora os dados ainda indiquem crescimento, mas de forma lenta e bem inferior ao verificado no início dos anos 1990³⁰, o que se tem observado é a movimentação constante entre os dois países. Isto é, alguns dados indicam que há uma certa circularidade ou migração de retorno no movimento migratório. De acordo com os dados do Ministério da Justiça do Japão, observa-se que, no ano de 2001, entraram no país 81.800 e saíram 86.523, dados completamente diferentes dos anos 1990, conforme Gráfico 3, quando as entradas superavam as saídas.

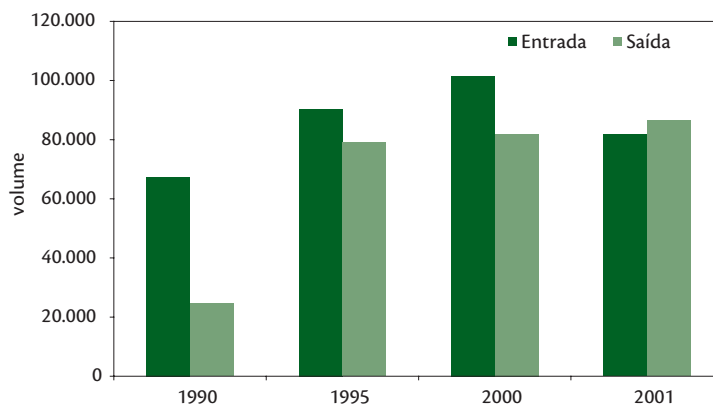
No *survey*³¹ realizado na cidade de Maringá (2001), verificou-se que 61% dos migrantes nikkeys e seus cônjuges estavam retornados e 39% estavam ausentes no momento da pesquisa. Realidade completamente diferente se comparada aos resultados do *survey* de Criciúma, realizado no mesmo período e que indica que 73,7% dos migrantes encontravam-se ausentes, contra 26,3% de

30. A taxa de crescimento anual de brasileiros atingiu picos no triênio 1989-1991, atingindo uma taxa de até 288%, diminuindo para 3,2% a/a. (Sasaki, 1999)

31. Os dados foram retirados do *Survey* do Projeto “Redes Sociais nas Migrações Internacionais: imigrantes brasileiros para os EUA e o Japão” realizado no Núcleo de Estudos de População, com o auxílio da Fapesp, realizado em junho de 2001, sob a coordenação da Profª. Dra. Teresa Sales.

retornados³². Será que tais dados sugerem que o fenômeno *dekassegui* pode estar em uma nova fase da migração? Migrações Circulares, Definitivas ou Temporárias³³? Quais condicionantes podem ser responsáveis por tal comportamento: Políticos, Econômicos, Sociais, Culturais?

Gráfico 3 – Entradas e Saídas de Brasileiros – Japão -1995/2001



Fonte: Departamento da Imigração do Ministério da Justiça do Japão, 2003.

Supor, de um lado, que o movimento *dekassegui* está se tornando Definitivo ou Permanentemente significa afirmar que os imigrantes iniciaram e estão construindo uma nova vida no país de destino, realizando investimentos locais, fazendo esforços de reintegração social e cultural. Por outro lado, considerar o fenômeno como Temporário ou Circular leva a pensar que as pessoas emigraram com o objetivo de acumular capital para melhorar o seu padrão de vida após o retorno, que não é apenas uma questão econômica; é também de natureza social, cultural e política. Para definir o tipo de migração – Definitivo, Temporário, Circular – de determinado fluxo, é necessário analisar o comportamento dos migrantes no país de destino e em relação ao país de origem (GLYTSOS, 1997; AROWOLO, 2000; CONSTANT & MASSEY, 2002). O retorno³⁴ traz a essas pessoas mais do que a volta a seu país de origem; carrega consigo as dificuldades concernentes ao movimento migratório e todas as influências culturais, sociais, políticas e econômicas entrelaçadas no ato de emigrar.

32. Fusco, Hirano & Peres (2002)

33. Kawamura, 1999; Sasaki, 2000; Fusco, 2002; Assis, 2002; Sales, 1999; Oliveira, 1997; Constant & Massey, 2002; Roberts, 1995; Glystos, 1997).

34. Para maiores informações sobre a questão de retorno dos *dekasseguis* ver: O Caminho para Casa: o Retorno dos *Dekasseguis*, tese de mestrado defendida em fevereiro de 2004 no IFCH/UNICAMP. Voltaremos a fazer uma discussão mais adiante.



Lei de migração japonesa

Na compreensão dos atuais movimentos migratórios internacionais, sejam eles documentados ou não, é de suma importância analisar as leis de migração que permitem a entrada, circulação, residência, mas que também criam obstáculos jurídicos e, de certa maneira, regem e moldam o comportamento dos migrantes no país de destino.

Segundo Miyoshi³⁵ (1993:70-71), “para as autoridades japonesas, os nikkeys não deixam de ser estrangeiros. Todos são iguais perante a lei”. Do ponto de vista legal (atual Lei de Controle da Imigração), não existem regras que beneficiem os nikkeys em comparação com os demais estrangeiros. Aqueles que a comunidade nipo-brasileira denomina de “nisseis”, juridicamente são ‘filhos legítimos de quem tenha nascido como filho de japoneses’ e os que se denominam de “sansei” são ‘pessoas que tenham nascido como filhos de japoneses e que sejam filhos legítimos de filhos legítimos de quem tenha tido o registro civil como nacional do Japão’. Trata-se de status de permanência que leva em consideração o relacionamento sanguíneo com pessoas de nacionalidade japonesa.

Segundo Ishigaki³⁶, a Reforma da Lei de Controle da Imigração tinha dois objetivos fundamentais: 1) Fazer uma revisão geral das categorias; 2) Aperfeiçoar a lei para enfrentar com mais eficiência o problema dos trabalhadores em situação irregular (Ishigaki, 1992:23-24). De acordo com o cônsul Miyoshi (1993), a admissão de pessoas de origem japonesa não foi objeto de um estudo especial dentro dos trabalhos de revisão da lei.

A migração em direção ao Japão é institucionalmente legalizada³⁷, pois é concedido um Visto Especial aos descendentes japoneses de segunda e terceira gerações (nisseis e sanseis, respectivamente) e cônjuges, que varia de 6 meses, 1 a 3 anos, todos com a possibilidade de renovação. Existem sete tipos de vistos segundo a Lei de Migração Japonesa: 1) Diplomático; 2) Oficial; 3) Trânsito; 4) Visita Temporária; 5) Trabalho; 6) Comum; 7) Especial. Segundo Miyoshi (1993), os vistos especiais

“são concedidos àqueles que forem exercer atividades especificamente determinadas por portarias e outras autorizações do Ministério da Justiça” (1993:36).

Nesse caso, as pessoas que podem obter visto adquirem status de longa permanência, que varia segundo a condição do migrante. O Quadro 2 relaciona os estrangeiros que têm permissão para entrar no Japão segundo o status de permanência concedido pelo visto especial.

35. Takefumi Miyoshi, foi Cônsul (chefe da seção de vistos) do Consulado Geral do Japão em São Paulo em 1991.

36. Yasuji Ishigaki, foi Cônsul Geral do Japão em São Paulo em 1991.

37. Reformulação da Lei de Imigração (1990).

Quadro 1 – Status de permanência segundo Lei de Imigração Japonesa - 1990

Status de Permanência	Estrangeiros permitidos no país
Atividades Designadas (3 anos, 1 ano ou 6 meses)	Estão qualificados para este status os estrangeiros que pretendem entrar no país como empregados domésticos contratados em caráter particular pelos diplomatas, cônsules e outros; os estrangeiros que pretendem entrar no país por meio do sistema <i>working holiday</i> (sistema que, tendo por base o acordo com países estrangeiros, abre possibilidades para trabalhar, a fim de complementar as despesas de viagens e possibilita aos jovens conhecer a cultura e os modos de vida em geral do outro país), assim como estrangeiros que pretendem se empregar nas empresas a fim de atuar como atletas nos ESPORTES amadores etc.
Residentes em caráter permanente (não há prazo)	Estão qualificados para este status os estrangeiros que receberam autorização de entrada no país para residência permanente.
Cônjuges e filhos de japoneses e outros (3 anos, 1 ano ou 6 meses)	Os cônjuges, os que nasceram como filhos de japoneses e as crianças que foram especialmente adotadas pelos japoneses, de acordo com os preceitos do art. 817, parágrafo 2º. do Código Civil Japonês.
Cônjuges e filhos de residentes em caráter permanente (3 anos, 1 ano ou 6 meses)	Os cônjuges e filhos de residentes em caráter permanente e residentes em caráter permanente especial.
Residentes por longo período (3 anos, 1 ano ou 6 meses)	Refugiados definidos na Convenção de Refugiados, refugiados provenientes da Indochina, nissei e sansei de ascendência japonesa residentes por longo período no Japão.

Segundo Higuchi (2006), a criação dessa nova categoria de status especial criou um canal que possibilitou a entrada de determinados estrangeiros sem nenhuma restrição³⁸ a exercer qualquer tipo de trabalho:

“...the establishment of the “long-term resident” status of residence...allowed unlimited scope of activities and are able to renew their visa”(Higuchi, 2006:7)

Após promulgação da Lei, em 1990, houve grande fluxo migratório nos anos seguintes à Reformulação, como enfatiza Yamanaka (1996:65):

“Nisei and Sansei Nikkeijin into Japan after 1990, drawn by an explosive demand for labor in manufacturing industries in jobs shunned by Japanese. Legitimized as residents and workers by the

38. Na parte 3 voltaremos a tratar da Lei de imigração e suas modificações recentes e seus possíveis impactos sobre o movimento *Dekassegui*.



new policy, they constituted the overwhelming majority of immigrants . In 1991 the annual influx of Brazilian and Peruvian nationals reached a peak of 120.000, (96.000 and 24.000 respectively)“.

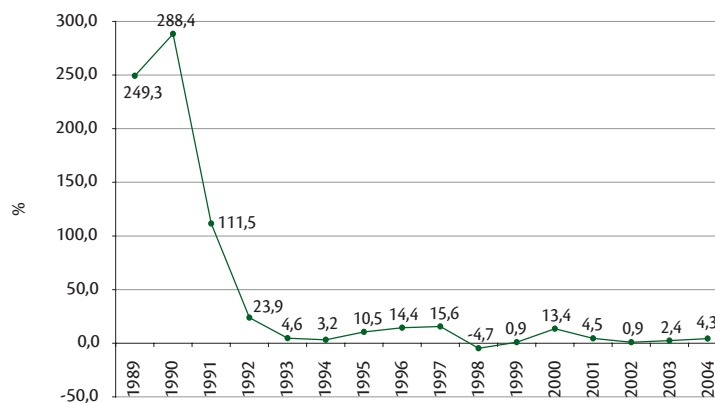
A Tabela 10 evidencia a evolução do fluxo migratório, seu auge e a perda de sua força ao longo das décadas. Observa-se que o triênio 1989-1992 corresponde ao período de maior saída dos nikkeys em direção ao Japão, principalmente após 1990, que condiz com o ano da Reformulação da Lei de Imigração Japonesa, que permitia a entrada desse grupo específico.

Os dados da Tabela 10 indicam que o crescimento da população de brasileiros no Japão não foi linear ao longo dos anos. Observa-se que o movimento migratório apresentou tímidas taxas de crescimento, reduzindo-se para 0,9% ao ano em 1999 e 2002, se comparada com outros anos, sendo que, no ano de 1998, a população brasileira apresentou taxa negativa de 4,7% (Gráfico 4). Essa redução e crescimento tímidos com relação às taxas poderiam indicar que o movimento *dekassegui* tenha perdido força? É possível pensar nessa hipótese?

Tabela 10 – População Total de Brasileiros no Japão – 1985/2004

Ano	Total de brasileiros	a.a%
1988	4.159	
1989	14.528	249,3
1990	56.429	288,4
1991	119.333	111,5
1992	147.803	23,9
1993	154.650	4,6
1994	159.619	3,2
1995	176.440	10,5
1996	201.795	14,4
1997	233.254	15,6
1998	222.217	-4,7
1999	224.299	0,9
2000	254.394	13,4
2001	265.962	4,5
2002	268.332	0,9
2003	274.700	2,4
2004	286.557	4,3

Fonte: Ministério da Justiça do Japão, 2004

Gráfico 4 – Taxa de Crescimento Geométrico de Brasileiros – Japão 1985/2004


Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003)

Tabela 11 – Taxa de crescimento geométrico anual de estrangeiros segundo a nacionalidade 1988/2004

	Coréia	China	Brasil	Filipinas	Peru	EUA	Outros	Total
1988								
1989	0,7	6,4	249,3	20,9	377,0	6,5	12,4	4,6
1990	0,9	9,3	288,4	26,1	149,4	9,9	14,1	9,2
1991	0,7	13,8	111,5	26,0	155,7	10,8	26,5	19,2
1992	-0,7	14,2	23,9	0,6	18,1	0,0	9,3	0,0
1993	-0,9	7,6	4,6	17,4	6,8	0,4	8,9	3,1
1994	-0,8	4,0	3,2	17,7	6,7	1,6	7,6	2,5
1995	-1,5	2,0	10,5	-13,6	2,5	-0,3	6,3	0,6
1996	-1,4	5,1	14,4	13,7	2,3	2,2	9,3	3,9
1997	-1,8	7,6	15,6	10,4	8,9	-1,1	11,8	4,8
1998	-1,0	8,0	-4,7	12,9	2,3	-2,1	8,5	2,0
1999	-0,4	8,1	0,9	9,9	3,5	0,1	5,5	2,9
2000	-0,2	14,1	13,4	25,2	7,9	4,8	12,8	8,4
2001	-0,5	13,6	4,5	8,1	8,4	3,1	9,1	5,5
2002	-1,1	11,3	0,9	8,1	3,4	3,7	7,6	4,1
2003	-1,9	9,0	2,4	9,4	3,6	-0,3	4,8	3,4
2004	-1,0	5,4	4,3	7,6	3,9	2,1	3,9	3,1

 Fonte: Japan Immigration Association, 1995/2004, Apud: Sasaki, 2005
 Org. Fabio Yoiti Hirano (2006)



A Tabela 11 apresenta a taxa de crescimento anual dos principais grupos de estrangeiros no Japão, indicando taxas de crescimento negativo de coreanos e de crescimento acelerado de outros grupos, como brasileiros, peruanos e chineses, fenômeno que deve ser compreendido dentro da ótica das políticas de migração japonesa. A entrada de chineses deu-se principalmente pelo Sistema de Trainee (Technical Intership Trainee Program, 1993), que concede visto de permanência de três anos para aprendizado e aprimoramento nas indústrias japonesas (HIGUCHI, 2006; NAKAMURA, 2006; KASHIWAZAKI, 2006).

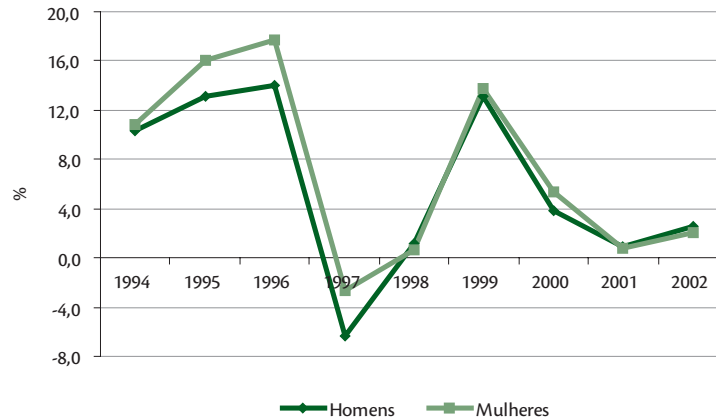
Ao analisarmos a taxa de crescimento geométrico da população migrante de brasileiros segundo o sexo, constatamos nítidas diferenças de comportamento ao longo do movimento. A Tabela 12 indica que o crescimento da presença feminina³⁹ tem sido maior que a masculina (Ver também Gráfico 5).

Tabela 12 – Taxa de crescimento de Brasileiros no Japão segundo o sexo – 1994-2003

Ano	Homens	%	Mulheres	%
1994	92.173		67.446	
1995	101.684	10,3	74.756	10,8
1996	115.035	13,1	86.760	16,1
1997	131.108	14,0	102.146	17,7
1998	122.753	-6,4	99.464	-2,6
1999	124.149	1,1	100.150	0,7
2000	140.485	13,2	113.909	13,7
2001	145.924	3,9	120.038	5,4
2002	147.322	1,0	121.010	0,8
2003	151.136	2,6	123.564	2,1

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud Sasaki (2005)
Org. Fabio Y. Hirano (2006)

39. Para maiores informações sobre taxas de crescimento por grupos de idade e sexo ver anexo I.

Gráfico 5 – Taxa de crescimento de Brasileiros no Japão segundo o sexo – 1994-2003


Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005
 Org: Fabio Y. Hirano (2006)

Um das hipóteses explicativas refere-se a uma maior entrada de mulheres no processo migratório, o que pode ter sido estimulado pela demanda e preferência de mão-de-obra feminina em certos ramos da indústria japonesa, como o setor eletroeletrônico, e devido ao fato de a mulher passar a ocupar certos postos que anteriormente eram masculinos, prática adotada por empresas como maneira de reduzir custos operacionais.

No cerne da mudança na Lei de Imigração, outro mecanismo burocrático foi adicionado - o visto de "Re-enter", isto é, o migrante que queira deixar o Japão, mas ainda não teve o seu visto vencido, pode solicitar essa chancela que lhe permite entrar novamente sem a necessidade de obter o visto no consulado (SASAKI,2000). Esta lei refere-se, segundo Miyoshi (1993:254, grifo nosso),

"Parágrafo 1º. Do artigo 26, da Lei de Controle de Imigração e reconhecimento de refugiados do Japão diz: o Ministro da Justiça poderá, em conformidade com os procedimentos da Portaria Ministerial e mediante o requerimento do interessado, conceder permissão de reentrada ao estrangeiro que se encontrar no Japão e que deseja sair do país e nele reentrar antes do vencimento do prazo de permanência (ou o período pelo qual possa permanecer no Japão, caso não tenha se fixado o seu período de permanência). Nesse caso, mediante requerimento do interessado, o Ministro da Justiça poderá, julgando ser conveniente, converter a permissão em questão numa permissão de múltiplas reentradas".

Qual seria o real propósito desse visto? Evitar o trâmite burocrático para o migrante que queira retornar depois de um descanso no seu país de destino? Ou podemos pensar que ela exerce



a função de flexibilizar o mercado de trabalho em momentos de retração e expansão econômica? No momento de retração, o desemprego aumenta e atinge principalmente aqueles empregos mais instáveis, e no qual a maioria dos trabalhadores estrangeiros está inserida⁴⁰. Muitos tentam realocar-se no mercado de trabalho, outros decidem retornar até que a economia se recupere ou retornam em caráter definitivo. Será o caráter da legalidade um fator de estímulo para uma migração de várias idas e vindas?

É interessante atentar para o artigo 26 da Lei de Controle de Imigração, parágrafo 6º, onde há uma norma que, de certa forma, invalida a primeira.

“Caso o Ministro da Justiça decida que não mais seja conveniente conceder a permissão de múltiplas reentradas ao estrangeiro que tenha reentrado no país com tal permissão esta poderá ser revogada enquanto o estrangeiro estiver no país”(Miyoshi, 1993:255)

Trata-se, desse modo, de uma migração seletiva, “pois parte do pressuposto de adotar o critério da ascendência japonesa para a entrada de trabalhadores no país, além da valorização da consangüinidade como critério seletivo de parentesco” (KAWAMURA, 1999:65), ou seja, a política de imigração adota a natureza étnica do imigrante como requisito imprescindível para a migração seletiva. Deve ficar claro, entretanto, que tal reforma em momento algum privilegia a entrada de descendentes de japoneses, pois, na ótica do governo, são estrangeiros e devem receber o mesmo tratamento que qualquer outra pessoa de outra nacionalidade. (SASAKI, 2000, grifo nosso). Segundo Ishigaki (1991:23-25),

“A consideração dos casos de entrada e saída de pessoas de ascendência japonesa, no e do Japão, tem por fundamento a idéia de que seria apropriado conceder a essas pessoas uma qualificação para permanência que não tenha nenhuma restrição de atividades, levando em consideração a existência de vínculos anteriores, com o Japão, através de ligações com alguma localidade, laços de família ou outro fatores. Assim, surge a posição do governo japonês, que é de não promover ou restringir particularmente o ingresso ou a saída dessas pessoas, deixando isso ao alvedrio individual”.

A reformulação da Lei de Imigração coincidirá com os interesses empresariais em busca de uma mão-de-obra jovem, forte, saudável, no auge de sua idade produtiva e etnicamente semelhante aos nativos (RIBAS, 1998; KAWAMURA, 1999; SASAKI, 2000). Esta última característica é de extrema importância para manter a homogeneidade étnica e cultural na sociedade e deste modo

40. Imigrantes retornados comentam que perdem o emprego sem aviso prévio, sem muita explicação, apenas a notificação que não são mais necessários a partir do dia seguinte.

manter a harmonia que é altamente valorizada neste país. A seguir um trecho do discurso proferido pelo Partido Liberal Democrático:

“Admitting Nikkeijin legally will greatly help to ameliorate the present acute labor shortage. People who oppose the admission of the unskilled are afraid of racial discrimination against foreigners. Indeed, if Japan admitted many Asians with different cultures and customs than those of Japanese, Japan’s homogeneous ethnic composition could collapse. However, if Nikkeijin were admitted, this would not be a problem... Nikkeijin, as relatives of the Japanese, would be able to assimilate into Japanese society regardless of nationality and language” (Nojima, 98-9; Apud: Yamanaka, 1996).

O princípio legislativo adotado no Japão é diferente do adotado pelo Brasil. Aqui, o princípio baseia-se na natureza *jus solis*, que trata da política de aquisição da nacionalidade aos que nascem em seu território; em contrapartida, a política do Japão reside no princípio *jus sanguinis*, cuja aquisição da nacionalidade dos filhos só é possível pela nacionalidade dos pais. (MIYOSHI, 1993:174).

Observa-se que, na Reformulação da Lei, os descendentes e seus filhos nascidos no Japão são considerados estrangeiros. O Princípio da Lei permaneceu intacta após a reformulação, isto é, processou-se uma revisão técnica e não política, como afirma Yamanaka:

*“The interests of, and pressure from, small-scale employers were clearly reflected in these measures of the Revised Immigration Law. Most importantly, the legal admission of Nikkeijin was a political compromise on the part of the Japanese government taken, on the one hand, to accommodate labor-starved small-scale employers and, on the other, as an attempt to maintain racial ethnic and social homogeneity in the face of progressive internationalization. By constructing the new category of Nikkeijin immigrants, the incumbent government was able to avoid complaints and accusations by one of its most influential constituencies, small-scale factory owners. Simultaneously, the government could maintain the core principle of the nationality and immigration law, *jus sanguinis*, thus making the revision a technical rather than political one.” (2001:131).*

Portanto, sob a Lei de Nacionalidade Japonesa, os nikkeys são estrangeiros a despeito de ter no sangue a ascendência japonesa. Quando a criança nascia no exterior, os pais tinham um prazo de 14 dias para registrá-la no Consulado ou na Embaixada Japonesa, caso contrário ela perdia a cidadania. Segundo Yamanaka:

“For many immigrants parents in Brazil living in remote areas distant from a Japanese Consulate, this registration rule was a hardship. As a result, many second generation Japanese children (Nisei) were not registered as Japanese citizens and thus lost their Japanese citizenship permanently” (1996:740)



Enfim, ao analisar o fenômeno *dekassegui*, é fundamental resgatar cinco pontos essenciais nessa política: 1) legalidade do fluxo migratório; 2) seletividade por consangüinidade; 3) vistos temporariamente definidos no tempo, com a possibilidade de renovação; 4) visto de reentrada; 5) e por último, condições jurídicas e sociais dos *nikkeys*, estrangeiro e imigrante na terra de seus pais e avós. Outro aspecto importante constatado, mas não mencionado, embora mereça a devida atenção, é que não existe pré-requisito familiar pra emigrar, isto é, a unidade migratória pode ser tanto individual quanto familiar, ou em grupos maiores.

É interessante notar que, na migração Japão-Brasil, havia uma condição básica para migrar e trabalhar, que residia no fato de que os empregadores exigiam famílias inteiras entre 3 e 10 pessoas⁴¹ (SUSUKI, 1992, apud: YAMANAKA, 1996, 2000). Essa exigência era um mecanismo para dificultar a dispersão e fuga dos membros familiares, ao mesmo tempo em que assegurava a fixação da mão-de-obra no campo. No caso do fluxo Brasil-Japão, o pré-requisito para emigração consiste basicamente na ascendência, deixando para os membros das famílias a decisão de quem emigra e de quem fica ou se todos emigram juntos.

No estudo realizado em Maringá, observou-se uma diferença substantiva com relação à condição do migrante na família. Entre os migrantes retornados, cerca de 34,5% eram chefes, seguidos pelo cônjuge e filho/a, respectivamente, 30,7% e 23,7%. Em contrapartida, os migrantes ausentes apresentam configuração bem diferente, em que o maior grupo, cerca de 59%, está na condição de filho/a, seguido pelo chefe e cônjuge, respectivamente, 12% e 9%.

Essa observação é importante devido aos resultados obtidos no *survey* de Maringá (2001). Dos 370 domicílios entrevistados, onde pelo menos um membro da família teve alguma experiência migratória internacional, observou-se que, em 51 domicílios, todos os membros foram pelo menos uma vez trabalhar no Japão, enquanto nos demais domicílios havia várias configurações migratórias. Para chegar a esses dados, subdividiram-se os domicílios em várias configurações, de diferentes arranjos. Por exemplo, no domicílio onde havia um casal com filho e filha (26 domicílios), observou-se que, ao mesmo tempo em que todos podem ir juntos, há casos em que o imigrante é apenas o chefe, ou o cônjuge, ou os dois, ou os dois filhos e assim por diante. Além dessa diversidade, existe o fato de que a condição de presença (Ausente, Retornado e Presente) varia entre os membros da família em que alguns podem estar ou não no Japão.

Retornando à questão política de migração não-familiar no caso do Japão, Monteiro (1994), ao estudar a migração de portugueses e o retorno a Portugal, desnuda a política migratória seletiva de Portugal (1870-1890), ao relatar a real intenção de se dispersar familiares,

“Não é o fenômeno em si que é mau; antes, de dentro da desgraça coletiva que afez multiplicar,

41. Várias famílias foram “criadas” para preencher o pré-requisito para emigrar, incluindo amigos, parentes e vizinhos, e que após desembarcar no Brasil se desmembravam, convertendo-se para a unidade original de relações. (Maeyama, 1996, apud: Yamanaka, 2000)

a emigração tem ainda virtude para trazer ao organismo nacional o alento das remessas de ouro do Brasil..."mas, para isto é necessário proibir, ou dificultar, a partida de famílias inteiras, porque é quando a família do emigrante fica na pátria que ele envia mais regularmente as suas economias" (Monteiro.1994, apud:Cabral, 1979:419-420, grifo nosso).

Ainda sobre o caráter seletivo da política migratória portuguesa,

"houve uma filtragem da emigração, que determinava a sua composição predominantemente masculina e jovem, por "ser a dispersão familiar que constituía a garantia do envio de remessas de dinheiro dos emigrantes para as famílias, residentes em Portugal, remessas que se haviam transformado num dos alicerces da política econômica e financeira portuguesa" (Monteiro.1994, apud: Pereira, 1981:55-6, grifo nosso).

A interpretação acima sobre a política migratória portuguesa traz luz às reflexões no caso da migração Brasil-Japão. Dispersar a família traz como conseqüências para aquele que emigra uma dupla ausência e uma dupla presença (SAYAD, 2000):

"Está duas vezes presente e duas vezes ausente: aqui, ele está presente física e materialmente, de maneira corporal apenas, e ausente moral e mentalmente, em espírito; lá, ele está nos fatos, física, material e corporalmente ausente, mas está moral, mental, imaginária e espiritualmente presente" (2000:20)

Assis (1995), ao analisar o fluxo migratório de Governador Valadares (MG), afirma que o migrante contemporâneo está vivenciando um singular campo social, denominado de transnacional. Atualmente, o migrante depara-se com duas realidades, duas temporalidades, o que levou a autora a questionar a manutenção das relações entre a sociedade de destino e a terra natal.

No seu trabalho de campo em Allston (1995), Assis encontrou evidências de uma comunidade pouco espalhada e dispersa, mas que se esforça para se organizar.

"Pode-se sugerir que o estabelecimento de redes de sociabilidade através das Igrejas, de pequenos comércios, de agências de remessa de dinheiro, de bares, assim como as fitas de vídeo que chegam toda semana com notícias, e os telefonemas, e cartas enviadas ao Brasil, tudo isso revela a constituição de uma comunidade brasileira nos EUA. Essas redes de sociabilidade apontam para a recriação de um "lugar brasileiros nos EUA" possibilitando aos emigrantes permanecerem nos EUA e manterem suas ligações com o Brasil" (ASSIS, 1995:11, grifo nosso)"



Schiller, Basch e Blanc-Szaton (1999) adotam a transnacionalização como perspectiva teórica para compreender a migração. Isso ocorre devido ao fato de que, para as autoras, a palavra migrante sugere imagens de ruptura permanente⁴². Na atual sociedade contemporânea, cada vez mais globalizada e interconectada, os indivíduos têm condição de manter múltiplas relações. Para Assis (1995), o enfoque transnacional enfatiza a emergência de um processo social que cruza fronteiras geográficas, culturais e políticas, cujos laços sociais não se desfazem, mas se mantêm mesmo após a emigração.

“os imigrantes passam a ser chamados de transmigrantes quando desenvolvem e mantêm múltiplas relações – familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas, e políticas que ampliam as fronteiras colocando em interrelação o global e o local (Schiller, Basch e Blanc-Szaton : op. Cit)
apud: Assis (1995:10)”

Transmigrante é definido em contraste com a versão antiga de migrante –permanentemente desenraizado de sua casa e forçado a abandonar padrões antigos e adaptar-se a novas circunstâncias. Implica múltiplas conexões e relações entre a sociedade de destino e a de origem (Jones, 1992:219). Relato colhido de um nikkey retornado que deixou para trás mulher e filhos reafirma que o contato contínuo mantém viva a terra natal:

“Mas, logo de cara, eu pedi pra minha esposa que se correspondesse comigo, pelo menos que me mandasse uma carta por semana, porque eu jamais queria ficar como aqueles que eu via lá, que perderam noção de tudo. E que se eu comesse a não telefonar, ou a telefonar só contando vantagem, alguma coisa mecânica, daquilo que eu estava treinado por eles, a ligar pra família e dizer: tudo bem, os carros daqui são bonitos, andei de trem-bala, conheci a Disneylândia..., se comesse a falar com esse papo de sempre, se ela visse que eu comesse a perder aqueles hábitos normais, por favor que ela disparasse um certo esquema que eu tinha pré-combinado, que era mandar fotos e coisas cheirando a Brasil, porque eu vi que isso poderia me ajudar a retomar os meus hábitos porque o meu medo era perder um pouco a memória ou qualquer coisa semelhante. E minha esposa, realmente, me ajudou muito! Muito! Muito!” (Silva & Cutti, 1995:34, grifo nosso).

Desse modo, a perspectiva transnacional contribui para a análise da migração internacional, uma vez que, devido às condições de comunicação e transporte tecnologicamente mais avançados em relação ao começo do século 20, tornou-se mais fácil e simples manter contato e relações entre pontos muito distantes.

42. Segundo a definição oficial da ONU, o migrante é todo aquele que muda definitivamente de residência.

“Estas ligações com o Brasil revelam que, na realidade, os emigrantes permanecem nos EUA com suas relações familiares e afetivas no Brasil e seus sonhos de retorno à terra natal se traduzem em investimentos na cidade de origem. Portanto, ao estruturar sua vida entre dois lugares os emigrantes não se tornam nem emigrantes permanentes, nem temporários, mas sim transmigrantes”(ASSIS, 1995:13, grifo nosso).

No caso dos retornados de Maringá, a perspectiva transnacional explica em parte o movimento *dekassegui*, devido ao fato de que a maioria, aproximadamente 68,6%, dos migrantes fez apenas uma viagem ao Japão, e 18,3% realizaram duas viagens. No caso dos ausentes, cerca de 47,2% dos migrantes fez uma viagem; 27,2%, duas viagens e 16,2% tinham realizado três viagens. Partindo-se do pressuposto de que a perspectiva transnacional implica um movimento migratório de várias idas e vindas, podemos observar que uma pequena parcela desse grupo insere-se nesta análise.

A dispersão familiar como resultante das migrações contribui não apenas para o vai e vem desses migrantes, como também para uma prática quase mensal de envio de dinheiro para aqueles que permanecem no Brasil - apesar da ausência, sua responsabilidade como chefe ou provedor do domicílio permanece. Estima-se que mensalmente entrem legalmente no país cerca de US\$ 300 milhões, sem levar em conta os fluxos migratórios da Europa e Estados Unidos (PATARRA & BAENINGER, 1996). De fato, a transferência de divisas alcança números bem maiores, pois os imigrantes utilizam redes familiares, de parentesco e de amigos para enviarem dinheiro ao Brasil quando algum deles retorna.

Geralmente, as remessas financeiras têm objetivos específicos como: remeter para familiares que ficaram, para ajudar na realização de investimentos, e funcionam ainda como simbologia de sua presença na sua ausência (CONNELL & CONWAY, 2000).

A aquisição de bens duráveis como casa, carro e a abertura de um comércio graças às remessas⁴³ regulares dos imigrantes significam, para eles, certo sucesso, pois, para muitos, isso não seria possível no Brasil. Muitos trazem pequenas lembranças que, no plano simbólico, significam certa mobilidade social ascendente, tanto no país de destino, quanto no país de origem (SOARES, 1994; ASSIS, 1995).

Um estudo realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em parceria com a ABD (Associação Brasileira de *Dekasseguis*), em 2003 e 2004, captou informações⁴⁴ de três grupos de brasileiros, junto ao Projeto *Dekassegui*: aqueles em vias de emigração (Grupo A), já emigrados (Grupo B) e retornados (Grupo C) ao Brasil. Ao realizarem a pergunta so

43. Voltaremos a tratar das remessas no tópico seguinte que se refere aos Laços que resistem à migração.

44. Foram realizadas 1501 entrevistas entre janeiro e fevereiro de 2004, nos estados de São Paulo, Paraná, Pará e Mato Grosso do Sul, e no Japão.



bre as remessas, todos os três grupos afirmaram que pretendiam fazer ou faziam remessas ao Brasil, como podemos verificar nas Tabelas 13, 14 e 15.

Tabela 13 – Distribuição por sexo e pretende fazer remessas ao Brasil

grupo A	Homens	Mulheres
sim	51,7	36,8
não	48,3	62,3
em branco	0	0,9

Fonte: Sebrae (2004)

Tabela 14 – Distribuição por sexo e faz remessas regulares ao Brasil

grupo B	Homens	Mulheres
sim	66,6	58,3
não	33	41,7
em branco	0,4	0,0

Fonte: Sebrae (2004)

Tabela 15 – Distribuição por sexo e faz remessa regulares ao Brasil

grupo C	Homens	Mulheres
sim	52,3	40,2
não	46,1	56,8
em branco	1,5	3

Fonte: Sebrae (2004)

Connell e Conway (2000), ao estudar a migração das pequenas ilhas do Sul do Pacífico e da porção oriental do Caribe com destino a Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos, observaram a nítida relação entre migração e remessas financeiras, cujo impacto e efeitos sociais, econômicos e políticos podiam ser observados. Eles partem da suposição de que as remessas são transferências privadas fundamentais de capital e que os migrantes retornados são pessoas capazes de enriquecer social e culturalmente suas comunidades, possibilitando que suas famílias tenham mais oportunidades e maior flexibilidade em suas opções de subsistência.

As remessas geralmente são utilizadas na manutenção do domicílio, no consumo básico da casa, como alimentação e roupas, em capital fixo ou em melhorias na casa. No caso dos *dekas-seguis* retornados e ausentes, cerca de 37,5% e 43,4%, respectivamente, remetem com o objetivo de manutenção dos domicílios⁴⁵.

Na ausência do chefe do domicílio, geralmente do sexo masculino, o cônjuge feminino assume a responsabilidade de administrar a casa e as remessas financeiras, seja para investi-las em atividades produtivas, poupá-las para futuras oportunidades de investimentos ou gastá-las em necessidades de consumo, ou em alguma combinação dessas três formas (CONNELL & CONWAY, 2000).

Por outro lado, os autores (CONNELL & CONWAY, 2000) comentam as reflexões de Brana-Shutes (1982), que estudou os impactos das remessas na região do Caribe de três formas: primeiro, as conseqüências em relação à agricultura local; segundo, as conseqüências econômicas para a sociedade como um todo e por último as conseqüências negativas nas relações sociais.

"In terms of consequences for Caribbean agriculture, remittances: 1) lead to declines in agricultural activity and productivity; (2) cause land to be removed from cultivation; (3) encourage half-hearted efforts by those left behind as laborers or overseers; (4) encourage land speculation for housing rather than develop land for agricultural production; and (5) alter previous demands for local produce to preferences for purchases of imported canned goods. In terms of economic consequences for Caribbean society as a whole, remittances may increase living standards for individuals and households when their material quality of life is improved, but the negative impacts appear more important for 'Caribbean development': (1) overall community standards may decrease due the widening gap among the masses of the 'haves' and the 'have nots'; (2) recipients may avoid low-status labor, such as farming; (3) part-time labor is used to supplement remittances rather than vice-versa; (4) dependency on imported food may become excessive; and (5) since the main, or a major, source of growth in the sending community is from income earned abroad, a 'boom-bust' economy develops where is experienced during the (overseas) industrial metropolis prosperity in good years, but entrenchment and hardship occurs over a long adjustment period when the metropolis regional economy experiences lean years. In terms of social relations, the negative consequences of being remittances-dependent are felt to: (1) undermine village-communal relationships, traditional gender roles and labor arrangements; (2) foster social stratification based on external sources of wealth, rather than communal merit differentiation; (3) underwrite expenses for the entire social system in some extreme cases; (4) lead to the development of a 'migration-mentality' – with is implied pejorative connotations" (Connell & Conway, 2000:60).

O papel das remessas é dual, como visto acima. Alguns autores as consideram benéficas, enquanto outros as consideram negativas. A despeito da natureza, o que está por detrás do fato é a manutenção dos laços e das obrigações sociais com a família e com a comunidade por meio de

45. Estes "investimentos" são considerados e caracterizados invariavelmente como improdutivos (Connell & Conway, 2000)



cartas, telefonemas, recados trazidos pelos novos imigrantes, que resultam em certa pressão social (CONNELL & CONWAY, 2000; KRIEKEN, 2000).

É importante ressaltar que as remessas estão intimamente ligadas ao trabalho do migrante que, por sua vez, tem relação direta com a economia do país de destino. As remessas, nesses casos, são realizadas contra incertezas, sejam elas de natureza econômica ou pessoal.

O sistema de remessas de Russell (1986) é criticado por Connell & Conway (2000) pelo fato de o autor dar muita atenção às categorias convencionais de consumo ou investimentos produtivos, deixando de lado investimentos não-econômicos, considerados igualmente importantes, como o capital humano e social e as necessidades básicas de um domicílio.

“Recognition of the importance of non-economic utilities in household livelihood decisions gives broader meaning to consumption investments, especially where meeting basic needs is a survival priority” (Connell & Conway, 2000:62)

Apoiando-se nesse sistema e nas várias perspectivas teóricas vistas anteriormente sobre o papel das remessas, Connell & Conway (2000) constroem uma estrutura dividida em sete categorias de estratégias que podem ser utilizadas pelos destinatários que recebem o dinheiro do exterior: 1) Necessidades básicas da família e dos dependentes; 2) Poupanças; 3) Investimentos em capital humano flexível (recursos); 4) Empreendimentos e Capitais Fixos; 5) Microempresas de atividade diversificadas; 6) Manutenção e Apoio à Comunidade; 7) Fomento para futura mobilidade. No caso dos *dekasseguis* de Maringá, as remessas são enviadas ao Brasil com o objetivo de manutenção da família, outra parcela é direcionada a investimentos e ainda há aqueles migrantes que não realizam remessa alguma.

Dadas as últimas características (remessas e dispersão familiar), o retorno renasce. É evidente que na migração há sempre uma parcela que permanece no país de destino, uma parte que retorna definitivamente e outra que vive entre dois países, o que resulta em uma configuração migratória diversa. Estudos sobre migração de retorno têm enfatizado que algumas características sobre o migrante aumentam a probabilidade e estimulam o retorno ao seu país de destino.

No trabalho de Soares (1994) sobre o fluxo Governador Valadares-Estados Unidos, constatou-se que, apesar do estabelecimento das redes de sociabilidades que modificam a temporalidade de alguns migrantes, ainda assim a perspectiva de retorno ao país de origem se mantém. Os dados do autor indicam que 49% da população migrante valadarense foram identificados como Pendulares (6,3%), Temporários (27,7%) e Retornados (15%), e cerca de 30% foram considerados migrantes definitivos.

Os dados demonstram que, devido à condição migratória de alguns, um sentimento am-

bíquo envolve o migrante, devido à sua identidade construída entre as fronteiras culturais, políticas, econômicas e sociais. A seguir, depoimento colhido por Assis (1995:11, grifo nosso):

“Estou muito deprimido não tenho vontade de ficar em dois trabalhos desde que meus pais retornaram ao Brasil. Sempre que vem alguém aqui, a gente tem vontade de voltar. Aqui na América é lugar para juntar dinheiro, não para viver! Não sou feliz aqui. No final deste ano se tudo der certo vou comprar minha casinha e retornar, mas tenho medo da readaptação. (...) A gente costuma com o estilo de vida aqui nos EUA, tenho dois carros, um bom salário, como vou conseguir isto no Brasil? Tenho TV, filmadora, compact disc, microwave, brinquedos para o meu filho; não teria tudo isso no Brasil, mas lá é minha terra, tenho saudade, eu tenho que tentar voltar se não sempre ficarei pensando como teria sido”.

O retorno torna-se um projeto almejado desde o início, mas nem sempre é concretizado. Os relatos colhidos por Assis (1995) nas cartas de imigrantes nos Estados Unidos afirmam que geralmente a volta é programada para final de ano, principalmente no período das festas natalinas. Porém, certo temor com relação ao retorno nasce devido a certa insegurança que envolve a decisão tomada. A seguir, trechos de cartas que demonstram o projeto de retorno e certa insegurança no país,

“Eu tenho a impressão de que ano vai ser decisivo para minha volta ao Brasil, mas como sempre vou precisar muito da ajuda de vocês aí. Primeiro para comprar a casa que vai ser o passo mais importante para a nossa volta. Segundo arranjar emprego para mim e para minha esposa; terceiro, na nossa adaptação na volta ao Brasil. Sabe pai quando a gente deixa o Brasil a gente pensa que está fazendo a coisa mais difícil da vida, mas pode ter certeza que a volta é muito mais difícil que a vinda e é por isso que nós vamos precisar tanto do apoio de vocês e eu sei que sempre posso contar com vocês”.(Assis, 1995:12)

Essa ambigüidade que nasce do contato entre dois países de cultura e economia diferentes resulta num indivíduo que quer estar lá e aqui ao mesmo tempo. É possível pensar que o retorno aconteça em etapas? Isto é, as idas e vindas constituem-se num período de readaptação e de reconhecimento do país, ao qual se deseja integrar cultural, social e economicamente?



Laços que resistem à migração

No projeto migratório, nem sempre todos os membros de uma família emigram juntos ao país de destino, a não ser em casos em que exista uma explícita política familiar migratória. Os *dekasseguis* não se encontram nesse caso, o que nos permite supor a dispersão familiar e a manutenção dos laços com aqueles que permaneceram no Brasil.

No *survey* de Maringá, havia três variáveis (2001) que indicavam que o contato e as responsabilidades familiares mantiveram-se mesmo na ausência dos migrantes que detinham a condição de chefe do domicílio: a principal forma de contato do migrante, a realização de remessas financeiras e, por último, a pessoa responsável pela administração dessas remessas.

A principal forma de contato com o Brasil acontece pela via telefônica, 83,5% e 90% dos migrantes retornados e ausentes, respectivamente. Duas outras formas de contato consistem na correspondência de cartas ou pela internet. O uso mais freqüente do telefone ocorre principalmente pela facilidade e maior disponibilidade dos meios de comunicação (Tabela 16). Pressupõe-se que o uso da internet intensifique-se à medida que novos programas computacionais – cujos preços das ligações são muito baixos - que permitam falar com pessoas que estejam morando em outros países, popularizem-se entre os *dekasseguis*.

Tabela 16 – Principal forma de contato segundo condição de presença, Maringá, 2001

Principal forma de contato com o Brasil	Retornados	Ausentes
nenhum	2,3	0,0
correspondência	12,1	5,5
telefone	83,5	89,7
internet	0,2	4,8
outros	1,8	0,0
Total	100,0	100,0
Total	437	290

Fonte: Pesquisa Amostrал: casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001.

Nota: população migrante retornada (473) e ausente (301).

A questão das remessas é relevante⁴⁶, pois, de um lado, exercem papel fundamental na economia brasileira, e de outro, servem para prover necessidades básicas dos familiares que permaneceram no Brasil (moradia, alimentação, transporte etc.). Segundo Relatório Anual realizado pela Global Development Finance (2003), estima-se que US\$ 72,3 bilhões foram enviados aos países em desenvolvimento em 2001 por migrantes. Desse montante, cerca de US\$ 25 bilhões foram enviados à América Latina com destino ao México, Brasil, República Dominicana, El Salvador, Equador, Peru, Colômbia, Jamaica, Guatemala e Honduras (IOM/OIM, 2004).

O montante poupado pelos migrantes brasileiros que vivem principalmente no Japão, Estados Unidos e Europa tem contribuído para equilibrar as contas de pagamento do Brasil. Segundo Klagsbrunn, 1997:14, apud: Sasaki, 2000, a emigração vai se consolidando como a mais importante fonte individual de divisas de nossa pauta de 'exportações'. Estima-se que aproximadamente US\$ 4 bilhões são enviados anualmente ao Brasil, transferidos pelas instituições bancárias como Banco do Brasil, Banespa e o Banco América do Sul. (SASAKI, 2000:75).

Além das vias oficiais de transferências das poupanças dos *dekasseguis*, caminhos extra-oficiais como entidades particulares, agências de turismo e o próprio *dekassegui* foram criados a fim de evitar as taxas e juros cobrados pelas instituições financeiras e para fugir do imposto de renda brasileiro. Entretanto, nem todas as economias e salários são enviados ao Brasil; parte é consumida no próprio Japão na compra de bens duráveis ou em pequenos negócios "de *dekassegui* para *dekassegui*" no Japão (SASAKI, 2000:78).

Ferreira (2003) realiza uma discussão acerca do espaço do consumo dos *dekasseguis* no Japão, em sintonia com o espaço do trabalho. O espaço do consumo é aquele que atrai, molda, produz e reproduz o migrante *dekassegui*, e é pelo trabalho que ele se materializa, se concretiza, mediante a aquisição de bens duráveis e não-duráveis. O automóvel é o bem mais desejado entre os *dekasseguis*, principalmente os jovens que adoram carros esportivos. Segundo relato de um *dekassegui* de 23 anos, "ficou mais difícil economizar e, às vezes, me arrependo de ter comprado um carro tão caro. Mas vejo que ele impressiona e sei que valeu a pena". (apud: Ferreira, 2003:6). Os *dekasseguis* que gastam grande parte dos salários no Japão assumem não somente a posição de trabalhador, de migrante, mas também a de consumidor.

Em Maringá, o migrante retornado e ausente realizava regularmente remessas ao Brasil, destacando a sua principal finalidade (Tabela 17). Como dito anteriormente sobre a dispersão familiar como principal conseqüência da migração e a manutenção das responsabilidades familiares, registrou-se que 37,5% e 43,4% dos migrantes retornados e ausentes, respectivamente, remetiam com esse objetivo.

46. Apesar dos aspectos econômicos não serem suficientes para compreendermos a dinâmica migratória dos Dekasseguis, não se pode ignorá-las, pois o ganho salarial é levado em conta na decisão de migrar. (Sasaki, 2000).



Tabela 17 – Envio de Remessas segundo Condição de Presença

O migrante remete/ remetia dinheiro para o Brasil	Retornados	Ausentes
não remete	40,7	39,9
remete para manter a família	37,5	43,4
remete para investimento	21,3	15,7
outra finalidade	0,5	1,1
Total	100.0	100.0
Total	408	281

Fonte: Fapesp/NEPO/UNICAMP (2001)

Um dado muito importante refere-se a investimentos no país de origem, o que nos obriga a pensar que aquele que investe no país de origem tem vontade e projeto de retorno. Por outro lado, um comportamento inverso seria incoerente, isto é, por que investir no país de origem se o migrante não quer mais retornar?

Poderíamos supor que aquele que não remete suas economias e ganhos para o Brasil estejam investindo no Japão? Não há como negar tal realidade, mas é preciso ter cautela com tal conclusão, pois muitas vezes alguns migrantes guardam suas economias nos bancos brasileiros (filiais) e japoneses por motivo de segurança. Segundo Sasaki (2000:78):

“Um dos destinos desse dinheiro é a aplicação em dólar ou iene no próprio Japão, sem contar os cerca de 1,5 bilhão de dólares que os *dekasseguis* rendem ao Japão em impostos segundo Yokota. Além disso, o consumo de bens duráveis – como carros, objetos eletrônicos e motocicletas – no próprio Japão vem drenando parte da poupança dos *dekasseguis* principalmente dos mais jovens”

Outra possível análise pode estar relacionada à condição do migrante na família e seu comportamento no processo migratório. Podemos pensar também que uma parcela dos migrantes que não remetem, guardam suas economias e o fazem por quererem administrá-las e aplicá-las quando retornarem ao Brasil. Em Maringá (2001), a pessoa responsável pela administração do dinheiro foi questionada no *survey*. Os dados na Tabela 18 evidenciam a presença de parentes como os principais canais dessa relação.

Tabela 18 – Principal responsável pela administração das remessas financeiras segundo condição de presença, Maringá, 2001

Quem administra o dinheiro no Brasil	Retornados	Ausentes
o próprio migrante	7,8	2,9
parentes	92,2	97,1
Total	100,0	100,0
Total	244	170

Fonte: Pesquisa Amostral : casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001.

Nota: população migrante retornada (473) e ausente (301).

A participação da maioria de parentes - acima de 90% em ambos os grupos migrantes - na administração das remessas era de se esperar, visto o fato de que a ausência física e a enorme distância entre o Brasil e o Japão tornam-se um enorme obstáculo para gerenciar e supervisionar. Após certo período de ausência do migrante de seu país de origem, ele perde relativamente a noção e a realidade do que se passa com a economia e política do seu país, bem como onde investir e aplicar as poupanças. Por isso, são delegadas aos pais, aos cônjuges e outros parentes essa tarefa, além de fornecer informações sobre possíveis nichos de investimentos e aplicações. Isso, porém, não significa que a decisão seja unilateral; ela é discutida, pensada e compartilhada com o migrante.

Essas três variáveis acima descritas tinham o objetivo de demonstrar que os laços rompidos fisicamente pela migração se mantêm, seja pelos diversos modos de contatos, seja pelas remessas e sua administração. Podemos conferir que não houve ruptura total de grande parte desses migrantes, o que nos leva a pensar que esse caso não se configura como migração definitiva, mas migração com características que possam indicar retorno ou circularidade.

A migração de retorno

A despeito das novas especificidades da emigração de brasileiros para o Japão que foram se constituindo a partir da década de 1980, o retorno de brasileiros tem ocupado pouco espaço nas discussões. A bibliografia recente (SALES, 1999; KAWAMURA, 1999; ROBERTS, 1995; PATARRA & BAENINGER, 1996) tem enfatizado a importância das redes sociais na continuidade, bem como na permanência dos imigrantes internacionais em seu país de destino: "...as migrações não se dão de forma aleatória, mas se dirigem para aquelas poucas localidades com as quais seu lugar de origem tem fortes laços



que constituem as tais redes sociais” (SALES, 1999)... “Indivíduos não migram, redes sim. Pessoas migram juntas de lugares específicos e povoam juntas locais específicos⁴⁷” (ROBERTS, 1995:46).

As questões que se colocam são: no caso do Brasil-Japão, a presença das redes sociais tem contribuído para uma maior permanência dos *dekasseguis*? As comunidades que se formam em redes podem ser consideradas transitórias ou não neste momento da migração Brasil-Japão? Existe uma nova identidade em formação ou apenas um jogo de identidades (OLIVEIRA, 1997, SASAKI, 2000) que exerce a funcionalidade de sobrevivência? As diferenças culturais são elementos que impulsionam o retorno do imigrante?

Quanto à ida de brasileiros para o primeiro mundo, Brito (1996) afirma que a “mobilidade social truncada” no Brasil responde a essa emigração. Assim, até que ponto a impossibilidade de mobilidade social no Japão é um elemento que também impulsiona o retorno dos *dekasseguis* para o Brasil? Para Roberts (1995:78), “(...) a mobilidade social depende do reforço das expectativas temporais entre as famílias imigrantes e sua comunidade (...). O isolamento deles dificilmente os livrará da pobreza e do trabalho não-especializado” (Roberts, 1995:78). No caso Brasil-Japão, as mudanças de expectativas temporais, a presença da comunidade e das redes sociais estão sendo fortemente compartilhadas pela maioria dos *dekasseguis*? Se isso está ocorrendo, estão contribuindo para que haja alguma mobilidade social? Na ausência desses elementos, o retorno é o projeto que permeia o imaginário de todo imigrante?

No cerne de todas essas questões, emerge a hipótese de que o retorno dos *dekasseguis* constitui e representa um processo social e econômico para o migrante em sua reintegração social e econômica em seu país de origem. Mas quem são os *dekasseguis* retornados? Quais são as características sociodemográficas, as especificidades desse fluxo migratório? Trata-se de uma migração de retorno de qual natureza: Definitiva, Temporária ou Circular?

Dentre as reações comuns no ato de migrar do emigrante e do imigrante, surge a noção de retorno, concebido por Sayad (2000) como elemento constitutivo da condição de quem emigra. Isso acontece devido a sua condição no país de destino, pois ele sabe que não é dali, que seu lugar não é ali e que sua terra está em outro lugar. “O imigrante só deixa de sê-lo quando não é mais assim denominado e, conseqüentemente, quando ele próprio assim não mais se denomina, não mais se percebe como tal. E a extinção dessa denominação apaga, a um só tempo, a questão do retorno inscrito na condição do imigrante” (SAYAD, 2000:11).

O emigrante desloca-se no tempo, no espaço e do grupo social ao qual pertence, o que implica que sua existência como ser social modificou no ato de emigrar. “A mudança resultante da ruptura constitutiva da emigração, bem como da ausência subsequente, não consiste somente no envelhecimento físico, que atinge todos e que seria como uma marca do tempo que passa; mas é também, e principalmente, de ordem social, de natureza social, em conseqüência da defecção que

47. Tradução livre do autor.

a provocou e da qual carrega sempre a marca” (SAYAD, 2000:14), ou seja, o imigrante não percorre o caminho sem que as marcas da experiência migratória o atinjam.

Se a noção de retorno está implícita ao próprio ato de emigrar, isto se deve a que os indivíduos partem (do seu lugar, do seu tempo e de seu grupo) para apenas voltar, isto é, se eles partiram conscientes do que queriam e trabalharam para realizar o que desejaram.

Quando retornam, a volta é marcada por um processo cultural. Segundo Sayad (2000:19), o fenômeno migratório traz em seu bojo objetivamente a ameaça de atentado à integridade cultural por constituir a dessemelhança entre os emigrantes por um lado e, por outro, por fabricar ou tender a fabricar a semelhança entre os imigrantes, contribuindo para reduzir a alteridade que eles constituem e introduzem na sociedade de imigração.

“O retorno (...) ilustra simultaneamente a relação que o emigrante estabelece com tudo aquilo de que se separou graças à sua emigração (a relação com o grupo e relação com o espaço e o tempo próprios ao grupo etc), como também a relação que o imigrante mantém simultânea e correlatamente com a sociedade de imigração e com sua condição de imigrante” (SAYAD, 2000:19).

Trata-se de que o “emigrante-imigrante-emigrante” será inserido num processo de construção de um novo indivíduo, no sentido de que necessitará construir novamente suas redes sociais familiares, de parentes e de amigos, que ficaram por um período curto ou longo sem contato físico e afetivo. Se, no primeiro momento da emigração, esse indivíduo teve um choque cultural e confronto de valores e de comportamentos no país de destino, em seu retorno, algo que poderia lhe parecer familiar, como a vizinhança, o centro da cidade e as pessoas, salta aos seus olhos como algo estranho e diferente do que imaginava; ocorre um sentimento de estranhamento. Não existe um retorno ao ponto inicial, isto é, não existe verdadeiramente retorno ao idêntico, como afirma Sayad.

Segundo Arowolo (2000:63), as razões do retorno são muitas e estão intimamente relacionadas ao conjunto de objetivos presentes no primeiro momento da migração. Podem variar desde a concretização dos objetivos iniciais, frustração, fracasso, idade próxima a se aposentar, não conciliação com o meio social e o modo de vida da sociedade de destino.

No estudo realizado pelo Sebrae (2004), foi perguntado aos grupos brasileiros se eles tinham intenção de fixar residência no Japão. Aproximadamente, mais de 90% dos respondentes responderam negativamente, como podemos observar nas Tabelas 19, 20 e 21.



Tabela 19 – Distribuição por sexo e objetivo da ida é fixar-se no Japão

grupo A	Homens	Mulheres
sim	3,8	4,5
não	96,2	95,5

Fonte: Sebrae 2004

Tabela 20 – Distribuição por sexo e objetivo da ida é fixar-se no Japão

grupo B	Homens	Mulheres
sim	1,7	4
não	98,3	96

Fonte: Sebrae 2004

Tabela 21 – Distribuição por sexo e objetivo da ida é fixar-se no Japão

grupo C	Homens	Mulheres
sim	1,1	0,5
não	98,9	99,5

Fonte: Sebrae 2004

Outro dado do Sebrae que contribui para a compreensão do retorno é a não intenção de investir o dinheiro poupado no Japão. Nas tabelas 22, 23 e 24, os dados mostram que 98% dos brasileiros dos três grupos⁴⁸ negaram ter esse objetivo.

Tabela 22 – Distribuição por sexo e objetivo da ida é poupar para investir no Japão

grupo A	Homens	Mulheres
sim	2,6	0,6
não	97,4	99,4

Fonte: Sebrae (2004)

48. Grupo A: aqueles em vias de emigração; Grupo B: já emigrados; Grupo C: retornados ao Brasil.

Tabela 23 – Distribuição por sexo e objetivo da ida é poupar para investir no Japão

grupo B	Homens	Mulheres
sim	1,7	0,7
não	98,3	99,3

Fonte: Sebrae (2004)

Tabela 24 – Distribuição por sexo e objetivo da ida é poupar para investir no Japão

grupo C	Homens	Mulheres
sim	1,5	1,9
não	98,5	98,1

Fonte: Sebrae (2004)

Arowolo (2000), ao analisar a migração de retorno e o problema de reintegração social e econômica de migrantes retornados no Sub-Sahara Africano (ssa), reafirma a necessidade de uma cuidadosa análise das características do background do migrante (idade, sexo, educação, habilidades adquiridas, razões para partir, país de destino, tipo de trabalho realizado, características da família, montante de dinheiro, acesso à propriedade etc.), pois isso determina a necessidade individual e ou particular para a reinserção à sociedade de origem.

Na volta ao país de origem, o processo de reintegração do migrante internacional pode-se dar de maneira diversa, isto é:

“o processo pode ser suave, sem problemas ou violento, agitado, dependendo de uma combinação de fatores: duração da permanência fora de casa, idade ao partir, grau de assimilação da cultura estrangeira e intensidade de vínculos e laços com a sua casa enquanto ausente (AROWOLO, 2000:70)”.

No estudo da migração de retorno de trabalhadores alemães, Constant & Massey (2002) analisam o fenômeno como um processo seletivo, cuja emigração tem importantes implicações para a economia, sociedade e população. Para esses autores, a presença ou não de esposas e filhos ao lado do migrante influencia na probabilidade ou não de um retorno⁴⁹. Enfim, na compreensão desses autores, a migração de retorno é um processo socioeconômico muito complexo e seu grau ou nível, bem como a natureza da seletividade, varia de grupo para grupo, dependendo de fatores

⁴⁹. No caso de Maringá, cerca de 68% dos retornados disseram ter filhos, e 50,7% entre os ausentes.



tais como condições do país receptor e exportador, condições dos próprios imigrantes, manutenção de vínculos sociais, entre outros.

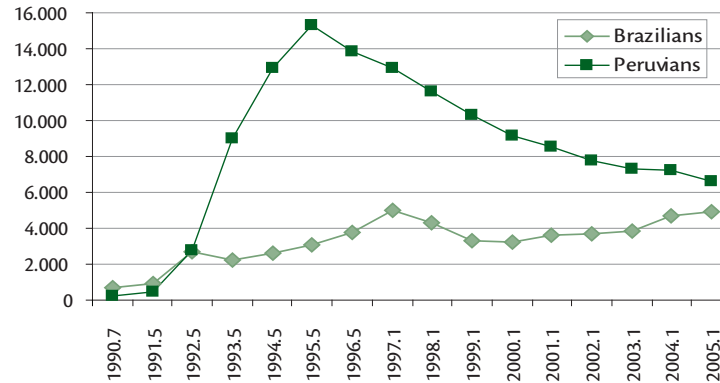
Movimento *dekassegui* – 20 anos: perspectivas futuras e considerações

Desde o início da migração em meados de 1980 até os dias atuais, o movimento *dekassegui* vivenciou profundas transformações no seu perfil sociodemográfico, na intensidade de fluxo migratório, no seu espaço no mercado de trabalho, na questão salarial e no convívio social.

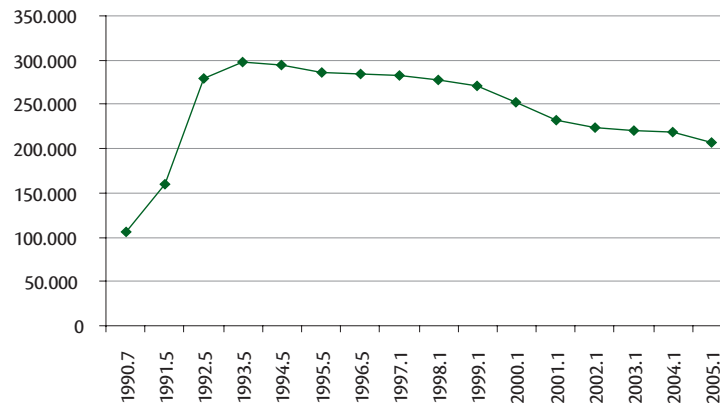
Recente mudança na Lei de Imigração Japonesa vem causando certo incômodo aos *dekasseguis* que vivem no Japão e àqueles que ainda pretendem emigrar. Em 29 de abril de 2006, entrou em vigor a lei que passou a exigir dois atestados de antecedentes criminais do país de origem, um de âmbito federal (Polícia Federal) e outro de âmbito estadual de residência (Polícia Civil) para descendentes de japoneses que desejam tirar ou renovar o visto de longa permanência. Nesse caso, estão incluídos os brasileiros Sansei (3a. geração), Younsei (4a. Geração) e seus cônjuges. Embora o Ministério da Justiça do Japão tenha estendido o alcance desta Lei às outras nacionalidades, o brasileiro Nissei (2ª geração) não foi enquadrado. (Maiores informações sobre documentos para obtenção de vistos estão disponíveis no website do Consulado do Japão no Brasil: http://www.sp.br.emb-japan.go.jp/pt/visitando_visas_comunicados.htm).

Que circunstâncias contribuíram para tal mudança? De um lado, tal fato foi amplamente influenciado pela grande presença de estrangeiros indocumentados (Visa Overstayers) no Japão, como podemos verificar nos Gráficos 6 e 7.

Podemos constatar que o número de overstayers atingiu quase o patamar de 300.000 estrangeiros em 1993, reduzindo-se para pouco mais de 200.000 (Anexo I). No caso dos nikkeys brasileiros, nota-se que o número era bem reduzido no começo da década de 1990, atingindo seu ápice em 1997 (N=5026) e reduzindo-se logo em seguida, mas, a partir de 2004, volta a crescer. Entre os nikkeys peruanos, observa-se o mesmo processo de crescimento, embora atualmente o número total de overstayers peruanos esteja diminuindo ano a ano (Kashiwazaki, 2006). A questão que se coloca neste momento é: É possível pensar que, com o endurecimento da Lei, com novas exigências para retirada e renovação de vistos, o contingente de overstayers voltará a crescer?

Gráfico 6 – Brazilians and Peruvians with overstayers in Japan – 1990-2005


Fonte: Ministry of Justice (1990-2005). Apud: Higuchi (2006)

Gráfico 7 – Total Number of visa overstayers in Japan – 1990-2005


Fonte: Ministry of Justice (1990-2005). Apud: Higuchi (2006)

O estopim para tal modificação foi o caso de assassinato de uma estudante japonesa por um nikkei peruano na província de Hiroshima, em novembro de 2005. Segundo informações do Jornal Tudo Bem, o projeto é uma reação do governo ao crime cometido pelo peruano Jose Manuel Torres Yake, 33 anos, que matou a estudante Airi Kinoshita, 7, em Hiroshima. O corpo foi encontrado em uma caixa de papelão em 22 de novembro. Oito dias depois, o sansei confessou ter estrangulado a menina. O assassinato provocou apreensão na comunidade latina, que temia represálias dos japoneses. Em situações em que brasileiros cometeram crimes (como assaltos) que tiveram repercussão



na imprensa japonesa, fábricas passaram a exigir *gaijin torouku* no momento da contratação. Após ser preso, o peruano confirmou ter usado nome e data de nascimentos incorretos para comprar um passaporte falso. Por revelar uma falha no sistema de verificação de documentos, é provável que o governo aumente a burocracia para conceder novos vistos para evitar fraudes (<http://tudobem.uol.com.br/2005/12/23/renovacao-de-visto-ficara-mais-dificil-diz-governo/>).

O envolvimento de *dekasseguis* brasileiros em crimes também tem aumentado ao longo dos anos, sendo considerado o segundo maior grupo (13,36%) de estrangeiros em 2001 a cometerem alguma infração, logo atrás dos chineses (46,64). A detenção de adolescentes brasileiros que cometem crimes ou se envolvem em brigas tem sido outro problema para a comunidade nipo-brasileira. A principal razão desses eventos tem sido a falta de adaptação social e cultural na sociedade japonesa (Estado de São Paulo, 23/02/2003). Essa Lei visará coibir a consecução de qualquer crime que seja cometido por qualquer estrangeiro, deixando claro que estão sujeitos às penalidades locais.

No cerne dessa discussão, outro projeto está em estudo no Ministério da Justiça, chefiada pelo vice-ministro da Justiça, propondo mais alguns novos pré-requisitos para os vistos, que seriam o conhecimento da língua japonesa, emprego fixo e comprovante de pagamento de seguridade social (NAKAMURA, 2006; KASHIWAZAKI, 2006).

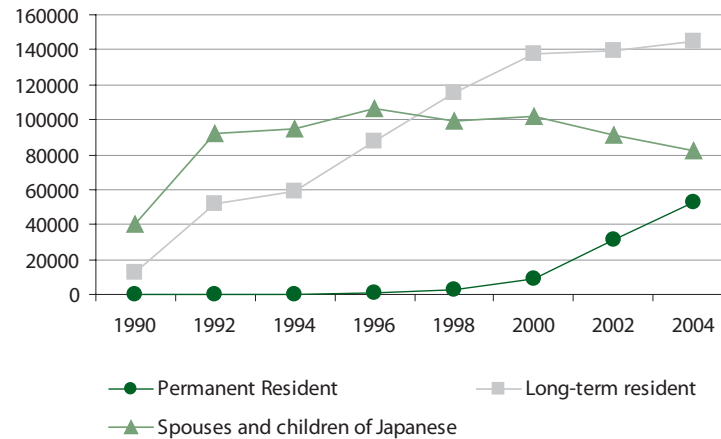
Supondo que tal projeto entre em vigor com mais essas modificações, pode-se apostar em um profundo impacto sobre o movimento *dekassegui* e sua comunidade, visto que a maioria dos *dekasseguis* não tem domínio da língua japonesa.

Tal medida repercutiu no comportamento de alguns *dekasseguis*, provocando aumento nas solicitações de visto de residência permanente como forma de precaução e segurança de permanência para aqueles que desejam permanecer por um longo tempo ou definitivamente. A despeito do crime ocorrido, segundo os dados da Japan Immigration Association (1995-2005), o número de *dekasseguis* brasileiros que passaram a deter o visto de residência permanente aumentou consideravelmente a partir de 1998, chegando a 31.203, em 2002, e 52.581, em 2004, como podemos observar na Tabela 25 e no Gráfico 8.

Tabela 25 – Brazilian Population by visa category 1990-2005

	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004
Permanent Resident	164	220	373	931	2644	9062	31203	52581
Long-term resident	12637	51759	59280	87164	115536	137649	139826	144407
Spouses and children of Japanese	40384	91816	95139	106665	98823	101623	90732	82173

Fonte: Ministry of Justice (1990-2005). Apud: Higuchi (2006)

Gráfico 8 – Brazilian Population by visa category - 1990-2005


Fonte: Ministry of Justice (1990-2005). Apud: Higuchi (2006)

Com certeza, tais modificações na Lei de Migração acarretarão conseqüências para os estrangeiros, sejam elas socioculturais, como conhecer melhor os costumes, valores e a língua japonesa; políticas, no que se refere ao aumento pela procura dos vistos permanentes; e econômicas, por se tornar um obstáculo ao *dekassegui* para exercer e procurar qualquer tipo de trabalho. Contudo, não é possível pensar o Japão sem a presença da mão-de-obra estrangeira devido a dois fatores: um econômico e outra de natureza sociodemográfica.

Para a economia japonesa, a presença de mão-de-obra se faz necessária por preencher uma demanda no setor secundário do mercado de trabalho, caracterizada pela flexibilidade de contratos, baixos salários, instabilidade e baixa qualificação. Segundo Higuchi (2006),

"... migrants from Brazil ...were incorporated into increasingly different segments of the secondary labor market. Such short-term contracts were compatible with fluctuations of production, enabling manufactures to coordinate a workforce on short notice by using labor contractors ...p.10"... "Brazilians are often dispatched from one factory to another in accordance with the fluctuation in demand p.11".

O segundo ponto está intimamente relacionado com as principais características da população japonesa atual: 1) o país tem maior expectativa de vida do mundo, sendo 78,5 anos para homens e 85,49 anos para mulheres em 2005; 2) em 2005, 21% da população estavam acima de 65 anos; 3) a taxa de fecundidade está em torno de 1,3 filhos por mulher (*Statistics of Bureau Ministry of Internal Affairs and Communications, Ministry of Health, Labour and Welfare, 2006*).



Se a tendência de queda da população economicamente ativa e dos grupos mais jovens se mantiver ao longo dos anos, provavelmente faltará mão-de-obra nos postos de trabalhos qualificados e desqualificados, o que levará, por um lado, à continuidade da migração internacional de trabalhadores, e por outro, a uma reavaliação das políticas migratórias internacionais e a uma análise mais profunda das transformações sociais e culturais em curso.

Segundo projeções do *National Institute of Population and Social Security Research* (2002), se as tendências da fecundidade, mortalidade e migração internacional se mantiverem, o grupo de 0 a 14 anos, cerca de 14,6% da população total em 2000, diminuirá para cerca de 13,4% em 2010. Em contrapartida, a população de 65 anos e mais, que correspondia a cerca de 17,3% em 2000, passará a ser mais de 20% já em 2006. Além dessa mudança drástica na composição etária populacional, o país atingirá seu pico em 2006, com uma estimativa de 127 milhões de pessoas, para então começar projetar um declínio a partir de 2007.

É importante ressaltar a importância das Leis da Migração que um país adota em relação aos fluxos migratórios internacionais, visto que, de certa maneira, podem permitir entrada e permanência, coibir e proibir certos grupos de entrarem, promover maior dinamicidade num primeiro momento, como também instaurar obstáculos jurídicos no decorrer do tempo para prevenção, diminuição ou até mesmo visar o término por vias legais. Na atual conjuntura, quais seriam as perspectivas futuras do movimento *dekassegui* para os próximos anos?

- (1) Apesar da promulgação de novas leis, como a que torna obrigatória a apresentação do certificado de antecedentes criminais, o movimento deverá continuar a crescer devido ao contexto dos países envolvidos: no Japão, envelhecimento da população, queda da fecundidade e principalmente a falta de mão-de-obra para o mercado secundário; no Brasil, o baixo crescimento da economia, as incertezas e a falta de oportunidades;
- (2) O domínio da língua japonesa como pré-requisito para aquisição e renovação de vistos deverá desempenhar uma política seletiva. Podemos supor dois cenários: primeiro, o maior conhecimento do idioma permitirá maior contato e, de certa forma, poderá facilitar maior integração desse grupo à sociedade e aos valores japoneses; por outro lado, deverá penalizar aqueles que não têm conhecimento suficiente do idioma, apesar das longas permanências no Japão. Segundo, com a não renovação dos vistos, o número de brasileiros indocumentados no Japão poderá aumentar;
- (3) A presença de escolas brasileiras é essencial para as famílias que desejam retornar ao Brasil. As escolas bilíngües são importantes para promover a adaptação das crianças que emigram em “idade avançada” e sentem dificuldade de aprendizado e de adaptação;
- (4) As remessas financeiras poderão ser afetadas em certa medida caso o contrato de trabalho se torne cada vez mais instável, flexível e de curta duração;
- (5) A entrada de outros grupos de estrangeiros para competir no mercado de trabalho po-

- derá trazer conseqüências aos *dekasseguis*, como perda de emprego e queda salarial, que por fim afetaria o volume de remessas financeiras;
- (6) A dispersão familiar desempenha papel importante na manutenção do fluxo de remessas financeiras, visto que o dinheiro é enviado àqueles que permanecem no Brasil, para ajudar familiares, adquirir bens e abrir pequenos negócios/comércios;
 - (7) Projetos de natureza empreendedora, como o Projeto *Dekassegui* do Sebrae (2004), poderão estimular o investimento do dinheiro poupado pelo *dekassegui* no Brasil, desde que ele tenha auxílio estrutural e informacional para a consecução de negócios;
 - (8) Para ajudar os *dekasseguis* retornados a se fixarem novamente no Brasil, é preciso conhecê-los melhor, tanto as características que se referem ao seu perfil sociodemográfico, quanto às atividades que desempenhavam antes e depois da emigração, como forma de potencializar as oportunidades;
 - (9) O movimento *dekassegui* vem provocando certo esvaziamento das comunidades nikkeys no Brasil, o que contribui para a diminuição da sua participação em atividades esportivas e culturais;

Enfim, não é possível afirmar que o fluxo de brasileiros ao Japão termine de uma hora para outra, pois a experiência migratória internacional de outros países, como os Estados Unidos, tem mostrado que essa tarefa não é simples. Uma migração continua ainda que oficialmente um governo promulgue ou modifique uma lei ou projeto para fechar suas portas, pois as redes sociais se preservam e mantêm o fluxo por outras vias. É possível que o movimento *dekassegui* sofra algumas transformações com relação à sua permanência, mas isso dependerá do motivo por que ele emigrou, isto é, do desempenho da economia japonesa nos próximos anos e das respostas da economia brasileira às expectativas pessoais dos migrantes.



Bibliografia

- AMARAL, A. E. P. & NOGUEIRA, R. A. M. A volta da Asa Branca e as primeiras impressões do retorno. In: Anais do VIII Encontro Nacional da Associação de Estudos Populacionais – ABEP. Brasília, v.3, p.201-212, 1992.
- ASSIS, G. O. Estar aqui, estar lá... O Retorno dos Emigrantes Valadarenses ou a Construção de uma Identidade Transnacional? In: Travessia, Ano VIII. No. 22, p.8-14, maio/agosto, 1995.
- AROWOLO, O. O. Return Migration and the Problem of Reintegration. In: International Migration. Vol. 38 (5). P.59-82, 2000.
- BASSANEZI, Maria Sílvia B. Migrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: Patarra, Neide L. (org) Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. Campinas, 1996.
- CONSTANT, A. & MASSEY, D. S. Return Migration y German Guestworkers: Neoclassical versus New Economics Theories. International Migration. Vol. 40 (4). P.5-38, 2002.
- CUTTI, D. “Eles vão fazer comigo o que eu fiz com meus pais” In: Travessia, Ano VIII. No. 22, p.37-38, maio/agosto, 1995. (Entrevista com Joaquim Heleno Costa).
- DIATTA, M. A & MBOW, N. Releasing the Development Potencial of Return Migration: The Case Senegal. International Migration. Vol. 37 (1). P.243-266, 1999.
- DORNELAS, S. M. Migração de Retorno: o que é isso? In: Travessia, Ano VIII. No. 22, p.5-7, maio/agosto, 1995.
- D'ANDRÉA, Luís Henrique. Choque cultural e Cotidiano. In: Chigusa, Charles Tetsuo (org.). A Quebra dos Mitos. IPC Produção & Consultoria, 1994.
- FUSCO, W. Redes Sociais na Migração Internacional: o caso de Governador Valadares. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado) IFCH/UNICAMP.
- HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro. Ed. DP&A, 5ª ed. 2001.
- HIGUCHI, N. & TANNO, K. What's Driving Brasil-Japan Migration? The Making and Remaking of the Brazilian Niche in Japan. In: International Journal of Japanese Sociology, n.12, p.33-47, 2003. Brazilian migration to Japan; trends, modalities and impact in: Population Division, 2006.
- IANNI, Octávio. Globalização e diversidade. In Patarra, Neide L. (org.). Migrações Internacionais: Herança 20, Agenda 21. Campinas, 1996.
- IKEDA, Sumiko Nishitani. Linguagem, Educação e Família : A comunicação entre o Oriente e o Ocidente. In: Chigusa, Charles Tetsuo (org.). A Quebra dos Mitos. IPC Produção & Consultoria, 1994.
- INOUE, Neusa Emiko. Saúde Física e Mental: Desmitificando os problemas psicológicos. In: Chigusa, Charles Tetsuo (org.) A Quebra dos Mitos. IPC & Consultoria, 1994.
- ISHI, Charles Tetsuo. O Preconceito: Quem é quem no tribunal da discriminação. In: Chigusa, Charles Tetsuo (org.). A Quebra dos Mitos. IPC Produção & Consultoria, 1994.

- . Momentos de Reflexão : Estas nossas canções de “exílio”. In: Chigusa, Charles Tetsuo (org.). A Quebra dos Mitos. IPC Produção & Consultoria, 1994.
- KASHIWAZAKI, C. “japanese immigration policy: responding to conflicting pressures” in: Migration Information Source, november 2006.
- KAWAMURA, Lili K. . Para onde vão os brasileiros. Campinas, SP. Ed. Unicamp, 1999.
- . Trabalho: Quem são os brasileiros que trabalham no Japão? In: Chigusa, Charles Tetsuo (org.) A Quebra dos Mitos. IPC Produção & Consultoria, 1994.
- MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Educação, Trabalho e Migrações Internacionais: O caso dos Dekasseguis paulistas. Campinas, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – FE/UNICAMP.
- MULLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. In: Geografia, Londrina, v.10, n.1, p.89-118, jan/jun, 2001.
- NAKAMURA, A. Stricter visa rules eyed foreigners of Japanese descent in: Japan Times, 2006 (<http://www.japantimes.co.jp/cgi-bin/nn20060719a2.html>).
- OLESEN, H. Migration, Return and Development: An Institutional Perspective. International Migration. Vol. 40 (5). P.125-150, 2002.
- OLIVEIRA, Adriana Capuano. Japoneses no Brasil ou brasileiros no Japão: a trajetória de uma identidade em um contexto migratório. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IFCH / UNICAMP.
- PATARRA, Neide & Baeninger, Rosana. Migração internacional recente: o caso do Brasil. In: Patarra, Neide L. (org). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. Campinas, 1996.
- PIORE, Michael J. Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies.. Cambridge University Press, 1979.
- RIBAS, Clarilton Cardoso. Os “Dekassegui”: Uma outra face do Toyotismo. Campinas, 1998. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – IFCH/UNICAMP.
- ROBERTS, Bryan R. Socially Expected Durations and the Economic Adjustment of Immigrants. In: The Economic Sociology of Immigration. Nova York: Russel Sage Foundation, 1995.
- ROSSINI, Rosa E. O retorno às origens ou o sonho do encontro com o “Eldorado” japonês: o exemplo dos dekassegus do Brasil em direção ao Japão. In: Patarra, Neide L. (org). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. Campinas, 1996.
- SALES, Teresa. Brasileiros longe de casa. São Paulo. Ed. Cortez, 1999.
- O trabalhador brasileiro no contexto das migrações internacionais. In: Patarra, Neide L. (org) Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. Campinas, 1996.
- SAKKA, D., DIKAIYOU, M. & KIOSSEOGLU, G. Return Migration: Changing Roles of Men and Women. In: International Migration. Vol. 37 (4). P.741-764, 1999.



- SASAKI, Elisa Massae. Dekasseguis: Trabalhadores Migrantes Nipo-Brasileiros no Japão. Campinas, SP. Unicamp, Núcleo de Estudos de População, 2000.
- SAYAD, Abdelmalek. O Retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. In. Travessia: Revista do Migrante – S.P. Ano XIII, nº. especial, janeiro/2000.
- SCOTT, P.S. Estratégias Familiares de Emigração e Retorno no Nordeste. In: Travessia, Ano VIII. No. 22, p. 23-27, maio/agosto, 1995.
- Cartas, Dinheiro e Passeios – Contatos de Migrantes com a casa de origem. In: Anais do IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP. São Paulo, Águas de São Pedro, v.3, p.1619-1638, 1984.
- O Retorno ao Nordeste – Refugio, Família e Reprodução. In: Anais do V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP. São Paulo, Águas de São Pedro, v.2, p.655-698, 1986.
- SILVA, S. & CUTTI, D. “Eu morria de saudade de ver as quaresmeiras”. . In: Travessia, Ano VIII. No. 22, p. 28-36, maio/agosto, 1995.
- STADNIKY, H. P. & PINTO, M. E. B. Contribuição ao estudo da presença nipo-brasileira no norte novo de Maringá. In: DIAS, R. B. & GONÇALVES, J. H. R. (orgs). Maringá e o norte do Paraná: estudos de História Regional. Maringá, Ed. UEM, p. 239-254, 2001.
- SVASEK, M. Narratives of “home”and “homeland”: the symbolic construction and appropriation of the Sudeten German Heimat. In: Identities: Global Studies in Culture and Power. N.9 p.495-518, 2002.

Anexo I

Tabela 26 – Taxa de crescimento de brasileiros no Japão segundo grupos de idade e sexo 1994/2003

o-4 anos	homens	%	1994/2003	mulheres	%	1994/2003	Total	%	1994/2003
1994	2.846		13,2	2.820		12,4	5.666		12,8
1995	3.554	24,9		3.354	18,9		6.908	21,9	
1996	4.669	31,4		4.557	35,9		9.226	33,6	
1997	6.592	41,2		6.343	39,2		12.935	40,2	
1998	7.299	10,7		7.081	11,6		14.380	11,2	
1999	7.771	6,5		7.428	4,9		15.199	5,7	
2000	8.821	13,5		8.547	15,1		17.368	14,3	
2001	9.208	4,4		8.708	1,9		17.916	3,2	
2002	8.852	-3,9		8.412	-3,4		17.264	-3,6	
2003	8.692	-1,8		8.079	-4,0		16.771	-2,9	

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005
 Org: Fabio Y. Hirano (2006)

Tabela 27 – Taxa de crescimento de brasileiros no Japão segundo grupos de idade e sexo 1994/2003

5-9 anos	homens	%	1994/2003	mulheres	%	1994/2003	Total	%	1994/2003
1994	2.509		13,1	2.422		13,0	4.931		13,1
1995	2.826	12,6		2.859	18,0		5.685	15,3	
1996	3.496	23,7		3.420	19,6		6.916	21,7	
1997	4.481	28,2		4.385	28,2		8.866	28,2	
1998	4.524	1,0		4.424	0,9		8.948	0,9	
1999	4.627	2,3		4.515	2,1		9.142	2,2	
2000	5.679	22,7		5.326	18,0		11.005	20,4	
2001	6.409	12,9		6.135	15,2		12.544	14,0	
2002	6.987	9,0		6.656	8,5		13.643	8,8	
2003	7.606	8,9		7.271	9,2		14.877	9,0	

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005
 Org: Fabio Y. Hirano (2006)



Tabela 28 – Taxa de crescimento de brasileiros no Japão segundo grupos de idade e sexo 1994/2003

10-14 anos	homens	%	1994/2003	mulheres	%	1994/2003	Total	%	1994/2003
1994	1.889		11,2	1.837		11,3	3.726		11,3
1995	2.363	25,1		2.283	24,3		4.646	24,7	
1996	3.022	27,9		2.941	28,8		5.963	28,3	
1997	4.081	35,0		3.938	33,9		8.019	34,5	
1998	4.385	7,4		4.234	7,5		8.619	7,5	
1999	4.548	3,7		4.390	3,7		8.938	3,7	
2000	5.165	13,6		5.045	14,9		10.210	14,2	
2001	5.377	4,1		5.101	1,1		10.478	2,6	
2002	5.048	-6,1		4.919	-3,6		9.967	-4,9	
2003	4.907	-2,8		4.829	-1,8		9.736	-2,3	

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005
Org: Fabio Y. Hirano (2006)

Tabela 29 – Taxa de crescimento de brasileiros no Japão segundo grupos de idade e sexo 1994/2003

15-19 anos	homens	%	1994/2003	mulheres	%	1994/2003	Total	%	1994/2003
1994	7.031		2,4	5.378		4,3	12.409		3,3
1995	7.975	13,4		5.940	10,4		13.915	12,1	
1996	9.249	16,0		7.061	18,9		16.310	17,2	
1997	10.643	15,1		8.633	22,3		19.276	18,2	
1998	9.519	-10,6		7.998	-7,4		17.517	-9,1	
1999	8.364	-12,1		7.219	-9,7		15.583	-11,0	
2000	9.743	16,5		8.472	17,4		18.215	16,9	
2001	9.170	-5,9		8.342	-1,5		17.512	-3,9	
2002	8.397	-8,4		7.709	-7,6		16.106	-8,0	
2003	8.693	3,5		7.865	2,0		16.558	2,8	

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005
Org: Fabio Y. Hirano (2006)

Tabela 30 – Taxa de crescimento de brasileiros no Japão segundo grupos de idade e sexo 1994/2003

20-24 anos	homens	%	1994/2003	mulheres	%	1994/2003	Total	%	1994/2003
1994	17.098		1,3	13.264		2,4	30.362		1,8
1995	17.830	4,3		13.828	4,25		31.658	4,3	
1996	19.148	7,4		15.156	9,60		34.304	8,4	
1997	20.884	9,1		16.786	10,75		37.670	9,8	
1998	19.225	-7,9		15.937	-5,06		35.162	-6,7	
1999	18.146	-5,6		14.996	-5,90		33.142	-5,7	
2000	19.998	10,2		16.744	11,66		36.742	10,9	
2001	19.896	-0,5		17.083	2,02		36.979	0,6	
2002	19.294	-3,0		16.606	-2,79		35.900	-2,9	
2003	19.192	-0,5		16.471	-0,81		35.663	-0,7	

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005
Org: Fabio Y. Hirano (2006)

Tabela 31 – Taxa de crescimento de brasileiros no Japão segundo grupos de idade e sexo 1994/2003

25-29 anos	homens	%	1994/2003	mulheres	%	1994/2003	Total	%	1994/2003
1994	17.275		2,9	13.171		3,6	30.446		3,2
1995	18.007	4,2		13.899	5,5		31.906	4,8	
1996	19.757	9,7		15.517	11,6		35.274	10,6	
1997	21.519	8,9		17.161	10,6		38.680	9,7	
1998	20.012	-7,0		16.175	-5,7		36.187	-6,4	
1999	19.983	-0,1		15.999	-1,1		35.982	-0,6	
2000	21.721	8,7		17.497	9,4		39.218	9,0	
2001	22.159	2,0		18.021	3,0		40.180	2,5	
2002	22.086	-0,3		17.921	-0,6		40.007	-0,4	
2003	22.293	0,9		18.060	0,8		40.353	0,9	

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005
Org: Fabio Y. Hirano (2006)



Tabela 32 – Taxa de crescimento de brasileiros no Japão segundo grupos de idade e sexo 1994/2003

30-34 anos	homens	%	1994/2003	mulheres	%	1994/2003	Total	%	1994/2003
1994	13.671		4,4	9.116		6,3	22.787		5,2
1995	15.334	12,2		10.439	14,5		25.773	13,1	
1996	16.630	8,5		11.802	13,1		28.432	10,3	
1997	18.209	9,5		13.605	15,3		31.814	11,9	
1998	16.955	-6,9		13.090	-3,8		30.045	-5,6	
1999	17.169	1,3		13.351	2,0		30.520	1,6	
2000	18.768	9,3		14.640	9,7		33.408	9,5	
2001	19.684	4,9		15.640	6,8		35.324	5,7	
2002	19.991	1,6		15.783	0,9		35.774	1,3	
2003	20.100	0,5		15.741	-0,3		35.841	0,2	

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005
Org: Fabio Y. Hirano (2006)

Tabela 33 – Taxa de crescimento de brasileiros no Japão segundo grupos de idade e sexo 1994/2003

35-39 anos	homens	%	1994/2003	mulheres	%	1994/2003	Total	%	1994/2003
1994	9.374		7,1	5.804		9,5	15.178		8,0
1995	10.436	11,3		6.637	14,4		17.073	12,5	
1996	11.933	14,3		7.928	19,5		19.861	16,3	
1997	13.608	14,0		9.537	20,3		23.145	16,5	
1998	12.594	-7,5		9.426	-1,2		22.020	-4,9	
1999	13.459	6,9		9.901	5,0		23.360	6,1	
2000	15.529	15,4		11.518	16,3		27.047	15,8	
2001	16.307	5,0		12.330	7,0		28.637	5,9	
2002	16.834	3,2		12.722	3,2		29.556	3,2	
2003	17.332	3,0		13.102	3,0		30.434	3,0	

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005
Org: Fabio Y. Hirano (2006)

Tabela 34 – Taxa de crescimento de brasileiros no Japão segundo grupos de idade e sexo 1994/2003

40-44 anos	homens	%	1994/2003	mulheres	%	1994/2003	Total	%	1994/2003
1994	7.225		7,5	4.426		10,1	11.651		8,6
1995	8.047	11,4		5.162	16,6		13.209	13,4	
1996	9.167	13,9		6.170	19,5		15.337	16,1	
1997	10.262	11,9		7.234	17,2		17.496	14,1	
1998	9.346	-8,9		7.167	-0,9		16.513	-5,6	
1999	9.971	6,7		7.468	4,2		17.439	5,6	
2000	11.358	13,9		8.586	15,0		19.944	14,4	
2001	12.327	8,5		9.432	9,9		21.759	9,1	
2002	12.939	5,0		9.934	5,3		22.873	5,1	
2003	13.903	7,5		10.516	5,9		24.419	6,8	

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005

Org: Fabio Y. Hirano (2006)

Tabela 35 – Taxa de crescimento de brasileiros no Japão segundo grupos de idade e sexo 1994/2003

45-49 anos	homens	%	1994/2003	mulheres	%	1994/2003	Total	%	1994/2003
1994	6.136		6,5	4.054		8,2	10.190		7,2
1995	6.800	10,8		4.354	7,4		11.154	9,5	
1996	7.529	10,7		4.996	14,7		12.525	12,3	
1997	8.452	12,3		5.818	16,5		14.270	13,9	
1998	7.604	-10,0		5.696	-2,1		13.300	-6,8	
1999	8.027	5,6		5.924	4,0		13.951	4,9	
2000	9.351	16,5		6.916	16,7		16.267	16,6	
2001	9.830	5,1		7.504	8,5		17.334	6,6	
2002	10.354	5,3		7.745	3,2		18.099	4,4	
2003	10.778	4,1		8.263	6,7		19.041	5,2	

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005

Org: Fabio Y. Hirano (2006)



Tabela 36 – Taxa de crescimento de brasileiros no Japão segundo grupos de idade e sexo 1994/2003

50-54 anos	homens	%	1994/2003	mulheres	%	1994/2003	Total	%	1994/2003
1994	4.257		7,7	3.004		8,3	7.261		8,0
1995	5.090	19,6		3.565	18,7		8.655	19,2	
1996	6.208	22,0		4.268	19,7		10.476	21,0	
1997	6.911	11,3		4.800	12,5		11.711	11,8	
1998	6.121	-11,4		4.444	-7,4		10.565	-9,8	
1999	6.319	3,2		4.659	4,8		10.978	3,9	
2000	7.294	15,4		5.237	12,4		12.531	14,1	
2001	7.560	3,6		5.575	6,5		13.135	4,8	
2002	7.865	4,0		5.840	4,8		13.705	4,3	
2003	8.295	5,5		6.166	5,6		14.461	5,5	

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005
Org: Fabio Y. Hirano (2006)

Tabela 37 – Taxa de crescimento de brasileiros no Japão segundo grupos de idade e sexo 1994/2003

55-59 anos	homens	%	1994/2003	mulheres	%	1994/2003	Total	%	1994/2003
1994	2.010		12,7	1.569		11,7	3.579		12,3
1995	2.343	16,6		1.692	7,8		4.035	12,7	
1996	2.745	17,2		1.914	13,1		4.659	15,5	
1997	3.522	28,3		2.518	31,6		6.040	29,6	
1998	3.419	-2,9		2.449	-2,7		5.868	-2,8	
1999	3.919	14,6		2.777	13,4		6.696	14,1	
2000	4.865	24,1		3.531	27,2		8.396	25,4	
2001	5.476	12,6		4.036	14,3		9.512	13,3	
2002	5.624	2,7		4.184	3,7		9.808	3,1	
2003	5.888	4,7		4.264	1,9		10.152	3,5	

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005
Org: Fabio Y. Hirano (2006)

Tabela 38 – Taxa de crescimento de brasileiros no Japão segundo grupos de idade e sexo 1994/2003

60-64 anos	homens	%	1994/2003	mulheres	%	1994/2003	Total	%	1994/2003
1994	682		15,7	472		17,3	1.154		16,4
1995	855	25,4		607	28,6		1.462	26,7	
1996	1.150	34,5		811	33,6		1.961	34,1	
1997	1.509	31,2		1.061	30,8		2.570	31,1	
1998	1.338	-11,3		1.025	-3,4		2.363	-8,1	
1999	1.398	4,5		1.119	9,2		2.517	6,5	
2000	1.631	16,7		1.297	15,9		2.928	16,3	
2001	1.830	12,2		1.440	11,0		3.270	11,7	
2002	2.227	21,7		1.753	21,7		3.980	21,7	
2003	2.531	13,7		1.984	13,2		4.515	13,4	

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005
 Org: Fabio Y. Hirano (2006)

Tabela 39 – Taxa de crescimento de brasileiros no Japão segundo grupos de idade e sexo 1994/2003

65 e mais	homens	%	1994/2003	mulheres	%	1994/2003	Total	%	1994/2003
1994	170		20,7	109		27,2	279		23,6
1995	224	31,8		137	25,7		361	29,4	
1996	332	48,2		219	59,9		551	52,6	
1997	435	31,0		327	49,3		762	38,3	
1998	382	-12,2		318	-2,8		700	-8,1	
1999	448	17,3		404	27,0		852	21,7	
2000	562	25,4		553	36,9		1.115	30,9	
2001	691	23,0		691	25,0		1.382	23,9	
2002	824	19,2		826	19,5		1.650	19,4	
2003	926	12,4		953	15,4		1.879	13,9	

Fonte: Japan Immigration Association (1995-2003) Apud: Sasaki, 2005
 Org: Fabio Y. Hirano (2006).



Tabela 40 – The Number of visa overstayers in Japan – 1990-2005

Ano	Peruanos			Brasileiros			Total		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1990.7	242	172	70	664	300	274	106.497	66.851	39.646
1991.5	487	339	148	944	570	374	159.828	106.518	53.310
1992.5	2.782	1.003	879	2.703	1.558	1.145	278.892	100.996	87.896
1993.5	9.038	6.469	2.569	2.210	1.253	957	298.646	192.114	106.532
1994.5	12.918	8.869	4.049	2.603	1.474	1.129	293.800	100.060	113.740
1995.5	15.301	10.066	5.235	3.104	1.726	1.378	286.704	168.532	118.172
1996.5	13.836	9.067	4.769	3.763	2.059	1.704	284.500	160.836	123.664
1997.1	12.942	8.513	4.429	5.026	2.798	2.228	282.986	155.939	127.047
1998.1	11.606	7.721	3.885	4.334	2.465	1.869	276.810	149.828	126.982
1999.1	10.320	6.885	3.435	3.288	1.847	1.441	271.048	145.225	125.823
2000.1	9.158	6.132	3.026	3.266	1.855	1.411	251.697	134.082	117.615
2001.1	8.112	5.723	2.779	3.578	2.000	1.498	232.121	123.825	108.296
2002.1	7.744	5.277	2.467	3.697	2.175	1.522	224.067	118.122	105.945
2003.1	7.322	4.992	2.330	3.865	2.296	1.569	220.552	115.114	105.438
2004.1	7.230	4.699	2.531	4.728	2.836	1.892	219.418	113.066	106.352
2005.1	6.624	4.308	2.316	4.005	2.938	1.967	207.299	106.279	101.020

Fonte: Ministry of Justice (1990-2005). Apud: Higuchi (2006)

O Brasil no contexto das migrações internacionais da América Latina

Rosana Baeninger

Evolução das migrações latino-americanas

No cenário dos movimentos internacionais na América Latina e Caribe, o Brasil concentra o quarto maior estoque de estrangeiros: 118.525 pessoas, nos anos 1990, contra 181.273 brasileiros residentes nos países da região. Embora o número de emigrantes supere o de imigrantes, ao se examinar os destinos de emigrantes, pode-se apreender que se trata de situações heterogêneas, revelando as atuais modalidades das migrações latino-americanas de e para o Brasil.

A evolução dos estoques de brasileiros nos países da região indica, principalmente a partir de 1980, uma nova situação do Brasil no contexto regional (Tabela 1). O estoque de brasileiros na Argentina de 1960 a 1991 vem diminuindo (de 48 mil para 33 mil pessoas, respectivamente), ao passo que o de argentinos no Brasil vem se elevando (de 15 mil para 25 mil pessoas, nesses 40 anos). Esse mesmo fenômeno vem ocorrendo com o Uruguai, onde o número de brasileiros é estável desde 1975 (em torno de 14 mil pessoas), enquanto que, de 11 mil uruguaios no Brasil, em 1960, passou-se para 22 mil em 1991; com o Peru, de 3 mil brasileiros em 1972, para 2,5 mil, em 1993, sendo que havia 2,5 mil peruanos aqui, em 1960, alcançando 5,8 mil em 1991; na Colômbia, que chegou a registrar 2,3 mil brasileiros, em 1960, esse número baixou para 1,4 mil, em 1993, registrando o Brasil 2 mil colombianos, em 1991, contra os 685, de 1960.

O Brasil sempre apresentou maior estoque de estrangeiros vindos do Chile e da Bolívia, do que eles de brasileiros, embora em patamares bastante baixos. Os anos 1970 consolidaram essa tendência com o significativo aumento de chilenos no Brasil (de 1,4 mil, em 1960, para 17,8 mil, em 1980, elevando-se para 20,4 mil, em 1991) e o incremento no estoque de bolivianos (de 8 mil, em 1960, para 15,6 mil, em 1991).

Se com esses países o Brasil reverteu sua tendência de evasão populacional ou transformou-se em área de atração migratória nos anos 1970, com o Paraguai vem fortalecendo, a partir de então, seu processo emigratório. Em 1960, havia cerca de 34 mil brasileiros em terras paraguaias, volume que se elevou para 98,8 mil, em 1980, chegando a 107 mil, em 1990; já o contingente de população do Paraguai no Brasil era de 19 mil pessoas em 1991. Embora seja um volume bem inferior ao dos brasileiros lá, o estoque de paraguaios no Brasil ocupa a terceira posição (juntamente com o Chile) no conjunto dos estrangeiros latino-americanos que aqui vivem. Em 1990, também há maior volume de brasileiros na Venezuela que de venezuelanos no Brasil.



Tabela 1 – Estoques de emigrantes brasileiros e imigrantes estrangeiros no Brasil 1960/1990

Países	Emigrantes Brasileiros		Imigrantes no Brasil	
	Ano	Estoque	Ano	Estoque
Argentina	1960	48.195	1960	15.877
	1970	48.600	1970	17.213
	1980	42.134	1980	26.633
	1991	33.543	1991	25.468
Paraguai	1972	34.276	1960	17.748
	1980	97.791	1970	20.025
	1990	107.452	1980	17.560
			1991	19.018
Bolívia	1976	8.492	1960	8.049
	1992	8.586	1970	10.712
			1980	12.980
			1991	15.694
Chile	1970	930	1960	1.458
	1982	2.076	1970	1.900
	1992	4.610	1980	17.830
			1991	20.437
Peru	1972	3.077	1960	2.487
	1981	2.926	1970	2.410
	1993	2.523	1980	3.789
			1991	5.833
Uruguai	1975	14.315	1960	11.390
	1985	12.332	1970	12.582
	1996	13.521	1980	21.238
			1991	22.141
Venezuela	1971	2.345	1960	1.246
	1981	4.059	1970	989
	1990	4.223	1980	1.262
			1991	1.226
Colômbia	1964	2.267	1960	685
	1993	1.383	1970	870
			1980	1.490
			1991	2.076
Costa Rica	1963	37	1960	129
	1973	92	1970	152
	1984	191	1980	327
			1991	357

Fonte: IMILA/CELADE(2000).

A Tabela 2, com informações dos censos demográficos de 2000, permite visualizar a importância da presença brasileira em países como o Uruguai e Paraguai, fluxos mais antigos, bem como a importância de brasileiros na Bolívia.

Tabela 2 – Total de Estrangeiros e Brasileiros nos Países da América Latina - 2000-2005

Países	Total de Estrangeiros (A)	Estrangeiros Latino- Americanos	Estrangeiros Latino- Americanos nascidos no Brasil	Estrangeiros Latino- Americanos Nascidos no Brasil no total de Estrangeiros (%)	Estrangeiros Latino- Americanos Nascidos no Brasil no total de Latino- Americanos (%)
Argentina	1.531.940	1.011.475	34.712	2,27	3,43
Bolívia	87.338	70.794	14.428	16,52	20,38
Brasil	683.830	142.018
Chile	187.008	132.035	6.899	3,69	5,23
Colômbia	106.162	66.505	1.383	1,30	2,08
Costa Rica	296.461	43.243	408	0,14	0,94
Cuba	15.421
Equador	150.565	67.779	1.101	0,73	1,62
El Salvador (1991)	26.279	19.321	181	0,69	0,94
Guatemala	49.966	38.817	157	0,31	0,40
Haiti	6.000	3.046
Honduras	27.976	19.747	168	0,60	0,85
México	487.546	76.994	2.271	0,47	2,95
Nicarágua	26.043	20.205	110	0,42	0,54
Panamá	82.097	51.397	790	0,96	1,54
Paraguai	171.922	155.377	81.337	47,31	52,35
Peru (1993)	52.725	23.089	2.523	4,79	10,93
R. Dominicana	96.233	75.711	314	0,33	0,41
Uruguai	92.378	52.867	13.521	14,64	25,58
Venezuela	1.014.340	710.569	4.753	0,47	0,67

Fonte: IMILA/CELADE (2005)



Essas evidências permitem caracterizar o Brasil no cenário das migrações internacionais na América Latina e Caribe, como indica o Quadro 1. Quanto aos países para os quais o Brasil registra evasão de população, destaca-se que, com o Paraguai, os anos 1980 já não demonstraram a mesma força dos anos 1970, e a Argentina apresentou evasão decrescente. Por outro lado, com a Venezuela, o Brasil vem aumentando seu processo de evasão populacional. Com os demais países latino-americanos, o Brasil vem se caracterizando como área de recepção crescente de bolivianos, chilenos e, com particular ênfase a partir dos anos 1980, de peruanos, uruguaios e colombianos.

De fato, esses contingentes de estrangeiros têm elevado expressivamente sua participação no total de estrangeiros no Brasil (Tabela 3).

Quadro 1 – Caracterização migratória do Brasil / América latina e Caribe 1960-2000

Principais Países	Caracterização
Argentina	Evasão Decrescente
Paraguai	Evasão
Bolívia	Recepção Crescente
Chile	Recepção Crescente
Peru	Recepção a partir dos 80
Uruguai	Recepção a partir dos 80
Venezuela	Evasão Crescente
Colômbia	Recepção a partir dos 80

Tabela 3 – Latino-americanos e Caribenhos no Brasil - 1970, 1980, 1991 e 2000

Países	Estrangeiros da América Latina e do Caribe no Brasil				% no total de Latino Americanos				% no total de Estrangeiros			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Total	71.833	110.497	118.525	144.238	100,00	100,00	100,00	100,00	1.229.128	1.110.910	767.780	683.830
Argentina	17.213	26.633	25.468	27.531	23,96	24,10	21,49	19,09	1,40	2,40	3,32	4,03
Bolívia	10.712	12.980	15.694	20.388	14,91	11,75	13,24	14,13	0,87	1,17	2,04	2,98
Chile	1.900	17830	20.437	17.131	2,65	16,14	17,24	11,88	0,15	1,60	2,66	2,51
Colômbia	870	1.490	2.076	4.159	1,21	1,35	1,75	2,88	0,07	0,13	0,27	0,61
Costa Rica	152	327	357	238	0,21	0,30	0,30	0,17	0,01	0,03	0,05	0,03
Cuba	470	574	492	1.343	0,65	0,52	0,42	0,93	0,04	0,05	0,06	0,20
Equador	357	758	605	1.188	0,50	0,69	0,51	0,82	0,03	0,07	0,08	0,17
El Salvador	352	495	364	480	0,49	0,45	0,31	0,33	0,03	0,04	0,05	0,07
Guatemala	145	176	121	158	0,20	0,16	0,10	0,11	0,01	0,02	0,02	0,02
Haiti	90	127	141	15	0,13	0,11	0,12	0,01	0,01	0,01	0,02	0,00
Honduras	83	207	300	136	0,12	0,19	0,25	0,09	0,01	0,02	0,04	0,02
México	519	853	660	1.258	0,72	0,77	0,56	0,87	0,04	0,08	0,09	0,18
Nicarágua	593	608	329	500	0,83	0,55	0,28	0,35	0,05	0,05	0,04	0,07
Panamá	371	641	981	558	0,52	0,58	0,83	0,39	0,03	0,06	0,13	0,08
Paraguai	20.025	17.560	19.018	28.822	27,88	15,89	16,05	19,98	1,63	1,58	2,48	4,21
Peru	2.410	3.789	5.833	10.814	3,36	3,43	4,92	7,50	0,20	0,34	0,76	1,58
R. Dominicana	221	169	178	102	0,31	0,15	0,15	0,07	0,02	0,02	0,02	0,01
Uruguai	13.582	21.238	22.141	24.740	18,91	19,22	18,68	17,15	1,11	1,91	2,88	3,62
Venezuela	989	1.262	1.226	2.162	1,38	1,14	1,03	1,50	0,08	0,11	0,16	0,32
Barbados												
Belize	81	40	120		0,11	0,04	0,10		0,01	0,00	0,02	
Guiana	364	696	1.131	1.603	0,51	0,63	0,95	1,11	0,03	0,06	0,15	0,23
Guiana Francesa	116	1.759	651	623	0,16	1,59	0,55	0,43	0,01	0,16	0,08	0,09
Jamaica	58	89	11	57	0,08	0,08	0,01	0,04	0,00	0,01	0,00	0,01
Suriname	160	196	191	232	0,22	0,18	0,16	0,16	0,01	0,02	0,02	0,03
Trinidad e Tobago												

Fonte: IMILA/CELADE (2005).

Com relação aos principais destinos dos brasileiros na América Latina (Tabela 4, Gráfico 1).



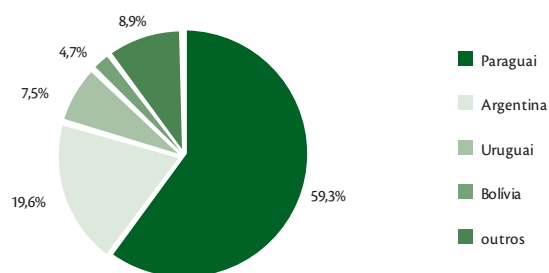
Do total dos brasileiros residentes nos países da região, nos anos 1990 (em torno de 181.273 pessoas), 59,3% concentravam-se no Paraguai, seguido da Argentina, Uruguai e Bolívia.

Tabela 4 – Brasileiros na América Latina e Caribe - Anos 90

Países	Total de Estrangeiros	Estrangeiros Latino-americanos	Estrangeiros Nascidos no Brasil	Brasileiros no Total Estrangeiros (%)	Brasileiros no total Latino-americano (%)
Argentina	1.605.871	807.331	35.543	2,21	4,40
Bolívia	59.807	46.600	8.586	14,36	18,42
Brasil	767.780	118.525	–	–	–
Chile	114.597	66.259	4.610	4,02	6,96
Colômbia	106.162	66.505	1.383	1,30	2,08
Costa Rica*	88.954	74.488	191	0,21	0,26
Cuba*	128.392	–
Equador	73.179	53.014	903	1,23	1,70
El Salvador	26.279	19.321	181	0,69	0,94
Guatemala	412.352	31.521	136	0,03	0,43
Haiti**	6.000	3.046
Honduras*	34.387
México	340.824	85.994	1.293	0,38	1,50
Nicarágua	26.043	20.234	110	0,42	0,54
Panamá	61.394	38.742	618	1,01	1,60
Paraguai	187.372	166.399	107.452	57,35	64,57
Peru	52.725	23.089	2.523	4,79	10,93
R. Dominicana**	32.419	21.487
Uruguai	92.378	52.867	13.521	14,64	25,58
Venezuela	1.024.121	670.067	4.223	0,41	0,63

Fonte: IMILA/CELADE (2000).

Gráfico 1 – Brasileiros na América Latina - Anos 90



Fonte: IMILA/CELADE (2000).

Considerando, portanto, a inserção do Brasil nesse padrão migratório intra-regional, nota-se que, a partir de 1980, o país vem se configurando como área de expansão das migrações latino-americanas, reforçando:

- a) modalidades de tipo fronteiriço - como são os casos com os países do Mercosul (PATARRA, 2000) e também com a Colômbia e a Venezuela;
- b) migrações em direção às áreas metropolitanas, como no caso dos bolivianos e peruanos⁵⁰;
- c) migrações intra-regionais com países não-limítrofes, como com os chilenos.

Migração internacional do trabalhador global e de grupos étnicos: país, metrópoles e fronteiras

O perfil do migrante internacional analisado pelo censo demográfico, embora permita conhecer algumas especificidades do fenômeno, aponta a seletividade migratória desse contingente populacional. De modo geral, o grau de escolaridade, a inserção nas atividades econômicas, a ocupação dos imigrantes internacionais captados pelo censo apresentam-se bastante favoráveis, uma vez que se trata de imigrantes que, além de legalizados no Brasil, são absorvidos pelo mercado de trabalho.

Feitas essas ressalvas, as análises a seguir possibilitam identificar para o caso brasileiro: a migração internacional do trabalhador global⁵¹; a migração internacional de grupos étnicos e a migração internacional fronteiriça.

Considerando os anos de estudo dos imigrantes internacionais recentes para o Brasil (Tabela 8), os imigrantes da Europa, da América do Norte, do Japão e da Oceania concentram suas participações na categoria nível universitário (12-15 anos de estudo) e pós-graduação (mais de 16 anos), e estão inseridos, predominantemente, nas atividades ligadas à Educação (América do Norte e Oceania, em especial), a Intermediações Financeiras e à Indústria de Transformação (Japão, América do Norte e Europa).

Os asiáticos, principalmente os coreanos, apresentam grau de escolaridade entre o nível colegial e universitário e se concentram nas atividades relacionadas ao comércio. A produção têxtil e de confecções no Brasil também vem sendo amplamente dominada pelos coreanos (Galletti, 1996). Dentre os novos imigrantes de ultramar, os africanos concentram-se no nível universitário e estão ligados às atividades de Educação, Comércio e Indústria de Transformação.

Esses trabalhadores imigrantes internacionais têm ocupações (Tabela 6) ligadas às Ci-

50. Veja-se Silva (1997) e Galletti (1996), dentre outros.

51. Castells (1999).



ências e Artes - América do Norte (52,3% dos imigrantes do período 1990-2000); Oceania (48,3%), África (21,2%); à direção de Empresas, Gerência, Organização de interesse público, Membro do Poder Público – Oceania (57,6% do total de seus imigrantes no Brasil); Ásia (35,6%); Europa (30,5%); Japão (20,4%).

Tais imigrantes internacionais compõem uma fatia dos movimentos migratórios em nível global. SASSEN (1990) afirma que há claramente uma classe de trabalhadores que se beneficia do novo complexo industrial advindo do processo de reestruturação produtiva e do conseqüente processo de globalização: são os novos profissionais gerentes, corretores, com altos e bons salários. Esse novo trabalhador de alta-renda é o portador da capacidade e escolha de consumo. A conjugação de excesso de lucro e de nova cultura do trabalho cosmopolita criou uma força espacial para novos estilos de vida e novos tipos de atividades econômicas.

Dentre esses fluxos, a migração internacional étnica, que está relacionada à reestruturação produtiva, é caracterizada pela importante participação dos coreanos no setor da indústria de confecção e o comércio a ele vinculado; tanto o Brasil quanto a Argentina têm recebido esse contingente populacional.

Desse modo, a migração internacional do trabalhador global e a migração internacional étnica no Brasil são caracterizadas pelos fluxos de ultramar: outrora, mão-de-obra para a lavoura de açúcar (os africanos), de café (europeus) e de outras culturas (japoneses e coreanos⁵²); hoje, altamente qualificado e ligado ao processo de reestruturação da produção em âmbito global.

52. Galleti (1995),Silva(1995)

**Tabela 5 – Imigrantes Internacionais segundo Escolaridade
 (População com mais de 14 anos de idade) Brasil 1990-2000**

País de Nascimento	Anos de Estudo						Total*
	Sem instrução menos 1	1-4	5-8	9-11	12-15	+16	
Mercosul	6,06	15,14	22,54	29,61	16,25	9,68	14.784
Argentina	0,97	6,64	12,38	37,46	25,80	16,56	5.985
Paraguai	12,27	26,33	33,74	16,29	6,76	3,46	6.003
Uruguai	3,62	9,11	20,04	41,60	16,38	8,44	2.797
Mercosul ampliado	4,53	12,18	21,00	32,85	16,36	12,45	26.755
Argentina	0,97	6,64	12,38	37,46	25,80	16,56	5.985
Paraguai	12,27	26,33	33,74	16,29	6,76	3,46	6.003
Uruguai	3,62	9,11	20,04	41,60	16,38	8,44	2.797
Chile	3,54	3,84	10,68	38,81	22,32	20,82	1.667
Bolívia	3,04	10,84	23,48	42,14	9,72	10,24	6.121
Peru	1,69	6,96	16,03	28,37	24,10	22,17	4.183
América do Sul/Central	3,13	6,96	12,99	20,04	20,02	36,48	4.992
América do Norte	0,83	1,64	3,50	21,90	41,20	29,59	3.915
Europa	2,24	6,77	6,46	23,72	31,92	28,46	17.242
África	0,87	5,82	15,21	32,14	34,34	11,05	3.877
Ásia	9,46	5,66	17,04	37,05	20,91	8,00	10.737
-Japão	5,05	9,51	13,68	18,93	39,64	11,84	1.991
Oceania	-	-	28,00	22,00	12,00	38,00	150
Outros/Sem especificação	17,10	27,98	27,98	13,9	5,18	7,77	193
Total	4,26	8,46	14,76	29,33	24,18	18,33	70.334

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000, 2a Edição. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.



**Tabela 6 – Imigrantes Internacionais segundo Ocupação
(População com mais de 14 anos de idade) - Brasil:1990-2000**

País de Nascimento	Anos de Estudo						Total*
	Sem instrução menos 1	1-4	5-8	9-11	12-15	+16	
Mercosul	12,60	15,12	10,23	27,81	6,94	16,56	8.092
Argentina	21,09	23,49	14,76	17,44	1,89	10,65	3.284
Paraguai	4,12	6,90	5,07	36,49	11,90	25,57	3.062
Uruguai	11,49	13,78	10,57	31,96	7,78	11,89	1.746
Mercosul ampliado	10,03	19,15	7,53	24,10	5,58	24,28	15.351
Argentina	21,09	23,49	14,76	17,44	1,89	10,65	3.284
Paraguai	4,12	6,90	5,07	36,49	11,90	25,57	3.062
Uruguai	11,49	13,78	10,57	31,96	7,78	11,89	1.746
Chile	14,12	29,39	6,75	17,45	2,49	18,80	963
Bolívia	4,09	11,82	3,31	16,29	5,48	52,00	3.866
Peru	9,30	40,16	5,56	26,79	2,43	8,02	2.430
A. Sul/Cen	12,10	43,43	11,37	16,74	4,80	4,72	2.583
A. Norte	28,87	52,31	7,27	3,43	0,25	2,69	2.009
Europa	30,58	34,32	10,74	10,50	2,30	4,45	9.460
África	13,80	21,18	10,62	27,53	-	10,17	1.544
Ásia	35,61	9,18	6,78	46,67	0,85	3,09	5.796
-Japão	20,39	28,18	7,10	18,06	5,53	5,22	957
Oceania	51,67	48,33	-	-	-	-	60
s/Especificação	-	22,63	4,33	19,71	11,68	27,74	137
Total	19,63	25,19	8,56	22,49	3,49	12,53	37.897

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000, 2a Edição. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

No âmbito do Mercosul, o trabalhador global está envolvido, particularmente, nos fluxos da Argentina para o Brasil, com seus emigrantes concentrados no nível superior e de pós-graduação (42,4% dos argentinos residentes no Brasil em 2000), sendo 44% ligados a cargos de gerência, empresas e profissionais das ciências e artes e 12,2%, à intermediação financeira.

Os rebatimentos desse movimento de reestruturação nos contextos urbanos têm contribuído para a globalização dos lugares, com a configuração de espaços marcados como o lugar da produção⁵³. Para SASSEN (1990), as metrópoles, por concentrarem as atividades ligadas ao processo

53. Em SASSEN (1988 e 1990) encontra-se uma discussão a esse respeito.

de reestruturação econômica, tornaram-se o local privilegiado para os destinos dessa migração internacional; esse é um dos aspectos que marca as chamadas cidades globais. Centros privilegiados da economia capitalista transnacional, essas cidades “representam lugares específicos, espaços da estrutura social, da dinâmica interna e da nova ordem global” (p.4).

De fato, os destinos migratórios dos fluxos da migração internacional do trabalhador global para o Brasil, entre 1990-2000, estão concentrados nas duas principais metrópoles brasileiras, já definidas na hierarquia urbana nacional como metrópoles globais: São Paulo e Rio de Janeiro (IPEA/IBGE/NESUR, 2000).

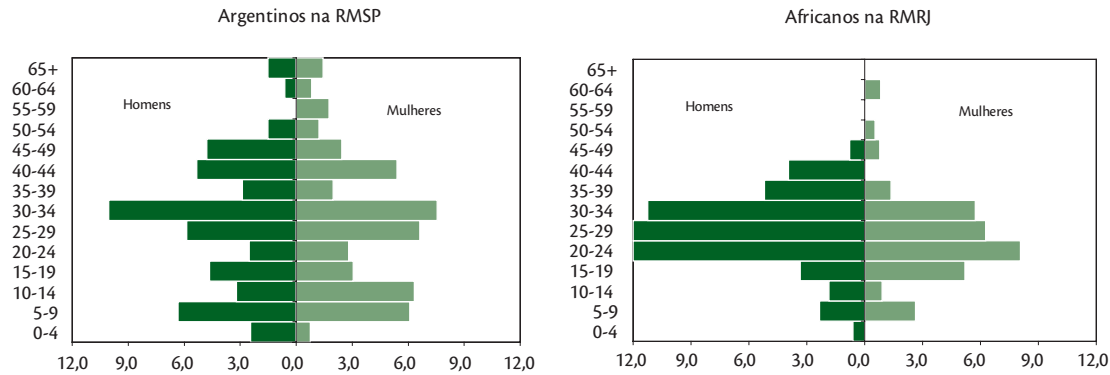
No conjunto dos imigrantes internacionais para o Brasil nos anos 1990, mais de 35% destinaram-se às regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro (Tabela 7). No caso do Rio de Janeiro, há concentração mais acentuada dos africanos (37% do total do período 1990-2000), seguidos pelos europeus e norte-americanos (em torno de 14% do total residente no país). Mas é na metrópole de São Paulo que a migração internacional dos trabalhadores globais e da migração étnica se concentra maciçamente: 44% dos asiáticos, 38% dos japoneses e mais de 20% dos europeus, norte-americanos e argentinos (16%, nesse último caso) do período 1990-2000.

Tabela 7 – Destino da Migração Internacional, Regiões Metropolitanas – Brasil, 1990-2000

Lugar de Nascimento	Destino Migratório		
	RM São Paulo	RM Rio de Janeiro	TOTAL
Europa	24,61	14,54	22.874
América do Norte	22,11	13,64	9.008
Ásia	44,61	5,45	12.361
Japão	38,32	4,13	4.822
Oceania	22,30	14,23	260
África	23,09	37,19	4.466
Argentina	16,40	11,23	8.005
Total Geral	25,45	10,52	98.514

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000, 2a Edição. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

A estrutura etária dessa imigração internacional metropolitana reflete a seletividade do movimento, com forte presença de jovens e adultos em idade produtiva, inclusive com significativa participação da migração feminina (Gráfico 2)

**Gráfico 2 – Estrutura Etária da Imigração Internacional Metropolitana - RMSP e RMRJ- 2000**

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000. 2a edição. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Assim, a cidade global, que é capaz de atrair esse novo contingente imigrante, de acordo com SASSEN (1988), estrutura-se não apenas nos resultados da economia internacional sob aquele espaço, mas também aos processos e estruturas globalizantes e suas conseqüências na vida das cidades e de seus habitantes. Os fatores que contribuem para a chegada dessa população estão vinculados à dispersão geográfica da indústria; ao crescimento da indústria financeira; à transformação na relação econômica entre cidades globais, estados-nação e economia mundial; e à formação de uma nova classe social em cidades globais, onde os imigrantes internacionais globais estão presentes (SASSEN, 1990).

Migração internacional fronteira: Foz do Iguaçu e Santana do Livramento

Como mencionado anteriormente, 40% da imigração internacional dos anos 1990 tiveram origem nos países do Mercosul Ampliado; o Paraguai responde por 11% desse fluxo; a Argentina, por 8,1%; a Bolívia, por 7,7%.

Configurando distintos grupos sociais, esses imigrantes apresentam características socioeconômicas bastante diferenciadas; o caso dos argentinos, já apresentado anteriormente, é ilustrativo das desigualdades que permeiam essas migrações.

Dentre os mercosulinos no Brasil, aqueles com menor escolaridade são os paraguaios (Tabela 8), com cerca de 12,3% de seus migrantes na categoria Sem Instrução e menos de 1 ano de estudo; de fato, trata-se de imigrantes trabalhadores agrícolas ou inseridos em atividades de menor qualificação, como construção, comércio e indústria de transformação. Os imigrantes provenientes do Uruguai, do Chile e da Bolívia apresentam em torno de 3% Sem Instrução, e os do Peru, apenas

1,7%. Na verdade, os argentinos, os chilenos e os peruanos registrados no censo demográfico são aqueles com maior escolaridade, destacando-se o nível superior e a pós-graduação.

Os uruguaios dividem-se entre as atividades ligadas ao Comércio e a Intermediações Financeiras; os argentinos e chilenos espalham-se nas atividades qualificadas de Intermediação Financeira, Indústria de Transformação, Educação e Comércio; os bolivianos concentram-se na Indústria de Transformação; e os peruanos, no Comércio, Educação e Saúde.

Destaca-se que os argentinos e chilenos apresentam ocupações ligadas a Gerência, Ciências e Artes (Tabela 9); os uruguaios, nos Serviços e Comércio; os paraguaios, além de ocupações agrícolas, estão presentes nos Serviços, no Comércio e nas ocupações ligadas a Bens e Serviços Industriais, juntamente com os bolivianos; e os peruanos registram elevada participação (mais de 40%) como Profissionais das Ciências e das Artes, seguido de Serviços e Comércio.

Essa heterogeneidade da população migrante internacional do Mercosul no Brasil reflete a estrutura ocupacional do processo de reestruturação produtiva. Segundo SASSEN (1988), essa estrutura caracteriza-se, de um lado, pela concentração dos principais setores da indústria; de outro lado, contudo, soma-se à polarização ocupacional, contribuindo para o crescimento de um estrato de alta renda e um estrato numeroso de trabalhadores de baixa renda, incluindo-se também os migrantes internacionais, em particular os clandestinos.

Tratando-se de imigração mercosulina seletiva, captada pelo censo, as estruturas indicam migrações familiares para os paraguaios e a presença acentuada de adultos jovens para os chilenos, argentinos e bolivianos no Brasil; destaca-se a importância da migração feminina para esses fluxos.

Os processos de redistribuição da população migrante, como dito anteriormente, configuram modalidades específicas, sendo algumas áreas transfronteiriças particularmente expressivas desses processos emergentes. Os casos dos municípios de Santana do Livramento e de Foz do Iguaçu constituem exemplos que se manifestam nas dinâmicas de suas populações (PATARRA E BAENINGER, 2001). Em 1970, a população de Santana do Livramento, fronteira com o Uruguai, era de 68 mil habitantes, superior à de Foz do Iguaçu (28 mil); conformado por uma fronteira tríplice, este último município chegou a registrar uma das maiores taxas de crescimento do país nos anos 70 (16% ao ano), saltando para uma população de 124 mil pessoas em 1980. Apesar do decréscimo em seu ritmo de crescimento populacional, os anos 1980 e 1990 ainda revelaram altas taxas de crescimento para Foz de Iguaçu (superiores a 3% ao ano), enquanto que Santana do Livramento manteve uma taxa positiva de 1,3% ao ano, entre 1991-2000.

O crescimento populacional desses espaços de fronteira é também caracterizado pela migração internacional, com destaque para os fluxos advindos dos países vizinhos. Em Foz do Iguaçu predominam os migrantes internacionais com origem no Paraguai, bem como de países asiáticos. Cerca de 17% dos paraguaios que entraram no Brasil nos anos 1990 e 13% dos asiáticos destinaram-se a Foz do Iguaçu (Tabela 8).

**Tabela 8 – Imigrantes Internacionais Foz do Iguaçu e Santana do Livramento 1990-2000**

Países de Nascimento	Volume Total	Participação no Total Imigração Internacional (%)	Participação no Total Imigrantes no Brasil (%)
Foz do Iguaçu			
Argentina	445	10,32	5,56
Paraguai	1.968	45,65	17,00
Ásia	1.642	38,09	13,28
Total Geral	4.311	100,00	4,38
Santana do Livramento			
Uruguai	1.660	94,80	49,24
Argentina	63	3,60	0,79
Total Geral	1.751	100,00	1,78

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000, 2a Edição; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Santana do Livramento é o destino migratório da metade dos uruguaios que entraram no Brasil. Cerca de 1.660 imigrantes do Uruguai passaram a residir nesse município nos anos 1990. Essas localidades absorvem, contudo, migrantes bastante diferenciados em função, principalmente, da estrutura econômica de cada um desses municípios fronteiriços (Tabela 9). Em Santana do Livramento, 14% dos uruguaios estavam inseridos em atividades de Agricultura/Pecuária; 28% no Comércio; e 11% em Intermediações Financeiras.

Foz do Iguaçu, cuja dinâmica vem sendo marcada pelo contrabando, narcotráfico e toda sorte de negócios ilícitos, provavelmente constitui o local de circularidade e de clandestinidade de um crescente número de indivíduos nesse contexto marcado ainda e tradicionalmente pela beleza natural e pelo turismo; os dados censitários constituem apenas um indício do movimento internacional de pessoas no complexo mosaico de contrastes do mundo globalizado. Nesse caso, os principais fluxos são de paraguaios, argentinos e asiáticos, sendo que estes últimos apresentam maiores volumes de população com mais de 14 anos de idade e, portanto, chegando a responder pela metade da população imigrante internacional em idade produtiva. Ou seja, os asiáticos vêm ocupando a primeira posição dentre os contingentes migratórios internacionais em vez dos países do Mercosul. Torna-se importante registrar que, possivelmente, com os países vizinhos a mudança de residência tende a diminuir, conformando modalidades específicas de movimentos fronteiriços.

De qualquer maneira, os paraguaios disputam com os asiáticos as atividades ligadas ao Comércio (local), embora 89% dos asiáticos estejam nessa atividade contra apenas 21% dos paraguaios; outros 13% estão em Transporte e Comunicações. Em Foz do Iguaçu, os argentinos são pelas atividades do Comércio, Indústria de Transformação e Intermediação Financeira.

Esses dois exemplos de municípios ilustram as distintas modalidades de deslocamentos populacionais em áreas de fronteira. Santana do Livramento/Rivera insere-se ainda em deslocamentos ligados ao mercado de terras, principalmente pela inserção dos imigrantes na agricultura; Foz do Iguaçu, ao mesmo tempo em que poderia indicar a consolidação da fronteira, emerge como local privilegiado para a migração de asiáticos, característica dos 'espaços de fluxos' (CASTELLS, 1999). Assim, nota-se que a questão das fronteiras se expande para o entendimento do local e do global (Beck, 1996), ultrapassando espaços bi ou trinacionais.

Tabela 9 – Imigrantes Internacionais segundo principais Atividades Econômicas
 (População com mais de 14 anos de idade) Foz do Iguaçu e Santana do Livramento 1990-2000

Principais Atividades	País de Nascimento				Principais Atividades	País de Nascimento	
	Argentina	Paraguai	Ásia	Total Geral		Uruguai	Total Geral
Foz do Iguaçu					Santana do Livramento		
Agricultura/Pec/Pesca	2,68	1,33	1,1	2,17	Agricultura/Pec/Pesca	14,1	13,50
Ind.Transformação	14,77	2,52	1,1	2,69	Ind.Transformação	3,28	3,14
Construção	6,04	6,51	-	3,00	Construção	5,8	5,55
Comércio	29,53	21,38	89,13	55,71	Comércio	28,22	29,10
Transp/Comun	-	13,41	-	5,22	Transp/Comun	3,39	3,24
Interm.Financeira	11,41	6,37	2,26	4,96	Interm.Financeira	11,16	11,83
Educação	6,71	2,12	-	0,62	Educação	3,72	3,56
Saúde/Serv.Soc.	6,71	2,39	-	2,02	Saúde/Serv.Soc.	2,08	1,99
Total	149	753	975	1.935	Total	914	955

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000, 2a Edição; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Considerações finais

Considerando os países do Mercosul, pode-se constatar a importância crescente dos movimentos intra-regionais, não tanto por seu volume, mas por sua diversidade e suas implicações; a reestruturação produtiva e o contexto internacional têm produzido efeitos na área no sentido de impulsionar novas modalidades de transferências populacionais. Pode-se perceber que esse novo contexto tem influenciado transferências populacionais para as metrópoles e para outras cidades cuja posição geográfica e competitividade têm atraído indústrias novas internacionais e tem iniciado um processo de transformação urbana já típica da atual etapa de economia.



As fronteiras e as áreas limítrofes entre os países apresentam outro lado das mudanças nos movimentos populacionais; são muitas as especificidades que cercam essa mobilidade. Contudo, é possível que, em termos quantitativos, não esteja ocorrendo um aumento expressivo dos movimentos migratórios em consequência dos acordos comerciais, mas novas formas de mobilidade espacial da população passam a coexistir.

A preocupação em conhecer as especificidades e características das migrações internacionais entre países, fronteiras e metrópoles no Mercosul feleto a necessidade de políticas sociais diferenciadas para fenômenos tão distintos porém denominados igualmente por “migrações internacionais”.

Bibliografia

- BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo - "Imigrações Internacionais no Brasil: Um Panorama Histórico". In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. As Regiões Ganhadoras. Editora Celta, 1998.
- BONASSI, M. Canta América sem Fronteiras. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.
- CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. Paz e Terra, 1999.
- CELADE (Centro Latinoamericano e Caribeño de Demografia). Investigación de la Migración Internacional en América Latina, IMILA. Boletín Demográfico, CELADE, Santiago de Chile, ano XXII, 43., 1993.
- CELADE (Centro Latinoamericano e Caribeño de Demografia). Migración Internacional en América Latina, IMILA. Boletín Demográfico, CELADE, Santiago de Chile, ano XXXIII, 65, 2000
- GALETTI, R. Migrantes estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos. In: PATARRA, N.L. (coord). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo, FNUAP, 1995.
- HARVEY, David - A Condição Pós-Moderna, São Paulo, Loyola, 1993
- LATTES, A. e LATTES, Z. Internacional Migration in Latin América: patterns, determinants and policies. In: Patarra , N (coord). Migrações Internacionais: Herança 20, Agenda 21, FNUAP, 1997.
- LATTES, A. E. Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration? In: Population, distribution and migration. New York : United Nations, 1998.
- LEMOS, M.T. Mercosur: problema de inmigración – a presencia boliviana e paraguaí en Brasil. Estudios Migratorios. Conselho da Cultura Galega, n.4, dez. 1997.
- MÁRMORA, L. Las Políticas de Migraciones Internacionales. Madrid-Buenos Aires, OIM, Alianza Editorial, 1997
- MARTINE,G. A globalização Inacabada – migrações internacionais e pobreza no século 21. Travessias na desordem global-Fórum Social das Migrações. Serviço Pastoral dos Migrantes (org), São Paulo: paulinas, 2005.
- MARTINEZ,J. El mapa migratorio de America Latina y el Caribe, las mujeres y el genero. CEPAL/CELADE. Serie Población y Desarrollo, 44. Chile. 2003
- MASSEY, D. et alli. Worlds in Motion: understanding international migration at the end of the millennium. Clarendon, Press Oxford, 1993.
- PATARRA, N. e BAENINGER, R. Migrações Internacionais Recentes: o caso do Brasil. In: Pellegrino, A. (comp.) Migración e Integración. Ediciones Trilce, 1995.
- PATARRA, N. Integração Econômica, Mercado de trabalho e Migração Internacional: o caso Mercosul. Seminário Regional Globalización y Migraciones Internacionales en América Latina y Caribe. Santiago de Chile, 1994.



- PATARRA, N.L (coord) Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. FNUAP, 1996.
- PATARRA, N.L. (coord). Migrações Internacionais – Herança 20, Agenda 21. São Paulo, FNUAP, 1996.
- PATARRA, N.L. (coord). Migrações Internacionais: Herança 20, Agenda 21, FNUAP, 1997.
- PATARRA, N.L. Deslocamentos Populacionais e Livre Circulação de Trabalhadores: o caso do Mercosul. Relatório Final. CNPq/NEPO-UNICAMP, 2000.
- PATARRA, N.L. Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. In: Estudos Avançados 57. Dossiê Migrações. Instituto de Estudos Avançados, USP, maio/agosto 2006. p.7-24.
- PATARRA, N.L. e BAENINGER, R. Frontier and Migration in Mercosul: meaning, specificities and implications. XXIV General Population Conference. IUSSP. Salvador, Brasil, 2001
- PELLEGRINO, A. International Migration in Latin America: Trends and Emerging Issues. Seminário Políticas Migratórias – ANPOCS, São Paulo, 2000.
- RIBEIRO, J. Migração Internacional África-Brasil: Angola em destaque. In: PATARRA, N.L (coord) Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. FNUAP, 1996.
- SALES, Teresa - Migrações de Fronteira entre o Brasil e os Países do Mercosul, Revista Brasileira de Estudos de População, v. 13, n. 1, jan./jun. 1996
- SANTILLO, M. Estudios e investigaciones recientes sobre migraciones internacionales en los países integrantes del Mercosur. Seminário Regional Globalización y Migraciones Internacionales en América Latina y Caribe. Santiago de Chile, 1994.
- SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo : Ed. Studio Nobel, 1998.
- SASSEN, S. The Mobility of Labor and Capital, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- SILVA, S. Migrantes Laborais na América do Sul: o caso dos bolivianos. In: PATARRA, N.L. (coord). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo, FNUAP, 1995.
- SPRANDEL, M. Brasileiros de Além-Fronteira: Paraguai. O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio – Desafios Pastorais. Editora Vozes, 1998.
- VILLA, M. e MARTÍNEZ, J. Tendencias e Patrones de la Migración Internacional en América Latina y Caribe. Simpósio sobre Migraciones Internacionales en las Américas. OIM/CEPAL-CELADE/FNUAP, Costa Rica, 2000.

Diagnóstico das migrações internacionais entre Brasil, Paraguai e Bolívia

Sylvain Souchaud

Wilson Fusco

Esse estudo apresenta as tendências das migrações internacionais entre o Brasil e dois de seus vizinhos: Bolívia e Paraguai. Esses quatro fluxos são desigualmente conhecidos e informados. Tradicionalmente, os bolivianos e os paraguaios mantiveram uma relação migratória (emigração) muito forte com a Argentina. Uma corrente de estudos na Argentina e, em proporção menor, na Bolívia e no Paraguai, vem se interessando por essas populações por muito tempo nas diversas áreas das ciências sociais. No Brasil, entretanto, essas populações nunca tiveram representação tão grande como na Argentina, o que, certamente, contribuiu para o relativo desinteresse pela questão. Por outro lado, os estudos migratórios (internacionais) no Brasil se voltaram, desde tempos atrás, para o estudo de populações específicas e historicamente representadas no país, sejam africanas, sejam européias, ou asiáticas, ou então na emigração brasileira para o além-mar, aos Estados Unidos (SALES 1999 ; FUSCO 2005 ; SALES 2006) ou à Ásia. Os conhecimentos acadêmicos no Brasil sobre as migrações internacionais vêm se estruturando geralmente no estudo de populações outras das que nos interessam aqui.

A percepção da população brasileira sobre a imigração dos vizinhos evoluiu, talvez, com a maior visibilidade e logo midiaticização da migração boliviana. Falamos intencionalmente de visibilidade porque, realmente, essa migração não é nova no Brasil e, apesar dessa população ter aumentado – o censo aponta crescimento de 29,9% entre os censos de 1991 e 2000 –, ainda é muito pequena.

Mas o que faz a diferença e talvez pareça aspecto relativamente novo é sua localização, principalmente nos bairros centrais de São Paulo, e suas atividades, o comércio ambulante e a confecção. Logo, essa população migrante concentrada no espaço, especializada na sua atividade, fisicamente diferenciada, que em parte ocupou o espaço público (camelôs) da metrópole, despertou esse novo interesse. Ainda recentemente, pensava-se que a imigração, seja de bolivianos, seja de paraguaios, ou não existia, ou se limitava às margens da nação, nas fronteiras internacionais ou agrícolas. O imigrante boliviano ou paraguaio vivia nas áreas rurais do Mato Grosso do Sul, de Rondônia ou do Acre, empregado no setor agropecuário (peão ou sitiante).

Percebe-se hoje que esse modelo, que correspondeu a uma realidade, evoluiu bastante, e que essas migrações evoluíram muito, no sentido de grande diversificação. Portanto, muito mais que crescimento quantitativo, o que caracteriza essas populações migrantes nos últimos 20 anos é a evolução qualitativa, isto é, a diversificação e complexificação das formas de migrar (percursos e estratégias) e dos perfis socioculturais dos migrantes.



No que se refere a estudos sobre os paraguaios no Brasil, não conseguimos levantar estudos além daqueles da nutrida história regional (principalmente no MS). Esses estudos, além de não se ocupar da atualidade, percebem a migração internacional, não em si, mas como elemento da dinâmica de formação regional. Quanto aos bolivianos, é importante mencionar os trabalhos pioneiros de Sidney Silva (SILVA (DA) 1997 ; 2003 ; 2006). Antropólogo, o autor vem estudando a comunidade boliviana de São Paulo desde o início dos anos 1990. Estudando histórias de vida, descreveu e analisou a difícil inserção social desses migrantes no setor da confecção. Interessou-se pela organização comunitária dessa população e de suas manifestações identitárias, a partir, notadamente, de festas religiosas.

No que se refere à emigração brasileira no Paraguai, as fontes são mais diversas. Essa migração, que começou nos anos 1960-1970, adquiriu rapidamente grande magnitude. Tratando-se de uma migração específica, relacionada a uma colonização agrícola, revestiu-se de caráter geopolítico. Do lado paraguaio, a questão foi trabalhada nas suas conseqüências em termos de soberania nacional e de privação de acesso à terra para as populações locais (LAINO 1977 ; PALAU & HEIKEL 1987 ; FOGEL 1990 ; GALEANO 1993 ; PALAU 1996 ; FOGEL & RIQUELME 2005). Considerada como responsável pela marginalização das populações rurais nacionais e como freio real às possibilidades de reforma agrária, é também responsável pelo forte êxodo rural e pela crise urbana. Do lado brasileiro, Cortêz retomou a questão política dessa população a partir de uma análise antropológica, enfatizando sua difícil inserção e as discriminações que sofreu tanto do lado paraguaio quanto do lado brasileiro, quando, por exemplo, no fim dos anos 1980, parte dela foi expulsa do Paraguai e não foi aceita no Brasil, colocando-a numa situação semelhante a apátridas. (CORTÊZ 1993) Sprandel focalizou os processos de construção de identidade étnica dos “*brasiguaios*” a partir de um trabalho de campo realizado em Mato Grosso do Sul (SPRANDEL 1991). Mais recentemente, em outro trabalho (SPRANDEL 2006), contribuiu para o “estado das artes” sobre a questão.

Outra tradição de estudos, mais ligada à geografia regional, abordou essa migração internacional. Vários autores franceses, alemães, ingleses e holandeses (GAINARD 1978; NICKSON 1981; KOHLHEPP 1984; ZOOMERS & KLEINPENNING 1990; NAGEL 1991; NEUPERT 1991; PÉBAYLE 1994; SOUCHAUD 2002; 2005) enfatizaram esse movimento de população em suas várias dimensões territoriais e seus impactos em termos de desenvolvimento, abordando tanto a dinâmica agrícola e rural, quanto a dinâmica urbana dentro da área de colonização. Sem esquecer que esses movimentos se compõem de populações diferentes, as quais, participando de um mesmo movimento, não compartilhavam as mesmas situações (socioeconômicas) nem os mesmos objetivos.

Retomaremos à análise desses movimentos migratórios internacionais, privilegiando uma descrição atual dos fluxos e suas dinâmicas territoriais, para, em seguida, afinarmos a descrição, considerando os espaços e as populações locais, que no conjunto formam esses fluxos internacionais.

Descrição dos fluxos atuais, volumes e processos territoriais

Alguns elementos gerais a partir de diversas fontes estatísticas

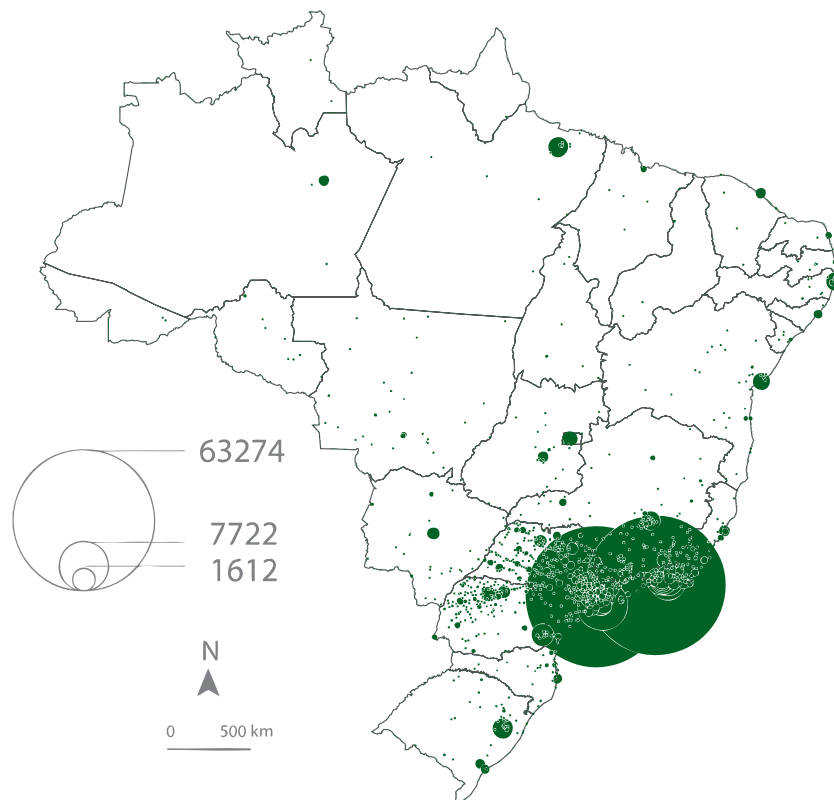
Estudos recentes (CELADE 2002; MARTÍNEZ PIZARRO & VILLA 2002; PELLEGRINO 2003) sobre migração internacional intra-americana mostram, nos últimos 20-30 anos, o aumento relativo e absoluto dos estoques de migrantes sul-americanos frente à imigração do além-mar. Considerando toda a América Latina e Caribe, “el total de imigrantes⁵⁴ de ultramar censados en los países de la región disminuyó de casi cuatro millones de personas en 1970 a menos de dos y medio millones en 1990” (MARTÍNEZ PIZARRO 2001, 3). Considerando a migração dos paraguaios, brasileiros e bolivianos nos três países, podemos mencionar alguns elementos a partir dos dados gerais dos censos. Primeiro, os estoques de migrantes são relativamente baixos, alcançando 149.238 indivíduos em 2000 (entre 2000 e 2002). Essa migração crescente deve ser ponderada com as migrações mais antigas. Por exemplo, apesar do fluxo transatlântico não ser mais alimentado e de perder pouco a pouco seu peso devido à mortalidade, a comunidade portuguesa ainda é a maior comunidade do Brasil (Mapa 1), com 213.209 indivíduos em 2000, ou seja, 31,2% da população nascida no estrangeiro (IBGE, 2000). Os nascidos no estrangeiro, em 2000, são 684.000, ou seja, apenas 0,4% da população do país.

Com exceção dos brasileiros no Paraguai, as comunidades nascidas no estrangeiro, às quais nos referimos, nunca alcançam proporção alta da população nacional, isto é, superior a 1% da população total do país de residência. Além disso, não são contingentes significativos dentro da população emigrada de cada país; na Argentina, como contraponto, tanto os nascidos no Paraguai como os nascidos na Bolívia residentes nesse país são comunidades muito mais importantes, respectivamente 325.000 e 231.000 em 2001 (Censo INDEC, Buenos Aires).

54. É importante insistir no fato que, por convenção, sempre que falarmos de imigrantes ou migrantes, estaremos considerando populações nascidas no estrangeiro. Nos referiremos então a categorias, tais como bolivianos, paraguaios, brasileiros, sem consideração da nacionalidade. Em suma, os imigrantes aqui considerados, por um lado formam uma categoria (ampla mas não exaustiva) dos conjunto de migrantes internacionais e, por outro lado, se diferenciam da categoria “estrangeiro”.



Mapa 1 – Imigrantes portugueses segundo Município de residência no Brasil, 2000



Fonte: Censo 2000, IBGE
Soulchaud/Fusco IRD-NEPO/UNICAMP, 2006
Feito com Philcarto - <http://perso.club-internet/philgeo>

Destacamos que o estoque total de migrantes intra-sul-americanos aumentou nos últimos 20 a 30 anos. No caso das áreas em questão, nas quais o volume decresceu ligeiramente entre os anos 1990 e 2000, o fenômeno é devido, mais uma vez, à comunidade nascida no Brasil e residente no Paraguai. Diminuiu de 25% entre os dois censos, mas, mesmo assim, em 2000 ela representa 55% de todas as migrações para o país.

Observa-se (Tabela 1 e Tabela 2) que o Paraguai, em função da presença brasileira, é o país onde reside o maior número de estrangeiros oriundos da região estudada, tanto nos anos 1990 como em 2000. Para os bolivianos e paraguaios, o Brasil é o principal país de residência. Em consequência, o Paraguai, país de maior volume de residentes estrangeiros, é também o país de uma só comunidade (os nascidos no Brasil). Bolívia aparece como um país pouco atrativo. O Brasil é um país

de imigração moderada, com estoques comparáveis de bolivianos e paraguaios (“nascidos”). Nota-se, entretanto, que tanto os paraguaios quanto os bolivianos aumentaram fortemente sua presença no Brasil entre 1991 e 2000, em 51,6% e em 29,9%, respectivamente.

Tabela 1 – População censitária por país de residência, segundo o país de nascimento, anos 2000

País de residência	País de nascimento			Total
	Bolívia	Brasil	Paraguai	
Bolívia 2001	-	14.428	3.201	17.629
Brasil 2000	20.388	-	28.822	49.210
Paraguai 2002	1.062	81.337	-	82.399
Total	21.450	95.765	32.023	149.238

Fonte: IMILA, 2006

Tabela 2 – População censitária por país de residência, segundo o país de nascimento, anos 1990

País de residência	País de nascimento			Total
	Bolívia	Brasil	Paraguai	
Bolívia 1992	-	8.586	955	9.541
Brasil 1991	15.694	-	19.018	34.712
Paraguai 1992	766	107.694	-	108.460
Total	16.460	116.280	19.973	152.713

Fonte: IMILA, 2006

A imigração dos paraguaios e dos bolivianos é, portanto, um fenômeno que vem ganhando importância, e cujas modalidades provavelmente evoluíram no período recente. Acabamos de apresentar os dados dos censos nacionais. Esses censos não abrangem a totalidade das populações imigrantes, sejam ou não clandestinas. Essa subestimação há de ser importante no caso de populações que se caracterizam por suas dificuldades de integração socioeconômica no país de destino. Bolivianos e paraguaios são, em sua maioria, imigrantes pouco qualificados, fato muitas vezes relacionado com as carências de integração formal e administrativa. As estimativas sobre a presença boliviana e paraguaia variam muito. A Pastoral do Migrante, por exemplo, estima que em Corumbá residam de 7.000 a 8.000 bolivianos, quando o censo do IBGE registrou 1.098 indivíduos em 2000. Em São Paulo, a Pastoral do Migrante estima que existam 80.000 bolivianos residentes, enquanto o censo 2000 aponta 7.722 pessoas. No caso dos brasileiros no Paraguai, também existe um sub-registro, devido a outras razões, principalmente históricas. O censo da população do Paraguai em



2002 revela o número de 82.299 (Tabela 1) brasileiros. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) (Tabela 3) estima que são 378.247 em 2002. Essas variações entre as estimativas e os censos, e entre as próprias estimativas, apontam tanto a instabilidade dessas correntes migratórias quanto o provável desconhecimento dos números reais.

Tabela 3 – Estimativa de brasileiros residentes no Paraguai e na Bolívia, em 2002

Região do Consulado	População
Ciudad del Este	300 071
Salto del Guairá	53 054
Asunción	8 156
Encarnación	7 303
Concepción	4 867
Pedro Juan Caballero	4 796
Paraguai	378 247
Santa Cruz de la Sierra	3 062
La Paz	1 957
Cochabamba	1 001
Puerto Suarez	357
Guayaramerín	182
Bolívia	6 559

Fonte: MRE, 2002

A territorialização dos migrantes internacionais, a forte implicância das fronteiras internacionais e dos espaços metropolitanos

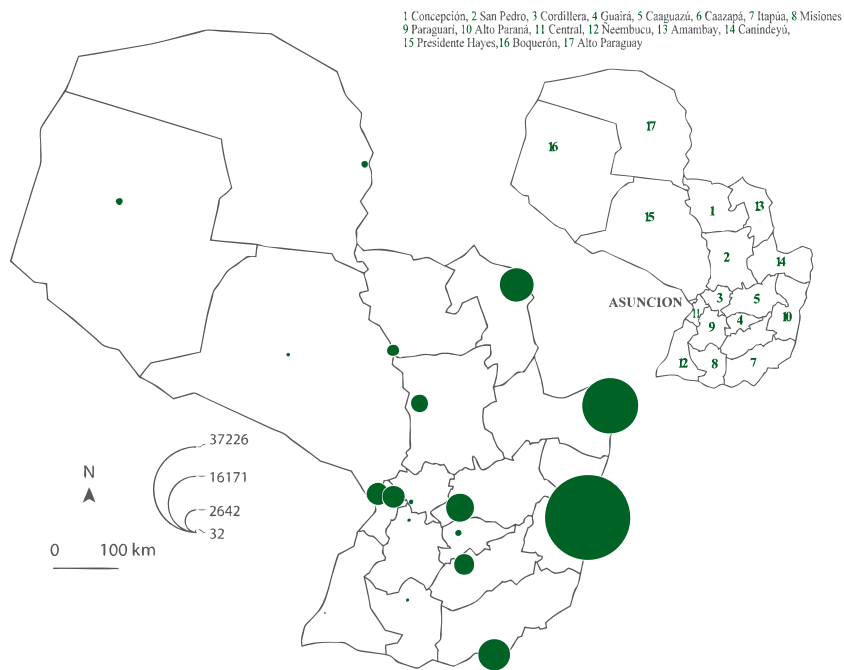
Ao considerar os locais de residência dos migrantes a partir dos censos nacionais de população (INE, IBGE, DGECC), constata-se o papel importante das fronteiras. Apesar desse ponto comum a todas as migrações, tanto a migração brasileira no Paraguai e na Bolívia, quanto a migração boliviana no Brasil e a migração paraguaia no Brasil têm diferenças que cabem aqui ressaltar⁵⁵.

Os migrantes brasileiros no Paraguai, que representam o essencial da migração regional

⁵⁵. Teoricamente 6 casos de migração internacional. Deixaremos de lado dois deles, a migração paraguaia na Bolívia e a migração boliviana no Paraguai, por serem pouco relevantes (Tabela 1 e Tabela 2).

enfocada, concentram-se (74%) em três dos cinco departamentos fronteiriços com o Brasil (Mapa 2), isto é, o Alto Paraná, o Canindeyú e o Amambay. No caso da migração brasileira na Bolívia, o departamento de Santa Cruz concentra 50,3% da migração total brasileira (Mapa 3). O Mapa 4 mostra que a concentração se repete dentro do departamento em duas áreas distintas: na província ocidental de Andrés Ibañez, onde se encontra a capital Santa Cruz de la Sierra, e nas duas províncias da fronteira, Germán Busch (no sul) e Angel Sandóval (no norte).

Mapa 2 – Imigrantes brasileiros segundo departamento de residência no Paraguai, 2002



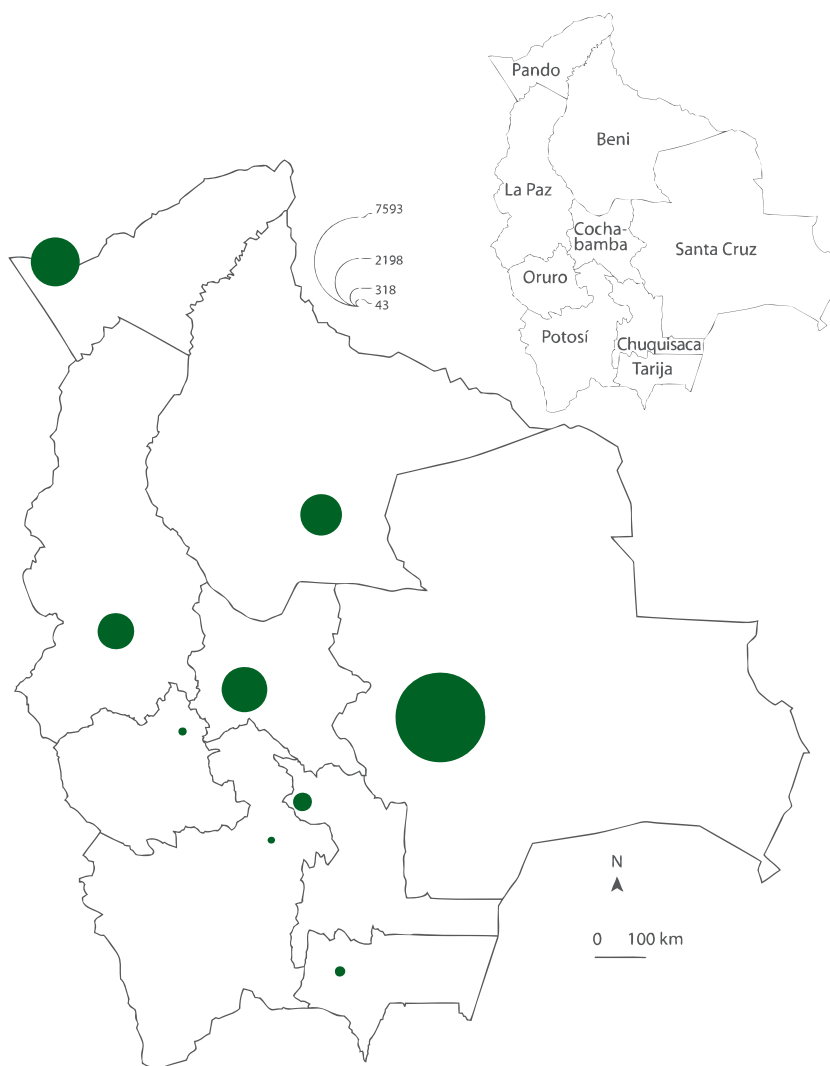
Fonte: Censo 2000, IBGE

Soulchaud/Fusco IRD-NEPO/UNICAMP, 2006

Feito com Philcarto - <http://perso.club-internet/philgeo>



Mapa 3 – Imigrantes brasileiros segundo departamento de residência na Bolívia, 2001.

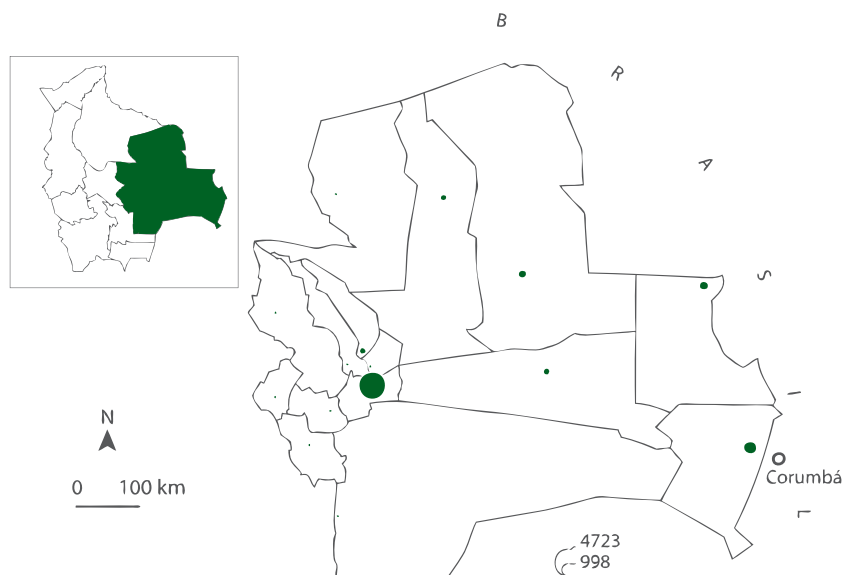


Fonte: Censo 2000, IBGE

Soulchaud/Fusco IRD-NEPO/UNICAMP, 2006

Feito com Philcarto - <http://perso.club-internet/philgeo>

Mapa 4 – Imigrantes brasileiros segundo Provincia de residência no departamento de Santa Cruz na Bolívia, 2001



Fonte: Censo 2000, IBGE

Soulchaud/Fusco IRD-NEPO/UNICAMP, 2006

Feito com Philcarto - <http://perso.club-internet/philgeo>

Tabela 4 – Brasileiros residentes na Bolívia, segundo departamento de residência, 2001

Departamento	N	%
Chuquisaca	318	0,3
La Paz	1238	1,3
Cochabamba	1924	2,0
Oruro	59	0,1
Potosí	43	0,0
Tarija	94	0,1
Santa Cruz	7593	8,0
Beni	1607	1,7
Pando	2198	2,3
Bolívia	15074	16,0
Total imigrantes	94391	100,0

Fonte: INE, La Paz, 2001.

Obs.: os totais dos brasileiros na Bolívia e no Paraguai (Tabelas 4 e 5) apresentam leves diferenças (Tabelas 1 e 2) devido ao uso de fontes diferentes.



Tabela 5 – Brasileiros residentes no Paraguai segundo departamento de residência, 2002

Departamento	N	%
Asunción	2642	3,3
San Pedro	776	1,0
Concepción	1669	2,1
Cordillera	145	0,2
Guairá	236	0,3
Caaguazú	4184	5,2
Caazapá	2308	2,9
Itapúa	5253	6,6
Misiones	84	0,1
Paraguarí	88	0,1
Alto Paraná	37226	46,5
Central	2623	3,3
Ñeembucú	32	0,0
Amambay	5954	7,4
Canindeyú	16171	20,2
Presidente Hayes	94	0,1
Boquerón	308	0,4
Alto Paraguay	291	0,4
Total	80084	100,0

Fonte, DGEEC, Asunción, 2002.

Obs.: os totais dos brasileiros na Bolívia e no Paraguai (Tabelas 4 e 5) apresentam leves diferenças (Tabelas 1 e 2) devido ao uso de fontes diferentes.

A migração dos brasileiros nos países vizinhos foi bastante estudada no caso do Paraguai (NICKSON 1981 ; PALAU & HEIKEL 1987 ; SALES 1996 ; HAESBAERT 1999 ; KOHLHEPP 1999 ; SOUCHAUD 2002)⁵⁶, e muito pouco no caso da Bolívia. Essas migrações correspondem, em grande parte, à progressão da fronteira agrícola. Esse elemento induz várias características socioespaciais no país de destino. As zonas ocupadas (franja extrema oriental do Paraguai e meia-lua oriental ao leste de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia) pela colonização agrícola são zonas de pouca ocupação anterior. Os migrantes constroem novos espaços, rurais e urbanos. A atividade principal é a agropecuária e, so-

56. Cabe ressaltar, porém, que se desenvolve uma nova migração de brasileiros para o Chaco paraguaio. Segundo as poucas informações recolhidas na região, ela tem duas facetas. Primeiro, fazendeiros comprariam terras na zona fronteiriça para a criação de gado bovino (carne). Essa ocupação implica em poucos migrantes, mas grandes extensões de terras. Segundo, migrariam brasileiros na aérea de colonização menonita (centro do Chaco) onde integrariam tanto a atividade rural como urbana, não superando, segundo estimativas locais, os 500 indivíduos.

bretudo, a cultura intensiva de exportação (a soja, no caso), com a qual se desenvolvem várias atividades⁵⁷ comerciais e de serviços, com implantação urbana. Os migrantes se concentram no espaço, formando uma “mancha” de colonização. Cabe enfatizar que essa progressão areolar não se define necessariamente a partir da linha da fronteira (como no caso paraguaio), mas pode aparecer a várias centenas de quilômetros da fronteira internacional⁵⁸. Assim, a presença brasileira na fronteira (províncias de Germán Busch e Angel Sandóval) com Mato Grosso do Sul não corresponde à progressão da frente agropecuária da soja e do gado, como observada na província de Andrés Ibañez.

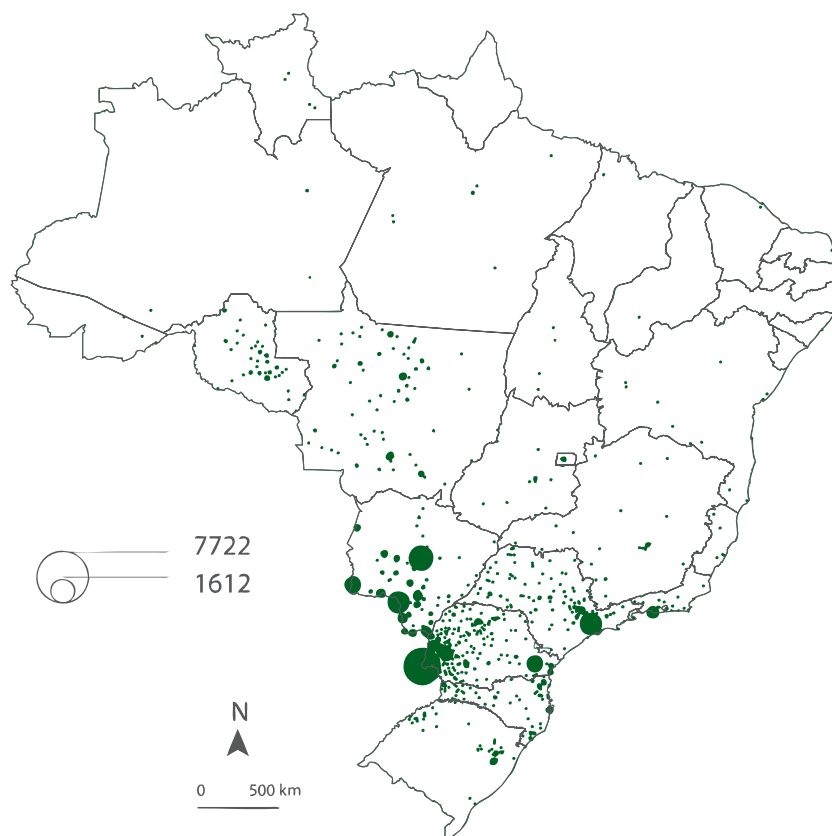
A migração dos paraguaios (Mapa 5) no Brasil caracteriza-se pela grande dispersão no território nacional. A instalação reveste dois aspectos: uma ocupação fronteiriça, no Mato Grosso do Sul e no Paraná, em municípios (Mapa 5) ou microrregiões (Tabela 6) que contam com uma cidade de médio porte (Foz do Iguaçu, Dourados, Cascavel, Toledo), e uma presença nos municípios ou microrregiões que contam com grandes cidades no interior (Campo Grande e Campinas) e no litoral (Porto Alegre, Florianópolis). Os espaços com uma grande metrópole (São Paulo e Rio de Janeiro) não são particularmente privilegiados.

57. No caso do Paraguai (IMILA 2006) aproximadamente 50% dos migrantes brasileiros ativos são ocupados no setor primário da economia.

58. Insistimos no fato que a presença brasileira na fronteira (províncias de Germán Busch e Angel Sandóval) com Mato Grosso do Sul não corresponde à progressão da frente agropecuária da soja e do gado. Essa frente limita sua presença na província de Andrés Ibañez.



Mapa 5 – Imigrantes paraguaios segundo Município de residência no Brasil, 2000



Fonte: Censo 2000, IBGE

Soulchaud/Fusco IRD-NEPO/UNICAMP, 2006

Feito com Philcarto - <http://perso.club-internet/philgeo>

Tabela 6 – Paraguaios com residência no Brasil por microrregião, em 2000 (efetivos superiores a 200)

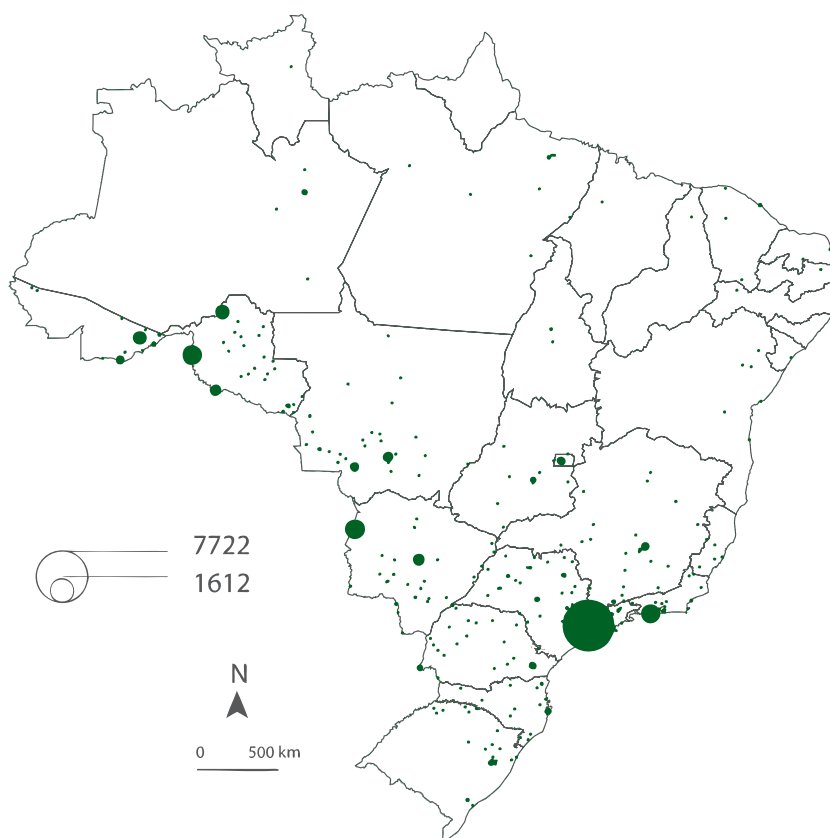
Microrregião	N	%	% acumulada
Foz do Iguaçu	4 710	16,3	16,3
Dourados	2 454	8,5	24,9
Campo Grande	1 926	6,7	31,5
São Paulo	1 567	5,4	37,0
Curitiba	1 457	5,1	42,0
Toledo	1 319	4,6	46,6
Iguatimi (MS)	1 206	4,2	50,8
Baixo Pantanal	961	3,3	54,1
Cascavel	851	3,0	57,1
Rio de Janeiro	536	1,9	58,9
Bodoquena (MS)	491	1,7	60,6
Campinas	452	1,6	62,2
Sinop (MG)	376	1,3	63,5
Aquidauana (MS)	370	1,3	64,8
Cuiabá	344	1,2	66,0
Porto Alegre	315	1,1	67,1
Guarapuava (PR)	284	1,0	68,1
Paranaguá	268	0,9	69,0
Maringá	236	0,8	69,8
Joinville (SC)	227	0,8	70,6
Umuarama	227	0,8	71,4
Ji-Paraná (RO)	212	0,7	72,1
Cacoal	210	0,7	72,9
Florianópolis	209	0,7	73,6
Total parcial	21.208	73,6	
Total Brasil	28.822	100,0	

Fonte: IBGE, Censo 2000.



A migração boliviana no Brasil revela ainda outro tipo de espacialização. O Mapa 6 mostra a presença importante dos migrantes nas áreas de fronteiras, tanto no Mato Grosso do Sul quanto no Mato Grosso, em Rondônia e no Acre. Além da dimensão nitidamente fronteiriça da migração, observa-se (Tabela 7) a concentração na região metropolitana de São Paulo (microrregiões de São Paulo, 39,3%; Guarulhos, 1,9%; Osasco, 1,4%), que não tem comparação com qualquer outra microrregião do país.

Mapa 6 – Imigrantes bolivianos segundo Município de residência no Brasil, 2000



Fonte: Censo 2000, IBGE
Soulchaud/Fusco IRD-NEPO/UNICAMP, 2006
Feito com Philcarto - <http://perso.club-internet/philgeo>

Tabela 7 – Bolivianos com residência no Brasil por microrregião, em 2000 (efetivos superiores a 200)

Microrregião	N	%	%acumulada
São Paulo	8 004	39,3	39,3
Guajará-Mirim (Rondônia)	1 436	7,0	46,3
Rio de Janeiro	1 219	6,0	52,3
Baixo Pantanal (Mato Grosso do Sul)	1 179	5,8	58,1
Rio Branco (Acre)	699	3,4	61,5
Porto Velho	642	3,1	64,6
Campo Grande	388	1,9	66,5
Guarulhos (região metr. sp)	385	1,9	68,4
Cuiabá	374	1,8	70,3
Osasco (região metr. sp)	290	1,4	71,7
Brasiléia (Acre)	279	1,4	73,1
Belo Horizonte	266	1,3	74,4
Alto Pantanal	245	1,2	75,6
Brasília	211	1,0	76,6
Total parcial	15 617	76,6	
Total Brasil	20 288	100,0	

Fonte : IBGE, Censo 2000.

Elementos para uma tipologia das migrações internacionais a partir da noção de fronteira

Aparecem na região, então, três tipos espaciais de migrações internacionais:

Caso 1, fronteira de vizinhança recíproca;

Caso 2, fronteira unilateral;

Caso 3, urbano diversificado;

Caso 4, metropolitano exclusivo.

O caso 1 é comum em parcelas das quatro migrações internacionais observadas e refere-se à migração transfronteiriça, essencialmente dirigida a centros urbanos da fronteira. São, por exemplo, os brasileiros de Porto Suárez, na Bolívia, ou de Ciudad del Este, no Paraguai; os paraguaios de Ponta Porã ou os bolivianos de Corumbá e Guajará-Mirim.

O caso 2 refere-se à colonização agrícola brasileira no Paraguai e na Bolívia.

O caso 3 refere-se à migração paraguaia nas áreas urbanas litorâneas e sublitorâneas das regiões Sul e Sudeste do Brasil.



O caso 4 refere-se à migração dos bolivianos na região metropolitana de São Paulo.

Nos dois primeiros casos, referimo-nos à noção de fronteira. É preciso, então, esclarecer como entendemos a palavra “fronteira”.

Fronteira distingue-se tradicionalmente de zona (frontier) ou linha (boundary). Considerada geralmente em sua acepção política ou geopolítica (FOUCHER 1988), a fronteira é a demarcação no espaço do poder de um estado soberano. Porém, uma parte importante da literatura sobre fronteiras enfoca o processo de ocupação/apropriação de novas terras, área de pesquisa bem representada na América. Retomando a idéia de fronteira como zona, as ciências sociais foram considerando e estudando a fronteira como um recurso e um lugar de reprodução social, e não somente como um limite e obstáculo.

O que distingue o caso 1 do caso 2 é a maneira como os migrantes se inserem no espaço de fronteira. No primeiro caso, a migração “fronteiriça de vizinhança recíproca”, os migrantes procuram na zona imediata à fronteira internacional uma vantagem em termos de mercado de trabalho, de serviços (saúde, educação) etc. Ou seja, uma oportunidade para uma inserção socioeconômica e de acesso a serviços. É uma migração de proximidade (os migrantes podem vir de longe, mas vão perto da fronteira), é uma migração diversificada socialmente, antiga e seus fluxos são reversíveis (em função de evoluções conjunturais ou estruturais). Essa migração é, majoritariamente, urbana ou procura a proximidade de centros urbanos importantes. Importante, nesse caso, designa um centro regional que pode ser grande ou não em termos demográficos; o que importa é o tamanho do espaço organizado à volta desse centro e a posição fronteiriça desse território organizado. Em consequência, pode-se considerar como centros importantes tanto Santa Cruz de la Sierra ou Campo Grande, num extremo, quanto Filadelfia (Chaco paraguaio), no outro. Na posição intermediária, encontramos centros urbanos médios, como Ciudad del Este, Pedro Juan Caballero, Corumbá e Puerto Suárez, que combinam proximidade da fronteira e importância demográfica.

No segundo tipo, caso da migração “fronteiriça unilateral”, a fronteira, no sentido de espaço, área, corresponde a uma zona de difusão, onde elementos, fenômenos socioespaciais se encontram em ambos os lados, apresentando poucas variações, mas com origem e impulsão de um só lado. Migração que revela a emergência de um “espaço social” e a “produção de um espaço” (LEFEBVRE 2000) no destino. Define-se, então, pela difusão/(re)produção de fenômenos, o que não implica necessariamente uma continuidade espacial. A progressão da colonização agrícola brasileira além das fronteiras ilustra esse ponto. Em ambos os lados da fronteira, os granjeiros brasileiros reproduzem um sistema de organização socioespacial, seja no Paraguai, seja na Bolívia. No primeiro esquema, a progressão areolar ocorre sem ruptura no espaço, pois ambas as margens do trecho fronteiriço do rio Paraná apresentam as mesmas paisagens e têm sua origem na região Sul do Brasil. No caso boliviano, ocorre a mesma difusão de uma organização socioespacial, mas com uma interrupção, um vazio, de aproximadamente 1.000 km, correspondente a área extensiva do Pantanal

brasileiro e demais pântanos do extremo oriente boliviano. Mesmo assim, os dois modelos de difusão não nos parecem muito diferentes, pois procedem da mesma dinâmica, somente adaptam sua progressão aos obstáculos naturais, conforme o estado de conhecimentos técnicos e tecnológicos⁵⁹. Geralmente, é uma migração que se dá em várias escalas. É uma migração com forte implicação de setores rurais, ou melhor, de ativos do setor agropecuário, é uma migração recente e os fluxos são unilaterais.

A distinção essencial entre o caso 1 e o caso 2 repousa na função da fronteira na migração internacional. No primeiro, a migração internacional insere-se em um modelo socioespacial pré-existente, no qual a migração não tem vocação a modificar radicalmente, mas somente alimentar o processo já existente; existe, então, uma forma, uma reciprocidade. No tipo 2, a migração internacional difunde um modelo de organização socioespacial originário do lugar de saída, mas não se insere em um esquema preexistente, ou, caso existir, não chega a modificá-lo profundamente. Em termos de escala espacial, o modelo 1 insere-se nas franjas fronteiriças, em área limitada, inferior a 100 km, em nível local (escala micro). O tipo 2 insere-se em espaços que atingem a dimensão regional (escala macro).

Na migração “urbana diversificada”, os lugares de migração correspondem a áreas (microrregiões) espalhadas no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. À primeira vista, não se nota uma atração ligada à importância absoluta do centro urbano localizado dentro da microrregião. Na Tabela 7, por exemplo, nota-se que as microrregiões de Toledo, Curitiba e São Paulo têm atração comparável. O que parece prevalecer é a noção de centro regional, sendo estes menores no interior e nas metrópoles do litoral do Sudeste, por exemplo. Outro elemento que se destaca é a importância, em termos de atratividade, dos centros litorais das regiões Sul e Sudeste. Evidentemente, em nível nacional, a estrutura territorial do litoral e próxima ao litoral diferencia-se muito da estrutura do interior, de modo que a franja litorânea oferece mais oportunidades reais ou supostas para os migrantes. Mas essa atração diferenciada entre o litoral e o interior não vale no Paraná, nem no Mato Grosso do Sul. À espacialização diferenciada dos migrantes em cada Estado do conjunto Sul/Sudeste/Centro-Oeste corresponderiam situações territoriais diferentes entre um Estado e outro? Dito de maneira diferente, a presença de migrantes internacionais, tanto em Curitiba (próxima ao litoral) e Paranaguá (litoral), quanto em Toledo e Maringá (interior), por um lado, e a presença em Porto Alegre e ausência no interior do Rio Grande do Sul, por outro lado, refletiria uma organização do território diferenciada entre os dois estados, em que o Paraná demonstra integração maior de seus espaços interiores? Ou então será pela simples razão da proximidade com o Paraguai que os paraguaios estão mais presentes e mais espalhados no Paraná do que no Rio grande do Sul, estado já distante?

59. Com efeito, os “vazios” deixados pela colonização se podem preencher com a evolução dos conhecimentos tecnológicos e sua disponibilização e difusão. Um exemplo é dado nos cerrados, julgados muito tempo como impróprios para os cultivos intensivos, e que concentram hoje a maior parte da produção granjeira.



A categoria “metropolitana exclusiva” corresponde à situação da migração dos bolivianos em São Paulo. Os bolivianos se concentram de maneira muito forte nessa metrópole. Essa concentração é interessante por duas razões. Primeiro, porque para nenhuma outra das comunidades consideradas observa-se essa concentração. Segundo, porque os bolivianos, fora de São Paulo, quase não estão presentes nos outros grandes centros do país, nas regiões Sudeste e Sul. Corresponde, então, a um tipo de migração muito diferente do tipo anterior. As razões que podem ser aventadas têm a ver com dois elementos ligados. A migração boliviana no Brasil (fora da migração caso 1) é uma migração recente, e a migração em São Paulo é muito ligada a uma atividade específica: a confecção. Esses elementos explicariam que a migração ainda não se diversificou em termos espaciais. Os primeiros elementos da pesquisa de campo em Corumbá (realizada em outubro de 2006, projeto NEPO-IRD) mostram que a migração boliviana no Brasil não é propriamente recente, mas vem ganhando importância nos últimos tempos. Junto com o crescimento recente do fluxo, observa-se nítida diversificação dos perfis dos migrantes: tanto geográfica (origem e destino) como social. A partir daí, pode-se imaginar que nos próximos tempos a migração boliviana no Brasil conhecerá evoluções importantes.

Depois de identificar esses quatro casos de migração, surge uma pergunta. Essas migrações funcionam de maneira independente ou de maneira complementar? Podemos oferecer alguns elementos como resposta⁶⁰. Obviamente, os migrantes podem passar de um caso a outro e articular dentro de um processo migratório dois ou mais tipos. Essa articulação entre os casos de migração é forte entre os casos 1 e 4, por exemplo, e ocorre dentro da mesma estratégia migratória. Assim, devido às dificuldades administrativas cada vez maiores que enfrentam os migrantes com a crescente limitação (ou controle) das migrações internacionais, as trajetórias espaciais modificam-se, ganhando em complexidade. Em Corumbá, o número de bolivianos recenseados é um pouco maior que 1.000 indivíduos e, segundo várias fontes de informação, muitos deles teriam chegado a Corumbá com a intenção de migrar para São Paulo. Essa idéia até hoje não foi comprovada. A permanência em Corumbá é facilitada pelo baixo controle na fronteira e pelo estatuto oficial de fronteiriço, que permite aos estrangeiros de países vizinhos morar, trabalhar e estudar em Corumbá. Tais facilidades não existem fora do município, limite a partir do qual se exercem controles e restrições à migração. A cidade serviria, então, para alguns migrantes como espaço de trânsito. O migrante tem a possibilidade de acumular experiências e benefícios diversos, financeiros, relacionais, culturais, que lhe permitirão tentar migrar para São Paulo. O mais provável, entretanto, é que a migração para São Paulo se faça sem etapa residencial na fronteira. Então, as conexões entre essas duas migrações, Corumbá (isto é, área de fronteira) e São Paulo, caso existam, são outras, e talvez passem pela organização fa-

60. Trabalhamos com dados de estoque de migrantes, e para estudar trajetórias teríamos que começar por usar os dados de data fixa. Os dados de data fixa apresentados pelo IMILA são pouco detalhados, no que se refere aos lugares, e incompletos, no sentido de muitas lacunas de informação (indocumentados e não resposta).

miliar e não individual da migração. Em outras palavras, uma mesma família poderia ter indivíduos em vários lugares do Brasil. Isso seria característica recente da migração; para os casos de migração mais antiga, a tendência principal teria sido mais a concentração familiar num só lugar. Hipóteses que precisam ser investigadas no futuro porque, caso se confirmem, evidenciariam complexificação e diversificação das redes sociais e espaciais da migração boliviana, fato que, por sua vez, possibilitaria crescimento da dinâmica migratória.

As conexões entre as diferentes migrações aparecem e, de certa forma, mostram que a migração, apesar de sua diversidade e complexidade, deve ser considerada como sistema.

Enfoques locais da diversidade migratória: populações e espaços

Bolivianos em São Paulo, Corumbá, Guajará-Mirim e Rio de Janeiro; paraguaios na fronteira e no sul do Brasil

Os estoques de pessoas nascidas no Paraguai e na Bolívia, para datas determinadas, são apresentados na Tabela 8, além do crescimento relativo do estoque entre as datas. A população nascida no Paraguai tem aumento expressivo durante a década de 1960, mas a década seguinte representa diminuição no mesmo nível; nos anos 1980, podemos perceber elevação modesta, enquanto no período mais recente o aumento do estoque foi o mais importante, representando mais de 50% de acréscimo para a população de nascidos no Paraguai. Aqueles nascidos na Bolívia, por outro lado, compõem um estoque que cresce continuamente e de forma estável, desde os anos 1960; os nascidos na Bolívia, que em 1960 eram equivalentes a aproximadamente metade dos nascidos no Paraguai, chegam a 70% destes no período mais recente.

Tabela 8 – População residente no Brasil segundo país de nascimento, Paraguai e Bolívia, nos últimos 5 censos e por variação relativa entre os censos

Período	Paraguai	% var	Bolívia	% var
1960	17.748		8.049	
1970	20.025	12,8	10.712	33,1
1980	17.560	-12,3	12.980	21,2
1991	19.018	8,3	15.694	20,9
2000	28.822	51,6	20.388	29,9

Fonte: IMILA/CELADE, 2006.



A população nascida no Paraguai encontra-se distribuída por 681 municípios brasileiros, com concentração em determinados locais (Tabela 9). Os maiores agrupamentos de paraguaios são encontrados em Foz do Iguaçu, Campo Grande, São Paulo e Ponta Porã. O expressivo volume de paraguaios em Foz do Iguaçu e, em menor escala, em Ponta Porã, é explicado pela localização desses municípios na fronteira Brasil-Paraguai. De fato, a maior parte das pessoas nascidas no Paraguai está concentrada em municípios próximos da fronteira, nos estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul.

Tabela 9 – Paraguaios por Municípios de residência selecionados, 2000

Município	N	%
São Paulo	1420	4,9
Foz do Iguaçu	4021	14,0
Campo Grande	1785	6,2
Ponta Porã	1400	4,9
Outros	20196	70,1
Total	28822	100,0

Fonte: Censo IBGE, 2000.

O estoque de pessoas nascidas na Bolívia soma 20.388 imigrantes, distribuídos de forma desigual pelos municípios brasileiros. Conforme mostra a Tabela 10, quase 38% estão em São Paulo, enquanto Corumbá, Guajará-Mirim e Rio de Janeiro têm aproximadamente 5% do estoque em cada município; outros sete municípios brasileiros apresentam índices de 1% a 3% e, nos outros 315 municípios que exibem alguma proporção de pessoas nascidas na Bolívia, o índice fica abaixo de 1%.

Tabela 10 – Bolivianos por Municípios de residência selecionados, 2000

Município	N	%
São Paulo	7725	37,9
Corumbá	1100	5,4
Guajará-Mirim	1073	5,3
Rio de Janeiro	1021	5,0
Outros	9469	46,4
Total	20388	100,0

Fonte: Censo IBGE, 2000.

O histórico migratório de pessoas nascidas no Paraguai que vieram ao Brasil remonta ao início do século, mas o número desses imigrantes antes dos anos 1920 é pouco expressivo. Campo Grande é o município que mais concentra paraguaios que vieram na segunda metade do século

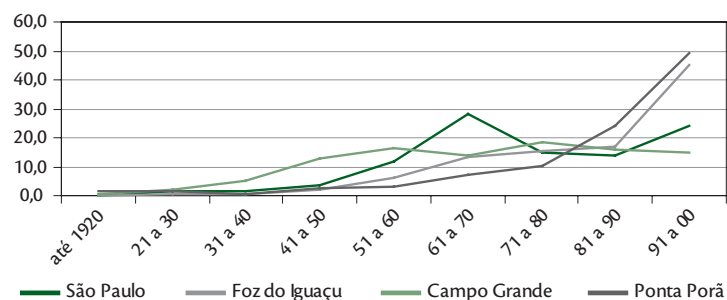
passado, correspondentes a quase 21% do estoque da cidade. Dos residentes em Ponta Porã, por outro lado, quase 50% chegaram nos anos 1990. Foz do Iguaçu também apresenta forte concentração de pessoas nascidas no Paraguai que chegaram nos anos 1990, mas já nos anos 1960 o número de chegadas aumentava de forma significativa. São Paulo, por outro lado, exibe como principal período de chegada os anos 1960, ainda que a última década tenha atraído uma população considerável.

Tabela 11 – Paraguiaios segundo período de chegada no Brasil, por município de residência selecionado, 2000

Período	São Paulo	Foz do Iguaçu	Campo Grande	Ponta Porã
até 1920	0,0	0,0	0,7	1,4
21 a 30	1,6	0,5	2,2	1,6
31 a 40	1,4	0,3	5,4	0,6
41 a 50	3,7	2,3	12,9	2,6
51 a 60	12,0	6,0	16,4	3,1
61 a 70	28,4	13,5	13,7	7,3
71 a 80	15,1	15,3	18,3	10,4
81 a 90	13,7	17,2	15,7	24,0
91 a 00	24,2	44,9	14,8	49,1
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0
Total N	1420	4021	1785	1400

Fonte: Censo IBGE, 2000.

Gráfico 1 – Paraguiaios segundo período de chegada no Brasil, por município de residência selecionado, 2000



Fonte: Censo IBGE 2000.

Para cada um dos quatro municípios brasileiros selecionados como local de chegada de bolivianos, o histórico dos fluxos migratórios (Tabela 12) apresenta diferentes proporções em diferentes momentos. Enquanto em Guajará-Mirim a chegada de bolivianos aconteceu principalmen-



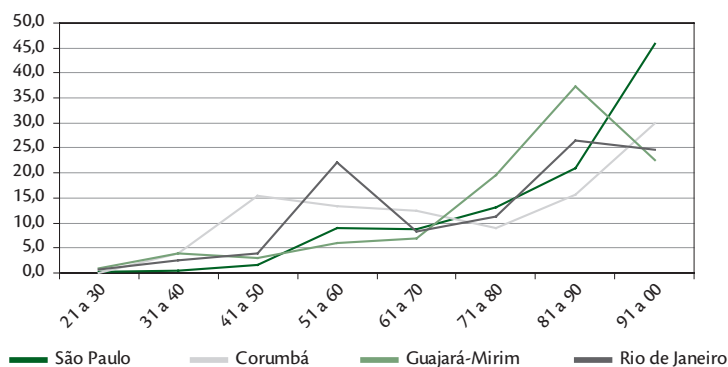
te entre 1970 e 1990, no Rio de Janeiro houve um influxo considerável nos anos de 1950, decaindo nas duas décadas seguintes e voltando a crescer a partir de 1980; em Corumbá percebemos grande proporção de imigrantes chegando entre 1940 e 1970, seguida de diminuição do fluxo na década de 1970 e a retomada do movimento a partir de 1980, enquanto em São Paulo o movimento ganha força a partir de 1970, mas é principalmente na década de 1990 que a maior parte dos imigrantes chega ao município.

Tabela 12 – Bolivianos segundo período de chegada no Brasil, por município de residência selecionado, 2000

Período	São Paulo	Corumbá	Guajará-Mirim	Rio de Janeiro
21 a 30	0,2	0,0	0,8	0,7
31 a 40	0,4	3,9	3,9	2,6
41 a 50	1,6	15,4	2,9	3,9
51 a 60	8,9	13,5	6,1	22,0
61 a 70	8,7	12,5	6,8	8,3
71 a 80	13,2	9,1	19,7	11,4
81 a 90	21,1	15,7	37,3	26,4
91 a 00	46,0	30,0	22,6	24,6
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0
Total N	7725	1100	1073	1021

Fonte: Censo IBGE 2000.

Gráfico 2 – Bolivianos segundo período de chegada no Brasil, por município de residência selecionado, 2000



Fonte: Censo IBGE 2000.

“Brasiguaios” na fronteira agrícola do oriente paraguaio

A migração de brasileiros para o Paraguai ocorreu de forma massiva a partir da década de 1970. Várias ondas de migração constituídas por diversos atores contribuíram ao remodelar as paisagens do oriente paraguaio e ao transformar as dinâmicas territoriais no Paraguai. O processo territorial assemelha-se a uma anexação territorial, devido ao fato de que o processo pioneiro, dirigido por certos atores brasileiros, produz a renovação da paisagens do território oriental e uma notável segregação socioespacial.

Depois de breve resenha histórica da migração internacional brasileira, caracterizando os fluxos migratórios, suas origens geográficas, composição social e distribuição no espaço de destino, ou seja, o oriente paraguaio, apresentaremos alguns dados recentes do censo 2002.

Em sua história, o Paraguai tem sido, em comparação com os demais países do Cone Sul, um país de pouca imigração internacional. Adela Pellegrino (apud, MARTÍNEZ PIZARRO 2003) considera que dos 11 milhões de europeus que chegaram à América Latina, constituídos por 38% de italianos, 28% de espanhóis e 11% de portugueses, a metade radicou-se na Argentina e mais de um terço no Brasil. O Paraguai conheceu uma imigração de pouca intensidade, cujos elementos mais relevantes foram a imigração alemã, no departamento de Itapúa, por exemplo, e a imigração dos menonitas, no Chaco e demais departamentos orientais. Entretanto, a partir dos anos 1960 e sobretudo dos anos 1970, o Paraguai transformou-se em um país de imigração latino-americana de primeira importância com a chegada dos brasileiros.

Essa imigração está relacionada com aspectos geopolíticos, econômicos, sociais e geográficos. Em primeiro lugar, a ditadura Stroessner orientou mudanças na política de cooperação regional, que se definiu por uma aproximação do Brasil. Um dos aspectos privilegiados da cooperação foi a chamada a uma imigração brasileira, rural, agrícola, modernizadora, tema recorrente nos discursos de Stroessner, cujo objetivo era a ocupação das terras de florestas do oriente do país, que têm solos muito ricos e favoráveis ao desenvolvimento de agricultura intensiva e exportadora.

Por outro lado, a situação pela qual passava o Brasil favoreceu esse movimento da população até o Paraguai. O processo de colonização agrícola no Sul e Sudeste do Brasil havia entrado em uma fase acelerada de modernização e integração econômica. Uma importante mão-de-obra encontrava-se desocupada ou expulsa e em busca de novos espaços de expansão.

Por fim, a partir dos anos 1960 e 1970, as duas frentes de colonização que percorreram, durante mais de cem anos, as regiões Sul e Sudeste do Brasil, encontravam-se no oeste do Paraná, a dois passos do Paraguai. Uma vinha do estado de São Paulo e foi avançando para o sudoeste; a outra vinha do Rio Grande do Sul rumo ao noroeste.

Desta forma, os sinais políticos de abertura do território à imigração brasileira, a modernização do setor agrícola do outro lado da fronteira (Brasil), a concentração fundiária que resultou de tal processo, a liberação de uma mão-de-obra rural importante no Brasil e a proximidade geo-



gráfica dessa população pioneira, além das grandes possibilidades que oferecia o setor oriental do Paraguai ao desenvolvimento da agricultura intensiva, constituíram os fatores que fizeram que a imigração brasileira fosse um fenômeno massivo. Num primeiro momento, entraram diversos atores e desenvolveu-se uma agricultura de subsistência (mandioca, milho, feijão) e comercial (menta) (PALAU & HEIKEL 1987). Rapidamente a região especializou-se na produção de soja. Pode-se notar, então, junto a essa especialização, proporção cada vez maior de imigrantes oriundos do Sul do Brasil, de origem alemã e italiana. A paisagem modificou-se, as terras florestais desapareceram pouco a pouco para deixar uma paisagem nova, aberta, uniforme, característica dos grandes espaços agrícolas do mundo (o trigo de planície de Paris, na França, o milho do cinturão agrícola de planície nos Estados Unidos ou do pampa argentino, por exemplo). Junto a esse movimento de especialização do espaço rural, pode-se observar uma dinâmica urbana interessante. Com efeito, o desenvolvimento da soja, com fim quase exclusivo de exportação, impôs uma organização territorial. A soja foi produzida de maneira moderna, que implicou uma organização complexa para trazer e comercializar máquinas e insumos diversos e proporcionar serviços múltiplos de apoio para a produção e instalação dos colonos cultivadores de soja. Surgiu uma série de serviços que iriam estimular a formação de pequenos centros urbanos dentro da zona de colonização. Ao final, a atividade gerou significativo crescimento econômico e estimulou localmente a economia, não somente dos serviços, mas também da construção, do comércio local e internacional. Foi uma etapa do processo de ocupação que acompanhou a diminuição, pelo menos de forma relativa, da imigração rural e uma crescente imigração urbana. O setor rural tornou-se mais exclusivo, necessitando cada vez menos de mão-de-obra, e a soja deixava cada vez menos espaço a outras atividades agrícolas, de subsistência ou comercial. Nota-se, então, o desenvolvimento de padrões migratórios distintos: a população imigrante era mais jovem, vinda de áreas geográficas mais próximas (o oeste do Paraná) e de origem urbana (SOUCHAUD 2002).

Ao longo desse processo, acumulou-se uma população brasileira muito importante no oriente paraguaio. É impossível conhecer com certeza seu número, mas pode-se estimar que, na segunda metade dos anos 1990, o Paraguai contava com aproximadamente 500.000 brasileiros, nascidos no Brasil, e seus descendentes. O importante é que tal processo socioespacial implica não somente uma remodelação da faixa de fronteira, mas também um processo de polarização territorial. O Paraguai integrou, em poucas décadas, um dispositivo territorial liderado pelo Brasil meridional. Ademais, notam-se de maneira acentuada os processos de diferenciação, segmentação e, às vezes, segregação, dentro da zona de colonização. Os camponeses paraguaios foram expulsos de suas terras ou privados do acesso à exploração da terra.

Espaços emergentes de imigração brasileira na Bolívia e no Paraguai

A maior parte dos 15.074 brasileiros residentes na Bolívia (Tabela 4) concentra-se no departamento de Santa Cruz (Mapa 4). Com uma superfície de 370.621 km² e uma população de 2.029.471 habitantes (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA 2003), o departamento de Santa Cruz tem uma densidade populacional de 5,5 hab./km². Nesse departamento fronteiro com o Brasil, dois modelos territoriais contrastados co-existem. Na parte extrema ocidental, encontra-se um espaço que vem conhecendo, nas últimas décadas, um processo de crescimento inédito (demográfico, urbano e econômico), a tal ponto que essa região compete hoje com o centro tradicional, La Paz, e constitui apoio essencial dos diversos fluxos que se organizam no subcontinente. A cidade de Santa Cruz de la Sierra contava, em 2001 (INE, 2001), 1.135.426 habitantes. A maioria do departamento de Santa Cruz é uma zona muito pouco integrada, com baixíssima densidade demográfica. Essa aérea estende-se até a fronteira internacional, onde aparecem alguns centros urbanos pequenos e médios (Puerto Suárez, Puerto Quijarro).

A imigração brasileira, se observada por províncias, segue esse modelo de organização territorial do departamento de Santa Cruz (Mapa 4). Mais da metade dos imigrantes localiza-se na capital, Santa Cruz de la Sierra. Outros contingentes importantes encontram-se na fronteira.

As informações sobre a parte oriental de Santa Cruz são poucas. Porém, observa-se a presença brasileira em três setores de atividade: a agricultura intensiva (soja), a pecuária e a formação universitária.

As publicações do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) relativas ao censo não dão informações precisas sobre as populações imigrantes. Além dos limites habituais dos censos (periodicidade, critérios adotados para a categorização de migrante), existe o problema da localização dessas populações, já que se consideram, em alguns casos, volumes em grandes unidades administrativas. O censo 2001 menciona o fato de que os brasileiros em Santa Cruz formam a primeira comunidade estrangeira (17,43%).

O impacto dos brasileiros na região é muito variado, segundo a atividade. Os estudantes representam, provavelmente, um estoque importante, embora em declínio. Concentrados na capital, não focalizam a atenção das autoridades ou das mídias. Vindos por meio de acordos de cooperação universitária, têm um tempo de residência limitado e sua permanência não é polêmica. A situação é diferente no caso dos imigrantes do setor agropecuário. Se considerarmos o caso dos granjeiros, vemos que, apesar de serem poucos, controlam grande parte de uma atividade estratégica no país. Lembremos que a soja representa mais de 65% do valor total das exportações agrícolas da Bolívia. Em 2001, a agricultura, no departamento de Santa Cruz, ocupava 1.304.666 ha, sendo 639.500 ha de soja (CAO). Em 2001, o departamento de Santa Cruz concentrava quase a totalidade da área plantada em soja. A soja é cultivada integralmente em uma região de colonização agrícola situada ao leste de Santa Cruz de la Sierra. Primeiro, foi cultivada na margem esquerda do rio Grande,



mas ocupa agora a margem direita do rio. No total, a área cultivada é uma franja de cerca de 50 km leste-oeste e de 300 km de norte a sul. Na totalidade da superfície cultivada em soja, os brasileiros, que entraram na atividade entre 1992 e 1995, controlavam mais ou menos 200.000 ha em 2000/01, ou seja, mais ou menos 30% do total da área cultivada. Junto com os brasileiros, estão presentes outras comunidades: os bolivianos, os menonitas e os japoneses. Estes vêem sua participação no total da superfície cultivada diminuindo. Entre 1991 e 2001, os menonitas diminuiram a área de cultivo de 49% para 22% da superfície total, enquanto os japoneses representavam, em 2001, entre 7% e 10% do total; os nacionais, por outro lado, controlavam 26% (fontes diversas, CAINCO, ANAPO, CAO, Santa Cruz de la Sierra, 2003).

Essa migração dos granjeiros, de pouco impacto demográfico, tem sua importância econômica e social num país onde predomina a agricultura familiar não mecanizada, que não tem capacidade de investimento do agro-business e que não pode competir com ele, o que pode provocar conflitos pelo uso dos recursos (terras agrícolas). Os pecuaristas, apesar de serem pouco representativos, são também causas de problemas, especialmente devido à sua localização, na área de fronteira, levantando conflitos políticos, local e nacionalmente.

A migração brasileira para o Paraguai também está se desenvolvendo em novos espaços. As informações são insuficientes e é preciso iniciar pesquisas nessas áreas. O primeiro espaço de penetração dos brasileiros é o Chaco paraguaio. Nessa área, ocupam dois tipos de lugares. O primeiro é a periferia do Chaco, fronteira com Mato Grosso do Sul, onde progridem a partir de Porto Murinho para o departamento de Alto Paraguai. A principal atividade desenvolvida é a criação bovina. O segundo espaço onde ultimamente tem se destacado a presença brasileira é o centro do Chaco, onde estão as colônias menonitas, ao redor de Filadelfia. Os brasileiros presentes, estimados por de volta de 500, teriam ocupações basicamente nos serviços e no comércio, e a população seria mais jovem. Novamente, a penetração brasileira em espaços rurais causa fortes conflitos com as autoridades locais e nacionais e com os povos indígenas. Várias denúncias foram feitas, ecoadas pelo principal jornal nacional, ABC Color, sobre a ilegalidade dessas instalações, a tal ponto que provocou a intervenção direta do presidente Nicanor Frutos, em princípios de 2006. Os brasileiros lançariam obras a despeito das leis nacionais, atuando na ilegalidade no que se refere à proteção de áreas ambientais e territórios indígenas ou contrabandeando maquinaria e gado.

Por fim, informações circulam (novamente sem estudos formais) sobre investimentos imobiliários brasileiros em Assunção. A capital está conhecendo um processo de modernização e de reestruturação que, entre outros aspectos, provocou o deslocamento do centro para o bairro de Villa Morra, deixando o centro histórico degradado. Esse processo abre campo para especuladores internacionais (logo, brasileiros). Uma das perguntas que essa penetração provoca refere-se a possíveis ligações entre os capitais do agro-business brasileiro e a regeneração urbana em Assunção. Os paraguaios vêem com receio a possibilidade de Assunção, depois da zona oriental, ser controlada

por capitais privados estrangeiros. Isso alimenta discursos sobre a efetividade da soberania nacional e reações de rejeição em relação aos brasileiros, questão que merece maior atenção.

Considerações finais

A migração intra-regional na América do Sul tem adquirido relevância frente aos novos padrões de integração política e econômica que estão em processo na região, como também pela diminuição em números absolutos da imigração transoceânica. O recorte territorial assumido neste trabalho, ou seja, Brasil, Bolívia e Paraguai, contempla parte importante da questão migratória regional, que recebeu tratamento amplo, porém pouco profundo. Ainda assim, podemos apresentar alguns elementos de destaque e que apontam para a necessidade de investigações específicas e com maiores detalhes.

O retorno de grande proporção dos brasileiros residentes no Paraguai observado em 2000, por exemplo, é um aspecto que deve ser analisado com cuidado. As razões para o retorno, o perfil do migrante retornado, os locais de chegada, são elementos que podem ser aprofundados a partir da utilização dos dados censitários e de uma revisão bibliográfica sobre a reestruturação produtiva que tem lugar no Paraguai e no Brasil. O aumento do número de bolivianos no território nacional, da mesma forma, pode e deve ser analisado de forma mais completa e sistemática por meio das mesmas fontes citadas acima.

Observamos que a distribuição dos paraguaios e bolivianos pelo Brasil acontece de forma desigual: os paraguaios estão mais espalhados e podem ser encontrados em um número de municípios duas vezes maior que os bolivianos. Entretanto, podemos perguntar o porquê de os paraguaios se assentarem no Mato Grosso ou Rondônia, que são regiões afastadas da fronteira com o Paraguai e não são locais de alta atratividade migratória; ou ainda, o que fazem os bolivianos no Sul. Dessa forma, a inclusão de novas variáveis e a desagregação dos dados censitários são procedimentos fundamentais para a elaboração de um trabalho mais completo e que permita melhor compreensão dos fatos e processos recentes, no que se refere à questão migratória.

Outra questão possível é o motivo do crescente número de paraguaios em Foz do Iguaçu e Ponta Porã. Seriam realmente paraguaios que vêm tentar a vida neste lado da fronteira ou filhos de brasileiros que nasceram no Paraguai e que, com o retorno dos pais, passam por estrangeiros? A recente ampliação do número de bolivianos em Corumbá está relacionada ao crescente contingente que chega a São Paulo ou são processos completamente distintos? Mais uma vez, somente com um trabalho mais específico seremos capazes de abordar tais questões e ainda gerar outras.

Um trabalho futuro deverá incluir a análise da estrutura etária da população migrante, assim como informações sobre ocupação, renda e anos de estudo, particularmente para os locais de



maior concentração de imigrantes. Comparações entre lugares de destino de um mesmo fluxo, ou entre diferentes fluxos, serão abordagens obrigatórias. Também as análises sobre os brasileiros retornados, principalmente do Paraguai, estarão presentes em eventual trabalho futuro, quando podermos nos debruçar sobre dados censitários com mais empenho.

Tais orientações ou sugestões encaixam-se em um projeto que se encontra em desenvolvimento no Núcleo de Estudo de Populações (NEPO) da Unicamp, em parceria com o Institut de Recherche pour le Développement (IRD-França), que, no período 2005-2009, tratará de analisar o processo migratório entre Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia.

Como fruto dessa parceria, um aspecto que poderá ser incorporado é a migração de bolivianos em Corumbá, uma vez que terminamos recentemente um *survey* nessa cidade, realizado com o objetivo de conhecer em detalhes o processo migratório. A partir do banco de dados resultante, será possível apreender elementos que de outra forma seria impossível em função da limitação qualitativa dos questionários do censo. Como exemplo, podemos citar a possibilidade de mapear as redes familiares e de amizade que orientam a migração dessas pessoas. Poderemos, ainda, conhecer as várias etapas migratórias e descrever a evolução desses fluxos no tempo, com a vantagem de analisar as conexões dos bolivianos de Corumbá com outros espaços, na Bolívia, no Brasil e no exterior.

Por fim, cabe fazer duas sugestões. A primeira é que o censo brasileiro poderia captar com maiores detalhes a origem do imigrante internacional, ou do retornado brasileiro, quando se tratar de países da América do Sul, utilizando o mesmo procedimento para registro adotado no caso das Unidades da Federação. Esse nível de detalhamento preencheria lacuna importante, uma vez que temos ampliado nosso conhecimento acerca das nações vizinhas em vários aspectos, e o incremento de informações sobre os lugares de origem dos migrantes da América do Sul complementaria o arcabouço instrumental para a realização de estudos mais precisos.

Bibliografia

- CELADE (2002), La migración internacional y el desarrollo en las Américas, Santiago de Chile, CEPAL-CELADE, 541.
- CORTÊZ C. (1993), *Brasiguaios, os refugiados desconhecidos*, São Paulo, Brasil Agora, 218.
- FOGEL R. (1990), *Los campesinos sin tierra en la frontera*, Asunción, Comité de Iglesias, 174.
- FOGEL R., RIQUELME M., eds. (2005), *Enclave sojero. Merma de soberanía y pobreza*, Asunción
- FOUCHER M. (1988), *Fronts et frontières. Un tour du monde géopolitique*, Paris, Fayard, 527.
- FUSCO W. (2005), *Capital cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos*, Campinas, Tese de doutorado, IFCH 143.
- GAINARD R. (1978), "Terres neuves et frontières : contrastes de mise en valeur et rapports de domination sur le Moyen Paraná ". *Etudes offertes à Louis Papy*. Bordeaux, Ceget/Msha, 67-74.
- GALEANO L. (1993), "Modernización agraria y transición democrática en Paraguay ", *Revista paraguaya de sociología* 30 (87), 153-69.
- HAESBAERT R. (1999) "Regiões transfronteiriças e migração brasileira em países do Mercosul ", VII Encontro Nacional da ANPUR-Assoc. Nac. Planej. Urbano e Regional, Porto Alegre.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (2003), *Bolivia : Características sociodemográficas de la población*, La Paz, INE, 319.
- KOHLHEPP G. (1984), "Colonización y desarrollo dependiente en el Oriente paraguayo ", *Revista Geográfica* (99), 5-33.
- KOHLHEPP G. (1999), "Incorporação do espaço fronteiro do leste do Paraguai na esfera de influência brasileira ". *El espacio interior de América del Sur : geografía, historia, política, cultura*. Potthast, B.; Kohut, K.Kohlhepp, G. eds. Madrid, Iberoamericana, 205-25.
- LAINO D. (1977), *Paraguay : fronteras y penetración brasileña*, Asunción, Cerro Corá, 227.
- LEFEBVRE H. (2000), *La production de l'espace*, Paris, Anthropos, 516.
- MARTÍNEZ PIZARRO J. (2001), *El mapa migratorio internacional de América Latina y el Caribe : patrones, perfiles, repercusiones e incertidumbres*, Santiago de Chile, CEPAL, 28.
- MARTÍNEZ PIZARRO J. (2003), "El mapa migratorio de América Latina y el Caribe, las mujeres y el género ", *Serie población y desarrollo* (44), 96.
- MARTÍNEZ PIZARRO J., VILLA M. (2002), "Tendencias y patrones de la migración internacional en América latina y el Caribe ". *Simposio sobre migraciones internacionales en las Américas*, San José de Costa Rica, 4/6 sept. 2000. Santiago de Chile, CEPAL/CELADE, 23.
- NAGEL B. Y. (1991), "Socioeconomic differentiation among small cultivators on Paraguay's eastern frontier ", *Latin American Research Review* (26), 103-32.



- NEUPERT R. (1991), " La colonización brasileña en la frontera agrícola del Paraguay ", Notas de Población (51-52), 121-54.
- NICKSON R. A. (1981), " Brazilian colonization of the eastern border region of Paraguay ", Latin American Studies 13 (1), 111-31.
- PALAU T. V. (1996), " Migração transfronteiriça entre Brasil e Paraguai : o caso dos brasiguaios ". Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. Patarra, N. L. éd. Campinas, FNUAP. 1, 200-7.
- PALAU T. V., HEIKEL M. V. (1987), Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera agrícola, Asunción, Base/Pipsal, 333.
- PÉBAYLE R. (1994), " Les Brésilguayens, migrants brésiliens au Paraguay ", Revue Européenne des Migrations Internationales 10 (2), 73-86.
- PELLEGRINO A. (2003), " La migración internacional en América Latina y el Caribe : tendencias y perfiles de los migrantes ", Serie población y desarrollo (35), 41.
- SALES T. (1996), " Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul ", Revista Brasileira de Estudos de População 13 (1), 12.
- SALES T. (1999), Brasileiros longe de casa, São Paulo, Editora Cortez
- SALES T. (2006), " ONGs brasileiras em Boston ", Estudos Avançados 20 (57), 75-91.
- SILVA (DA) S. A. (1997), Costurando sonhos: Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo, São Paulo, Paulinas
- SILVA (DA) S. A. (2003), Virgem/Mãe/Terra. Festas e tradições bolivianas na metrópole, São Paulo, Hucitec/Fapesp, 263.
- SILVA (DA) S. A. (2006), " Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade ", Estudos Avançados 20 (57), 157-70.
- SOUCHAUD S. (2002), Pionniers brésiliens au Paraguay, Paris, Karthala, 406.
- SOUCHAUD S. (2005), " Dinámica de la agricultura de exportación paraguaya y complejo de la soja : una orgnaización del territorio al estilo brasileño ". Enclave sojero. Merma de soberanía y pobreza. Fogel, R.Riquelme, M. éds. Asunción, 15-34.
- SPRANDEL M. A. (1991), " Brasiguaios: os camponeses e as regras do jogo político nas fronteiras do Cone Sul ", Travessia : Revista do Migrante 4 (11), 9-13.
- SPRANDEL M. A. (2006), " Brasileiros na fronteira com o Paraguai ", Estudos Avançados 20 (57), 137-55.
- ZOOMERS E. B., KLEINPENNING J. M. G. (1990), " Colonización interna y desarrollo rural : el caso del Paraguay ", Revista Geográfica, I.P.G.H (112), 109-25.

Refugiados e políticas sociais: considerações, avanços e perspectivas

Juliana Arantes Dominguez
Rosana Baeninger

Atualmente, há uma tendência de pressão internacional para que países vizinhos às regiões de conflito, em geral países em desenvolvimento, assumam papel importante na proteção a refugiados, em relação aos tradicionais países receptores da Europa e América do Norte. Segundo Martin (2002), *“Regional protection is hardly a new concept. The vast majority of refugees have always found asylum within their regions of origin, generally in neighbouring countries. What is new is the interest of European and North American States in redirecting movements toward regional canters.”* (p. 34).

No contexto mundial de políticas restritivas de refúgio e erosão de princípios de proteção, o Brasil e outros países da América Latina, como Chile, Uruguai e Argentina surgem como países emergentes no recebimento desse contingente populacional.

No Brasil, observa-se seu papel regional frente aos problemas apresentados na Colômbia e a falta de integração de refugiados colombianos no Equador e na Costa Rica.

Migrações forçadas – breve panorama histórico

Os refugiados conformam um tipo de migração denominada migração forçada ou de caráter involuntário.

Os fluxos de refugiados passaram a causar preocupação à comunidade internacional, notadamente a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Com o fim da guerra, havia enorme contingente de deslocados, problema que precisava ser solucionado. Nesse contexto, decidiu-se criar, em 1951, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), órgão subsidiário da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável pela proteção dos refugiados e por buscar soluções para esse grupo. No mesmo ano, elaborou-se a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, instrumento internacional de proteção aos refugiados, que trouxe uma definição para o termo refugiado, levando em conta o panorama do pós-guerra e o continente europeu (ACNUR, 2000).

Ao longo dos anos 1960 e meados dos anos 1970, ocorreram movimentos de independência das colônias africanas e asiáticas, dentre as quais, Argélia, Ruanda e Bangladesh, que geraram novos fluxos de refugiados. No entanto, a definição de refugiado não podia ser aplicada a essa nova



situação, razão pela qual, em 1967, elaborou-se o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados. Ademais, observou-se uma experiência pioneira no continente africano, com a celebração da Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA), de 1969, que trouxe uma definição de refugiado que levava em conta o contexto regional (ACNUR, 2000).

Em seguida, a partir de meados dos anos 1970 e durante os anos 1980, eclodiram conflitos armados em vários países da Ásia, África e América Central (Vietnã, Laos, Camboja, Afeganistão, Etiópia, Nicarágua, El Salvador e Guatemala), que contaram com o apoio das superpotências no contexto da Guerra Fria. Conseqüentemente, houve intenso fluxo de refugiados, além de outra experiência regional, dessa vez no continente americano, que culminou na definição de refugiado semelhante à da Convenção da OUA, apresentada pela Declaração de Cartagena, de 1984 (ACNUR, 2000).

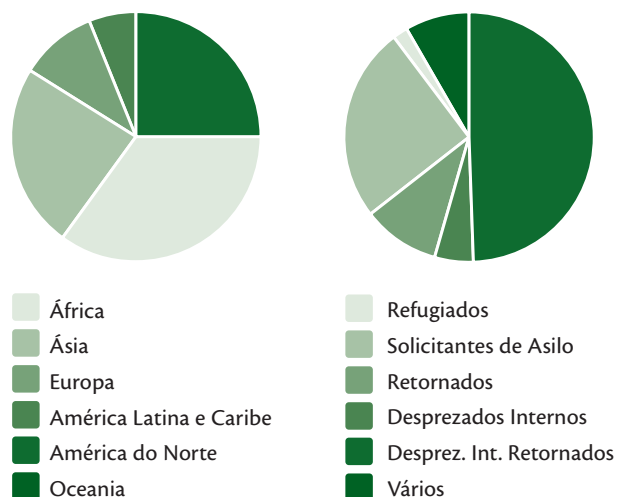
Com o fim da Guerra Fria, nos anos 1990, havia expectativa de que os conflitos no mundo diminuiriam, e, por conseguinte, os movimentos de refugiados (ACNUR, 2000). Contudo, não foi isso que se verificou; ao contrário, intensificaram-se os conflitos étnico-raciais e religiosos e houve aumento da população refugiada mundial (ACNUR, 1999). Ao mesmo tempo, a situação de pobreza de muitos países, acentuada pelos efeitos da economia global, influenciou os maciços deslocamentos humanos que se verificaram ao longo da década.

Tabela 1 – Número de refugiados, solicitantes de refúgio, repatriados, deslocados internos e apátridas por região em 1/jan/2005

Região	Refugiados	Solicitantes de refúgio	Repatriados	Deslocados internos	Apátridas
Ásia	3.471.300	56.200	1.145.900	1.389.000	837.200
África	3.022.600	208.100	329.700	1.233.900	67.100
Europa	2.067.900	269.800	18.800	951.100	1.122.300
América do Norte	562.300	291.000			
América Latina/ Caribe	36.200	8.100	100	2.000.000	26.400
Oceania	76.300	6.000			100
Total	9.236.600	839.200	1.494.500	5.574.000	2.053.100

Fonte: ACNUR, Refugees by Numbers, 2005

Atualmente, existem mais de 9,2 milhões de refugiados no mundo (Tabela 1) e mais de 20 milhões de indivíduos sob proteção do ACNUR (Gráfico 1). Os países, tanto os de origem como os de acolhimento, o ACNUR e diversas Organizações Não-Governamentais (ONG) têm atuado no sentido de encontrar soluções para os problemas desses indivíduos.

Gráfico 1 – Refugiados, solicitantes de asilo e outras pessoas de interesse do ACNUR


Fonte: UNHCR, 2006 UN

O Brasil tem compromissos internacionais assumidos de proteção de refugiados desde 1960, com a ratificação de Convenção de 1951, e mesmo recentemente tem assumido posições favoráveis ao recebimento de refugiados, entendendo as especificidades e consciente das diferenças entre o status de migrantes e refugiados, de forma que esses últimos possam gozar de reconhecimento e garantias de direitos específicos, de acordo com suas necessidades.

A condição de refugiado – definição e instrumentos jurídicos

Os marcos internacionais para criação de instrumentos para definição jurídica de refugiado datam do pós-Segunda Guerra Mundial, traduzidos na Convenção de 1951 relativa ao Estatuto do Refugiado⁶¹ e, posteriormente, no “Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados”⁶² da ONU. Em 1984, os países da América Latina e Central adotaram definição mais ampla de refugiado com a “Declaração de Cartagena”⁶³. Nas conclusões e recomendações do Colóquio, encontra-se:

61. Adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas; entrou em vigor em 22 de abril de 1954 (ACNUR-Brasil, 2004).

62. Convocado em 18 de novembro de 1966, foi assinado em 31 de janeiro de 1967 (ACNUR,2004).

63. Adotada no “Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários”, Cartagena, Colômbia, novembro de 1984.



“a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública” (Declaração de Cartagena, Capítulo III).

A Declaração de Cartagena sobre Refugiados, de 1984, tornou-se um ponto de referência que proporcionou enfoque inovador para a proteção e soluções para os refugiados e estendeu a definição da palavra refugiado, utilizada na América Latina. Desde a adoção da Declaração de Cartagena, a maioria dos países da América Latina incorporaram os princípios de Cartagena em sua legislação nacional ou os aplicaram na prática. Refugiados da América Latina, mais recentemente da Colômbia e Haiti, mas também de Angola, Iraque, Libéria, Senegal, Serra Leoa e outros países, têm encontrado proteção na América Latina graças à aplicação complementar da Convenção de 1951 e da Declaração de Cartagena.

O Brasil, em 1960, foi o primeiro país do Cone Sul a ratificar a Convenção de 1951. Em 1997, foi também o primeiro país da região a sancionar Lei Nacional de Refúgio. A Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, avançando na definição de refugiados, no item III: “Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

- (I) I- devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- (II) II- não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- (III) III- devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” (Lei nº 9.474/97, Título I, Capítulo I, Seção I, Artigo 1º).

O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão ligado ao Ministério da Justiça brasileiro, outorga às pessoas que reconhece como refugiados documentação que lhes permite residir legalmente no país, trabalhar e ter acesso aos serviços de saúde e educação. O ACNUR tem como função colaborar para a aplicação da Convenção de 1951 sobre o Estatuto do Refugiado, bem como trabalhar com a sociedade civil e com os refugiados para facilitar seu processo de integração em sua rede nacional de apoio.

Número de refugiados no Brasil

No período anterior à Lei 9474/97, nas décadas de 1960 e 1970, durante a vigência de regimes ditatoriais na América Latina, muitas pessoas chegavam ao Brasil em busca de refúgio, “porém, o reconhecimento de refugiados, durante muitos anos, foi limitado. As causas centrais foram a manutenção da “reserva geográfica”⁶⁴, que foi abolida somente em 1989, e o próprio regime ditatorial vigente em nosso país, que não reconhecia as condições para o status de refúgio aos irmãos latino-americanos perseguidos pelos governos ou vítimas da violência em seus países. Refugiados reconhecidos, portanto, até final dos anos 80, reduziam-se a algumas dezenas”. (MILESI e LEÃO, 2000).

Nos anos 1990, a situação de Angola, assolada pelas conseqüências da guerra civil e da violência generalizada, constrangia muitos dos seus cidadãos e cidadãs a buscarem refúgio em outros países. “O fechamento de Consulados de alguns países para onde habitualmente os angolanos se dirigiam levou estes cidadãos de língua portuguesa a descobrirem que o caminho para o Brasil, que ainda permanecia aberto aos pedidos de visto, podia ser alternativa em sua luta pela sobrevivência, em busca de proteção.” (idem).

Após a redemocratização e impulsionado pela luta pelos Direitos Humanos, o Brasil pautou novo marco nesse aspecto, com a Lei nº 9.474, de 1997, avançada porque não foi feita em gabinete, mas pactuada com a ONU (ACNUR) e a sociedade civil (em especial, a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e CSEM/IMDH, em Brasília), ampliando o conceito de refugiado de forma a incluir a pessoa vítima de violação grave e generalizada de direitos humanos. Na mesma lei, criou-se o CONARE, do qual participam Governo e sociedade civil, como membros, e o ACNUR, como observador com direito a voz.

Considerando a situação nacional, o Brasil abrigava, em março de 2006, cerca de 3,5 mil refugiados, em sua maioria provenientes da África (Tabela 2).

Somam-se em torno de 52 diferentes nacionalidades, vindos, principalmente, de Angola, Libéria, República Democrática do Congo, Colômbia, Afeganistão, Serra Leoa, Cuba e outros países, destacando-se recentemente significativo aumento da solicitação de refúgio por migrantes oriundos da América Latina, em especial da Colômbia.

64. Ao ratificar a Convenção de Genebra, de 1951, o Brasil optou pelo disposto na letra “a” do art. 1º da referida Convenção, reconhecendo, assim, como refugiados somente os indivíduos que aqui procurassem abrigo em consequência de “acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, na Europa”. Em 1989, pelo Decreto n. 98.602/89, revogou tal reserva, abrindo, assim, a possibilidade legal de reconhecimento de refugiados procedentes de qualquer parte do mundo.

**Tabela 2 – População Refugiada no Brasil Brasil, 2006**

Nacionalidade	População em 31/12/2005	Assistidos pelo AC-NUR em 31/12/2005	Março/2006	Assistidos pelo AC-NUR em 31/03/2006
África	2560	1635	2570	1645
Américas	563	423	572	432
Ásia	34	9	35	10
Europa	110	43	111	44
Oriente Médio	191	92	194	95
Total	3458	2202	3482	2226
% Mulheres	26,00%	24,02%	32,22%	28,21%

Fonte: ACNUR, 2006

Das solicitações de refúgio encaminhadas ao CONARE, de 1998 a fevereiro de 2005, a metade foi deferida (Tabela 3), destacando-se as solicitações cujos continentes de procedência eram a África e a América. Considerando o estoque de refugiados (Tabela 2), nota-se que em torno de 2 mil já estavam no Brasil antes de 1998, num total de 3.482 registrados até março de 2006.

Tabela 3 – Solicitações de Refúgio Brasil 1998 a Fevereiro de 2005

Continente de procedência	Solicitações apresentadas	Solicitações deferidas	Solicitações Indeferidas	Perda da condição
África	1697	863	834	74
América	426	148	278	4
Ásia	159	55	104	
Europa	276	11	265	1
Apátrida	1		1	
Total	2559	1077	1482	79

Fonte: CONARE; apud Milesi (2005).

Acompanhando as solicitações de refúgio no Brasil por ano, após a atuação do CONARE em 1998 (Tabela 4), observa-se que os anos 2000 e 2002 apresentam os maiores totais de solicitações (777 e 1.035 solicitações, respectivamente); ressalte-se que, em 2002, apenas 10% das solicitações foram deferidas. Os pedidos de solicitações diminuíram em 2003 e 2004.

Tabela 4 – Solicitações de Refúgio por ano Brasil 1998 a 31 de dezembro de 2004

Ano	Solicitações Deferidas	Solicitações Indeferidas	Solicitações Arquivadas	Total de Solicitações
1998	22	01	0	23
1999	170	33	0	203
2000	471	306	0	777
2001	119	185	0	304
2002	114	489	432	1.035
2003	80	221	32	333
2004	88	198	70	356
Total	1064	1433	534	3031

Fonte: CONARE; apud Milesi (2005).

O reassentamento de refugiados

“O reassentamento consolidou-se como alternativa de proteção nos anos 1970, durante a crise do sudeste asiático, quando milhares de pessoas do Vietnã, Camboja e Laos lançavam-se ao mar, fugindo da violência, e eram interceptados em águas internacionais sem um país de asilo que as acolhesse, ficando conhecidas como boat people. Igualmente quando alcançavam terra, muitos países não eram signatários da Convenção ou do Protocolo, não permitindo a integração local desses refugiados” (CARNEIRO, 2005, p. 68). Assim, o reassentamento transformou-se em uma solução para as pessoas que não podiam permanecer no mar ou nos países onde alcançavam terra.

Atualmente, o reassentamento é a solução buscada pelo ACNUR, com a colaboração dos Governos e da sociedade civil, para realocar pessoas ou grupos de refugiados, cuja vida corre perigo também no país de primeiro asilo. O reassentamento é visto como uma das três soluções duradouras principais para o refugiado, juntamente com a repatriação voluntária e a reintegração local no primeiro país de asilo. Além dos novos países da América Latina, outros 15 países têm programas de reassentamento. São eles: Austrália, Benin, Burkina Faso, Canadá, Chile, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Irlanda, Países Baixos, Noruega, Nova Zelândia, Suécia, Suíça e os Estados Unidos.

**Tabela 5 – Principais países de reassentamento em 2004**

Estados Unidos	52.868
Austrália	15.967
Canadá	10.521
Suécia	1.801
Noruega	842
Nova Zelândia	825
Finlândia	735
Dinamarca	508
Países Baixos	323
Reino Unido	150
Irlanda	63
Chile	26

Fonte: ACNUR, 2006

Segundo o ACNUR, um reassentado é também um refugiado. Essas pessoas tiveram de buscar proteção fora de seu país de origem, que não pode ou não quis protegê-lo. Podem ocorrer situações específicas em que essas pessoas não podem permanecer no primeiro país de refúgio, por distintas razões. Ou porque o agente perseguidor também cruza a fronteira e o Estado de primeiro asilo não consegue protegê-la, ou porque a pessoa tem dificuldades ou impossibilidade de integração por falta de proteção e documentos. Tendo isso em vista e na impossibilidade de retornar ao seu país de origem, o ACNUR, pautado na busca de soluções duradouras, busca um terceiro país que os acolha e proporcione condições de integração e garantias de proteção.

Após os atentados de 11 de setembro, em Nova Iorque, e de 11 de março, em Madri, o direito dos refugiados vem sendo questionado em todo o mundo. A solidariedade entre as nações foi abalada. Observa-se, desde então, uma tendência de pressão internacional para que países vizinhos às regiões de conflito, em geral países em desenvolvimento, assumam papel importante na proteção a refugiados, em relação aos tradicionais países receptores da Europa e América do Norte.

Segundo Martin (2002), *“Regional protection is hardly a new concept. The vast majority of refugees have always found asylum within their regions of origin, generally in neighbouring countries. What is new is the interest of European and North American States in redirecting movements toward regional centers.”* (p. 34).

Reassentamento no Brasil: “América Latina: Tierra de asilo con soluciones innovadoras”⁶⁵

Observa-se que o Brasil desempenha um papel regional frente aos problemas apresentados na Colômbia e a falta de integração de refugiados colombianos no Equador e na Costa Rica.

Em 1999, foi iniciado o Programa de Reassentamento Solidário, tendo por objetivo realocar pessoas que, na condição de refugiadas, foram assentadas em outros países e continuaram sofrendo perseguições, ameaças ou falta de integração no primeiro país de refúgio. O acordo firmado entre o Governo do Brasil e o ACNUR está presente na Lei nº 9.474/97, artigo 46, onde se encontra que “o reassentamento de refugiados no Brasil se efetuará de forma planejada e com participação coordenada dos órgãos estatais e, quando possível, de organizações não-governamentais, identificando áreas de cooperação e de determinação de responsabilidades”.

Em 1999 foi noticiada a chegada do primeiro grupo de reassentados: “O grupo de 23 refugiados afegãos a ser reassentado no Brasil chegará a Porto Alegre nos dias 12 e 26 de abril. No dia 12 próximo, desembarcará no Aeroporto Salgado Filho, às 11:30, proveniente de São Paulo, a primeira leva de 10 refugiados. No dia 26, está prevista a chegada dos demais refugiados. Esses refugiados vivem atualmente sob a proteção do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas (ACNUR) em campos localizados no Irã e na Índia” (Radiobrás, 08/04/1999).

O reassentamento desses refugiados no Brasil esteve sob a coordenação direta do CONARE, em conjunto com o ACNUR e com a Associação Antonio Vieira (ASAV), do Rio Grande do Sul.

Em 2004, nos vinte anos da Declaração de Cartagena, foi elaborado o “Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América latina⁶⁶”. Propõem-se nesse Plano as seguintes soluções duradouras:⁶⁷:

- (1) Programa de Auto-suficiência e Integração Cidades Solidárias: integração mais efetiva dos refugiados nos centros urbanos (estudo piloto em toda América Latina);
- (2) Programa Integral Fronteiras Solidárias: promoção do desenvolvimento social e econômico, beneficiando as pessoas que requerem proteção internacional e as populações locais de acolhida (particularmente para Equador, Panamá e Venezuela, considerando o aumento de refugiados colombianos);
- (3) o Programa Regional de Reassentamento Solidário: proposto, em 2004, pelo Governo Brasileiro para refugiados latino-americanos.

Dezesseis estados americanos assinaram o Plano de Ação e o Brasil deu seguimento ao reassentamento de refugiados, com ênfase nos problemas colombianos. No final de 2004, o país re-

⁶⁵. Frase estampada na abertura da página do ACNUR em espanhol. Ver em: www.acnur.org

⁶⁶. Veja-se www.acnur.org; Milesi (2005)

⁶⁷. Plano de Ação do México “Para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina (www.acnur.org)



cebeu 75 refugiados, em sua maioria colombianos, que foram destinados aos estados do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e São Paulo, onde o ACNUR tem parceiros que cuidam da integração local dos reassentados.

Missões de seleção no Equador e na Costa Rica são realizadas com a finalidade de identificar refugiados que terão possibilidade de serem reassentados no Brasil, após decisão colegiada do CONARE.

Os países de reassentamento podem estipular cotas anuais e seus próprios critérios de seleção de acordo com as possibilidades orçamentárias de cada um e do ACNUR. No Brasil, não existem cotas anuais pré-determinadas; elas variam de acordo com as necessidades de missões em países de primeiro refúgio e estão muito mais atreladas à disposição de recursos do ACNUR, uma vez que as ações não são financiadas nem pelo governo, nem por entidades particulares, como ocorre em outros países.

Tabela 6 – Orçamento para 2006 de atenção a refugiados pelo ACNUR

País	Orçamento de Programa Anual
Argentina	861.452
Brasil	1.787.569
Atividades regionais ¹	1.461.200
Total	4.110.221

1. Inclui a integração local de pessoas refugiadas nos países do Conesul, o reassentamento no Chile e bolsas para alunos e alunas refugiados.

A Tabela 6 mostra os orçamentos do ACNUR para ações de proteção e integração de refugiados no Conesul, incluindo os programas de reassentamento. Dentre as ações do ACNUR, encontram-se como prioritários os seguintes casos para reassentamento:

1.1 Refugiado vítima de violência e/ou tortura. Os refugiados vítimas de violência e/ou tortura necessitam uma atenção médica especial. Seu reassentamento no Brasil estará sujeito à disponibilidade de tais serviços.

1.2. Mulheres em perigo. Mulheres que não têm a proteção tradicional de suas famílias ou comunidades e que enfrentam sérias ameaças físicas e/ou psicológicas (violação, assédio sexual, violência, exploração, tortura, etc).

1.3 Refugiados sem perspectivas de integração no país do primeiro refúgio. Em algumas circunstâncias, os refugiados não conseguem integrar-se no país onde e encontram, por motivos

culturais, sociais e religiosos, dentre outros. Quando um refugiado permanece certo tempo em um país de refúgio sem conseguir integrar-se e, inexistindo possibilidades de repatriamento em futuro próximo, ele poderá ser *reassentado*.

1.4 **Pessoas com necessidades especiais.** Poderão ser consideradas pessoas com necessidades especiais aquelas que têm vínculos com refugiados no Brasil, menores desacompanhados, maiores ou casos médicos”

Embora haja o atendimento aos casos acima destacados, não há um perfil preferencial para que o caso seja aceito. No Brasil, chegam casos de refugiados sozinhos, bem como de famílias chefiadas por mulheres.

O ACNUR, por meio de agências implementadoras, assiste aos refugiados-reassentados por um período inicial limitado, com auxílio para subsistência, moradia, transporte, mas foca-se principalmente no aprendizado da língua, na capacitação e orientação profissional e propicia acesso ao microcrédito, mediante parcerias. Em contrapartida e conforme previsto no Acordo Macro, o Governo do Brasil tem a responsabilidade de recepcionar os refugiados, facilitando sua integração e disponibilizando acesso às políticas públicas de saúde, educação e emprego, com o apoio do ACNUR e de organizações governamentais ou não-governamentais. Cabe, ainda, ao ACNUR a efetivação do aporte de recursos à entidade executora do projeto de integração dos refugiados.

Com essas iniciativas, o Brasil vem desempenhando importante papel frente ao cenário de proteção a refugiados. Em recente visita ao Brasil (7 e 8/11/05), o atual Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, Antonio Guterres, reconheceu os esforços do governo brasileiro na proteção de refugiados e destacou que: “O Brasil é hoje um país exemplar, quer por ter uma das legislações mais avançadas do mundo em matéria de refugiados, quer porque tem uma prática de proteção particularmente positiva, exatamente nesse momento em que tantos países adotam medidas restritivas em relação à proteção”, disse ainda que “é bom mostrar ao mundo os exemplos que devem frutificar e são merecedores da admiração de todos, como no caso brasileiro”.

É evidente que há uma preocupação por parte do ACNUR em ampliar o número de países com a finalidade de oferecer ajuda ao maior número de refugiados, assim como também são visíveis as medidas restritivas de países tradicionalmente receptores. Embora a maior preocupação esteja na proteção das pessoas e famílias vítimas da violência, não se pode deixar de lado as possibilidades de integração nos países de destino. A participação dos refugiados nos programas do governo (saúde, educação, habitação, crédito, trabalho e renda) são necessárias para garantir as condições de integração social e econômica, para tanto precisam ser adotadas novas estratégias que visem à expansão de redes locais de integração, participação e direitos dos refugiados.



Possíveis propostas para esse contingente imigrante

Com essas iniciativas, o Brasil vem ocupando importante espaço frente ao cenário de proteção a refugiados. Em visita ao Brasil (7 e 8/11/2005), o atual Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, Antonio Guterres, reconheceu os esforços do governo brasileiro na proteção de refugiados, destacou que: “O Brasil é hoje um país exemplar quer por ter uma das legislações mais avançadas do mundo em matéria de refugiados, quer porque tem uma prática de proteção particularmente positiva, exatamente nesse momento em que tantos países adotam medidas restritivas em relação à proteção”, disse ainda que “é bom mostrar ao mundo os exemplos que devem frutificar e são merecidos de admiração de todos, como no caso brasileiro”

É evidente que há uma preocupação por parte do ACNUR em ampliar o número de países com a finalidade de brindar ajuda ao maior número de refugiados, é também visível às medidas restritivas de países tradicionalmente receptores. Embora a maior preocupação esteja na proteção das pessoas e famílias vítima da violência, não se podem deixar de lado as possibilidades de integração nos países de destino. A participação dos refugiados nos programas de governo (saúde, educação, habitação, crédito, trabalho e renda), é necessária para que tenham condições de ter uma integração social e econômica, para tanto precisam ser adotadas novas estratégias que visem a expansão de redes locais de integração, participação e direitos dos refugiados.

Políticas públicas voltadas à assistência e integração dos refugiados são imprescindíveis para assegurar-lhes os direitos. A Constituição Federal e a Lei nº 9.474/97 oferecem suporte legal e constitucional à sua implementação para a efetivação desses direitos.

Em que pese a importância dessas disposições, essencialmente no que se refere à implementação de políticas públicas para refugiados ou seu acesso às já existentes, o Poder Público permanece, ainda, bastante distante.

Voltar o aparato estatal para a assistência aos refugiados, reconhecendo as dificuldades do país bem como a vulnerabilidade desse contingente, são iniciativas que não envolvem grandes investimentos necessariamente. É o caso do acesso a programas sociais já existentes – como moradia, microcrédito produtivo e outros. Políticas públicas com o apoio e o trabalho de parceiros como ONG, igrejas, universidades e o próprio ACNUR podem resultar em uma melhor integração dessa população.

Políticas em âmbito nacional:

I – Saúde

- (a) Garantir atendimento imediato à chegada em relação à saúde dos refugiados nos serviços de saúde pública, inclusive de saúde mental;
- (b) Contar com hospitais de referência para atendimento de casos, nos moldes do departamento de psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo;
- (c) Obter junto aos hospitais universitários atendimentos odontológico, psicológico e psiquiátrico e identificar em prefeituras locais programas de atendimento, como Brasil Sorridente, e o apoio de profissionais particulares no atendimento de emergências específicas com programas de incentivo de reconhecimento de profissional colaborador.

II – Trabalho e Renda

- (a) Abrir vagas para refugiados nas frentes de trabalho das prefeituras municipais para início imediato ao seu pedido de reconhecimento como refugiado;
- (b) Criar parcerias com sistema o S para cursos profissionalizantes e atualização profissional;
- (c) Possibilitar a participação de refugiados em concursos públicos na esfera municipal;
- (d) Possibilitar o acesso a microcrédito com categorias especiais de análise de crédito, como por exemplo, inserção nos créditos do Banco do Povo Paulista e iniciativas de outros estados;
- (e) Garantir a formação e informação sobre o mercado de trabalho brasileiro, bem como regras e condições legais para funcionamento de negócios próprios por meio de orientações e parcerias com o sistema S, principalmente Senai e Sebrae.

III – Moradia

- (a) Possibilitar a inclusão de refugiados em programa oficiais de crédito habitacional da Caixa Econômica Federal;
- (b) Incentivar a inclusão de refugiados nos programas municipais de habitação, como o Programa de Arrendamento Residencial;
- (c) Apoiar os albergues para o atendimento e acolhida de refugiados no que diz respeito ao custeio das necessidades básicas de alimentação, vestuário e mobiliária.



IV – Educação

- (a) Estabelecer um programa padrão de curso de língua portuguesa para atender os refugiados e seus familiares no que se refere a aspectos de legislação, direitos e cultura brasileira, visando seu aprendizado para inserção no mercado de trabalho;
- (b) Agilizar o processo de revalidação de diplomas e documentos universitários, reconhecendo os limites que o status de refugiado representa;
- (c) Ampliar o número de vagas para crianças na faixa etária para acolhida em creches;
- (d) Estabelecer acordos entre Ministério da Educação e Universidades Públicas e Particulares para oferta de vagas para refugiados e definição de critérios especiais para sua inclusão no PROUNI;
- (e) Ampliar as práticas de aceitação de refugiados que mantinham vínculo com Instituição de Ensino Superior em seu país de origem, como acontece na UFJF, UFF, UFMG, dando-lhes oportunidade de continuarem seus estudos;
- (f) Reconhecer a validade dos estudos até ensino médio em todos os países do continente americano, dando validade aos estudos com metodologia adequada nos casos de classificação e reclassificação quando da impossibilidade de apresentação de documentos comprobatórios.

V – Integração Social

- (a) Garantir a igualdade de acesso entre nacionais e refugiados e seus familiares aos programas e benefícios do Sistema Único de Assistência Social e na Política Nacional de Assistência Social – independente do tempo de moradia e obedecendo aos critérios de renda *per capita*;
- (b) Inserir a categoria de refugiados nas políticas públicas já existentes para população de baixa renda;
- (c) Criar mecanismos que possibilitem aos refugiados denunciar casos de exploração no trabalho;
- (d) Instituir benefício pecuniário a ser prestado pelo Governo aos refugiados durante período inicial;
- (e) Desenvolver campanhas de sensibilização sobre a temática do refúgio e a situação dos refugiados;
- (f) Divulgar e ampliar a Cátedra Sergio Viera de Mello nas Instituições de Ensino Superior, visando ao atendimento, mas também incentivando a pesquisa para o melhor conhecimento das necessidades e condições de vida da população atendida pelo programa;

- (g) Incentivar, valorizar e garantir espaços de expressão e convívio cultural para diversos grupos.
- (h) Divulgar em ampla escala os direitos e deveres dos refugiados de maneira clara, principalmente em relação às questões de saída do território brasileiro, bem como critérios de reunificação familiar;

VI - Institucional

- (a) Ampliar a participação da sociedade civil no CONARE, de modo paritário;
- (b) Incluir outros representantes do governo no CONARE, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- (c) Incentivar as Cidades Solidárias, onde há maior concentração de contingente e criar comissões municipais de direitos humanos para discutir a temática do refúgio;
- (d) Aproveitar espaços de debate interregional e ampliar a participação em espaços como o Memorial da América Latina para promover debate sobre integração dos países.

Políticas em âmbito internacional

É urgente continuar e aprofundar a análise de uma perspectiva integral e coerente que considere tanto as causas quanto seus efeitos e que, baseado no respeito aos direitos humanos e na realização do desenvolvimento, favoreça a busca de mecanismo para seu tratamento integral.

É importante fortalecer o diálogo interregional para o tratamento do tema do refúgio, bem como para o tema migratório, na busca de cooperação efetiva nessa matéria, particularmente em áreas estratégicas como a vinculação entre migração, desenvolvimento, proteção dos direitos humanos, prevenção e combate ao tráfico de pessoas etc.

Tornam-se necessários, a fim de assegurar a integração duradoura no país de destino, acordos bilaterais entre os países, principalmente no que diz respeito à cooperação social e acordos de previdência social.

Considerações finais

As tendências do contexto global indicam crescimento da migração regional de refugiados, o que demonstra, no caso brasileiro, a necessidade de reavaliação e discussão dos instrumentos de proteção e de integração do refugiado.

Os temas migratórios constituem uma realidade e um desafio de crescente complexidade que deve ser abordado pelos Estados sob uma ótica multidisciplinar.



As boas práticas sobre refúgio no Brasil devem ser difundidas e consolidadas no estabelecimento de acordo bilaterais, regionais e multilaterais, contribuindo para a dinâmica dos fluxos e ao mesmo tempo garantir o respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural dos refugiados e suas famílias.

É imperativo garantir que políticas públicas ampliem a participação e integração dos refugiados na sociedade de acolhida.

“A América do Sul é uma prioridade da política externa brasileira. Nossa região é a nossa casa. Estamos expandindo o Mercosul e fortalecendo a Comunidade Sul-americana de Nações. O futuro do Brasil está vinculado ao de seus vizinhos. Uma América do Sul forte e unida contribuirá para a integração da América Latina e do Caribe.”

Trecho do Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da LXI Assembléia Geral das Nações Unidas – Nova Iorque – 19/09/2006

Bibliografia

- ACNUR. A situação dos refugiados no mundo: cinquenta anos de acção humanitária. Almada: A Triunfadora Artes Gráficas, 2000.
- _____. A situação dos refugiados no mundo 1995: em busca de soluções. Lisboa: ACNUR, 1997.
- _____. A situação dos refugiados no mundo 1997-98: um programa humanitário. Lisboa: ACNUR, 1998.
- _____. An introduction to the international protection of refugee. Geneve: ACNUR, 1992.
- _____. Background on the Executive Committee. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/textis/vtx/excom/opendoc.htm?tbl=EXCOM&page=home&id=3b4f09fa>>. jul. 2001a. Acesso em: 20 abr. 2005.
- _____. Conclusões do Comitê Executivo (EXCOM). 1996a. Disponível em: <http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/excom.html>. Acesso em: 5 maio 2005.
- _____. Conference of plenipotentiaries on the status of refugees and stateless persons: summary record of the nineteenth meeting. jan. 1970a. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/textis/vtx/print?tbl=PROTECTION&id=3ae68cda4>>. Acesso em: 5 maio 2005.
- _____. Conference of plenipotentiaries on the status of refugees and stateless persons: summary record of the twentieth meeting. jan. 1970b. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/textis/vtx/print?tbl=PROTECTION&id=3ae68cde4>>. Acesso em: 5 maio 2005.
- _____. Conference of plenipotentiaries on the status of refugees and stateless persons: summary record of the twenty-first meeting. jan. 1970c. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/textis/vtx/print?tbl=PROTECTION&id=3ae68cdec>>. Acesso em: 5 maio 2005.
- _____. Conference of plenipotentiaries on the status of refugees and stateless persons: summary record of the twenty-second meeting. jan. 1970d. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/textis/vtx/print?tbl=PROTECTION&id=3ae68cde10>>. Acesso em: 5 maio 2005.
- _____. Conference of plenipotentiaries on the status of refugees and stateless persons: summary record of the twenty-third meeting. jan. 1970e. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/textis/vtx/print?tbl=PROTECTION&id=3ae68cda10>>. Acesso em: 5 maio 2005.
- _____. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. In: _____. Manual de Procedimentos e Critérios a Aplicar para Determinar o Estatuto de Refugiado. Lisboa: ACNUR, 1996b. p. 60-84.
- _____. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 28 de julho de 1951: Estados Partes. 21 jul. 2000b. Disponível em: <http://www.cidadevirtual.pt/acnur/refworld/refworld/legal/instrume/asylum/est_part2.html>. Acesso em: 5 maio 2005.
- _____. Convention and Protocol Relating to the Status of Refugees. mar. 1996c. Disponível em:



- <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/protect/opendoc.pdf?tbl=PROTECTION&id=3b66c>>. Acesso em: 5 maio 2005.
- _____. Definición ampliada de refugiado en América Latina: incorporación de la Declaración de Cartagena en la legislación de la región. jul. 2004a. Disponível em: <<http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/2541.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2005.
- _____. El ACNUR informa sobre el proceso estadounidense de expulsión inmediata. 9 mar. 2004b. Disponível em: <http://www.acnur.org/paginas/index.php?id_pag=2345>. Acesso em: 20 ago. 2005.
- _____. Executive Committee membership by date of admission of members. abr. 2005a. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/excom/opendoc.pdf?tbl=EXCOM&id=40112e984>>. Acesso em: 20 abr. 2005.
- _____. Global report 2004. 2004c. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home/opendoc.pdf?id=42ad4d980&tbl=PUBL>>. Acesso em: 25 ago. 2005.
- _____. 2004 Global refugee trends: overview of refugee populations, new arrivals, durable solutions, asylum-seekers, and other persons of concern to UNHCR. 17 jun. 2005b. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/statistics/opendoc.pdf?tbl=STATISTICS&id=42b283744>>. Acesso em: 19 ago. 2005.
- _____. Internally displaced persons: questions and answers. set. 2005c. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/basics/opendoc.pdf?tbl=BASICS&id=405ef8c64>>. Acesso em: 25 nov. 2005.
- _____. Refugees by numbers 2005. set. 2005d. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/basics/opendoc.htm?tbl=BASICS&id=3b028097c>>. Acesso em: 15 nov. 2005.
- _____. States parties to the 1951 Convention Relating to the Status of Refugees and the 1967 Protocol. set. 2005e. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/protect/opendoc.pdf?tbl=PROTECTION&id=3b73bod63>>. Acesso em: 19 maio 2005.
- _____. Statistical yearbook 2000. jun. 2002. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/statistics/opendoc.pdf?tbl=STATISTICS&id=3d4e7bec5>>. Acesso em: 25 nov. 2005.
- _____. Statistical yearbook 2003: trends in displacement, protection and solutions. maio 2005f. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/statistics/opendoc.htm?tbl=STATISTICS&id=42aff7e84>>. Acesso em: 25 jun. 2005.
- _____. UNHCR's resettlement handbook. jun. 2004d. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/protect/opendoc.pdf?tbl=PROTECTION&id=3c5e55594>>. Acesso em: 20 ago. 2005.
- Adelman, H. (2001) "From refugees to forced migration: The UNHCR and human security". *The International Migration Review*, 35 : 7 -33.

- Bertrand, D.(1998)“Refugees and Migrants, Migrants and Refugees. An Ethnological Approach” *International Migration*,36: 107-113.
- Bessa,T; Varese,L; Zaki,N. (2005) “Colombian refugees get chance to start anew in Brazil” 11/03/2005. Disponível em <<http://www.unhcr.ch>>.
- Black, R.(2001) “Fifty years of Refugee Studies: From Theory to Policy”, *The International Migration Review*, 35: 57-78.
- Haines, D.W. (1996).” *Refugees in America in the 1990s: A Reference Handbook*” Westport, CT: Greenwood Press.
- Kunz, K.(1981) “Exile and refugee theory” *The International Migration Review*,15 :42 – 51.
- Loescher,G. (2001)“The UNHCR and the world politics: State interests vs. institutional autonomy” *The International Migration Review*,35: 33-57
- Long,L. et al. (2003) “Coming Home? Refugees, Migrants, and Those Who Stayed Behind”. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- Malkii, L.(1995) “Refugees and Exile: From ‘Refugee Studies’ to the National Order of Things”, *Annual Review of Antropology*,24: 495-523 apud Black, R.(2001) “Fifty years of Refugee Studies: From Theory to Policy”, *The International Migration Review*,35.
- Malkki, Liisa H “Purity and exile: Violence, Memory, and National Cosmology among Hutu Refugees in Tanzania” Chicago U P:1995.
- Martin, S. (2002) “Averting Forced Migration in Countries in Transition”, *International Migration Review*,40: 25-37.
- Marx,E (1990)“The social world of Refugees: A Conceptual Framework” *Journal of Refugee Studies*,3(3):189-203.
- Milesi, R.; Marinucci,R (2005) “Refugiados e Migrações Forçadas: Uma reflexão aos 20 anos da Declaração de Cartagena.
- MILESI, Rosita (org.). *Refugiados – realidade e perspectivas*, Edições Loyola, São Paulo, 2003.
- Poll, A. P. “Antigas e novas facetas de uma migração recente” 2000. Disponível em <<http://www.comciencia.br> >.
- Richmond, A(1993) “Reactive Migration: Sociological Perspectivess on Refugee Movements” *Journal of Refugee Studies*,6 :7-24.
- UNHCR “Reconciling Migration Control and Refugee Protection in the European Union: a UNHCR Perspective.” Geneva: UNHCR. 2000.
- Zetter, R. “Refugee and refugee studies: a label and an agenda” *Journal of Refugee Studies*, 1: 1-6.
- Zolberg, A. R.; Benda, P. M. “Global Migrants, Global Refugees: Problems and solutions” New York and Oxford: Berghahn. 2001.



Migrações internacionais e remessas: o caso brasileiro

Maurício Bueno
Rosana Baeninger

Uma das principais mudanças vistas durante o Século 20 foi o acelerado incremento da migração internacional. Em 1975, o número total de pessoas que residiam em um país diferente daquele onde nasceram era de 85 milhões. Em 2000, esse número passou para 175 milhões (Nações Unidas, 2002). Apesar dos migrantes internacionais representarem uma baixa porcentagem da população mundial (2,1% em 1975 e 2,9% em 2000), eles trazem contribuições fundamentais não apenas para o desenvolvimento das economias e comunidades dos países que os acolhem, mas também para o desenvolvimento econômico de seus países de origem, em particular, por meio das transferências de remessas, que alcançaram US\$ 75 bilhões no mundo em 2002 (IMF, 2003).

América Latina e Caribe compõem uma das regiões do mundo com mais dinâmico crescimento em termos de migrações internacionais e recepção de remessas nos últimos anos. A partir da década de 1990, a quantidade de divisas recebida em remessas na América Latina começou a superar a ajuda financeira para o desenvolvimento que provinha dos países mais avançados. Os Estados Unidos são a maior fonte de envio de dinheiro no hemisfério.

Em 1999, a América Latina e o Caribe receberam US\$ 17 bilhões, US\$ 19 bilhões em 2000, US\$ 23 bilhões em 2001, US\$ 25 bilhões em 2002 e US\$ 32 bilhões em 2003 (ILO). No final de 2004 recebeu mais de US\$ 40 bilhões enviados por quase 16,5 milhões de trabalhadores latino-americanos nos Estados Unidos. Em seis países, as remessas excedem o PIB em 10%: Haiti, 17%; Nicarágua, 14%; El Salvador, 12,6%; Jamaica, 11,7%; República Dominicana e Equador, 10% (CubaNet). Relatório do BID (2003) indicava que, nos três primeiros anos do século 21, as nações caribenhas e latino-americanas foram as que receberam a maioria das remessas, mostrando taxas médias de crescimento de 18,6% em 2000, 20,7% em 2001 e 19,8% em 2002.

Esses fluxos de dinheiro se perpetuam no tempo e parecem fazer parte dos “incentivos para migrar”, tanto para as famílias que permanecem nos lugares de origem, quanto para os estados que as percebem como um assunto mais estratégico, que alivia as pressões produzidas pelas precárias circunstâncias nas diferentes sociedades. Assim como as transferências de população, os envios monetários são produtos de situações e contextos específicos, mas suas conseqüências atingem cada vez mais atores nos países de origem e destino.

Este estudo examina as tendências recentes do volume de dinheiro que os migrantes enviam à região, apresenta um pequeno resumo do debate acadêmico gerado em torno dele e, baseado na informação disponível, faz um diagnóstico da situação específica brasileira.

Panorama geral do fluxo das remessas na América Latina

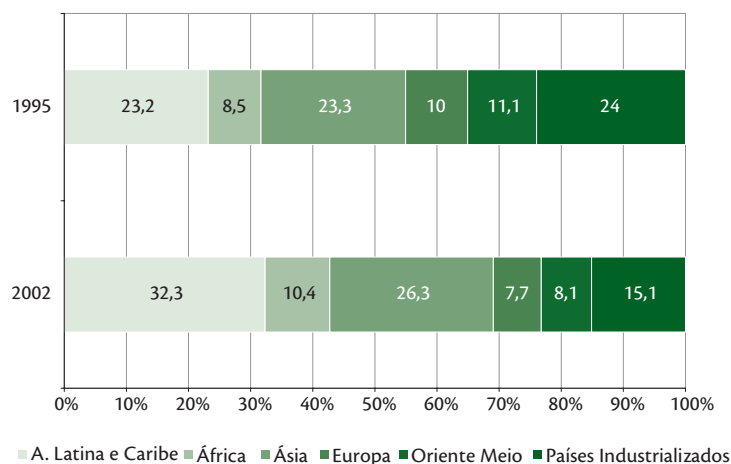
As remessas que trabalhadores latino-americanos e caribenhos enviam dos Estados Unidos, Europa e Japão, entre outras regiões do mundo, alcançaram quase os US\$45 bilhões em 2004 e estima-se que em 2005 tenham sido de 51 bilhões ou mais. O volume das remessas tem experimentado um extraordinário aumento, visto que, em 1980, a cifra estava em menos de três bilhões (SELA, 2005).

O Gráfico 1 mostra que América Latina e Caribe é a região com o mais dinâmico crescimento no mundo em termos de recepção de remessas. Em 1995, as remessas para América Latina e Caribe foram de 23,2% do total das transferências mundiais e, em 2002, a proporção alcançou 32,2%.

O aumento poderia ser atribuído a inúmeros fatores, entre os quais podem ser mencionados o fortalecimento dos nexos entre os Estados Unidos e alguns países do Caribe, melhor concorrência das entidades responsáveis pelos envios, aumento do contato entre as famílias com migrantes e um melhor controle contábil do dinheiro recebido. O estudo realizado pelo Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) em 2005 revela, por exemplo, que em 1980 apenas 17 países informaram os fluxos de remessas e, em 2004, esse número chegou a 30. Não obstante, tais cifras apresentadas pelos Bancos Centrais são consideradas estimativas conservadoras (SELA, 2005 p4).

Gráfico 1 – Distribuição dos fluxos mundiais de remessas por região, 1995 e 2002

Distribuição dos Fluxos Mundiais de Remessas por Região, 1995 e 2002



Fonte: International Monetary Fund (2003) Balance of Payments Statistic Yearbook.



Na América Latina e Caribe, as remessas representam proporção cada vez maior da renda nacional. Embora elas ocupem 2% do PIB, seu impacto varia dependendo do país e da região, sendo maior nas economias pequenas. Tais variações estão associadas à relação com o PIB, os fluxos *per capita* ou com o custo do envio do dinheiro. Haiti, Honduras, Nicarágua, El Salvador e Jamaica são países onde as remessas recebidas representam mais de 10% do PIB. Contudo, nem todos esses países aparecem no topo da lista quando a medição é feita por habitante.

Alguns países recebem us\$ 100, em média, por habitante, como México, Guatemala, Equador e Barbados, enquanto o valor médio enviado é de us\$ 270 mensais. Assim, por exemplo, no Haiti, em Honduras e na Bolívia, o dinheiro recebido pelas famílias que estão no exterior é quase o triplo do PIB *per capita*. O custo de enviar o dinheiro também varia de um país para outro e pode estar associado ao volume, ou seja, quanto menor a quantidade que ingressa no país, mais cara será a operação.

As diferenças nessas tendências são resultado das condições específicas de cada país, assim como da história migratória. A Tabela 1 apresenta o panorama das remessas na América Latina e Caribe. Dados combinados de 2003 e 2004 mostram as remessas como percentagem do PIB, como renda por habitante, o custo do envio, o valor médio da transferência e o volume anual.

Partindo desses dados, na pesquisa do SELA, identificam-se três grupos distintos quanto à influência que as remessas exercem nos indicadores assinalados. O primeiro deles está conformado pelos países cujas transferências do exterior têm importante presença na renda por habitante e na renda nacional, além de o fluxo ser pelo menos o dobro da renda média por habitante. O segundo grupo é formado pelos países onde o efeito é moderado, segundo esses indicadores; o terceiro, por países onde os efeitos são mínimos (Tabela 2).

Destacam-se situações como a do Equador, onde o volume de remessas aumentou de maneira significativa a partir de 1999. Embora seu crescimento esteja bastante estável desde 2001, o dinheiro recebido por transferências do estrangeiro é importante fator na economia equatoriana. A Nicarágua, cujas remessas como percentagem das exportações, de 9% em 1993, chegaram a mais de 75% em 2003, quando representaram 218% do Investimento Estrangeiro.

Em Cuba, o volume de remessas aumentou de us\$ 50 milhões até pelo menos 750 entre 1990 e 2000. Em 2004, chegou a bilhões de dólares. Se considerado o fato de que apenas 300 mil cubanos chegaram aos Estados Unidos nesse mesmo período, a cifra é mais do que significativa.

O Brasil ocupa a segunda posição na lista do SELA, com cerca de 6 bilhões de remessas em 2004, no entanto, sua relativa industrialização, comparada a outros países da América Latina, permite às remessas não chegarem a representar sequer 1% do PIB. Devido ao tamanho do fluxo, segundo as estimativas do BID, as entradas de dinheiro no Brasil estão classificadas como de impacto médio na economia.

Tabela 1 – Remessas e Indicadores Relevantes na América Latina

País	% PIB (2003)	Por habitante	Custo (2004)	Transferência Média (2004)	Volume Anual (2004) (us\$ Bilhões)
México	2.30%	162	6.88%	351	16,613
Brasil	0.60%	34	8.13%	541	5,928
Colômbia	3.90%	87	7.45%	220	3,857
Guatemala	8.70%	218	7.22%	363	2,681
El Salvador	14.30%	390	6.18%	369	2,548
Rep. Dominicana	14.10%	279	10.39%	176	2,438
Equador	5.70%	134	4.94%	293	1,740
Jamaica	17.20%	566	8.11%	209	1,497
Peru	1.40%	50	6.48%	169	1,360
Honduras	12.40%	163	7.67%	225	1,134
Haiti	27.80%	122	7.72%	123	1,026
Nicarágua	10.80%	146	6.93%	133	800
Paraguai	3.70%	89	9.11%	263	500
Bolívia	1.60%	48	7.19%	235	422
Costa Rica	1.80%	80	9.46%	301	320
Argentina	0.20%	7	9.02%	212	270
Panamá	0.70%	77	10.50%	196	231
Guiana	8.60%	186	10.14%	179	143
Barbados	4.30%	418	11.66%	220	113
Trinidad e Tobago	0.80%	30	10.41%	200	100
Uruguai	0.30%	71	11.28%	198	93
Belice	1.70%	281	8.78%	220	77
Suriname	2.10%	114	10.17%	220	50
Grenada	5.20%	220		220	23
Venezuela	0.00%	1	17.10%	138	21
Chile	0.00%	1	8.90%	279	13
Antigua e Barbuda	1.50%	140		220	11
Dominica	1.50%	56		220	4
St. Kitts e Nevis	1.20%	86		220	4
Santa Lucia	0.60%	25		220	4
San Vicente e Granadinas	0.80%	27		220	3

Fonte: SELA (2005)



Tabela 2 – Impacto das Remessas nas Economias da América Latina e o Caribe

Forte	Médio	Baixo
Guatemala	Paraguai	Dominica
Equador	Colômbia	Panamá
Nicarágua	Peru	Antigua e Barbuda
El Salvador	República Dominicana	San Vicente – Granadinas
Haiti	Brasil	Chile
Honduras	Suriname	Trinidad e Tobago
Guiana	Costa Rica	Argentina
Jamaica	Belize	St. Kitts e Nevis
México	Grenada	Uruguai
	Barbados	Santa Lucia
		Venezuela

Fonte: SELA (2005)

Economia das remessas

Na atualidade, as migrações se produzem em um mundo cujo desenvolvimento da tecnologia e das comunicações não só facilita os deslocamentos (mais rápidos e baratos), mas também permite aos deslocados continuarem em contato com seu país de origem. Além disso, as telecomunicações, que permitem o conhecimento do que acontece em muitas partes do mundo em tempo real, funcionam como mecanismo para despertar o interesse por lugares onde as condições de vida e de trabalho se apresentam, em princípio, mais atrativas (GONZALEZ, 2003).

As remessas constituem resposta à realidade que as nações mais pobres vivem nesse processo de globalização. Entendemos por remessas aquela porção de dinheiro enviada aos países de origem por trabalhadores imigrantes que operam em países estrangeiros. Os Bancos Centrais registram em suas estatísticas e balanças comerciais os fluxos de remessas que ingressam nesses países, e a informação é também remetida ao Fundo Monetário Internacional. Esta organização considera que as remessas dos trabalhadores imigrantes constituem bens e instrumentos financeiros transferidos pelos nacionais que residem e trabalham em algum país estrangeiro durante mais de um ano. No entanto, os depósitos em contas bancárias pessoais no exterior não são contabilizados como transferências pelos bancos centrais graças à impossibilidade de determinar com exatidão sua procedência. Em muitos casos, os imigrantes recorrem a canais informais de transferência de dinheiro para diminuir os altos custos cobrados pelas organizações bancárias e agências formais por esses serviços.

O crescente volume das remessas é do interesse de agências financeiras, das empresas que transferem dinheiro e dos governos regionais, pois as enormes e constantes quantidades de dinheiro são uma fonte de financiamento externo em potencial, enquanto as agências monetárias dos países exportadores de mão-de-obra nacional e as instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), parecem deter um controle efetivo dos custos sociais da globalização, utilizando pessoas deslocadas que tentam sair da sua pobreza para aliviar a dos seus familiares.

Levando em conta a fraqueza das economias abatidas pelo capitalismo atual, em que se privatiza o ganho e se socializam os custos e riscos, as remessas aparecem como um assunto cada vez mais estratégico. Os setores econômicos esforçam-se cada vez mais pela implementação de mecanismos de atração de dinheiro dos migrantes para novas operações econômicas especulativas e rentáveis. Segundo o Banco Mundial, as remessas constituem a segunda fonte de financiamento externo dos chamados países em desenvolvimento ou do terceiro mundo, depois dos investimentos diretos externos (RATHA, 2003).

Tais implicações macro encontram-se fundamentadas no fluxo contínuo de dinheiro que obedece em essência a um fator micro, a decisão individual do migrante em manter as transferências no tempo. Em geral, a literatura econômica supõe que os envios de dinheiro ao país de origem estão sustentados em motivações básicas. Sob uma perspectiva altruísta, um migrante envia uma parte da sua renda para seus familiares devido à preocupação que tem com o bem-estar deles. As remessas, então, mostrariam uma tendência decrescente no longo prazo graças aos vínculos familiares com o país de origem, que se diluem com o passar dos anos. Além disso, se o migrante decidir se estabelecer no país de destino, as gerações futuras não teriam motivação para continuar enviando dinheiro.

Outra explicação sugere que o remetente age pelo próprio interesse. Conforme sua poupança no estrangeiro aumenta, os migrantes procuram opções rentáveis para investir sua renda excedente, portanto, uma alternativa comum é investir no país de procedência. A família estaria encarregada de administrar tal investimento de maneira a garantir produtividade maior.

Contudo, o que determina a continuidade das remessas estaria além das meras motivações altruístas ou de interesse próprio de poupar “hoje” no estrangeiro e consumir “amanhã” no país de origem.

Segundo Stark e Lucas (1988), um altruísmo moderado e um nutrido interesse próprio são explicações mais realistas. Eles propõem uma teoria da determinação das remessas em um marco familiar de tomada de decisões, concebida como um “arranjo contratual de mútuo apoio” entre o migrante e a família. O migrante antecipa a herança dos seus parentes e investe em seu retorno com o objetivo de aumentar seu prestígio com “familiares e amigos” ou de acrescentar sua influência política. As remessas tomam a forma de um seguro que a família tem para cobrir os riscos financeiros.



ros que a migração supõe, enquanto o elemento altruísta, presente na relação familiar, garante o não rompimento do dito contrato.

A teoria econômica tem desenvolvido aproximações para esse processo, cuja unidade principal de análise é a família, não o indivíduo. Autores como Poirine (1997) e Brown (1997) introduzem na análise a idéia de um empréstimo no contrato entre o migrante e a família, dando dimensão alternativa à perspectiva do interesse próprio para explicar os fluxos de remessas. No bojo dessa tese, a família funciona como mercado financeiro informal, cujo propósito principal é financiar investimentos em capital humano mediante empréstimos informais pagos com remessas.

De acordo com essa teoria - “re-pago do empréstimo” -, a família investe na educação do migrante e financia os custos do deslocamento (viagem e instalação no país de destino), o que retornaria em forma de transferências de dinheiro, uma vez que o migrante se estabelece no estrangeiro. Dessa forma, a família vê no migrante um “ativo” de rendimento maior e investe nele. Contrário à perspectiva altruísta, essa abordagem não supõe diminuição do volume de remessas no tempo, já que, devido à natureza do contrato, o dinheiro não é usado para investimento e o tamanho do fluxo seria análogo ao empréstimo (GLYTSOS, 2001).

Em suma, não existe uma teoria da determinação das remessas, mas hipóteses teóricas alternativas ou combinadas para diferentes tipos de remessas, de acordo com seus propósitos (GLYTSOS, p. 264). O comportamento microeconômico do migrante e da família, endógeno ao ciclo emigração-repatriação, explica em parte a continuidade dos fluxos; os fatores multiplicadores macroeconômicos, exógenos ao processo da migração, explicam seu crescimento.

As remessas recebidas pelas unidades familiares representam uma das principais entradas de transferência correntes na balança de pagos de vários países e constituem verdadeira injeção de recursos econômicos em setores específicos das economias regionais e locais. Alguns casos mostram como as remessas são uma rede de proteção para o consumo particular. No fim da década de 1990, por exemplo, quando o Equador sofreu a pior crise financeira do século, mais de 250.000 pessoas abandonaram o país e as remessas de dinheiro passaram de US\$ 643 milhões em 1997 para mais de US\$ 1,4 milhão em 2001, chegando a representar 10% do PIB (SELA, 2005).

Entretanto, não parece haver consenso a respeito do significado e proporção dos efeitos sociais e econômicos das remessas. Desde os anos 1970, houve um debate acadêmico e político acerca do papel desempenhado pelas remessas no desenvolvimento econômico das regiões e localidades. Embora estudos empíricos demonstrem que apenas uma pequena proporção das remessas é destinada ao investimento produtivo, elas têm despertado um interesse particular por serem consideradas fonte de financiamento em potencial do desenvolvimento regional.

De acordo com Binford (2003), nos primeiros estudos predominou um enfoque estruturalista, segundo o qual as remessas geravam um cúmulo de distorções e obstáculos ao desenvolvimento regional. Ao final dos anos 1980, emergiu uma mudança nas perspectivas de análise, não só da

migração, mas dos processos sociais em geral. Nos anos 1990, surgiu uma perspectiva de tipo funcionalista, de acordo com a qual diversos autores afirmam que as remessas e a migração podiam constituir opção preferencial para o desenvolvimento e transformação estrutural das comunidades.

Na virada de século, uma abordagem crítica de ambos os enfoques pretende reorientar a discussão em função das novas condições da migração. Tais abordagens macroeconômicas do comportamento das remessas têm pretendido responder se as transferências de dinheiro representam estímulo para as economias receptoras ou se, pelo contrário, constituem elemento nocivo para o crescimento e o desenvolvimento. O debate desses anos poderia se resumir, grosso modo, nas três categorias básicas que vêm à continuação. Embora se trate de classificação muito simplificada, que não reflete a complexidade de muitos estudos e pesquisas, ela permite identificar as características principais do discurso predominante em cada período e comparar a evolução das análises macro com as perspectivas micro examinadas acima.

Perspectiva estruturalista

Baseados em pesquisas de campo e em estudos de caso no oeste do México, autores como Reichert (1981 e 1982), Wiest (1984) e Mines (1981) realizaram as primeiras análises empíricas do impacto econômico e social da migração e as remessas nas comunidades de origem dos migrantes. Trata-se de estudos elaborados sob uma abordagem estruturalista clássica na qual estiveram fundamentados os enfoques da dependência das trajetórias e a teoria de sistema-mundo. A tendência comum desses estudos era considerar que, em geral, a migração tinha efeito negativo na economia e na estrutura social das comunidades de origem.

Em particular, a partir desse enfoque, assumia-se que a emigração e as remessas criavam uma série de distorções que se refletiam, entre outros aspectos, em uma exacerbação do conflito social, nas diferenças econômicas e na inflação de preços, que fomentavam um círculo vicioso pelo qual a emigração gerava mais emigração (BINFORD, 2003). Assim, embora as remessas permitissem elevar o nível de vida da população, para mantê-lo, era necessária também uma migração constante, já que não existiam fontes de renda alternativas nas comunidades comparáveis com as remessas. A migração reproduzia, então, uma situação circular que distorcia a economia local e deteriorava as estruturas sociais estabelecidas.

Reichert (1981) chamou de Síndrome da Migração a essa relação de dependência das comunidades com a diáspora. No bojo do argumento, a transferência de dinheiro do estrangeiro, mesmo permitindo a melhoria das condições de vida das famílias dos emigrantes, a escassez de oportunidades em locais de origem torna as famílias dependentes das remessas por longos períodos, pois os níveis de consumo seriam insustentáveis exercendo qualquer outra atividade produtiva, o que esfriaria a economia.



Por outro lado, a migração aguça as contradições sociais, ao se reproduzirem as estruturas da diferenciação social e econômica e ao se gerarem desequilíbrios estruturais que deslocam a vida social e econômica das comunidades. Mines (1981) fez um estudo em Las Animas, no estado de Zacatecas, no México, e mostrou que as remessas costumam se destinar ao consumo e, em poucas ocasiões, ao investimento em atividades produtivas. “Este é um exemplo concreto de uma comunidade cuja economia está distorcida pelos fluxos migratórios” (MINES, 1981, p. 155). Em Las Animas, as remessas geraram inflação nos preços da terra, concentração das propriedades, escassez de mão-de-obra e diminuição do produto local. Assim, acentuaram-se as diferenças no interior da comunidade.

Wiest (1984), por sua vez, afirma que os principais beneficiários do aumento do consumo não são os habitantes das comunidades, mas os fabricantes e comerciantes das zonas urbanas que fornecem os bens. Considerando que a maior parte das remessas se destina a gastos improdutivos (moradia, festas, bens de consumo e de luxo), fica claro que os efeitos multiplicadores das remessas se reduzem ou acabam se filtrando nas grandes urbes e na economia internacional.

Perspectiva funcionalista

Ao término dos anos noventa do século XX - quando o volume, as origens demográficas e sociais, as motivações e os destinos das migrações tinham se diversificado em surpreendente velocidade -, as remessas aumentavam ao tempo da sua relevância na vida das famílias nos países receptores. Surgiu, então, um olhar que derrubava alguns paradigmas erigidos pelos autores da década anterior, apresentando as remessas como instrumento aproveitável nas tentativas de reverter a desigualdade social e atraso econômico, condições que prevalecem nas comunidades de origem da migração.

A abordagem funcionalista afirma que as remessas constituem importante fonte de financiamento de investimentos produtivos, como o impulso de pequenas empresas. Por exemplo, Massey e Parrado (1998), com base em informação do Mexican Migration Project, observaram que as transferências de dinheiro dos Estados Unidos permitiram capitalizar mais de 20% das empresas de diversas comunidades do oeste mexicano. Russell (1992) já tinha argumentado algo parecido, tomando como exemplo o desenvolvimento de uma agricultura intensiva em comunidades de alta emigração na Turquia e em Zâmbia.

Por outro lado, algumas pesquisas mostram que essas mesmas inversões produtivas também estimulam o consumo via remessas e incrementam a demanda de bens e serviços do país de origem⁶⁸. Vários autores em artigos especializados desenvolvem modelos econométricos para determinar com precisão o impacto das remessas nas economias das sociedades de origem. Adelman e Taylor (1990) estimaram que o efeito multiplicador das remessas nas economias regionais era de

68. Um estudo do Caso mexicano se encontra em Durand, Parrado e Massey (1996) e uma análise dos países asiáticos em Stahl e Arnold (1986)

2,9%, isto é, por cada dólar adicional que entrava como remessa, o PIB se incrementava em 2,9 dólares, com o qual, Durand et al (1996) calcularam que os 2,2 milhões de dólares que entraram no México por meio de remessas em 1990 geraram 6,5 milhões de dólares adicionais em atividade econômica, o que equivalia a 10% do PIB. O efeito resultou maior quando foi aplicado em comunidades locais.

Sob a abordagem funcionalista, a migração internacional não representa drenagem de recursos da economia; pelo contrário, as remessas configuram uma forma de poupança-migrante que constitui fonte importante de capital produtivo e força dinâmica na promoção da atividade empresarial, na formação de negócios e no crescimento econômico, pelo menos em âmbitos locais e regionais.

Enfoque contemporâneo

Com o começo do século 21, nasce uma perspectiva que considera as remessas não como uma forma de poupança, nem como uma fonte para o investimento produtivo, mas como um fundo privado que se destina em maior medida ao consumo e à reprodução material das famílias, permitindo a melhoria das condições de vida dos parentes dos migrantes e agindo em casos particulares como compensação do empobrecimento geral derivado das crises econômicas recorrentes e às políticas conjunturais para ajustá-las.

Chami et al (2003), como resultado das múltiplas pesquisas empíricas realizadas acerca do tema, alguém que é possível deduzir algumas características distintivas do uso e destino das remessas em países de origem. Uma proporção importante tem sido destinada ao consumo, uma parte bem pequena torna-se poupança e o que é investido não tem resultado muito produtivo para a economia em conjunto. Em poucos casos, o dinheiro se transforma em negócios.

Em geral, ainda permanecem insolúveis os debates sobre se as remessas familiares têm impacto positivo no desenvolvimento das comunidades nos países de origem (PAPADEMETRIOU e MARTIN, 1991).

Todavia, tratando-se de um fluxo monetário de considerável magnitude, os efeitos multiplicadores das remessas estão indo pelo menos em duas vias. Por um lado, as remessas estão integradas à renda das famílias desde há algum tempo e formam parte da economia local e regional como qualquer outra renda; por outro, a injeção monetária nessas economias locais altera o nível de preços, entre outras variáveis econômicas. À vista disso, os efeitos multiplicadores não devem ser atribuídos ao total das remessas, mas apenas ao seu incremento anual.⁶⁹

69. Citação de Canales e Armas (2004) ARROYO Alejandro, J e SALVADOR Berumen Sandoval, "Potencialidad productiva de las Remesas en áreas de alta emigración a Estados Unidos", em *El Norte de Todos. Migración y Trabajo en tiempos de Globalización*. Jesús Arroyo A., Alejandro I Canales y Patricia Vargas (eds). Citado por Canales e Armas (2004)



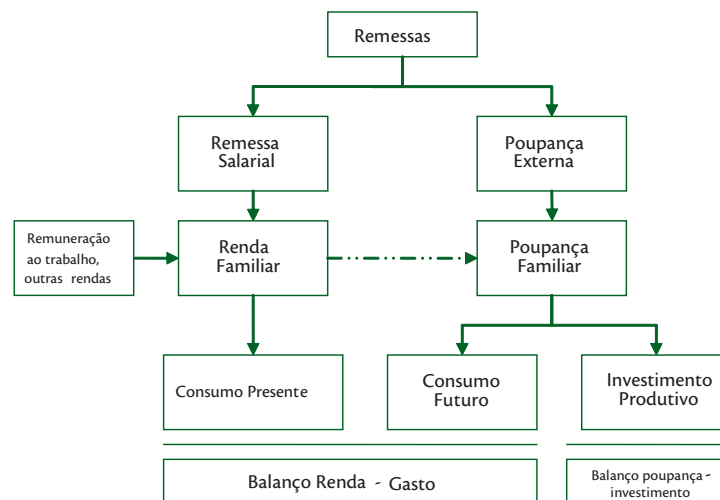
Assim, trata-se de uma perspectiva macroeconômica do impacto das remessas visto que determina o consumo sustentável das famílias. Em teoria econômica, define-se a poupança como a parte da renda familiar não gasta em consumo imediato ou vista como um consumo intertemporário, isto é, uma parte da renda é usada “hoje” e a restante será usada ou consumida “amanhã”, assim, as remessas poderiam ser entendidas como uma forma de poupança, já que são uma fração da renda do migrante que não é consumida de maneira direta por ele mesmo, mas poupada para ser enviada à sua família.

A idéia de poupança-migrante defendida pela abordagem estruturalista teria um problema conceitual se partirmos dessa concepção, pois a unidade de análise da poupança, como vimos, é o núcleo familiar e não o indivíduo. Ainda que para o migrante o dinheiro enviado seja uma fração da sua renda não destinada ao consumo pessoal, isso não significa que para sua família seja uma poupança.

Para poder determinar o impacto das remessas de maneira mais confiável, algumas abordagens levam em conta que, mesmo sendo uma forma de poupança familiar, as remessas são usadas em consumo básico. Em particular, recente artigo de Canales e Armas (2004), do Colégio de La Frontera Norte, no México, observam como os efeitos multiplicadores desses dinheiros na economia dependerão do uso específico da poupança, ou seja, da porção dela que será investida em negócios ou empresas familiares e da que será destinada a consumo futuro (educação, seguro médico, aposentadoria etc.). Se o balanço for maior no primeiro caso, em princípio, isso daria conta de uma economia estimulada em alto grau pelas remessas, caso contrário, estaríamos diante de uma economia dependente e pouco produtiva por conta das remessas.

Canales e Armas (2004) utilizaram o Diagrama 1 na aplicação do estudo de caso da cidade de Teocaltiche, no México, povoado de 900 quilômetros quadrados, distante dos centros econômicos e turísticos do país, mas com forte tradição migratória para os Estados Unidos. Nessa cidade, com mais ou menos 40.000 habitantes, 17,4% das famílias receberam remessas em 2000 que totalizaram cerca de 28,7 milhões de pesos, ou 2 milhões e meio de dólares. Baseado nos resultados das pesquisas de campo com famílias selecionadas, eles descobriram que 96,2% desse valor foram destinados a consumo privado e 3,8%, a investimento em novos negócios.

Contudo, esses 4% (91 mil dólares) representaram valor muito significativo para a economia local naquele ano, o que levanta a questão sobre o efeito positivo ou negativo das remessas nas economias locais e nacionais.

Diagrama 1 – Modelo Macroeconômico para a Análise do Impacto Econômico das Remessas


Fonte: Canales e Armas (2004)

É importante ressaltar o interesse de acadêmicos, em particular de economistas, no assunto das remessas. Enquanto os fluxos de pessoas e dinheiro para os diferentes países aumentam, também aumenta a quantidade de estudos que tentam dar uma explicação acertada sobre a incidência deles nas sociedades que fazem parte dessa relação dinâmica.

As diferentes pesquisas sobre a influência das remessas na economia têm em comum a instabilidade do processo na maioria das variáveis, as quais sempre estarão condicionadas ao país, à região e à temporalidade dos fluxos, porém, também concordam em que, devido à magnitude na maioria dos casos, significam forte impacto no investimento público e privado. O impacto das remessas é examinado na literatura econômica como fator de compensação pelas perdas causadas pela emigração, bem como fluxo independente de renda, gasto no país de origem, ou enquadrado no ciclo emigração-repatriação.

Em suma, a partir da revisão geral dos estudos sobre migração e remessas, observa-se que cada vez mais as saídas de pessoas envolvem a idéia do retorno, configurando um ciclo de acumulação que depende dos contextos específicos das sociedades receptoras e dos comportamentos particulares de quem remete, donde e para quem, assim como por quê e para quê se remete. De um ponto de vista microsocial, essas particularidades também dependem do contexto da migração em todos esses sentidos, ou seja, quem, para onde e por que migrou.

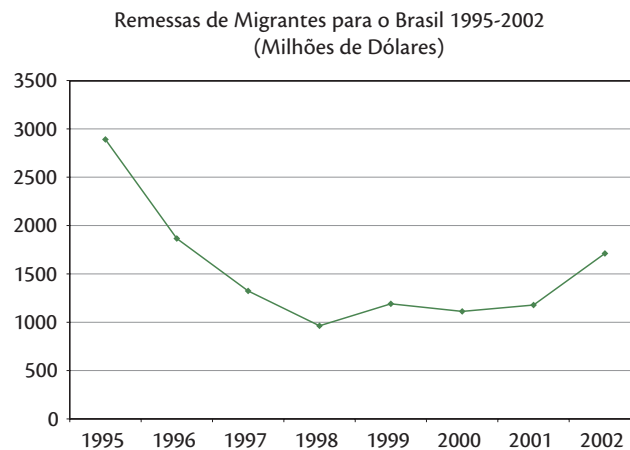


Evolução do fluxo de remessas ao Brasil

As principais correntes migratórias que partem do Brasil, como em todos os países da região, são completadas nos Estados Unidos. A partir dos anos 1990, as migrações brasileiras diversificaram-se um pouco e Portugal e Japão mostram-se destinos alternativos. As remessas são um bom indicador dos fluxos. O Brasil começou a reportar remessas ao FMI a partir de 1995, apresentando grandes flutuações, como mostra o Gráfico 2.

Segundo o SELA, em termos de remessas por habitante, em 1995 o Brasil recebia 17,9 dólares e em 2002 a cifra foi de 9,8. A percentagem de variação das remessas no período foi negativa (-45,3%). Não obstante, a partir de 2000 uma tendência crescente do fluxo de remessas coloca o Brasil no segundo lugar em volume de dinheiro enviado do exterior pelos migrantes latino-americanos, depois do México, embora ainda esteja muito longe em termos de quantidade.

Gráfico 2 – Remessas de migrantes para o Brasil 1995-2002 (Bilhões de dólares)



Fonte: SELA, 2004

Relatório recente do Banco Mundial mostra que as remessas de dinheiro enviadas para o Brasil por pessoas no exterior cresceram em torno de 114,5% entre 2000 e 2006. Há seis anos, o montante de dinheiro enviado ao Brasil era de aproximadamente us\$ 1,3 bilhão (R\$ 3,4 bi), mas deve chegar a us\$ 3,5 bi (R\$ 7,5 bilhões).

O estudo também revelou que as remessas de dinheiro enviadas ao exterior para os países em desenvolvimento, em 2006, devem apresentar um crescimento de mais de 134% no mesmo período.

“Somente contando remessas registradas enviadas por estrangeiros vindos de países em desenvolvimento, nós antecipamos um valor total de us\$ 199 bilhões (R\$ 430 bi) em 2006, em comparação com R\$ 188 bilhões (R\$ 406 bi) em 2005”, explicou Dilip Ratha, economista do Grupo de Perspectivas de Desenvolvimento do Banco Mundial.⁷⁰

“Se nós incluirmos também as transações não contabilizadas, que acontecem através de canais formais e informais, esse valor é ainda maior fazendo das remessas a maior fonte de financiamento externo para muitos países em desenvolvimento”, afirmou Dilip.

“Mercado com potencial”

Segundo o BID, só as remessas provenientes de Portugal para o Brasil contabilizaram us\$ 505 milhões em 2005⁷¹. Como vimos no estudo do SELA, em 2004, o Brasil recebeu quase 6 bilhões de dólares em remessas. Não obstante, o impacto das remessas neste país ainda não é tão significativo quanto em outros países da área. Segundo o SELA, as remessas como percentagem do PIB apresentaram o mesmo valor em 1995 e 2002 (0,4%). Como percentagem das exportações, apresenta grande diferença se comparados os mesmos anos – 6,2% em 1995 e 2,8 em 2002.

Por outro lado, o mais recente estudo do Banco Mundial (FAJNZYLBER e LÓPEZ, 2007) assinala o Brasil como o país com mais alto potencial de crescentes benefícios por conta das remessas (entre 0,34% e 0,37% anual), pouco mais altos que os valores apresentados na Europa Oriental (p. 49).

Considerações finais

Durante os últimos sete anos, os fluxos de remessas enviados por migrantes latino-americanos e caribenhos aos seus países de origem têm mudado as dinâmicas dos fluxos financeiros continentais. Um aspecto significativo sobre estes recursos é que eles não envolvem obrigações financeiras futuras, além do mais, têm impacto positivo nos níveis de milhares de famílias receptoras. Apesar do acelerado crescimento das remessas e de nos encaminharmos para uma época na história das remessas familiares – como resultado da participação de novos atores e das transformações vistas no mercado para transferências internacionais de dinheiro –, existem ainda muitos pontos a serem levados em conta. Um deles é a necessidade de manter o processo em andamento para reduzir os custos das transferências de dinheiro do exterior. Embora as forças do mercado tenham desempe-

70. <http://acheiusa.com/acheiusa/asp/noticias/noticia-ultimas-antiores.asp?cdnoticia=943>

71. (<http://www.iadb.org/NEWS/articledetail.cfm?artid=3095&language=Po>)



nhado um papel central nesse processo (o que explica a crescente participação de novas empresas no negócio), seria ingênuo pensar que o mercado poderia corrigir suas próprias imperfeições.

O Brasil ainda está em uma fase inicial no estudo do verdadeiro impacto das remessas. A informação disponível ainda é insuficiente, apesar de ser o segundo país de maior volume de remessas na América Latina. Países como Colômbia e Equador têm adiantados programas que visam manter o contato com seus migrantes, pois eles e suas remessas são considerados ferramenta útil para o desenvolvimento de suas nações. Não obstante, o atual governo tem enunciado algumas pautas a seguir, já que devido às grandes quantidades de divisas que representam as remessas é impossível que sejam invisíveis.

Bibliografia

- BINFORD (2003) Migrant Remittances and (Under) Development in Mexico Critique of Anthropology, Sep; 23: 305 - 336. em
<http://coa.sagepub.com/cgi/reprint/23/3/305>
- Brown, R. (1997) "Estimating Remittances Functions for Pacific Island Migrants" World Development, Vol. 25, # 4, pp. 613-626.
- CANALES, Alejandro e ARMAS, Israel M (2004) Remesas e Inversión productiva em Comunidades de alta Migración a Estados Unidos. El Caso de Teocaltiche, Jalisco. Migraciones Internacionales, Enero-julio Vol 2 N. 3 Colegio de la Frontera Norte, Tijuana México. Pp 142-172
<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/151/15102306.pdf>
- CHAMI, Ralph, C. Fullenkamp, and S. Jahjah, 2003, "Are Immigrant Remittance Flows a Source of Capital for Development?" International Monetary Fund Working Paper 03/189 em:
<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2003/wp03189.pdf>.
- DURAND J, Emilio Parrado e Dougl S. Massey, (1996) "Migradollars and Development: A reconsideration of the Mexican Case". International Migration Review, 30 (2) pp 423-444
- FAJNZYLBBER Pablo e LÓPEZ J H, 2007 Close to Home: The Development Impact of Remittances in Latin America
- Glytsos, N (2001) Determinants and effects of migrant remittances. A Survey em International Migration, Trends, Policies and Economic Impact Djajić, S. Organizador. Routledge Contemporary Economic Policy Issues, London.
- GONZALEZ R. Maria de la concepción (2003) El Control de Migraciones y la Globalización de las Economías ¿Fenómenos Compatibles? Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos sociales N.51, Madrid em <http://www.mtas.es/publica/revista/numeros/51/Info5.pdf>
- MARTINE, G. A globalização Inacabada – migrações internacionais e pobreza no século 21. Travessias na desordem global-Fórum Social das Migrações. Serviço Pastoral dos Migrantes (org), São Paulo: paulinas, 2005.
- MASSEY, DOUGLAS., e Emilio PARRADO (1988), "International Migration and Business Formation in Mexico", Social Science Quarterly 79 (1). Pp 1-20
- MINES, R (1981) Developing a Community Tradition of Migration to the United States Universidad de California, San Diefo (Monographs in U.S.-Mexican Studies 3)
- PAPADEMETRIOU Demetrios Philip L. MARTIN (1991). The Unsettled Relationship: Labor Migration and Economic Development, Greenwood Press, New York.
- PATARRA, N.L. Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. In: Estudos Avançados 57. Dossiê Migrações. Instituto de Estudos Avançados, USP, maio/agosto 2006. p.7-24.



- Poirine, B. (1997) "A Theory of Remittances as an Implicit Family Loan Arrangement" *World Development*, Vol. 25, #4, 589-611
- RATHA, D (2003) Workers' Remittances: An Important and Stable Source of External Development Finance *Global Development Finance* em <http://rrojasdatabank.info/gdf2003/cho7.pdf>
- RUSELL, Sharon Stanton (1992), "Migrant Remittances and Development" *International Migration: Quarterly Review*, 30 (3/4), pp 267-287.
- REICHERT, J (1981) The Migration Syndrome: Seasonal U.S. Wage Labor and Rural Development in Central Mexico", *Human Organization*, 40 (1), pp 56-66
- SELA (2005) Migraciones y remesas en América Latina y el Caribe: Los flujos intrarregionales y las determinantes macroeconómicas 21 Reunión Ordinaria del Consejo Latinoamericano
- XXXI Reunión del Consejo Latinoamericano Caracas, Venezuela 1 al 23 de noviembre de 2005 em http://www.sela.org/public_html/AA2K5/ESP/consejo/Di9.pdf
- SELA (2004) Current trends in migrants' remittances in Latin America and the Caribbean: An valuation of their social and economic importance Regional Seminar "Migrants' remittances: An alternative for Latin America and the Caribbean?" Caracas, Venezuela 26 and 27 July 2004 SP/SRRM-UAALC/Di N° 3/Rev. 1 SELA/CAF
- STARK O e R.e.b LUCAS (1988) "Migration, Remittances and the Family" *Economic Development and cultural change*, 36: 465-481 em <http://links.jstor.org/sici?sici=0013-0079%28198804%2936%3A3%3C465%3AMRATF%3E2.o.CO%3B2-A>
- WIEST, R (1984) External Dependency and Perpetion of Temporary Migration to the United States em Richard c. Jones (ed). *Patterns of Undocumented Migration: Mexico and United states* Rowman & Allanheld, Totowa, Estados Unidos.
- Fontes Eletrônicas
- Organização das Nações Unidas (ONU)
- <http://www.un.org>
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
- <http://www.iadb.org>

Considerações finais

Fausto Brito
Rosana Baeninger

As migrações internacionais requerem atenção especial por parte de estudiosos e formuladores de políticas no Brasil. Essas ações devem contemplar tanto políticas sociais voltadas para o contingente migrante nos locais de destino e de origem, quanto políticas de governabilidade dessas migrações. Trata-se, portanto, de níveis diferenciados de implementação de políticas que considerem os fatores macro e micro dos processos que contribuem e se refletem em fluxos cada vez mais volumosos de emigrantes brasileiros e de imigrantes estrangeiros no Brasil.

Embora atualmente se associe a migração internacional aos processos de globalização, essa modalidade de deslocamento populacional tem, também, importância para a própria dinâmica demográfica de vários países desenvolvidos – destino de parte considerável da emigração brasileira. A baixa fecundidade desses países, abaixo do nível de reposição, e o aumento da longevidade “necessita de uma verdadeira ‘transfusão populacional’, vinda de fora, para rejuvenescer suas populações e evitar o crescimento negativo” (BERQUÓ, 2001:11).

Estima-se, por exemplo, que a Europa necessitará de 100 milhões de imigrantes para manter estável seu total populacional entre 1995 e 2050 (Divisão de População das Nações Unidas). Por outro lado, países com economias em desenvolvimento apresentam, em sua atual etapa da transição demográfica, grandes contingentes de população em idade ativa - resultado da “onda jovem” que reflete as altas taxas de fecundidade do passado e contínuo declínio da mortalidade – sem perspectivas de inclusão no mercado de trabalho e possibilidades de emprego.

O termo “migração de reposição” vem sendo utilizado nas políticas migratórias, considerando que se trata de migrantes que cumprem os requisitos estabelecidos pelos países de destino. Essa seletividade migratória, entretanto, não “controla” os fluxos, apenas engrossa o volume de imigrantes estrangeiros não-documentados.

Em meio a esse cenário demográfico, a nova etapa da economia mundial aumenta o fluxo de capital e leva consigo o aumento do fluxo de população (SASSEN, 1988; PORTES, 1996). Países como o Brasil passam a conviver com a saída de sua população e, ao mesmo tempo, receber novos fluxos de migrantes estrangeiros, entrando na rota das migrações internacionais contemporâneas.

Para que se possa ter um panorama geral do Brasil e suas (e)migrações internacionais, o Quadro 1 mostra as diversidades, especificidades e características básicas, bem como questões emergentes dos principais fluxos da migração estrangeira relacionada ao Brasil.

No caso da emigração de brasileiros para os Estados Unidos, as primeiras análises sobre esse fluxo ressaltaram a dualidade da inserção do migrante no mercado de trabalho primário ou se-



cundário e as dificuldades do migrante brasileiro em (re)construir sua identidade no país de destino (SALES, 1992). A consolidação desse fluxo emigrante contribuiu para o aumento no volume, passando a alterar as expectativas temporais, com o retorno cada vez mais distante (SALES, 1994).

Nesse cenário, as redes sociais tornaram possíveis os projetos migratórios de muitos brasileiros em direção aos Estados Unidos (FUSCO, 2005; SALES, 1999).

Em quase 30 anos de fluxo migratório, assistimos ao engrossamento das correntes de migrantes não-documentados, à formação de redes sociais, ao aumento do número de cidades de onde partem os migrantes, à maior participação das mulheres nesta emigração, às dificuldades de inserção da segunda geração na sociedade de destino e ao aumento das remessas monetárias.

Quadro 1 – Modalidades da Emigração e Imigração Internacional Brasileira

Fluxos	Principais Fluxos de Emigração					Imigração
	Brasil-Estados Unidos	Brasil-Japão	Brasil-Europa	Brasil-Paraguai	Brasil-Fronteira Norte	América Latina-Brasil
Volumes	40 mil emigrantes por ano	3 mil emigrantes por ano	10 mil emigrantes por ano	10 mil emigrantes por ano	5 mil emigrantes por ano (para Venezuela, Guiana Francesa, Colômbia, Equador e Peru)	25 mil imigrantes por ano Refugiados: 1200 (Colômbia, Cuba, Venezuela)
Estoques	1 milhão	290 mil	165 mil	378 mil	35 mil	280 mil
Conexão Origem-destino	Origem: Gov. Valadares, Poços de Caldas, Goiânia, Criciúma, SP, BH, Vitória, RJ	Origem: Maringá, Londrina, SP, PR	Origem: SP, RJ, MG, PE, RN, BA, MA, RS, SC	Origem: MS, MT, RS, SC	Origem: Manaus, Belém, Macapá e São Gabriel da Cachoeira	Origem: Buenos Aires, Santa Cruz de La Sierra, Ciudad Del Este, Asunción, Peru, Colômbia, Guiana Francesa, Montevideo
	Destino: Boston, Nova York, Miami e Orlando	Destino: Aichi, Shizuoka, Nagano, Mie	Destino: Lisboa, Porto, Frankfurt, Munique, Berlim, Roma, Milão, Torino, Londres, Madrid	Destino: Ciudad Del Este, Salto Del Guairá, Asunción, Encarnación, Concepción, Pedro Juan Caballero	Destino: Caiena, Arequino, Yquitos e Bolívar	Destino: SP, RJ, Porto Alegre, Curitiba, Corumbá, Dourados, Manaus, Belém, Tabatinga
Deslocamento	Agenciamento clandestino, trabalho executivo, brain drain	Agenciamento legalizado; recrutamento oficial	Turismo, agenciamento informal, agenciamento irregular, <i>brain drain</i>	Livre deslocamento, agenciamento informal	Agenciamento para trabalho; travessia clandestina, livre deslocamento, circulação pendular de fronteira	Livre deslocamento; agenciamento legal, trabalho irregular
Remessas	US\$ 6,000 ao ano por emigrante	US\$ 7,500 ao ano por emigrante	(sem informação)	(sem informação)	Guiana Francesa: R\$ 200,00 mensais	(sem informação)

Fonte: Fazito (2006); Souchaud e Fusco (2007).

Face ao cenário atual do fluxo migratório de brasileiros para os Estados Unidos e a continuar as tendências recentes – mesmo com as restrições à entrada de brasileiros –, dificilmente assistir-se-á a uma diminuição do estoque ou dos fluxos de brasileiros para aquele país.

Para um cenário até 2022, é preciso que se considerem políticas de apoio aos emigrantes brasileiros, garantindo os direitos dos migrantes, uma vez que se tornará cada vez mais distante o momento do retorno migratório satisfatório, com o sonhado pé-de-meia, frente às mudanças na economia.

No que se refere às influências desses movimentos de emigração do Brasil para os Estados Unidos, segundo as dimensões da estratégia, pode-se considerar:

Dimensão institucional:

A discussão tomará cada vez mais vulto, considerando o tema da governabilidade das migrações internacionais (PATARRA, 2006; MARTINE, 2005; MÁRMORA, 1997), em especial no que tange aos acordos bilaterais, multilaterais ou regionais. Nos relatórios da Comissão Global sobre Migração Internacional das Nações Unidas (GCIM/UM, 2005) e no relatório anual do Banco Mundial *Economic Implications of remittances and Migrations* (2006), encontram-se orientações de ações para a governança das migrações internacionais, reforçando os aspectos positivos desses movimentos migratórios; enfatizam-se as migrações de países pobres para países ricos.

As recomendações ancoram-se, de um lado, em políticas migratórias voltadas para os Direitos Humanos e, de outro lado, nas remessas dos emigrantes como fator positivo para diminuição da pobreza nos países de origem. A questão da soberania nacional está presente nos dois relatórios. É, portanto, na governabilidade das migrações internacionais que esse tema deve ser aprofundado para que se contemple, de maneira adequada, a dimensão institucional e as possibilidades que esse modo de gestão poderá abrir para diminuir as penosas condições dos emigrantes brasileiros.

Dimensão econômica:

Mesmo que o relatório do Banco Mundial indique a possibilidade das migrações internacionais poderem ser consideradas fator positivo para a amortização das pressões nos mercados de trabalho e da pobreza nos países de origem, Mármora (2005) ressalta que, ainda assim, os países de origem estão perdendo, tanto pelo que foi investido neste contingente de emigrantes, quanto pelo que dependem de sua força de trabalho em empregos que não consideram suas qualificações ocupacionais nos países de origem.

Dimensão sociocultural:

Neste aspecto, é preciso que se considere, no país de destino, a baixa inserção dos emi-



grantes na sociedade americana, quer seja pela ocupação de postos de trabalho no mercado secundário da economia, quer seja pelo pouco conhecimento do idioma inglês. Políticas de apoio a esses contingentes no país de destino podem ser um elemento diferenciador para alcançar postos de trabalho mais qualificados. No Brasil, a dimensão sociocultural precisa ser considerada a partir das redes sociais – incluindo os agenciamentos formais e informais de migrantes – e da formação de uma possível “cultura da emigração para os Estados Unidos”, como parece ser o caso da cidade de Governador Valadares. Esse fenômeno pode estimular os fluxos emigratórios, engrossando a fila de deportados e clandestinos.

Dimensão territorial:

Os pontos de origem no Brasil da emigração para os Estados Unidos e os pontos de chegada lá são bastante concentrados, implicando, de um lado, maior visibilidade da comunidade brasileira no exterior e, conseqüentemente, maior divulgação dos problemas desses emigrantes não-documentados; de outro lado, as remessas financeiras enviadas ao Brasil têm tido impacto nas cidades de origem, como é o caso do setor imobiliário em Governador Valadares (SOARES, 1995).

Considerando o fluxo Brasil-Japão, é importante resgatar que a década de 80 do século 20 constitui um marco na maior colônia de descendentes de japoneses no mundo. Descendentes de segunda e terceira geração deixaram o Brasil e emigraram em direção ao Japão, conformando o terceiro maior grupo de estrangeiro neste país, atrás dos coreanos e chineses. O movimento dos descendentes de japoneses no Brasil ficou conhecido como *Dekassegui*. A emigração dos brasileiros para o Japão se dá por meio de agência de trabalho e, portanto, o emigrante é legal naquele país.

O fator decisivo que dinamizou o processo migratório recentemente foi a reforma da Lei de Imigração Japonesa, promulgada em junho de 1990, adotando a natureza étnica do imigrante como requisito imprescindível para a migração seletiva e permitindo que descendentes de segunda e terceira geração e seus cônjuges entrem no país com visto de duração de 3 e 1 ano, respectivamente. Desse modo, de uma emigração individual, passou-se a uma emigração familiar, além de permitir ampliar as expectativas temporais e aumentar as idas e vindas para o Brasil, dependendo da conjuntura econômica lá e aqui. As alterações na Lei de Imigração do Japão vêm delineando novas características dos brasileiros no Japão, inclusive com a formação de redes de solidariedade e de apoio. Até 2022, pode-se esperar diminuição no fluxo de saída de brasileiros para o Japão, mas a tendência a um menor retorno – como já indicam as estatísticas japonesas – deverá se manter, tanto pelo fortalecimento da comunidade brasileira naquele país, como pela possibilidade de maior permanência, mesmo sem emprego.

Para se considerar as dimensões da estratégia, elencam-se:

Dimensão institucional:

Por se tratar de emigração legalizada, a governabilidade dessas migrações está muito mais vinculada, de um lado, às legislações dos dois países e pelas formas de agenciamento desses migrantes; de outro lado, às remessas financeiras. Neste último caso, torna-se importante ressaltar que as remessas dos emigrantes brasileiros no Japão são elevadas, mas nem sempre ligadas a investimentos no Brasil. Hirano (2005) afirma que as remessas para os familiares de *dekasseguis* de Maringá são destinadas, principalmente, ao estudo e ao consumo.

Dimensão econômica:

O retorno migratório e as remessas são componentes que estão ligados à economia da migração dos *dekasseguis*. O retorno migratório do Japão propiciou aos primeiros fluxos um retorno de sucesso, possibilitando adquirir um comércio, aumentar os bens de consumo, dentre outros. Os impactos na economia local recentemente são bem mais modestos; empreendimentos imobiliários negociados no Japão passaram a compor a lista de investimentos de remessas.

Dimensão sociocultural:

Os *dekasseguis* são os emigrantes que têm sofrido de maneira intensa problemas de identidade no Japão, sendo que o retorno para o Brasil tem sido, em muitos casos, de difícil readaptação. No Japão, o idioma tem sido um problema para os brasileiros e, em especial, para a segunda geração. Por se tratar de emigração legalizada, os postos consulares precisam estar atentos a esses contingentes de brasileiros e aos sérios problemas que os descendentes de japoneses acabam por sofrer na condição de emigrado e na condição de retornado.

Dimensão territorial:

Por ser emigração agenciada e marcada, nos primeiros fluxos, por seu caráter individual, os *dekasseguis* no Japão tendem a estar mais dispersos nas diferentes cidades do que em outros países. Isso implica menores redes de apoio, reforçando a necessidade de apoio institucional por parte do governo brasileiro.

Os fluxos migratórios de brasileiros para a Europa apresentam características relacionadas aos processos históricos e culturais de formação da sociedade brasileira; os fluxos contemporâneos mais importantes destinam-se a Portugal, Itália, Inglaterra e Espanha. Os pontos de origem dessa migração não se concentram apenas no Sudeste, mas englobam cidades das regiões metropolitanas do Sul e Nordeste e cidades médias. Esses fluxos são marcados por migrantes de classe média e



tendem a se concentrar em trabalho mais qualificado e nos intercâmbios culturais e educacionais. Apesar das restrições à imigração na Europa, a tendência ao aumento do fluxo até 2022 é bastante previsível, com aumento para os fluxos em direção à Espanha.

Quanto às dimensões de estratégia relativas ao fluxo de brasileiros para a Europa:

Dimensão institucional:

Parte considerável desse fluxo é de migrante individual clandestino e, portanto, a questão da governabilidade deve também estar presente, destacando acordos que contemplem os direitos dos migrantes. No caso desse fluxo, as remessas também devem ser significativas, o que implica a necessidade de melhores instrumentos de envio desses recursos para as famílias dos migrantes no Brasil.

Dimensão econômica:

Por ainda ser um fluxo recente, há poucos estudos sobre os brasileiros na Europa; contudo, por também contar com migrantes qualificados, é de se esperar que o fluxo avolume-se e que a expectativa temporal se amplie, podendo tanto atrasar o retorno, quanto se tornar emigração definitiva – implicando, inclusive, a interrupção do envio de remessas.

Os fluxos migratórios entre o Brasil e os países da América Latina apresentam aspectos históricos, mas recentemente passaram a se inserir nos deslocamentos vinculados às transformações da economia mundial. No cenário das migrações contemporâneas na América Latina, o Brasil registra, desde os anos 1970, evasão de população para o Paraguai, sendo que, recentemente, passou a aumentar a saída de população para a Venezuela e Guiana Francesa. Ao mesmo tempo, o país tem se tornado área de absorção migratória vinda da Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai.

Considerando os fluxos migratórios com a América Latina, a questão das fronteiras deve ser destacada. As fronteiras entre o Brasil e os países da América Latina apresentam especificidades e tipos espaciais de migrações internacionais, que podem ser caracterizadas como:

- (a) área fronteira de vizinhança recíproca: refere-se à migração transfronteira, essencialmente dirigida a centros urbanos da fronteira, como, por exemplo, Porto Suarez, na Bolívia/Brasil ou Ciudad del Este no Paraguai/Brasil; Ponta Porã, no Brasil/Paraguai e Corumbá, no Brasil/Bolívia ou Bolívia/Guajará-Mirim no Brasil. Os migrantes procuram, na zona imediata à fronteira internacional, uma vantagem em termos de mercado de trabalho, de serviços de saúde, educação, inserção socioeconômica ou acesso a bens e serviços. Trata-se de migração de proximidade, mesmo que os migrantes venham de longe; é uma migração

diversificada, antiga e seus fluxos são reversíveis de acordo com fatores conjunturais ou estruturais.

- (b) área de fronteira unilateral: refere-se à colonização agrícola brasileira no Paraguai e na Bolívia. A fronteira corresponde a uma zona de difusão, mas com origem e impulso de um só lado da fronteira; define-se pela difusão de fenômenos migratórios que não implica uma continuidade espacial. A evolução da colonização agrícola brasileira para além das fronteiras é marcada pela reprodução de um sistema de organização socioespacial no Paraguai e na Bolívia; no caso do Paraguai, esse espaço de fronteira ocorre sem rupturas, pois ambas as margens do trecho fronteiro do Rio Paraná têm sua origem na região sul. No caso do espaço boliviano, ocorre a mesma difusão de uma organização socioespacial da migração, mas com uma interrupção, um vazio, de cerca de mil km, que corresponde à área extensiva do Pantanal brasileiro e demais pântanos do extremo oriente boliviano. Trata-se de uma migração com forte presença dos setores rurais.
- (c) área urbana diversificada: os lugares da migração correspondem a áreas espalhadas no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, centros urbanos litorâneos e no interior dos estados que recebem migrantes latino-americanos, em particular os paraguaios.
- (d) espaços da migração de fronteira-metropolitana: corresponde à situação da migração dos bolivianos em São Paulo, que tende a crescer em importância numérica e a aumentar sua complexidade.

No caso das fronteiras, os cenários mais prováveis para 2022 estão bastante marcados por fatores históricos que, reconfigurados e (re)definidos no atual contexto, atestam a vivacidade e o vigor dessas áreas, independentemente de seu tipo. Apesar da expansão das migrações de fronteira para centros urbanos maiores e áreas metropolitanas, a metrópole não substitui a fronteira (SOUCHAUD e BAENINGER, 2007). As conexões entre as áreas imprimem novos espaços das migrações de fronteira, podendo ter influência no processo de integração sul-americana, em especial no que se refere aos deslocamentos de capital e de força de trabalho. Espaços nacionais que historicamente estiveram fora do eixo dinâmico da economia industrial ou não fizeram parte das áreas de ocupação de fronteiras agrícolas estão voltados para a migração internacional e seus efeitos multiplicadores. É o caso de Corumbá, que tem mantido uma aproximação com a Bolívia para incrementar seus setores produtivos (SOUCHAUD e BAENINGER, 2007).

Há que se considerar, também, a emigração/imigração para/da fronteira norte, que se caracterizam por grande circulação de população, com um ir e vir diário na região da fronteira. Os migrantes são ilegais, agenciados por atravessadores informais, e vão para centros como Manaus. Os brasileiros vão para Caiena, na Guiana Francesa – de onde é expressivo o fluxo de remessas financeiras para famílias em Belém e Macapá (AROUCK, 2001).

Considerando os movimentos migratórios entre o Brasil e os países da América Latina nas dimensões da estratégia:



Dimensões institucionais:

Neste caso, a governabilidade das migrações internacionais passará, necessariamente, pela discussão da livre circulação de trabalhadores; as possibilidades de integração sul-americanas passam pela necessidade de mudanças nas políticas migratórias desses países, as quais não devem ser fechadas apenas para o Mercosul – que mesmo assim não apresenta os avanços pertinentes à questão migratória – mas, particularmente, para situações específicas de espaços migratórios e seus migrantes binacionais. Trata-se de conhecer os processos migratórios e seus impactos na construção da integração regional, mas delimitando quais são as políticas migratórias para determinados espaços fronteiriços ou transfronteiriços, uma vez que os grupos sociais envolvidos nos vários fluxos entre países são completamente distintos (BAENINGER, 2001).

Dimensões territoriais:

No contexto regional de fronteira, a dimensão territorial reveste-se de grande importância, em função dos investimentos na malha viária entre países, espaços e regiões. Nesse sentido, as organizações socioespaciais da migração refletem e são refletidas nos desenhos territoriais.

Dimensão sociocultural:

A diversidade cultural e étnica presente na fronteira deve fazer parte do projeto de integração sul-americana.

Dimensão de políticas públicas:

No caso das migrações fronteiriças, o plano de integração regional deve contemplar políticas públicas de acesso à saúde, educação, habitação, transporte para a população migrante de fronteira; menos que efeitos inesperados de maior volume de migrantes dos países limítrofes, essas políticas contemplarão pais estrangeiros com filhos nascidos no Brasil e, portanto, que estão cuidando de brasileiros. É importante considerar, para as políticas públicas, as dificuldades enfrentadas pela segunda geração de migrantes latino-americanos nascidos no Brasil (como no caso dos bolivianos em Corumbá, pois essa migração data dos anos 50), tanto no que se refere ao idioma, quanto aos preconceitos e restrições impostas a essas populações.

Finalmente, para que se contemplem todos os processos advindos da migração internacional de e para o Brasil contemporâneo, é preciso considerarmos os migrantes refugiados. O Brasil tem, desde 1960, compromissos internacionais assumidos de proteção de refugiados, com a ratificação da Convenção de 1951; recentemente, assumiu posições favoráveis ao recebimento de refugiados, onde possam ter o reconhecimento e garantias de direitos específicos, de acordo com suas necessidades.

O Brasil apresenta uma das leis mais avançadas em matéria de refugiados, incluindo em

sua definição, também, a pessoa vítima de violação grave e generalizada de direitos humanos. Em março de 2006, o Brasil apresentava 3,5 mil refugiados, em sua maioria provenientes da África (2.570 refugiados); havia refugiados de 52 nacionalidades presentes no Brasil, vindos principalmente de Angola, Libéria, República Democrática do Congo, Colômbia, Afeganistão, Serra Leoa, Cuba, Iraque.

O Brasil também se insere no contexto de reassentamento de refugiados, com os primeiros refugiados colombianos reassentados no país em 2004.

As tendências do contexto internacional indicam, até 2022, o crescimento da migração regional de refugiados, bem como a pressão para o acolhimento de refugiados de países distantes, demonstrando a necessidade de reavaliação e discussão dos instrumentos de proteção e, principalmente, de integração do refugiado.

No âmbito dessas evidências e complexidade do panorama das migrações internacionais no Brasil, a fim de que se possa subsidiar políticas e a governabilidade das migrações internacionais, é preciso que se considerem alguns aspectos:

- (1) os processos, fluxos e grupos sociais envolvidos nos deslocamentos internacionais são muito distintos de um para outro destino e origem da migração; trata-se de considerar políticas migratórias para diferentes públicos-alvo: mulheres, jovens, não-documentados, documentados, refugiados, fronteiras, migração sul-norte, migração sul-sul, migração familiar, migração individual, dentre tantas outras especificidades;
- (2) a complexa relação entre migração e cidadania, tanto para os indivíduos migrantes, quanto para os Estados nacionais (CASTRO, 2001). Do ponto de vista dos migrantes, que essa cidadania contemple os direitos humanos, incluindo-se gênero, raça e etnia. Do ponto de vista dos Estados, essa cidadania envolve também as relações internacionais e interesses de Estado nas estratégias e leis migratórias;
- (3) as comunidades estrangeiras (redes) territorializadas (FELDMAN-BIANCO, 2000) buscam criar ou manter uma identidade, o que gera xenofobias, preconceitos e intolerâncias;
- (4) os volumes da migração internacional serão crescentes (Fundo de População das Nações Unidas); concentrados em determinados lugares (SASSEN, 1999); de longa e curta distância, predominantemente de países pobres para países ricos, entre países pobres e entre países em desenvolvimento;
- (5) que da agenda da Segurança Nacional, a migração internacional passe a fazer parte da agenda da Integração Regional;
- (6) no contexto de Integração Regional, o tema das fronteiras merece um recorte específico, tanto pela diversidade da fronteira, quanto pelo papel que desempenha na dinâmica local, sugerindo acordos bilaterais que sustentem e viabilizem a histórica relação entre as fronteiras internacionais;



- (7) a migração de refugiados passa a fazer parte da política migratória internacional do Brasil, aumentando a pressão para o reassentamento de refugiados e para o acolhimento de novos contingentes;
- (8) as organizações não-governamentais voltadas para os direitos e assistência dos migrantes – no Brasil entidades confessionais (pastorais, scalabrinianos), que conhecem desde o cotidiano desses migrantes estrangeiros até os fluxos que passam a emergir em determinados momentos;
- (9) as restrições ao trabalhador migrante nos países de destino expõem esse contingente a exploração e más condições de vida, o que reforça a necessidade de apoio institucional;
- (10) as remessas de recursos internacionais constituem, do ponto de vista individual, o “retorno provisório” do migrante; do ponto de vista econômico, “divisas de povos invisíveis”.
- (11) para subsidiar a formulação de políticas de forma consistente, é preciso que o país conte com um Sistema Integrado de Informações sobre Migrações Internacionais, contemplando os bancos de dados do Ministério do Trabalho, da Polícia Federal e do CONARE.

No caso dos fluxos de emigrantes, as políticas migratórias necessitam ser pensadas considerando:

- (1) políticas conjuntas com países receptores e expulsores;
- (2) possibilidade de se conter na origem a “indústria da migração ilegal”;
- (3) apoio consular nos países receptores;
- (4) conhecimento dos fluxos migratórios e das principais questões emergentes;
- (5) políticas de emprego em âmbito nacional que permita a inserção do potencial emigrante;
- (6) garantia dos direitos humanos para os contingentes migrantes.

As análises aqui apresentadas indicam um primeiro esforço no sentido de se conhecer de maneira mais detalhada as distintas situações e fenômenos envolvidos no que se denomina de maneira ampla “migração internacional”.



Biografia autores

Consultores

FAUSTO REYNALDO ALVES DE BRITO

É graduado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutor em Demografia e pós-graduado em Filosofia pela mesma universidade. Atualmente é professor adjunto IV, do Departamento de Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR/UFMG). (email:fbrito@cedeplar.ufmg.br).

ROSANA BAENINGER

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre em Sociologia e doutora em Ciências Sociais pela mesma universidade. Atualmente é professora assistente doutora no Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Unicamp. (e-mail: baeninger@nepo.unicamp.br).

Colaboradores

BERNARDO LANZA QUEIRÓZ

É graduado em Ciências Econômicas e mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem mestrado e doutorado em Demografia pela University California at Berkeley (USA). Atualmente é professor adjunto I da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. (email: lanza@cedeplar.ufmg.br)

CÁSSIO MALDONADO TURRA

É doutor em Demografia pela University of Pennsylvania (USA) e pós-doutor em Demografia pela Princeton University (USA). Atualmente é professor adjunto do Departamento de Demografia e pesquisador do Cedeplar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). (email: turra@cedeplar.ufmg.br)

DIMITRI FAZITO DE ALMEIDA REZENDE

É graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Sociologia e doutor em Demografia pela mesma universidade. Atualmente é docente-pesquisador (bolista Prodoc/Capes) vinculado ao Departamento de Demografia da UFMG. (email: fazito@cedeplar.ufmg.br).

FABIO YOITI HIRANO

É graduado em Ciências Sociais e mestre em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é auxiliar de pesquisa do Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Unicamp. (email: hirano@nepo.unicamp.br)

JOSÉ ALBERTO MAGNO DE CARVALHO

É graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e doutor em Demografia pela University of London (Inglaterra). Atualmente é professor titular da UFMG. (email: carvalho@cedeplar.ufmg.br)

JULIANA ARANTES DOMINGUEZ

Tem bacharel e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e mestre em sociologia pela mesma universidade. (email: jadz@terra.com.br).



MAURICIO BUENO

É graduado em Ciências Sociais (Colômbia) e mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

ROBERTA GUIMARÃES PERES

É bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre e doutoranda em Demografia pela mesma universidade. (email: roberta@nepo.unicamp.br).

SYLVAIN SOUCHAUD

É graduado (Licence) em LEA pela Université de Poitiers (França), graduado (Licence) em História e mestre em Etudes Ibériques et Ibéro-américaines pela mesma universidade. É doutor em Geografia em Migrinter (Migrations Internationales, Espaces) pela também Université de Poitiers. Atualmente é funcionário público, pesquisador (chargé de recherche) do Institut de Recherche pour le Développement (IRD, França), e pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

WILSON FUSCO

É graduado em Ciências Sociais, mestre em Sociologia e doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco. (email: wilson.fusco@fundaj.gov.br).



Ministério da
Ciência e Tecnologia

